



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1295

Segunda-feira - 05 de Agosto de 2013

Florianópolis/SC

## **Sumário**

### **Municípios**

Antônio Carlos .....	2
Biguaçu .....	7
Caçador .....	11
Camboriú .....	12
Campo Alegre .....	22
Campos Novos .....	25
Canoinhas .....	25
Capinzal .....	31
Chapadão do Lageado .....	53
Cocal do Sul .....	53
Concórdia .....	53
Correia Pinto .....	55
Curitibanos .....	56
Ermo .....	57
Erval Velho .....	57
Faxinal dos Guedes .....	57
Forquilha .....	57
Fraiburgo .....	58
Garopaba .....	60
Gaspar .....	75
Guaramirim .....	76
Herval d'Oeste .....	76
Imbituba .....	114
Iomerê .....	118
Ipumirim .....	118
Irineópolis .....	121
Itapiranga .....	123
Jacinto Machado .....	127
Joaçaba .....	130
Lages .....	200
Lauro Muller .....	204
Leoberto Leal .....	204
Lindóia do Sul .....	205
Luzerna .....	205
Macieira .....	207
Mafrá .....	213
Maravilha .....	213
Marema .....	215
Massaranduba .....	215
Meleiro .....	216
Navegantes .....	220
Novo Horizonte .....	220
Orleans .....	221
Palhoça .....	228
Papanduva .....	235
Peritiba .....	239
Pomerode .....	239
Porto Belo .....	240
Porto União .....	240

Rio do Sul .....	241
Salto Veloso .....	248
Santa Rosa do Sul .....	249
Santa Terezinha do Progresso .....	249
São Bento do Sul .....	249
São Domingos .....	264
São João do Sul .....	269
São José .....	269
São Lourenço do Oeste .....	273
Schroeder .....	275
Serra Alta .....	275
Sombrio .....	276
Timbé do Sul .....	308
Timbó .....	308
Tunápolis .....	308
Turvo .....	312
Vargem Bonita .....	313
Vidal Ramos .....	313
Videira .....	313
Vitor Meireles .....	316
Xavantina .....	317

### **Associações**

EGEM .....	319
------------	-----

### **Consórcios**

CIM-AMAVI .....	321
CINCO .....	321
CIS/AMUREL .....	322

### **CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal**

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores  
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800  
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**Antônio Carlos****PREFEITURA****Decreto N° 077/2013**

DECRETO N° 077/2013.

Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira segundo critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 15 da Lei Municipal nº 1.404/2012 - LDO,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica bloqueado em R\$ 79.360,00 (setenta e nove mil e trezentos e sessenta reais), e por consequência, limitado a emissão de empenho da despesa nas dotações abaixo de forma a preservar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos e o alcance das metas fiscais estabelecidas, conforme Demonstrativo do Cumprimento das Metas de Arrecadação até o 3º bimestre de 2013 em anexo a este Decreto:

**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA**

FONTE 0.1.16.000000 - Infra-Estrutura em Transporte - R\$ 12.440,00

**CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR**

0601.26.782.0008.2038 Manutenção das Estradas Vicinais 12.440,00  
3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 12.440,00

FONTE 0.1.22.000005 - Manutenção Transp. Escolar - Ensino Fundamental - R\$ 18.740,00

**CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR**

0401.12.361.0002.2010 Manutenção Transporte Escolar 18.740,00  
3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 18.740,00

FONTE 0.1.22.000006 - Manutenção Transp. Escolar - Ensino Médio - R\$ 1.680,00

**CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR**

0401.12.362.0002.2011 Apoio aos Estudantes do Ensino Médio 1.680,00  
3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 1.680,00

FONTE 0.1.47.000000 - Atendimento a Pessoa Idosa - R\$ 3.740,00

**CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR**

0503.08.241.0006.2028 Atenção a População da 3ª Idade 3.740,00  
3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 3.740,00

**UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

FONTE 0.2.64.000032 - ASPS/PAB - R\$ 11.520,00

**CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR**

1101.10.301.0005.2021 Ações de Atenção Básica 11.520,00  
3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 11.520,00

FONTE 0.2.64.000037 - ASPS/PSF - R\$ 5.400,00

**CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR**

1101.10.301.0005.2022 Ações de Saúde da Família - PSF 5.400,00  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais 5.400,00

FONTE 0.2.64.000038 - ASPS/Saúde Bucal - R\$ 350,00

**CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR**

1101.10.301.0005.2025 Saúde Bucal 350,00  
3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 350,00

FONTE 0.2.67.000034 - ASPS/ Farmácia Básica - R\$ 1.280,00

**CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR**

1101.10.301.0005.2024 Ações de Assistência Farmacêutica Básica 1.280,00  
3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 1.280,00

FONTE 0.2.67.000040 - ASPS/ Farmácia Básica Estadual - R\$ 360,00

**CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR**

1101.10.301.0005.2024 Ações de Assistência Farmacêutica Básica 360,00  
3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 360,00

FONTE 0.1.02.000000 - Recursos de Impostos p/ASPS - R\$ 23.850,00

**CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR**

1101.10.301.0005.2021 Ações de Atenção Básica 23.850,00  
3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 23.850,00

Art. 2º Restabelecida a receita prevista nas fontes acima indicadas, apurado no Demonstrativo do Cumprimento das Metas nos próximos bimestres, ainda que parcial, a recomposição das dotações correspondentes dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Antônio Carlos, 31 de Julho de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**Portaria N° 358/2013**

PORTARIA N° 358/2013  
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, LUIS DA ROSA, do cargo temporário de OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 01 de agosto de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de julho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 05 de agosto de 2013.

**Portaria N° 359/2013**

PORTARIA N° 359/2013

Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, ao servidor JOSE FRANCISCO HAMMES, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 05 de agosto de 2013, referente ao período aquisitivo de 10/01/2009 a 09/01/2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de julho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 05 de agosto de 2013.

**Portaria N° 360/2013**

PORTARIA N° 360/2013

Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, ao servidor JOAO JUNKES, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 05 de agosto de 2013, referente ao período aquisitivo de 01/08/2012 a 31/07/2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de julho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 05 de agosto de 2013.

**Portaria N° 361/2013**

PORTARIA N° 361/2013

Concede Licença Premio a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 621/93,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, a servidor efetivo ANTONINA KUHN BESEN, ocupante do cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 40H, no mês de agosto de 2013, referente ao período aquisitivo de maio/2008 a maio/2013

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de julho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 05 de agosto de 2013.

**Extrato de Contrato N° 167/2013**

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 167/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 076/2013 - Dispensa de Licitação nº. 08/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUÇÕES E SERVIÇOS; Objeto: prestação de serviços pela CONTRATADA à CONTRATANTE de administração e emissão de documentos de legitimação através de cartões eletrônicos, magnéticos ou outros oriundos de tecnologia adequada, que permitam a aquisição de alimentação em estabelecimentos comerciais conveniados à Contratada, conforme previsto pela Portaria 03/2002 do Ministério do Trabalho que regulamenta o PAT, bem como a disponibilização, em tais cartões, dos respectivos benefícios (créditos); Valor do Contrato: 0,00 (zero reais) de taxa de administração mensalmente.

Antônio Carlos, 03 de julho de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal



O Poder Legislativo  
Municipal Acessível ao Cidadão

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

## Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Bimestrais de Arrecadação

MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

1.000,00

DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO										
REFERÊNCIA 3º BIMESTRE DE 2013										
Código	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ATÉ O BIMESTRE ANTERIOR			NO BIMESTRE DE REFERÊNCIA			ATÉ BIMESTRE DE REFERÊNCIA		
		PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA
	UNIDADE GESTORA PREFEITURA									
	RECEITAS PRIMÁRIAS									
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	2.957,60	2.919,22	(38,38)	1.834,00	1.877,55	43,55	4.791,60	4.796,77	5,17
0.1.01.000000	Recursos de Impostos p/MDEB - Mínimo de 25%	476,20	452,42	(23,78)	354,50	391,26	36,76	830,70	843,68	12,98
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ASPS – Mínimo de 15%	1.232,90	1.197,37	(35,53)	754,50	766,18	11,68	1.987,40	1.963,55	(23,85)
0.1.17.000000	Iluminação Pública	74,00	86,80	12,80	38,70	60,47	21,77	112,70	147,27	34,57
0.1.16.000000	Infra-Estrutura em Transporte	12,80	0,90	(11,90)	0,60	0,06	(0,54)	13,40	0,96	(12,44)
0.1.58.000000	MDEB	70,50	93,11	22,61	32,70	40,33	7,63	103,20	133,44	30,24
0.1.59.000000	Manutenção de Escolas	-	-	-	0,20	31,43	31,23	0,20	31,43	31,23
0.1.60.000000	Merenda Escolar – Ensino Fundamental	15,30	14,61	(0,69)	11,40	14,60	3,20	26,70	29,21	2,51
0.1.61.000000	Manutenção do Transporte Escolar	18,00	8,60	(9,40)	17,30	29,42	12,12	35,30	38,02	2,72
0.1.62.000000	Outras Transf. FNDE	-	0,04	0,04	-	0,02	0,02	-	0,06	0,06
0.1.18.000000	Remuneração Profis. Magistério – Mínimo 60%	462,20	496,56	34,36	239,10	259,47	20,37	701,30	756,03	54,73
0.1.19.000000	Manut. Desenv. Ensino Básico – Máximo 40%	306,70	330,18	23,48	158,40	172,62	14,22	465,10	502,80	37,70
0.1.54.000000	Melhoria do Trânsito – Parte Polícia Militar	3,45	2,91	(0,54)	1,40	2,25	0,85	4,85	5,16	0,31
0.1.55.000000	Melhoria do Trânsito – Parte Polícia Civil	3,45	2,91	(0,54)	1,40	2,26	0,86	4,85	5,17	0,32
0.1.56.000000	Melhoria do Trânsito - Parte PMAC	3,60	3,19	(0,41)	1,60	2,46	0,86	5,20	5,65	0,45
0.1.63.000000	Manutenção do FMAS	1,10	2,80	1,70	0,40	0,72	0,32	1,50	3,52	2,02
0.1.47.000000	Atendimento à Pessoa Idosa	3,00	0,01	(2,99)	0,75	-	(0,75)	3,75	0,01	(3,74)
0.1.24.000015	Implantação do Sistema de Esgoto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.24.000016	Pavimentação de Ruas	-	-	-	-	102,38	102,38	-	102,38	102,38
0.1.22.000005	Manut. Transp. Escolar – Ensino Fundamental	45,00	64,35	19,35	40,00	1,91	(38,09)	85,00	66,26	(18,74)
0.1.22.000071	Ampliação da Rede Ensino Infantil	-	69,87	69,87	-	1,91	1,91	-	71,78	71,78
0.1.22.000021	Ampliação da Rede Física Ensino Fundamental	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.24.000006	Manutenção Transporte Escolar – Segundo Grau	32,00	-	(32,00)	32,00	62,32	30,32	64,00	62,32	(1,68)
0.1.24.000008	Preserv. e Desenvolv. Patrimônio Histórico	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.24.000019	Equipamentos e Implementos Agrícolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.24.000023	Pavimentação de Ruas	-	0,02	0,02	-	0,01	0,01	-	0,03	0,03
0.1.24.000025	Construção de Pontes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.24.000075	Construção de Rede Pluvial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.24.000027	Reforma e Revitalização do Centro Cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.24.000009	Manutenção dos Serviços de Abast. De Água	1,00	15,15	14,15	1,00	10,13	9,13	2,00	25,28	23,28

Código	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ATÉ O BIMESTRE ANTERIOR			NO BIMESTRE DE REFERÊNCIA			ATÉ BIMESTRE DE REFERÊNCIA		
		PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA
0.1.53.000018	Construção Centro de Convivência	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.24.000073	Ministério Meio Ambiente	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.22.000074	Construção Quadra Esportiva	-	51,36	-	-	1,20	1,20	-	52,56	52,56
0.1.24.000069	Ministério da Integração - Defesa Civil	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.89.000013	Alienação de Veículos	0,40	0,04	(0,36)	0,20	19,34	19,14	0,60	19,38	18,78
0.1.24.000150	CEF - Unidades Habitacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.52.000048	FNAS - Fundo Social	-	-	-	-	0,95	0,95	-	0,95	0,95
0.1.52.000049	FNAS - FEAS	-	-	-	-	0,55	0,55	-	0,55	0,55
0.1.83.000000	Operação de Crédito	-	-	-	-	48,29	48,29	-	48,29	48,29
	<b>SOMA</b>	<b>5.719,20</b>	<b>5.812,42</b>	<b>93,22</b>	<b>3.520,15</b>	<b>3.900,09</b>	<b>379,94</b>	<b>9.239,35</b>	<b>9.712,51</b>	<b>473,16</b>
	<b>UNIDADE GESTORA FUNDO DA SAÚDE</b>									
	<b>RECEITAS PRIMÁRIAS</b>									
0.2.12.000000	Manutenção da Vigilância Sanitária	7,20	8,90	1,70	3,80	4,44	0,64	11,00	13,34	2,34
0.2.02.000000	Rendimentos de Recursos Próprios	1,60	2,47	0,87	0,80	2,11	1,31	2,40	4,58	2,18
0.2.64.000032	ASPS/PAB	58,40	50,59	(7,81)	29,20	25,49	(3,71)	87,60	76,08	(11,52)
0.2.66.000033	ASPS/Vigilância Sanitária	-	2,97	2,97	-	0,03	0,03	-	3,00	3,00
0.2.67.000034	ASPS/Farmácia Básica	12,50	9,61	(2,89)	8,00	9,61	1,61	20,50	19,22	(1,28)
0.2.66.000035	Epidemiologia e Controle de Doenças	6,70	10,72	4,02	3,35	0,03	(3,32)	10,05	10,75	0,70
0.2.64.000036	ASPS/PACS	62,00	63,57	1,57	31,00	32,49	1,49	93,00	96,06	3,06
0.2.64.000037	ASPS/PSF	89,20	85,58	(3,62)	44,60	42,82	(1,78)	133,80	128,40	(5,40)
0.2.64.000038	ASPS/Saúde Bucal	9,20	6,80	(2,40)	4,60	6,65	2,05	13,80	13,45	(0,35)
0.2.64.000039	ASPS/PSF - Estadual	21,60	35,29	13,69	10,80	18,10	7,30	32,40	53,39	20,99
0.2.64.000076	PMAQ	23,20	85,10	61,90	11,60	46,14	34,54	34,80	131,24	96,44
0.2.67.000040	ASPS/Farmácia Básica	11,60	11,32	(0,28)	5,80	5,72	(0,08)	17,40	17,04	(0,36)
0.2.23.000043	Ampliação Unidade Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>SOMA</b>	<b>303,20</b>	<b>372,92</b>	<b>69,72</b>	<b>153,55</b>	<b>193,63</b>	<b>40,08</b>	<b>456,75</b>	<b>566,55</b>	<b>109,80</b>
	<b>UNIDADE GESTORA IPREANCARLOS</b>									
	<b>RECEITAS PRIMÁRIAS</b>									
0.2.03.000000	Pagamento de Inativos e Pensionistas	620,00	552,70	(67,30)	400,00	140,17	(259,83)	1.020,00	692,87	(327,13)
	<b>SOMA</b>	<b>620,00</b>	<b>552,70</b>	<b>(67,30)</b>	<b>400,00</b>	<b>140,17</b>	<b>(259,83)</b>	<b>1.020,00</b>	<b>692,87</b>	<b>(327,13)</b>
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>6.642,40</b>	<b>6.738,04</b>	<b>95,64</b>	<b>4.073,70</b>	<b>4.233,89</b>	<b>160,19</b>	<b>10.716,10</b>	<b>10.971,93</b>	<b>255,83</b>

Antônio Carlos, 31 de Julho de 2013.

**ANTONIO PAULO REMOR**  
Prefeito Municipal

**ANA CARLA PRIM**  
Controladora Interna

**CARLICE B. SCHMITZ**  
Contadora



**Extrato da Ata de Registro de Preço N° 159/2013**  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço n°. 159/2013; Origem: Processo Licitatório n°. 072/2013 - Pregão Presencial n°. 052/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 12.580,00 (doze mil, quinhentos e oitenta reais); Prazo: 03/07/2013 - 02/07/2014.

Antônio Carlos, 03 de Julho de 2013.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**Extrato da Ata de Registro de Preço N° 160/2013**  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço n°. 160/2013; Origem: Processo Licitatório n°. 072/2013 - Pregão Presencial n°. 052/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 17.052,50 (dezessete mil, cinquenta e dois reais e cinquenta centavos); Prazo: 03/07/2013 - 02/07/2014.

Antônio Carlos, 03 de Julho de 2013.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**Extrato da Ata de Registro de Preço N° 161/2013**  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço n°. 161/2013; Origem: Processo Licitatório n°. 072/2013 - Pregão Presencial n°. 052/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 89.500,00 (oitenta e nove mil e quinhentos reais); Prazo: 03/07/2013 - 02/07/2014.

Antônio Carlos, 03 de Julho de 2013.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**Extrato da Ata de Registro de Preço N° 162/2013**  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço n°. 162/2013; Origem: Processo Licitatório n°. 072/2013 - Pregão Presencial n°. 052/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 58.710,00 (cinquenta e oito mil, setecentos e dez reais); Prazo: 03/07/2013 - 02/07/2014.

Antônio Carlos, 03 de Julho de 2013.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**Extrato da Ata de Registro de Preço N° 163/2013**  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço n°. 163/2013; Origem: Processo Licitatório n°. 072/2013 - Pregão Presencial n°. 052/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 8.044,00 (oito mil e quarenta e quatro reais); Prazo: 03/07/2013 - 02/07/2014.

Antônio Carlos, 03 de Julho de 2013.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**Extrato da Ata de Registro de Preço N° 164/2013**  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço n°. 164/2013; Origem: Processo Licitatório n°. 072/2013 - Pregão Presencial n°. 052/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: DIMACI/MG MATERIAL CIRÚRGICA LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 23.596,15 (vinte e três mil, quinhentos e noventa e seis reais e quinze centavos); Prazo: 03/07/2013 - 02/07/2014.

Antônio Carlos, 03 de Julho de 2013.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**Extrato da Ata de Registro de Preço N° 165/2013**  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço n°. 165/2013; Origem: Processo Licitatório n°. 072/2013 - Pregão Presencial n°. 052/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 315,00 (trezentos e quinze reais); Prazo: 03/07/2013 - 02/07/2014.

Antônio Carlos, 03 de Julho de 2013.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**Extrato da Ata de Registro de Preço N° 166/2013**  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço n°. 166/2013; Origem: Processo Licitatório n°. 072/2013 - Pregão Presencial n°. 052/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 15.870,00 (quinze mil, oitocentos e setenta reais); Prazo: 03/07/2013 - 02/07/2014.

Antônio Carlos, 03 de Julho de 2013.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**Extrato da Ata de Registro de Preço N° 168/2013**  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço n°. 168/2013; Origem: Processo Licitatório n°. 073/2013 - Pregão Presencial n°. 053/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: PETRY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. ME; Objeto: aquisição parcelada de materiais para a manutenção e conservação das estradas vicinais, para uso da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Municipal de Antônio Carlos /SC; Valor: R\$ 11.450,00 (onze mil, quatrocentos e cinquenta reais); Prazo: 04/07/2013 - 03/07/2014.

Antônio Carlos, 04 de Julho de 2013.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**Extrato da Ata de Registro de Preço N° 169/2013**  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço n°. 169/2013; Origem: Processo Licitatório n°. 073/2013 - Pregão Presencial n°. 053/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: ELIZABETH RIBEIRO INÁCIO DA SILVA EPP; Objeto: aquisição parcelada de materiais para a manutenção e conservação das estradas vicinais, para uso da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Municipal de Antônio Carlos /SC; Valor: R\$ 30.304,00 (trinta mil, trezentos e quatro reais); Prazo: 04/07/2013 - 03/07/2014.

Antônio Carlos, 04 de Julho de 2013.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**Extrato da Ata de Registro de Preço N° 170/2013**  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço n°. 170/2013; Origem: Processo Licitatório n°. 074/2013 - Pregão Presencial n°. 054/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: SABIAZINHO EXTRAÇÃO MINERAL LTDA ME; Objeto: locação de horas de serviços de máquina com equipamentos para reconstrução/recuperação das estradas vicinais do perímetro rural e manutenção dos serviços urbanos do município de Antônio Carlos; Valor: R\$ 282.500,00 (duzentos e oitenta e dois mil e quinhentos reais); Prazo: 08/07/2013 - 07/07/2014.

Antônio Carlos, 08 de Julho de 2013.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**Extrato da Ata de Registro de Preço N° 171/2013**  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço n°. 171/2013; Origem: Processo Licitatório n°. 074/2013 - Pregão Presencial n°. 054/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: OLIVEIRA CULTIVO E COMÉRCIO DE GRAMAS LTDA; Objeto: locação de horas de serviços de máquina com equipamentos para reconstrução/recuperação das estradas vicinais do perímetro rural e manutenção dos serviços urbanos do município de Antônio Carlos; Valor: R\$ 296.250,00 (duzentos e noventa e seis mil e duzentos e cinquenta reais); Prazo: 08/07/2013 - 07/07/2014.

Antônio Carlos, 08 de Julho de 2013.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**Extrato da Ata de Registro de Preço N° 172/2013**  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço n°. 172/2013; Origem: Processo Licitatório n°. 074/2013 - Pregão Presencial n°. 054/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: N&S SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM E ESCAVAÇÕES LTDA - ME; Objeto: locação de horas de serviços de máquina com equipamentos para reconstrução/recuperação das estradas vicinais do perímetro rural e manutenção dos serviços urbanos do município de Antônio Carlos; Valor: R\$ 127.500,00 (cento e vinte e sete mil e quinhentos reais); Prazo: 08/07/2013 - 07/07/2014.

Antônio Carlos, 08 de Julho de 2013.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**Biguaçu****PREFEITURA****Decreto N° 120/2013**

DECRETO N° 120/2013 DE 30 DE JULHO DE 2013.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, AMIGÁVEL OU JUDICIAL, OS BENS IMÓVEIS CONSTANTES DAS SEGUINTE ÁREAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu,

CONSIDERANDO se tratar de obra de relevante interesse público e social;

CONSIDERANDO que o Município de Biguaçu e sua população beneficiar-se-ão como um todo;

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública e social, para fins de aquisição por doação ou desapropriação, amigável ou judicial, imóvel para área esportiva na localidade de São Marcos no bairro Três Riachos.

Parágrafo único. O imóvel é de propriedade dos Senhores: ROSETE FURTUOSO BORBA, ROSELI FURTUOSO, AMILTON REDUZINHO FURTUOSO, ADENISE REDUZINO FURTUOSO, e ODETE ROSA FURTUOSO; localizado na estrada Geral de São Marcos, no bairro Três Riachos, neste município, com aproximada área de 12.600,00m².

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de julho de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS  
Escriturária

**Portaria N° 2308/2013**  
PORTARIA N° 2308/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:  
CONCEDER EXONERAÇÃO a(o) funcionária(o) ELIZABETH BERNARDINA PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I, da Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal desta Municipalidade, em razão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, de acordo com o Decreto Municipal 112/2013, concedida pelo PREVBIGUAÇU, a partir de 01/08/2013.

Biguaçu, 01 de agosto de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2309/2013**  
PORTARIA N° 2309/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), GILBERTO LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7594/2013 em anexo no período de 17/07/2013/2013 a 05/08/2013.

Biguaçu, 01 de agosto de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2310/2013**  
PORTARIA N° 2310/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), FERNANDA OLIVEIRA BOTELHO, ocupante do Cargo efetivo de MERENDEIRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7340 e 7579/2013 em anexo no período de 18/07/2013 a 06/08/2013.

Biguaçu, 01 de agosto de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2311/2013**  
PORTARIA N° 2311/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), IVONETE FERREIRA CORREA, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7648/2013 em anexo no período de 30/07/2013 a 28/08/2013.

Biguaçu, 01 de agosto de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2312/2013**  
PORTARIA N° 2312/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), ELIZANDRA SILVA FLORENÇO MARQUES, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7646/2013 em anexo no período de 30/07/2013 a 02/08/2013.

Biguaçu, 01 de agosto de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2313/2013**  
PORTARIA N° 2313/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARCELA LIRA REIS, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7719/2013 em anexo no período de 29/07/2013 a 27/08/2013.

Biguaçu, 01 de agosto de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração



**Portaria N° 2314/2013**

PORTARIA N° 2314/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LUZIMAR ALDENA SAGAS BELLING, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 7613/2013 em anexo no período de 29/07/2013 a 27/08/2013.

Biguaçu, 01 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2315/2013**

PORTARIA N° 2315/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER READAPTAÇÃO à(o) funcionária (o), MARLI MABONI MOREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, de acordo com a Perícia Médica anexada, no Processo n° 7707/2013 período de 29/07/2013 a 24/01/2014.

Biguaçu, 01 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2316/2013**

PORTARIA N° 2316/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ELAINE ROBERTA CORREA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 7705/2013 em anexo no período de 29/07/2013 a 27/08/2013.

Biguaçu, 01 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2317/2013**

PORTARIA N° 2317/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER READAPTAÇÃO à(o) funcionária (o), LUCIANE ROCHA DE CARVALHO FLORENÇO, ocupante do Cargo Efetivo de

PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, de acordo com a Perícia Médica anexada, no Processo n° 7540/2013 período de 02/08/2013 a 19/12/2013.

Biguaçu, 01 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2318/2013**

PORTARIA N° 2318/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ADRIANO LUIZ VICENTE, ocupante do Cargo temporário de MÉDICO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 7651/2013 em anexo no período de 29/07/2013 a 08/07/2013.

Biguaçu, 01 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2319/2013**

PORTARIA N° 2319/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARTA ALFAMA CARDOSO, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 7601/2013 em anexo no período de 19/07/2013 a 02/08/2013.

Biguaçu, 01 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Contrato Número 10.120/2013 - PP 50/2013 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.120/2013

PROCESSO: PP 50/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA OS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: ALTERMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.

Valor: R\$ 408,60 (QUATROCENTOS E OITO REAIS E SESSENTA CENTAVOS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**Contrato Número 10.121/2013 Processo: PP 50/2013 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.121/2013  
PROCESSO: PP 50/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA OS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: ACT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME

Valor: R\$ 2.910,00 (DOIS MIL NOVECENTOS E DEZ REAIS).  
Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**Contrato Número 10.124/2013 - Processo: PP 50/2013 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.124/2013  
PROCESSO: PP 50/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA OS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: FLEXFORMA COMERCIAL DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA.

Valor: R\$ 27.353,00 (VINTE E SETE MIL TREZENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS).  
Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**Contrato Número 10.126/2013 - Processo: PP 50/2013 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.126/2013  
PROCESSO: PP 50/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA OS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA EPP

Valor: R\$ 16.229,28 (DEZESSEIS MIL DUZENTOS E VINTE E NOVE REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS).  
Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**Contrato Número 10.127/2013 - Processo: PP 49/2013 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.127/2013  
PROCESSO: PP 49/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO DOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: ALTERMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.

Valor: R\$ 17.515,95 (DEZESSETE MIL QUINHENTOS E QUINZE REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS).  
Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**Contrato Número 10.129/2013 Processo: PP 49/2013 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.129/2013  
PROCESSO: PP 49/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO DOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: ACT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME

Valor: R\$ 2.535,00 (DOIS MIL QUINHENTOS E TRINTA E CINCO REAIS).  
Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**Contrato Número 10.133/2013 - Processo: PP 49/2013 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.133/2013  
PROCESSO: PP 49/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO DOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DA SECRETARIA

**MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.**

Contratado: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA EPP

Valor: R\$ 2.171,50 (DOIS MIL CENTO E SETENTA E UM REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

**Contrato Número 10.135/2013 - Processo: PP 49/2013 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.135/2013

PROCESSO: PP 49/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO DOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME

Valor: R\$ 15.460,05 (QUINZE MIL QUATROCENTOS E SESSENTA REAIS E CINCO CENTAVOS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

**Contrato Número 10.138/2013 - Processo: Convite 73/2013 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.138/2013

PROCESSO: CONVITE 73/2013 - FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA UNIDADE DE SAÚDE DE CACHOEIRAS.

Contratado: CAMPOS & CAMPOS ENGENHARIA LTDA ME.

Valor: R\$ 71.566,61 (SETENTA E UM MIL QUINHENTOS E SESSENTA E UM REAIS E SESSENTA E UM CENTAVOS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

## Caçador

### IPASC

**Portaria N.º 611, de 10 de Julho de 2013.**

PORTARIA n.º 611, de 10 de julho de 2013.

Contrata por prazo determinado IVANDRO JOSÉ BOGONI.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006,

**RESOLVEM:**

Art. 1º. Contratar por prazo determinado, IVANDRO JOSÉ BOGONI, para exercer o cargo de Contador, em virtude da servidora titular estar em licença para tratamento de saúde de familiar, com a carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, pelo período de 10 de julho de 2013 a 19 de julho de 2013, com as atribuições inerentes ao cargo do Grupo Ocupacional Superior, Anexo I da Lei Complementar n.º 093, de 29/12/06, suas alterações e regimento interno do IPASC.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 10 de julho de 2013.

ALCEDIR FERLIN

DIRETOR PRESIDENTE.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

**Portaria N.º 613, de 19 de Julho de 2013.**

PORTARIA n.º 613, de 19 de julho de 2013.

Concede férias a KAREN FERNANDA RIBEIRO, Contadora do IPASC.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, mais o previsto no art. 114, da Lei Complementar n.º 56, de 20/12/2004,

**RESOLVEM:**

Art. 1º. Conceder férias à Servidora KAREN FERNANDA RIBEIRO, ocupante do cargo de Contador do IPASC, por trinta (30) dias, referente ao período de aquisição de 01/06/2011 a 31/05/2012, com início de gozo a contar desta data até o dia 17 de agosto de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 19 de julho de 2013.

ALCEDIR FERLIN

DIRETOR PRESIDENTE.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

**Portaria N.º 614, de 19 de Julho de 2013.**

PORTARIA n.º 614, de 19 de julho de 2013.

Prorroga prazo de contratação de IVANDRO JOSÉ BOGONI, contratado pela Portaria n.º 611, de 10/07/2013.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006,

**RESOLVEM:**

Art. 1.º. Prorrogar até 17 de agosto de 2013, o contrato por prazo determinado de IVANDRO JOSÉ BOGONI, contratado pela Portaria n.º 611, de 10/07/2013, para exercer o cargo de Contador, em virtude da titular Karen Fernanda Ribeiro estar em gozo de férias regulares, cumprindo a carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com as atribuições inerentes ao cargo do Grupo Ocupacional Superior, Anexo I da Lei Complementar n.º 093, de 29/12/06, suas alterações e regimento interno do IPASC.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 19 de julho de 2013.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

**Portaria N.º 615, de 25 de Julho de 2013.**

PORTARIA n.º 615, de 25 de julho de 2013.

Cessa o pagamento de quota individual de pensão por morte, da pensionista CAMILA PAVELSKI.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, mais o previsto em seu Artigo 40, § 3º e 4º,

**RESOLVEM:**

Art. 1º. Cessar o pagamento de quota individual de pensão por morte concedida a CAMILA PAVELSKI, Matrícula 5939, pela Portaria n.º 568, de 18/01/2013, dependente do Servidor falecido Ivonei Antonio Pavelski, por ter completado a maioridade.

Art. 2º Reverte a quota aos demais dependentes, Lili Richter Pavelski e Leandro Pavelski, na proporção de 50% do valor do benefício, para cada um dos dependentes.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 25 de julho de 2013.

ALCEDIR FERLIN

DIRETOR PRESIDENTE.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

**Portaria N.º 610, de 10 de Julho de 2013.**

PORTARIA N.º 610, de 10 de julho de 2013.

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC, nos termos do art. 113, da Lei Complementar n.º 056, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER a Servidora Pública Municipal KAREN FERNANDA RIBEIRO, ocupante do cargo de Contadora, pertencente ao Grupo Ocupacional - Superior, com exercício de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, 10 (dez) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme atestado médico, a contar de 10 de julho de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 10 de julho de 2013.

ALCEDIR FERLIN

DIRETOR PRESIDENTE.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

**Processo de Licitação N.º 06/2013 Inexigibilidade N.º 02/2013 Convênio N.º 02/2013**

Processo de Licitação n.º 06/2013

Inexigibilidade n.º 02/2013

Convênio n.º 02/2013

Convênio entre IPASC e EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A, CNPJ/MF sob o no 38.733.648/0026-06, com sede na cidade de Londrina-Paraná, Rua Marselha, 183, mantenedora da UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ LTDA. OBJETO: auxílio financeiro para Servidora do IPASC, destinado ao custeio parcial da mensalidade (bolsa de estudos). VALOR: R\$ 126,00 mensais. PRAZO: até 31/12/2013. Caçador, 30/07/2013. Alcedir Ferlin, Diretor Presidente do IPASC. PAULO RICARDO TORRES DINIZ e EDUARDO LUIZ BERMEJO, pela Conveniada

**Camboriú**

**PREFEITURA**

**Decreto N.º 1688/2013**

DECRETO N.º 1.688/2013

Dispõe sobre a nomeação dos Membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO que o § 7º do art. 8º da Lei Municipal n.º 1.177 de 14 de dezembro de 1995 estabelece que a designação dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social será feita por ato do Poder Executivo;

DECRETA:



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



Art. 1º Ficam nomeados os membros integrantes do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Camboriú, formado por representantes de Órgãos Públicos e Organizações não Governamentais, na forma que segue:

§ 1º Representantes de Órgãos Públicos:

I - representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social:

- a) titular: Rafaela Silva Campos;
- b) suplente: Laura Hilgenberg Ijaille Alves Zenckner.

II - representante da Secretaria Municipal de Saúde:

- a) titular: Márcia Regina Freitag;
- b) suplente: Claudia Winckler.

III - representante da Secretaria Municipal de Educação:

- a) titular: Celi Utrera Stevanin;
- b) suplente: Sidnéia Teixeira Pereira.

IV - representante da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano:

- a) titular: Carina Goulart;
- b) suplente: Rodrigo Meirinho Morimoto.

V - representante da Secretaria Municipal de Finanças:

- a) titular: Viviane Zimmermann;
- b) suplente: Marister Rocha.

VI - representante das Escolas Estaduais do Município de Camboriú:

- a) titular: Maria de Lourdes Dalago Pedroso;
- b) suplente: Rosa Galdini Pontaldi.

§ 2º representantes de Organizações não Governamentais:

I - representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Camboriú:

- a) titular: Leda Maria Cavallieri Vendrusculo;
- b) suplente: Lisete Maria Shimitt Garcia.

II - representante da Fundação Lar da Terceira Idade Padre Antônio Dias:

- a) titular: Paola Rejane Hoffmann;
- b) suplente: Edir Russi.

III - representante da Pastoral da Criança de Camboriú:

- a) titular: Açoely Benevenuti Faqueti;
- b) suplente: Gladys Pereira.

IV - representantes da União das Associações de Moradores de Camboriú - UAMCA:

- a) titulares: Eliete Alves e Ivo Pinto Ribeiro;
- b) suplentes: Miguel Eufrazino de Lima e Almeris Antoninho de Moraes.

V - representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camboriú:

- a) titular: Silvio Matias;
- b) suplente: Dalva Severino.

Art. 2º Os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social exercerão suas funções com base nas competências que lhes são atribuídas pela legislação municipal vigente e pela legislação federal.

Art. 3º Os membros do Conselho Municipal de Assistência Social são eleitos para exercer o mandato de 02 (dois) anos.

Art. 4º As atividades exercidas pelos membros do Conselho

Municipal de Assistência Social não serão remuneradas, sendo os serviços prestados considerados de relevância social.

Art. 5º Fica revogado o Decreto n.º 1.307, de 11 de agosto de 2011.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,

Em, 31 de julho de 2013.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração

**PR 13/13 - FMAS**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2013- FMAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE REPARO, CONserto E REVISÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAS PARA OS VEICULOS KOMBI MIF 5134, FOX MIH 3393, GOL MHU 8074, GOL MIV 1148, KOMBI MEW 3986, GOL MIM 1062 FROTA PERTECENTE Á SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 14 (Catorze) de Agosto de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 01 de Agosto de 2013.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

**Resultado do PR 007/2013 - FMAS**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2013-FMAS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi "DESERTA".

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 01 de Agosto de 2013.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO



**Editais de Aplicação de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito N° 194 - 746, 748, 750, 753, 755, 759, 776/2011**

Editais de Penalidade

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

**DETRAN - DEINFRA****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 194 746/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABK1485	55952707C	5525/0	03/06/2011	R\$ 85,12	181 * XV
MAV8900	55951970C	5010/0	07/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
MBF6754	55952726C	6599/2	04/07/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBL4374	55952704C	5010/0	31/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
MCH8259	55951781C	5720/0	02/06/2011	R\$ 127,69	186 * I
MFZ2395	55952888C	5657/0	09/07/2011	R\$ 85,12	182 * IX
MHL6037	55952060C	7056/1	10/07/2011	R\$ 191,53	244 * III
MHL6037	55953003C	7056/1	10/07/2011	R\$ 191,53	244 * III
MHL6037	55953004C	6556/1	10/07/2011	R\$ 191,53	230 * I
MHL6037	55953005C	7030/2	10/07/2011	R\$ 191,53	244 * I
MHW4594	55951787C	5878/0	06/06/2011	R\$ 85,12	199

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 29 DE JULHO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 748/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBN5058	55541632B	5819/0	17/06/2008	R\$ 574,61	193
MBO8536	54886584B	5568/0	16/06/2008	R\$ 127,69	181 * XIX
MFR1311	55541112B	7323/0	30/05/2008	R\$ 85,13	252 * II
MHT1655	55951788C	5975/0	10/06/2011	R\$ 127,69	204

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 29 DE JULHO DE 2013

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLÍCIA

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET**  
**DETRAN - DEINFRA**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 750/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIP8203	55373723C	6920/0	20/06/2011	R\$ 127,69	233
IBL5599	55372107C	5010/0	13/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
MBN7015	55373707C	6920/0	20/06/2011	R\$ 127,69	233
MCP9304	55952851C	7030/1	15/06/2011	R\$ 191,53	244 * I
MEB5304	55952856C	7048/1	16/06/2011	R\$ 191,53	244 * II
MEK7480	55948893C	6645/0	31/05/2011	R\$ 127,69	230 * X
MGX8238	55373136C	7099/1	13/06/2011	R\$ 85,12	244 * VII
MGX8238	55949755C	6653/1	02/06/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MIS8172	55952866C	6602/0	17/06/2011	R\$ 191,53	230 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 29 DE JULHO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET**  
**DETRAN - DEINFRA**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 753/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

PIAcA	Auto dE Infração	Código dA Infração / DEsdobrAmEnto	DAtA dA Infração	VALor dA Infração	EnquAdrAmEnto
MHP4690	55372103C	5010/0	07/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
MHP4690	55372104C	5061/0	07/07/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MHP4690	55372105C	5282/0	07/07/2011	R\$ 957,69	176 * I
MHT0984	55371528C	5258/3	14/08/2010	R\$ 957,69	174
MHT0984	55374130C	7064/0	11/09/2010	R\$ 191,53	244 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 29 DE JULHO DE 2013

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET**  
**DETRAN - DEINFRA**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO**  
**DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 755/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAI6339	55952809C	6599/2	14/07/2011	R\$ 191,53	230 * V
DQL4903	55373729C	6920/0	20/06/2011	R\$ 127,69	233
IHZ1899	55371608C	6599/2	03/02/2010	R\$ 191,53	230 * V
IHZ1899	55371609C	6912/0	03/02/2010	R\$ 53,20	232
LWV4673	55373715C	6920/0	20/06/2011	R\$ 127,69	233
LXP3589	55953175C	6050/1	07/08/2011	R\$ 191,53	208
LXU5964	55953017C	6920/0	11/07/2011	R\$ 127,69	233
LYT4954	55373732C	6920/0	20/06/2011	R\$ 127,69	233
MBW3165	55373738C	6920/0	20/06/2011	R\$ 127,69	233
MHA0389	55951199C	7366/2	11/07/2011	R\$ 85,12	252 * VI
MHT0984	55373296C	5274/1	30/09/2010	R\$ 191,53	175
MHT0984	55373297C	7056/1	30/09/2010	R\$ 191,53	244 * III
MIP2344	55952903C	6041/2	04/07/2011	R\$ 127,69	207

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 29 DE JULHO DE 2013

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET**  
**DETRAN - DEINFRA**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO**  
**DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 759/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEK8762	55952918C	6599/2	20/07/2011	R\$ 191,53	230 * V
AEK8762	55952919C	6912/0	20/07/2011	R\$ 53,20	232
AEK8762	55952920C	5045/0	20/07/2011	R\$ 191,53	162 * V
AKO8109	55950371C	6912/0	21/06/2011	R\$ 53,20	232
AKO8109	55950372C	6599/2	21/06/2011	R\$ 191,53	230 * V
APJ0288	55952691C	5061/0	05/08/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LWR3316	55953190C	6653/1	14/08/2011	R\$ 127,69	230 * XI
LWR3316	55953191C	6602/0	14/08/2011	R\$ 191,53	230 * VI
LXG7704	55953276C	6599/2	03/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBY9893	55951795C	5010/0	29/08/2011	R\$ 574,61	162 * I
MBY9893	55951796C	5061/0	29/08/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MCG6882	55952062C	5525/0	27/07/2011	R\$ 85,12	181 * XV
MCM0101	55371981C	6599/2	11/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCR0822	55952124C	6599/2	31/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
MEX6781	55952874C	6602/0	18/06/2011	R\$ 191,53	230 * VI
MGR7252	55002196D	5169/1	03/09/2011	R\$ 957,69	165
MGR7252	55002197D	5045/0	03/09/2011	R\$ 191,53	162 * V
MGR7252	55002198D	6599/2	03/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
MGR7252	55002199D	6912/0	03/09/2011	R\$ 53,20	232
MGR7252	55002200D	6556/5	03/09/2011	R\$ 191,53	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 29 DE JULHO DE 2013

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLÍCIA



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 776/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ANR0712	55003159D	6726/1	25/10/2011	R\$ 127,69	230 * XVIII
ANR0712	55953287C	6599/2	25/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
CAX7749	55952740C	5819/2	10/08/2011	R\$ 574,61	193
CJT3415	55002462D	6920/0	09/09/2011	R\$ 127,69	233
IJI1033	55951509C	5185/1	11/04/2011	R\$ 127,69	167
IJI1033	55951677C	5185/1	13/04/2011	R\$ 127,69	167
LBG1994	55952562C	6599/2	16/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
LBG1994	55952765C	6610/2	27/09/2011	R\$ 127,69	230 * VII
LBG1994	55952766C	6637/2	27/09/2011	R\$ 127,69	230 * IX
LXL1131	55002864D	5010/0	29/10/2011	R\$ 574,61	162 * I
LXL1131	55002865D	6599/2	29/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
LZH2098	55002216D	5568/0	29/08/2011	R\$ 127,69	181 * XIX
MAN9136	55002113D	5819/2	30/08/2011	R\$ 574,61	193
MAS3370	55002277D	6130/0	19/08/2011	R\$ 191,53	214 * II
MAU2265	55002329D	5010/0	04/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
MAU2265	55002330D	6599/2	04/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
MAV2863	55952500C	6130/0	06/05/2011	R\$ 191,53	214 * II
MBK3436	55002835D	5185/1	12/10/2011	R\$ 127,69	167
MBP2388	55948635C	5908/0	01/08/2011	R\$ 127,69	202 * I
MCE6483	55373683C	6599/2	23/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCN2484	55374235C	6653/1	23/03/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MCN2484	55950173C	6653/1	28/01/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MCV2403	55002148D	6769/1	22/09/2011	R\$ 85,12	230 * XXII
MDI7850	55003327D	6599/2	28/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
MDP7886	55002707D	6599/2	25/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
MDP7886	55002708D	6912/0	25/09/2011	R\$ 53,20	232

MDX3698	55003365D	5010/0	24/10/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDZ5401	55951884C	5185/2	01/05/2011	R\$ 127,69	167
MDZ5401	55951885C	5835/0	01/05/2011	R\$ 127,69	195
MEA3626	55953104C	5819/2	25/07/2011	R\$ 574,61	193
MFE4330	55949886C	5738/0	18/02/2011	R\$ 191,53	186 * II
MFV7242	55952825C	5819/2	25/10/2011	R\$ 574,61	193
MGS1395	55952071C	7366/2	12/08/2011	R\$ 85,12	252 * VI
MGW4308	55952213C	5185/2	25/04/2011	R\$ 127,69	167
MGX5065	55952573C	6653/1	24/08/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MGX8238	55003368D	6637/1	22/10/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MHC7193	55002101D	5738/0	13/08/2011	R\$ 191,53	186 * II
MHP4828	55003355D	6637/1	23/10/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MHQ7456	55372736C	5819/2	30/11/2010	R\$ 574,61	193
MIP5099	55002566D	5401/0	10/09/2011	R\$ 127,69	181 * III
MIT6763	55003379D	5010/0	27/10/2011	R\$ 574,61	162 * I
MIT6763	55003380D	7056/1	27/10/2011	R\$ 191,53	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 29 DE JULHO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### Lei Nº 3.997 de 01 de Agosto de 2013

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 3.997 DE 01 DE AGOSTO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

03.00 - Secretaria Municipal de Administração

03.01 - Serviços de Administração

04.122.0109.2.102 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração

300000.00.136 - Despesas Correntes

330000.00.136 - Outras Despesas Correntes

339000.00.136 - Aplicações Diretas

339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 40.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

08.03 - Serviços de Obras e Serviços Públicos

15.451.0048.2.025 - Iluminação Pública

300000.00.168 - Despesas Correntes

330000.00.168 - Outras Despesas Correntes

339000.00.168 - Aplicações Diretas

339039.00.168 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 40.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 01 de agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 01/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 3.998 de 01 de Agosto de 2013

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 3.998 DE 01 DE AGOSTO DE 2013

ALTERA A LEI Nº. 3979, DE 19 DE JUNHO DE 2013 QUE DISCIPLINA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE EXECUTADOS EM UNIDADES HOSPITALARES.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI: Art.1º) O inciso II do art. 2º da Lei Municipal n. 3.979, de 19 de junho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

II - por hospital privado sediado no território do Município de Campo Alegre, se houve e se esta participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, caso em que será lícito à Administração Municipal a celebração de contrato ou convênio com entidade sem fins lucrativos, preferencialmente filantrópica, inclusive com a cessão de bens móveis ou imóveis; "

Art.2º) Ficam revogados os §§ 1º a 5º do art. 2º da Lei Municipal n. 3.979, de 19 de junho de 2013.

Art.3º) Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 01 de agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 01/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto Nº 7.872 de 01 de Agosto de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.872 DE 01 DE AGOSTO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.910 de 17 de dezembro de 2012; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

05.00 - Secretaria Municipal de Educação

05.02 - Serviço de Ensino Fundamental

12.361.0010.2.105 - Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental

300000.00.519 - Despesas Correntes

330000.00.519 - Outras Despesas Correntes

339000.00.519 - Aplicações Diretas

339030.00.519 - Material de Consumo R\$ 10.000,00

Art.2º) O crédito a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

05.00 - Secretaria Municipal de Educação

05.02 - Serviço de Ensino Fundamental

12.361.0010.2.105 - Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental

300000.00.519 - Despesas Correntes

330000.00.519 - Outras Despesas Correntes

339000.00.519 - Aplicações Diretas

339039.00.519 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$

10.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 01 de agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 01/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto N° 7.873 de 01 de Agosto de 2013**

Gabinete do Prefeito

DECRETO N° 7.873 DE 01 DE AGOSTO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 3.997 de 01 de agosto de 2013:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

03.00 - Secretaria Municipal de Administração

03.01 - Serviços de Administração

04.122.0109.2.102 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração

300000.00.136 - Despesas Correntes

330000.00.136 - Outras Despesas Correntes

339000.00.136 - Aplicações Diretas

339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 40.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

08.03 - Serviços de Obras e Serviços Públicos

15.451.0048.2.025 - Iluminação Pública

300000.00.168 - Despesas Correntes

330000.00.168 - Outras Despesas Correntes

339000.00.168 - Aplicações Diretas

339039.00.168 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 40.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 01 de agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e

3.386 em: 01/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria N° 10.230 de 01 de Agosto de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.230 DE 01 DE AGOSTO DE 2013

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio a Servidora Pública, ocupante do cargo de público e na função de Professora Auxiliar, ALINE DAIANE LIEBL Matrícula Funcional nº 000518, Registro no Sistema sob nº 954616, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 25 de fevereiro de 2008 a 25 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará sua Licença Prêmio no período de 01 de agosto de 2013 a 30 de agosto de 2013.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24 de julho de 2013.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 10.137 de 24 de julho de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/ SC, 01 de agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 01/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria N° 10.231 de 02 de Agosto de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.231 DE 02 DE AGOSTO DE 2013

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio a Servidora Pública, ocupante do cargo de público de Professor I na função de Professor Educação Infantil Anos Iniciais, SOLANGE REGINA DS PASSOS, Matrícula Funcional nº 000195, Registro no Sistema sob nº 714500, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 15 de fevereiro de 2008 a 15 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará sua Licença Prêmio no período de 05 de agosto de 2013 a 03 de agosto de 2013.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/ SC, 02 de agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 02/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 10.232 de 02 de Agosto de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.232 DE 02 DE AGOSTO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, TEREZINHA SIMÕES DE FARIAS FUCKNER, Matrícula Funcional nº 358, Registro no Sistema sob nº 334720, referente ao período aquisitivo 07 de julho de 2011 a 06 de julho de 2012.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 05 de agosto de 2013 a 14 de agosto de 2013, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 02 de agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 02/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 10.233 de 02 de Agosto de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.233 DE 02 DE AGOSTO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Comunitário de Saúde, ELISABETE PERPÉtua DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000532, Registro no Sistema sob nº 954635, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 05 de agosto de 2013 a 24 de agosto de 2013, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 02 de agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 02/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 10.234 de 02 de Agosto de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.234 DE 02 DE AGOSTO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias ao Servidor Público ocupante do cargo público de Médico II, na função de Médico Pediatra, MARCELO DOS SANTOS TEIXEIRA, Matrícula Funcional nº 000665, Registro no Sistema sob nº 955092, referente ao período aquisitivo 02 de julho de 2012 a 31 de dezembro de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 05 de agosto de 2013 a 19 de agosto de 2013, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 02 de agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 02/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Revogação do Processo Licitatório 81/2013**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

Nº 81/2013, MODALIDADE PREGÃO

O processo licitatório epigrafado foi REVOGADO em 01 de agosto de 2013, pelo motivo de fato superveniente devidamente justificado em parecer jurídico constante do processo. Está aberto prazo

recursal que trata o art. 109, I, c, da Lei Federal 8.666/93 e alterações. Publique-se.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

## Campos Novos

### PREFEITURA

#### Decreto N° 6.778/13

DECRETO N° 6.778/2013 DE 29/07/2013

APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando parecer técnico do Departamento de Engenharia, nos autos do Processo Administrativo nº 43.322;

Considerando as disposições da Lei Federal nº 6.766, Lei Estadual nº 6.063, c/c artigos 55, §2º, 57, inciso III, e §4º da Lei Complementar nº 03 de 28 de maio de 2007 - Plano Diretor;

Com amparo no artigo 100, incisos VIII - XVIII da Lei Orgânica do município,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento do terreno urbano de propriedade do Poder Executivo Municipal - Prefeitura Municipal de Campos Novos, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.232/0001-74, com a área de 4.121,00 m² (quatro mil cento e vinte e um metros quadrados), matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Campos Novos sob nº 27.895.

Art. 2º. O imóvel mencionado no artigo primeiro possui área triangular e as seguintes confrontações:

Norte: com a Rua Jairo José Granzotto em 111,38 metros;  
Sul: com terras do Patrimônio Municipal em 66,35 metros e com Maria da Conceição Souza em 67,37 metros;  
Oeste: com Altair Granzotto em 60,08 metros; com a Rua Zulmiro Manfredi em 12,00 metros e com João Batista Stefanês em 1,92 metros.

Art. 3º. O desmembramento autorizado por este decreto, dá origem a 2 (duas) unidades imobiliárias autônomas com as seguintes características e confrontações:

Lote 01 com a área superficial de 3.256,00 m² e as seguintes confrontações:

Norte: com a Rua Jairo José Granzotto em 61,00 metros;  
Sul: com terras do Patrimônio Municipal em 66,35 metros e com Maria da Conceição Souza em 3,85 metros;  
Leste: com o lote 02 em 34,46 metros;  
Oeste: com Altair Granzotto em 60,08 metros; com a Rua Zulmiro Manfredi em 12,00 metros e com João Batista Stefanês em 1,92 metros.

Lote 02 com a área triangular superficial de 865,00 m² e as seguintes confrontações:

Norte: com a Rua Jairo José Granzotto em 50,38 metros;  
Sul: com Maria da Conceição Souza em 63,52 metros;  
Oeste: com o lote 01 em 34,46 metros.

Art. 4º. Ficam aprovadas as plantas e memoriais descritivos das unidades imobiliárias descritas no artigo 3º deste decreto.

Art. 5º. Ficam autorizados os Tabelionatos e Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Campos Novos, a promoverem a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias a transferência de domínio e registro dos imóveis objeto deste decreto.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
29 de julho de 2013.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

#### Aviso PP N° 25/2013 Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 25/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 16/08/2013 às 09:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA A UNIDADE BASICA DE SAUDE CENTRAL E ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS CONFORME PORTARIA MS 2.198 DE 17 DE SETEMBRO DE 2009. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br), ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 05 de agosto de 2013.

NELSON LUIZ DE PAULA  
Secretário Municipal de Saúde

## Canoinhas

### PREFEITURA

#### Portaria N° 12/2013

PORTARIA N° 12/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, o disposto na Lei nº 4.138 de 21/03/2007, resolve:

#### AUTORIZAR

Art. 1º. Fica autorizado o servidor JOSÉ CARVALHO JUNIOR, efetivo no cargo de Professor, à disposição da Fundação Municipal de Esportes, a perceber adiantamento conforme o disposto na Lei nº 4.138 de 21/03/2007, visando atender a realização de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

§1º. O adiantamento de que trata o caput deste artigo, refere-se à concessão de diárias para despesas com deslocamento de servidores públicos e de agentes políticos, bem como para custear estadas dos mesmos quando ausentes do município em situações

de devido pernoite.

Art. 2º. Ao servidor citado no caput do artigo anterior, cabe a responsabilidade da conferência das solicitações de diárias e ajudas de custo, a emissão de cheque nominal com o valor pecuniário a ser despendido e a exigência da comprovação, pelo favorecido, da realização da despesa.

Art. 3º. Ao Controle Interno cabe, no mês subsequente, à verificação da legalidade do processo e a emissão de parecer conclusivo.

Art. 4º. A autorização objeto deste instrumento far-se-á vigente pelo período compreendido entre 29/07/2013 e 04/08/2013.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 26 de julho de 2013.

RICARDO PEREIRA MARTIN

Presidente

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes em 26/07/2013.

### Extrato de Termo de Convênio

Termo do Convênio nº 15/2013 PARTICIPES: A Prefeitura do Município de Canoinhas, por meio do Fundo Municipal de Assistência Social e a Associação Cultural Social Desportiva e Eventos Simões. OBJETO: Transferência de recursos financeiros à Associação, objetivando incentivar a prática do Karatê como atividade esportiva saudável entre crianças e jovens do Município de Canoinhas atendidas através da Rede Pública da Assistência Social. VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), podendo ser repassado pelo município em parcela única ou ainda dividido em parcelas VIGÊNCIA: 01(um) ano a contar da data desta publicação.

SIGNATÁRIOS: Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria, pela Prefeitura do Município de Canoinhas e Sr. André Paulo Simões da Matta, pela Associação Cultural Social Desportiva e Eventos Simões.

### Edital de Processo Seletivo Para Contratação Temporária N° 001/Smdr/2013

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N° 001/SMDR/2013

O Prefeito Municipal de Canoinhas/SC, torna público que se encontram abertas as inscrições ao Processo Seletivo para Contratação Temporária de Profissional para atuar junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, em conformidade com as Leis Municipais nº. 3.869 de 24/08/2005 e 5.055/2013, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital:

#### I - DAS VAGAS, HABILITAÇÕES, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO

1.1. O número de vagas a serem preenchidas através deste Processo seletivo compreende:

Número de vagas	Função	Requisitos	Remuneração	Carga Horária Semanal
01	Médico Veterinário	Graduação Nível Superior em Medicina Veterinária e Registro no respectivo Conselho Profissional; Carteira Nacional de Habilitação - CNH (mínimo Categoria "B").	R\$ 2.553,47	40 horas

#### II - DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições serão realizadas entre os dias 02 de agosto a 16 de agosto de 2013 das 08h00min às 12h00min horas e das 13h30min às 15h30min, de segunda a sexta-feira na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, localizada junto à Prefeitura Municipal, situada na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas, SC.

2.2 O candidato deverá preencher o requerimento de inscrição e o Cartão de Identificação, com letra de forma, de forma clara e sem rasuras e apresentar o original e a fotocópia legível do documento de identidade. O requerimento de inscrição poderá ser efetuado pelo próprio candidato ou por procurador com poderes específicos.

2.3 Ao preencher e assinar a respectiva ficha de inscrição, o candidato receberá, no ato, o cartão de identificação com a indicação de seu número, sem o qual não terá ingresso no recinto onde se realizarão as provas.

2.4 Julgados os pedidos de inscrição com o exame da documentação apresentada, o Prefeito Municipal homologará as inscrições, ocorrendo, após, a publicação no site da Prefeitura Municipal.

2.5 Havendo inscrições indeferidas é facultado ao candidato a interposição de recurso dirigido à Comissão Organizadora do presente Processo Seletivo, no prazo de dois dias úteis após a publicação da relação das inscrições deferidas.

2.6 Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

#### III - DOS REQUISITOS PARA ASSUMIR O CARGO E DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO:

3.1 Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares (para candidatos do sexo masculino).

3.2 No ato da contratação o candidato deverá apresentar a seguinte documentação:

3.2.1 Comprovação através de Diploma do Curso Superior em Medicina Veterinária e registro no respectivo órgão de classe (CRMV - Conselho Regional de Medicina Veterinária) e comprovação de

sua regularidade;

3.2.2 Fotocópia legível da Carteira de identidade;

3.2.3 Fotocópia legível do Título Eleitoral e comprovante de quitação eleitoral;

3.2.4 Cópia legível do Certificado de Reservista (para os candidatos do sexo masculino);

3.2.5 Duas fotos 3x4;

3.2.6 Certidão de Nascimento ou Casamento;

3.2.7 Certidão de Nascimento dos Filhos.

3.3 A contratação temporária objeto deste Processo Seletivo, está embasada na Lei Municipal nº 3869/2005 e decorre da necessidade de execução de serviços na área de inspeção de produtos de origem animal, para atender o Acordo de Cooperação Técnica nº 21050.001672/2011-88 entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, por intermédio da Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Santa Catarina - SFA-SC e Prefeitura do Município de Canoinhas (conforme ANEXO 1);

3.4 O prazo de vigência da contratação será de 01 (um) ano, em conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal nº 3.869/2005 e subsidiariamente na Lei 2.305/1990, podendo ser prorrogado uma única vez, pelo mesmo prazo.

#### IV- DO TIPO DE PROVA

4.1 A prova será na forma escrita, a ser realizada no dia 27 de agosto de 2013, com início às 14:00 horas e término às 18:00 horas, nas dependências da Escola Básica Municipal Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, situada na Rua Alfredo Bach, nº 960, no Bairro Jardim Esperança, em Canoinhas/SC.

4.2 O candidato deverá estar no local da prova com trinta minutos de antecedência, portando seu cartão de inscrição e original de documento de identificação com foto;

4.3 Para realização da prova o candidato deverá utilizar caneta esferográfica com tinta azul ou preta;

4.4 A prova será composta de 40 (quarenta) questões objetivas sobre conhecimentos específicos da profissão, cujo conteúdo programático é parte integrante do presente Edital (ANEXO 2);

4.5 Os gabaritos serão divulgados no site da Prefeitura Municipal, no dia seguinte ao da realização das provas.

4.6. Após a divulgação do gabarito, o candidato terá dois dias úteis para apresentar recurso, desde que fundamentado, endereçado à Comissão Organizadora e protocolado junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural. A análise quanto ao seu deferimento será publicada no site da Prefeitura Municipal em até 3 (três) dias úteis.

4.7 A divulgação da classificação dos candidatos dar-se-á a partir do dia 05 de setembro de 2013 no site da Prefeitura Municipal de Canoinhas.

#### V - DA CLASSIFICAÇÃO GERAL

5.1 Os candidatos que não obtiverem a nota mínima 5,0 (cinco) na prova escrita, estarão automaticamente desclassificados.

5.2 Os candidatos aprovados serão classificados em listas nominais na ordem decrescente de acordo com a nota obtida;

5.3 Em caso de igualdade de notas na classificação terá preferência o candidato de maior idade.

#### VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 O candidato que não apresentar cartão de inscrição e documento de identificação ou ainda, não comparecer no local e hora determinados para realizar a prova escrita, perderá o direito de realizar a prova, estando automaticamente desclassificado deste processo seletivo;

6.2 As inscrições poderão ser feitas por procuração, com poderes específicos, devidamente registrada em cartório, devendo o procurador apresentar, além das fotocópias dos documentos do

candidato, documento que possibilite sua própria identificação;

6.3 Após a divulgação do resultado final (nota final), o candidato terá dois dias úteis para apresentar recurso, desde que fundamentado, endereçado à Comissão Organizadora e protocolado junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

6.4 Os pontos relativos às questões eventualmente anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos participantes;

6.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo;

6.6 A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no setor especificado neste Edital. A contratação deverá ser realizada dentro do interesse e necessidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, observada a ordem de classificação dos candidatos;

6.7 O requerimento da inscrição implica no conhecimento e aceitação, pelo candidato, de todos os prazos estabelecidos no presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata e que não satisfazer às condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada e declarados nulos todos os atos dela decorrentes.

Canoinhas, 30 de julho de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

#### ANEXO I

##### ATRIBUIÇÕES

Planejamento, coordenação, execução e avaliação das seguintes ações:

- Serviço Municipal de Inspeção Sanitária - SMIS;
- Serviço Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA
- Estudo, pesquisa e vigilância sobre o potencial zoonótico dos animais;
- Capacitação, cursos, palestras e outras atividades educativas;
- Diagnóstico laboratorial de zoonoses e outras patologias de grandes animais;
- Vigilância ambiental relacionada com a presença de animais de interesse à saúde pública;
- Vistoria Zoosanitária;
- Capacitação, orientação, supervisão e avaliação das atividades de servidores e estagiários na sua área de competência;
- Outras atividades correlatas.

#### ANEXO II

##### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA A PROVA

##### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (40 questões)

1. Inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal: Programas de Autocontrole, Boas Práticas de Fabricação - BPF, Procedimento Padrão de Higiene Operacional - PPOH e Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC. Análises microbiológicas e físico-químicas de produtos de origem animal. Resíduos e contaminantes em produtos de origem animal. Identidade e qualidade de produtos de origem animal. Tecnologia de produtos de origem animal. Doenças transmitidas por alimentos.

2. Defesa Sanitária Animal: prevenção, controle e diagnóstico, clínico e laboratorial, das principais doenças que afetam o comércio e a saúde humana e animal. Doenças de notificação obrigatória. Conhecimentos básicos de epidemiologia, análise de risco e bioestatística. Desenvolvimento de programas sanitários.

3. Inspeção industrial e higiênico-sanitária de produtos destinados à alimentação animal: Métodos de análise e amostragem de produtos destinados à alimentação animal. Análises de resíduos e contaminantes, microbiológicas e físico-químicas de produtos destinados à alimentação animal. Risco de disseminação de doenças



aos animais por produtos destinados para alimentação animal. Nutrição animal de ruminantes e monogástricos. Noções de Boas Práticas de Fabricação - BPF e Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC.

4. Noções básicas de biossegurança. Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de suínos.

5. Legislações: Lei municipal nº2.688 de 22/12/94 e Lei municipal nº2.994 de 09/10/98; Lei Estadual nº10.610 de 01/12/97 e Decreto Federal nº30.691 de 29/03/52.

Sugestões de referências bibliográficas:

ACHA, P. N.; ZYFRES, B. Zoonosis y enfermedades transmissibles comunes al hombre y a los animales, v. 1, 2, 3. Washington - US: Organización Panamericana de La Salud, 2003.

ANDRADE, N. J.; PINTO, C. L. Higienização na indústria de alimentos. Viçosa: CPT - Centro de produções técnicas, 1999.

BERCHIERI JÚNIOR, A.; MACARI, M. Doenças das Aves. 2 ed. São Paulo: Facta, 2009.

BIER, O.. Microbiologia e imunologia. São Paulo: Melhoramentos, 1990.

BRASIL. Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal - RIISPOA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília, 1997.

BOBBIO, F. B.; BOBBIO, P. A. Manual de laboratório de química de alimentos. São Paulo: Varela, 2003.

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Normas e padrões de nutrição e alimentação animal. Brasília: MA/SARC/DFPA, 2000.

CARLTON, W. W.; MACGAVIN, M. D. Patologia veterinária especial de Thomson 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

CONTRERAS. Higiene e sanitização na indústria de carnes e derivados. 1. ed. São Paulo: Livraria Varela, 2002.

DIPOA - Agricultura RIISPOA: Regulamento de inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal. Decreto nº 30.691 de 29/03/52, alterado pelos Decretos nºs 1.255 de 25/06/62, 1.236 de 02/09/94, 1.812 de 08/02/96, 2.244 de 04/06/97.

ELMORE, J. G.; JEKEL, J. F. Epidemiologia, bioestatística e medicina preventiva. Porto Alegre: Artmed, 2002.

FORTES, E. Parasitologia veterinária. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.

FEDALTO, L. M. Produção de suíno lighth: mais carne, menos gordura. Viçosa: Centro de Produções Técnicas, 2003.

FRANCO, B. D. G. M.; LANDGRAF, M. Microbiologia dos alimentos. São Paulo: Atheneu, 2002.

GERMANO P. M. L.; GERMANO, M. I. S. Higiene e vigilância sanitária de alimentos. São Paulo: Varela, 2001.

JONES, T. C.; HUNT, R. D.; KING, N. W. Patologia veterinária. 2 ed, São Paulo: Manole, 1998.

KONEMAN, E. W.; ALLEN, S. D. Diagnóstico Microbiológico - Texto e atlas colorido. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

KUMAR, V.; COTRAN, R. S. Patologia básica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1994.

OLIVEIRA, C. G. Instalações e manejo para suinocultura empresarial. São Paulo: Ícone, 1997.

PARDI, M. C.; SANTOS, I. F. dos; SOUZA, E. R. de; PARDI, H. S. Ciência, higiene e tecnologia da carne. v. 2. Tecnologia da carne e de subprodutos. Processamento Tecnológico. Goiânia: CEGRAF-UFG, 2007.

PARDI, M. C.; SANTOS, I. F. dos; SOUZA, E. R. de; PARDI, H. S. Ciência, higiene e tecnologia da carne. v. I. Ciência e higiene da carne. Tecnologia da sua obtenção e transformação. Goiânia: CEGRAF-UFG, 2006.

PEREIRA, M. G. Epidemiologia teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

PERLY, L. Nutrição animal: as bases e os fundamentos da nutrição animal. V. I e II.

QUINN, J.; MARKEY, B. K.; CARTER, M. E.; DONNELLY, W. J.; LEONARD, F. C. Microbiologia veterinária e doenças infecciosas. Porto Alegre: Artmed, 2005.

RADOSTITS, O. M.; GAY, C. C.; BLOOD, D. C.; HINCHICLIFF, K. W. Clínica veterinária: um tratado de doenças dos bovinos, ovinos, suínos, caprinos e equinos. 9ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

REY, L. Parasitologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

VERONESI, R., FOCACCIA, R. Tratado de infectologia. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2002.

SILVA Jr, E. A. Manual de controle higiênico sanitário em alimentos. 5 ed. São Paulo: Varela. 2002.

SLOSS, M. W.; ZAJAC, A. M.; KEMP, R. L. Parasitologia clínica veterinária. 6 ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

THRUSFIELD, M. Epidemiologia Veterinária. São Paulo: Roca, 2004.

SOBESTIANSKY, J.; BARCELLOS, D. Doenças dos Suínos. Goiânia: Cânone Editorial, 2007.

URQUHART, G. M.; ARMOUR, J.; DUNCAN, J. L.; DUNN, A. M.; JENNINGS, F. W. Parasitologia veterinária. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1998.

WERNER, P. R. Patologia geral veterinária aplicada. São Paulo: Roca, 2011.

## Edital de Processo Seletivo Para Contratação Temporária N° 002/SMS/2013

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N° 002/SMS/2013

O Prefeito Municipal de Canoinhas-SC, torna público que se encontram abertas as inscrições ao Processo Seletivo para Contratação Temporária de profissionais para atuarem junto à Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com as Leis Municipais nos 3.869 de 24/08/2005 e 4.508 de 25/03/2010.

### I - DAS VAGAS, HABILITAÇÕES, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO

1.1 O número de vagas a serem preenchidas através deste Processo Seletivo compreende:

Nº DE VAGAS	FUNÇÃO	REQUISITOS	REMUNERAÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	TIPO DE PROVA
01	Fonoaudiólogo	- Graduação em Fonoaudiologia; - Registro no respectivo Conselho Profissional.	R\$ 2.100,70	20 horas	Objetiva
01	Médico Generalista	- Graduação em Medicina; - Registro no respectivo Conselho Profissional.	R\$ 2.350,00	10 horas	Objetiva

### II - DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições serão realizadas entre 15 a 29 de abril de 2013, das 08h às 12h, na Secretaria Municipal de Saúde, situada à Rua Felipe Schmidt nº 10 - Centro, Canoinhas-SC.

2.2 O candidato deverá preencher o requerimento de inscrição e o Cartão de Identificação, com letra de forma, de forma clara e sem rasuras. O requerimento de inscrição poderá ser efetuado pelo próprio candidato ou através de procurador com poderes específicos.

2.3 Ao preencher e assinar a respectiva ficha de inscrição, o candidato receberá no ato, o Cartão de Identificação com a indicação de seu número, sem o qual não terá ingresso no recinto onde se realizarão as provas.

2.4 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar documento de identificação (RG e CPF), acompanhados das respectivas



cópias; comprovante da graduação exigida para o cargo e comprovante do registro no respectivo Conselho Profissional.

2.6 Havendo inscrições indeferidas é facultado ao candidato a interposição de recurso dirigido à Comissão Organizadora do presente Processo Seletivo, no prazo de dois dias úteis após a publicação das relações das inscrições deferidas.

2.7 Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento da inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sobre qualquer condição ou pretexto.

### III - DOS REQUISITOS PARA ASSUMIR O CARGO E DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO

3.1 Ter idade mínima de 18 anos;

3.2 Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares (para candidatos do sexo masculino);

3.3 No ato da contratação o candidato deverá apresentar a seguinte documentação além dos já apresentados para a inscrição:

3.3.1 Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

3.3.2 Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

3.3.3 Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

3.3.4 Cédula de Identidade (RG);

3.3.5 CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);

3.3.6 Comprovante de regularidade de inscrição no CPF;

3.3.7 Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais;

3.3.8 Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;

3.3.9 Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;

3.3.10 Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;

3.3.11 Número de inscrição no PIS/PASEP;

3.3.12 Fotografia 3X4 recente;

3.3.13 Comprovante de residência atual;

3.3.14 Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

3.4 O prazo de vigência da contratação será de (01) um ano, em conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal nº 3.869/2005, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período conforme parágrafo único do Artigo 4º da Lei Municipal nº 3.869/2005, ou até a realização de concurso público.

### IV - DAS ATRIBUIÇÕES

#### 4.1 Fonoaudiólogo

Prestar assistência fonoaudiológica, através da utilização de métodos e técnicas fonoaudiológicas a fim de desenvolver e/ou restabelecer a capacidade de comunicação dos pacientes; avaliar as deficiências dos pacientes, realizando exames fonéticos, da linguagem, além de outras técnicas próprias para estabelecer plano de tratamento ou terapêutico; elaborar plano de tratamento dos pacientes, baseando-se nos resultados da avaliação do fonoaudiólogo, nas peculiaridades de cada caso e se necessário nas informações médicas; desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área de comunicação escrita e oral, voz e audição; desenvolver trabalhos de correção de distúrbios da palavra, voz, linguagem e audição, objetivando a reeducação neuromuscular e a reabilitação do paciente; avaliar os pacientes no decorrer do tratamento, observando a evolução do processo e promovendo os ajustes necessários na terapia adotada; promover a reintegração dos pacientes à família e a outros grupos sociais; elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo

observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Administração Municipal e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos, direta ou indiretamente, à política de atendimento à criança e ao adolescente; realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

#### 4.2 Médico Generalista

Prestar atividades de assistência integral ao cidadão, efetuando exames médicos, diagnóstico, prescrevendo medicamentos e aplicando recursos de medicina preventiva e/ou terapêutica para promover a saúde e bem estar ao paciente, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área, como realizar exames médicos, solicitar exames complementares ao diagnóstico, encaminhamentos para internação ou transferência para especialidade, emitir diagnósticos, prescrever e ministrar tratamentos para as diversas doenças, perturbações e lesões do organismo humano; definir instruções; emitir laudos e pareceres; aplicar as leis e regulamentos da saúde pública; desenvolver ações de saúde coletiva; participar de processos educativos, de ensino, pesquisa e de vigilância em saúde.

### V - DA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA

5.1 A prova escrita será realizada no dia 07 de maio de 2013, com início às 08h30min e término às 12h, nas dependências da Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Saúde, situada à Rua Felipe Schmidt nº 10 - Centro, neste município de Canoinhas - SC;

5.2 As provas serão compostas de 20 questões objetivas que versarão sobre português, políticas de saúde e conhecimentos específicos do cargo, cujo conteúdo programático é parte integrante deste Edital (Anexo I);

5.3 Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, na grade de respostas estiver em desconformidade com as instruções, não estiver assinalada, que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível;

5.4 Não serão atribuídos pontos a questões divergentes do gabarito, que apresentarem rasura, duplicidade de resposta (mesmo que uma delas esteja correta), ou que estiverem em branco;

5.5 Na realização da Prova não é permitido pedir esclarecimentos sobre o enunciado das questões ou modo de resolvê-las;

5.6 Ao final das provas escritas, os três últimos candidatos deverão permanecer no recinto, juntamente com os fiscais;

5.7 Será excluído do Processo Seletivo candidato que:

- Tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos fiscais, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;

- For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato ou terceiros, bem como se utilizando de livros, notas, impressos ou equipamentos não permitidos;

- Ausentar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal;

- Usar telefone celular no local da prova, ou qualquer outro meio de comunicação;

- Perturbar, de qualquer forma, a ordem dos trabalhos;

- Permanecer no local após a conclusão e entrega da prova.

5.8 No mesmo dia, após a realização das provas, serão divulgados

os gabaritos em mural específico no próprio local de realização das provas;

5.9 A divulgação da classificação dos candidatos dar-se-á no dia 10 de maio de 2013, junto à Prefeitura Municipal de Canoinhas.

## VI - DA CLASSIFICAÇÃO GERAL

6.1 Serão considerados classificados aqueles que obtiverem nota igual ou superior a 4,0 (quatro) pontos na prova objetiva;

6.2 Os candidatos aprovados serão classificados em listas nominais na ordem decrescente de acordo com a nota obtida;

6.3 Em caso de igualdade de notas na classificação, terá preferência o candidato de maior idade e, persistindo o empate, o candidato com maior número de dependentes.

## VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 O candidato deverá apresentar-se, no ato da prova, munido do cartão de inscrição e documento original que possibilite sua identificação;

7.2 O candidato que não apresentar o cartão de inscrição e documento de identificação ou ainda, não comparecer no local e hora determinados, perderá o direito de realizar a prova, estando automaticamente desclassificado;

7.3 Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala deverão entregar a prova ao mesmo tempo e retirar-se, todos juntos da sala;

7.4 As inscrições poderão ser feitas por procuração, com poderes específicos, devidamente registrada em cartório, devendo o procurador apresentar, além dos documentos do candidato, documento que possibilite sua própria identificação;

7.5 Após a divulgação do resultado final (nota final), o candidato terá dois dias úteis para apresentar recurso, desde que fundamentado, endereçado à Comissão Organizadora e protocolado junto à Secretaria Municipal de Saúde, sendo facultado ao candidato, durante este prazo, examinar a sua prova mediante a fiscalização;

7.6 Os pontos relativos às questões eventualmente anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos participantes;

7.7 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo;

7.8 A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não assegura o candidato o direito de ingresso automático no programa especificado neste Edital;

7.9 O requerimento da inscrição implica no conhecimento e aceitação, pelo candidato, de todos os prazos estabelecidos neste Edital. O candidato que fizer sua declaração falsa ou inexata e que não satisfizer as condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada e declarados nulos todos os atos dela decorrentes.

Canoinhas, 10 de abril de 2013.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito Municipal

## ANEXO I

### 1. LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura, compreensão e interpretação de textos; conhecimentos linguísticos gerais e específicos relativos à leitura e produção de textos; conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua; estrutura fonética: encontros vocálicos e consonantais, dígrafos, divisão silábica, ortografia, acentuação tônica e gráfica; classes de palavra: classificação, flexões nominais e verbais, emprego; teoria geral da frase e sua análise: orações, períodos e funções sintáticas; sintaxe de concordância: concordância nominal e verbal (casos gerais e particulares); crase; colocação de pronomes: próclise, mesóclise e ênclise; pontuação: emprego dos sinais de pontuação; novo acordo ortográfico.

## 2. POLÍTICAS DE SAÚDE

Organização dos serviços de saúde no Brasil; Sistema Único de Saúde: princípios e diretrizes, Controle social; Indicadores de Saúde; Sistema de vigilância epidemiológica, Endemias e epidemias: situação atual, medidas de controle e tratamento, Modelo Assistencial, Planejamento e programação local de saúde, Política Nacional de Humanização; Constituição Federal de 1988 - Título VIII, Capítulo II, Seção II, Artigos de 196 a 200, Da Saúde, Lei Federal nº 8.080 de 19/09/1990, Lei Federal nº 8.142 de 26/12/1990, NOB/96 e NOAS 01 e 02), Política Nacional de Atenção Básica à Saúde - Portaria 2.488 de 21/10/2011, Portaria nº 399 - Pacto de Gestão; Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011.

## 3. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### 3.1 Fonoaudiólogo

Anátomo-Fisiologia do sistema nervoso central; Anátomo-Fisiologia do sistema sensorio motor oral (incluindo fissuras lábiopalatinas e disfagias); Anátomo-Fisiologia da voz; Intervenção fonoaudiológica em recém-nascidos; Aquisição, desenvolvimento, distúrbios e intervenção fonoaudiológica na linguagem oral (incluindo gagueira e afasia); Aquisição, desenvolvimento, alterações e intervenção na linguagem escrita (incluindo dislexia); Atuação fonoaudiológica junto ao idoso; Classificação, conceito, etiologia e reabilitação vocal (incluindo câncer de laringe); Fonoaudiologia e saúde pública; Fonoaudiologia escolar.

### 3.2 Médico Generalista

Medicina preventiva; Saúde da Criança, do Adolescente, da Mulher, do Adulto e do Idoso; Infecções das vias aéreas superiores; Generalidades e conceitos fundamentais; Exames de Rotina; Doenças do aparelho respiratório, circulatório, digestivo e urinário; Disfunções hormonais; Uso de anestésicos; Esquema de vacinação; Intercorrências na gestação; Hipertensão Arterial Sistêmica; Diabetes Mellitus; Parada cardíaca; Prevenção do Câncer.

## Edital de Julgamento Nº001/2013 - Conselho Municipal de Contribuintes

EDITAL DE JULGAMENTO Nº001/2013

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE CANOINHAS

PAUTA DE JULGAMENTO - SESSÃO ORDINÁRIA

Data 06 de agosto de 2013 às 8h00min

Local - Centro Administrativo Dr. Haroldo Ferreira, Prefeitura Municipal de Canoinhas (Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Saúde)

Presidente, DIOGO CARLOS SEIDEL, faz saber a quem interessar possa, que na data acima, serão julgados os seguintes recursos:

(1)

Número do Recurso: 0001/2013 - Protocolo 162/2012

Recorrente: Adolfo Dyba

Recorrida: Fazenda Municipal de Canoinhas

Conselheiro Relator: Roberto Ludka

(2)

Número do Recurso: 0002/2013 - Protocolo 173/2012

Recorrente: Jair de Barros Pepplow

Recorrida: Fazenda Municipal de Canoinhas

Conselheiro Relator: Roberto Ludka

(3)

Número do Recurso: 0006/2013 - Protocolo 167/2012

Recorrente: Sadi Soares

Recorrida: Fazenda Publica Municipal  
Conselheiro Relator: Francisco Afonso Bechel

(4)  
Número do Recurso: 0008/2013 - Protocolo 171/2012  
Recorrente: Wilson Alves Massaneiro  
Recorrida: Fazenda Publica Municipal  
Conselheiro Relator: Francisco Afonso Bechel

(5)  
Número do Recurso: 0003/2013 - Protocolo 168/2012  
Recorrente: Joselito Abrão Tomczyk  
Recorrida: Fazenda Publica Municipal  
Conselheiro Relator: Alfredo Lang Scultetus

(6)  
Número do Recurso: 0005/2013 - Protocolo 166/2012  
Recorrente: Ivone Porto Haag  
Recorrida: Fazenda Publica Municipal  
Conselheiro Relator: Alfredo Lang Scultetus

Canoinhas (SC), 02 de agosto de 2013.  
DIOGO CARLOS SEIDEL  
Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Canoinhas

**Capinzal**

**PREFEITURA**

### Portarias

PORTARIA Nº. 737, DE 01 DE AGOSTO DE 2013.  
Concede Licença Maternidade à servidora, na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1.º Fica concedida Licença Maternidade, pelo período de 01 de agosto a 28 de novembro de 2013, conforme atestado médico, à servidora Daniela Raquel Pereira, matrícula nº 39961.2, contratada para exercer as funções do cargo de Monitor de Canto, nível 411, referência A, conforme o anexo III da Lei Complementar nº. 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente - CECON.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 01 de agosto de 2013.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN  
Secretário da Administração e Finanças

# PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

## RGF 1º Semestre de 2013

Município de Capinzal - Poder Executivo e Legislativo  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 PERÍODO DE REFERÊNCIA: Julho/2012 a Junho/2013

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a')

CONSOLIDADO

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	23.377.484,30	0,00
Pessoal Ativo	22.052.578,98	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	778.763,76	0,00
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc. (§1º do art. 18 da LRF)	546.141,56	0,00
(-)DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF)(II)	21.410,11	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	21.410,11	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	23.356.074,19	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		23.356.074,19

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	52.147.915,94
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	44,79
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) = (60,00%)	31.288.749,56
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) = (57,00%)	29.724.312,09
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <90% do LIMITE MÁXIMO>	28.159.874,60

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 01/08/2013, Hora de emissão 11h e 08m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

LUIZ CONTE  
Diretor de Controle Interno



**Município de Capinzal**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Junho /2013**

RGF - ANEXO II (LRF, art 55, inciso I, alínea 'b')

CONSOLIDADO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</u>	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC(I)	3.399.940,67	3.159.571,06	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	3.399.940,67	3.159.571,06	0,00
Interna	3.399.940,67	3.159.571,06	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II) <sup>1</sup>	4.978.286,51	9.294.768,22	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.531.152,36	9.112.768,22	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados(Exceto Precat.)	552.865,85	(182.000,00)	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	(1.578.345,84)	(6.135.197,16)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	50.022.957,69	52.147.915,94	0,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	6,80	6,06	0,00
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	(3,16)	(11,76)	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <120%>	60.027.549,23	62.577.499,13	0,00
	0,00	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	3.399.940,67	3.159.571,06	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciária	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	3.399.940,67	3.159.571,06	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	520,20	349.289,77	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.548.556,16	766.503,90	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (X) <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-)Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREV.(XI)=(IX)-(X)	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 01/08/2013, Hora de emissão 13h e 43m.

<sup>1</sup> Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha de "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES(II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

ANDEVIR IŞGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

LUIZ CONTE  
Diretor de Controle Interno

Município de Capinzal  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMOSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Junho /2013

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

CONSOLIDADO

GARANTIAS CONCEDIDAS	Saldo do Exercício Anterior 2012	Saldo do Exercício de 2013	
		Até: Junho	Até: Dezembro
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS (III)=(I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	50.022.957,69	52.147.915,94	0,00
% do Total das Garantias sobre a RCL	0,00 %	0,00 %	0,00 %
Limite definido por resolução do Senado Federal 22%	11.005.050,69	11.472.541,51	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <19,80%>			

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	Saldo do Exercício Anterior 2012	Saldo do Exercício de 2013	
		Até: Junho	Até: Dezembro
GARANTIAS EXTERNAS (V)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS INTERNAS (VI)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTAGARANTIAS (VII)=(V + VI)	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS	<<nota>>		
CORRETIVAS:			

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 01/08/2013, Hora de emissão 13h e 48m.

Nota: Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

LUIZ CONTE  
Diretor de Controle Interno



**Município de Capinzal**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro A Junho /2013**

RGF - ANEXO 4(LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	CONSOLIDADO	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção,Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29,P 1º)	0,00	0,00
Outras operações de Crédito	0,00	0,00
Externas	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Externas	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO(II)	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrim	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
	VALOR	% SOBRE A RCL
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	52.147.915,94	-
OPERAÇÕES VEDADAS		
Do Período de Referência (III)		
De Períodos Anteriores de Referência		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV)=(Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	8.343.666,55	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art 59 da LRF)-<%>	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.650.354,12	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO(V)=(IV+IIa)	0,00	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 01/08/2013, Hora de emissão 13h e 56m.

ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

LUIZ CONTE  
Diretor de Controle Interno

Município de Capinzal  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2013 a Junho/2013

LRF, Art. 48 - Anexo VII

CONSOLIDADO

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	23.356.074,19	44,79
Limite Máximo(incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	31.288.749,56	60,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	29.724.312,09	57,00

DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	(6.135.197,16)	(11,76)
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	62.577.499,13	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	11.472.541,51	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Exter	8.343.666,55	16,00
Limite Def. pelo Senado Federal p/ Oper. de Crédito p/ Antecipação da Receita	3.650.354,12	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	0,00	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 01/08/2013, Hora de emissão 14h e 17m.

ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

LUIZ CONTE  
Diretor de Controle Interno

## RREO 3º Bimestre de 2013

Município de Capinzal  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Junho 2013/Bimestre Maio-Junho

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e § 1º)

CONSOLIDADO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			Maio à Junho (b)	% (b/a)	Até Junho (c)	% (c/a)	
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	63.212.000,00	63.212.000,00	9.897.559,36	15,65	26.847.455,56	42,47	36.364.544,44
RECEITAS CORRENTES	62.217.152,69	62.217.152,69	9.857.677,36	15,84	26.807.573,56	43,08	35.409.579,13
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.726.666,92	4.726.666,92	1.416.879,11	29,97	2.459.958,50	52,04	2.266.708,42
Impostos	3.282.757,40	3.282.757,40	1.379.800,58	42,03	2.274.566,34	69,28	1.008.191,06
Taxas	429.778,84	429.778,84	37.078,53	8,62	185.392,16	43,13	244.386,68
Contribuição de Melhoria	1.014.130,68	1.014.130,68	0,00	0,00	0,00	0,00	1.014.130,68
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	785.939,13	785.939,13	116.819,29	14,86	369.219,79	46,97	416.719,34
Contribuições Sociais	15.049,13	15.049,13	0,00	0,00	0,00	0,00	15.049,13
Contribuições de Interv. no Domínio Econ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	770.890,00	770.890,00	116.819,29	15,15	369.219,79	47,89	401.670,21
RECEITA PATRIMONIAL	631.218,94	631.218,94	60.004,25	9,50	213.915,37	33,88	417.303,57
Receitas Imobiliárias	38.988,86	38.988,86	4.169,50	10,69	17.137,60	43,95	21.851,26
Receitas de Valores Mobiliários	590.807,60	590.807,60	55.834,75	9,45	194.608,99	32,93	396.198,61
Receita de Concessões e Permissões	614,52	614,52	0,00	0,00	2.168,78	352,92	(1.554,26)
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Decor.DirExpl.Bens Púb.Áreas Dom Pub	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	807,96	807,96	0,00	0,00	0,00	0,00	807,96
RECEITA AGROPECUÁRIA	73.846,93	73.846,93	29.801,36	40,35	69.213,60	93,72	4.633,33
Receita da Produção Vegetal	737,43	737,43	0,00	0,00	0,00	0,00	737,43
Receita da Produção Animal e Derivados	68,26	68,26	0,00	0,00	0,00	0,00	68,26
Outras Receitas Agropecuárias	73.041,24	73.041,24	29.801,36	40,80	69.213,60	94,75	3.827,64
RECEITA INDUSTRIAL	682,82	682,82	0,00	0,00	0,00	0,00	682,82
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	682,82	682,82	0,00	0,00	0,00	0,00	682,82
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	4.759.066,65	4.759.066,65	860.383,34	18,07	2.494.354,40	52,41	2.264.712,25
Receita de Serviços	4.759.066,65	4.759.066,65	860.383,34	18,07	2.494.354,40	52,41	2.264.712,25
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	48.601.038,86	48.601.038,86	7.212.737,01	14,84	20.558.259,27	42,30	28.042.779,59
Transferências Intergovernamentais	43.731.120,49	43.731.120,49	6.455.884,60	14,76	18.579.760,63	42,48	25.151.359,86
Transferências de Instituições Privadas	20.340,00	20.340,00	0,00	0,00	2.919,69	14,35	17.420,31
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	4.225,00	4.225,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.225,00
Transferências de Convênios	4.845.353,37	4.845.353,37	756.852,41	15,62	1.975.578,95	40,77	2.869.774,42
Transferências para o Combate a Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.638.692,44	2.638.692,44	161.053,00	6,10	642.652,63	24,35	1.996.039,81
Multas e Juros de Mora	403.089,84	403.089,84	65.519,64	16,25	184.582,97	45,79	218.506,87
Indenizações e Restituições	158.102,50	158.102,50	6.257,82	3,95	26.397,56	16,69	131.704,94
Receita da Dívida Ativa	668.000,67	668.000,67	28.888,27	4,32	283.768,57	42,48	384.232,10
Rec.Decor.Apor.Per.Amort.Déficit Atuarial R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	1.409.499,43	1.409.499,43	60.387,27	4,28	147.903,53	10,49	1.261.595,90
RECEITAS DE CAPITAL	994.847,31	994.847,31	39.882,00	4,00	39.882,00	4,00	954.965,31
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
Operações de Crédito Internas	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	194.847,31	194.847,31	39.882,00	20,46	39.882,00	20,46	154.965,31
Alienação de Bens Móveis	167.181,49	167.181,49	39.882,00	23,85	39.882,00	23,85	127.299,49
Alienação de Bens Imóveis	27.665,82	27.665,82	0,00	0,00	0,00	0,00	27.665,82
AMORIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Púb	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate a Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Fi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das Receitas(III) = (I + II)	63.212.000,00	63.212.000,00	9.897.559,36	15,65	26.847.455,56	42,47	36.364.544,44

**Município de Capinzal**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Junho 2013/Bimestre Maio-Junho**

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

CONSOLIDADO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			Maio à Junho (b)	% (b/a)	Até Junho (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)</b>	<b>63.212.000,00</b>	<b>63.212.000,00</b>	<b>9.897.559,36</b>	<b>15,65</b>	<b>26.847.455,56</b>	<b>42,47</b>	<b>36.364.544,44</b>
DEFICIT (VI)	-	-	-	-	0,00	-	-
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>63.212.000,00</b>	<b>63.212.000,00</b>	<b>9.897.559,36</b>	<b>15,65</b>	<b>26.847.455,56</b>	<b>42,47</b>	<b>36.364.544,44</b>
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	5.159.817,57	-	-	668.018,70	-	-
Superávit Financeiro	-	5.159.817,57	-	-	668.018,70	-	-
Reabertura de Créditos Acionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS S (e)	Dotação Atualizada (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			Saldo a Realizar (f-g)
				Maio à Junho	Até Junho	DESPESAS LIQUIDADAS		% (g/f)	
						Maio à Junho	Até Junho		
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(VIII)	63.212.000,00	5.912.788,00	69.124.788,00	8.774.660,00	24.637.560,80	8.833.255,50	23.606.113,70	34,14	45.518.674,30
DESPESAS CORRENTES	47.778.212,30	1.237.799,00	49.016.011,30	7.863.992,10	22.290.762,10	7.978.066,90	21.322.033,30	43,50	27.693.978,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	24.406.027,40	43.500,00	24.449.527,40	4.361.703,20	11.848.159,40	4.345.674,30	11.809.889,90	48,30	12.639.637,50
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	293.760,00	0,00	293.760,00	108.946,70	203.235,50	108.946,70	203.235,50	69,18	90.524,40
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.078.424,80	1.194.299,00	24.272.723,90	3.393.342,10	10.239.367,00	3.523.445,90	9.308.907,70	38,35	14.963.816,10
DESPESAS DE CAPITAL	15.408.787,60	4.674.988,90	20.083.776,60	910.667,80	2.346.798,70	855.188,50	2.284.080,30	11,37	17.799.696,20
INVESTIMENTOS	14.409.747,60	4.674.988,90	19.084.736,60	788.382,10	2.102.497,00	732.902,80	2.039.778,70	10,68	17.044.957,90
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	999.040,00	0,00	999.040,00	122.285,70	244.301,60	122.285,70	244.301,60	24,45	754.738,30
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
RESERVA RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	63.212.000,00	5.912.788,00	69.124.788,00	8.774.660,00	24.637.560,80	8.833.255,50	23.606.113,70	34,14	45.518.674,30
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	63.212.000,00	5.912.788,00	69.124.788,00	8.774.660,00	24.637.560,80	8.833.255,50	23.606.113,70	34,14	45.518.674,30
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.241.341,80	0,00	0,00
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	63.212.000,00	5.912.788,00	69.124.788,00	8.774.660,00	24.637.560,80	8.833.255,50	26.847.455,50	38,83	42.277.332,40

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 01/08/2013, Hora de emissão 09h e 17m.

ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPALMARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA CRC /SC017849 /0-8LUIZ CONTE  
Diretor de Controle Interno

Município de Capinzal  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de Referência: MAIO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO

CONSOLIDADO

RREO - Anexo II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c') (R\$ 1,00)

Pag: 1/2

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo (a-b)
			Maio a Junho	até Junho	Maio a Junho	até Junho (b)	% b/to.b	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	63.212.000,00	69.124.788,03	8.774.660,04	24.637.560,89	8.833.255,51	23.606.113,70	100,00	34,15	45.518.674,33
LEGISLATIVA	1.546.600,00	1.546.600,00	241.100,10	606.681,67	241.100,10	606.681,67	2,57	39,23	939.918,33
Acao Legislativa	1.546.600,00	1.546.600,00	241.100,10	606.681,67	241.100,10	606.681,67	2,57	39,23	939.918,33
ADMINISTRACAO	8.898.334,25	8.923.588,64	1.434.548,31	3.886.651,90	1.399.929,83	3.730.146,05	15,80	41,80	5.193.442,59
Administracao Geral	8.898.334,25	8.923.588,64	1.434.548,31	3.886.651,90	1.399.929,83	3.730.146,05	15,80	41,80	5.193.442,59
SEGURANCA PUBLICA	582.864,00	622.864,00	46.628,26	129.513,92	46.628,26	129.513,92	0,55	20,79	493.350,08
Policiamiento	214.408,00	254.408,00	28.377,33	67.719,51	28.377,33	67.719,51	0,29	26,62	186.688,49
Defesa Civil	368.456,00	368.456,00	18.250,93	61.794,41	18.250,93	61.794,41	0,26	16,77	306.661,59
ASSISTENCIA SOCIAL	1.153.838,00	1.167.323,18	102.127,65	246.981,27	102.127,65	246.981,27	1,05	21,16	920.341,91
Assistencia ao Idoso	67.480,00	67.480,00	5.024,75	9.829,55	5.024,75	9.829,55	0,04	14,57	57.650,45
Assistencia a Crianca e ao Adolescente	647.064,00	660.549,18	81.005,51	194.519,42	81.005,51	194.519,42	0,82	29,45	466.029,76
Assistencia Comunitaria	439.294,00	439.294,00	16.097,39	42.632,30	16.097,39	42.632,30	0,18	9,70	396.661,70
SAUDE	8.755.186,39	9.214.526,56	1.522.057,43	4.016.490,28	1.522.342,73	4.016.490,28	17,01	43,59	5.198.036,28
Atencao Basica	7.276.550,96	7.519.194,00	1.434.261,06	3.577.638,38	1.434.546,36	3.577.638,38	15,16	47,58	3.941.555,62
Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	37.500,00	37.500,00	2.798,70	4.260,70	2.798,70	4.260,70	0,02	11,36	33.239,30
Suporte Profilatico e Terapeutico	862.775,80	906.252,36	2.911,75	293.876,09	2.911,75	293.876,09	1,24	32,43	612.376,27
Vigilancia Sanitaria	67.000,00	235.245,32	6.917,40	8.917,40	6.917,40	8.917,40	0,04	3,79	226.327,92
Vigilancia Epidemiologica	63.000,00	63.000,00	272,00	2.973,30	272,00	2.973,30	0,01	4,72	60.026,70
Alimentacao e Nutricao	448.359,63	453.334,88	74.896,52	128.824,41	74.896,52	128.824,41	0,55	28,42	324.510,47
EDUCACAO	14.515.278,88	15.045.757,72	2.454.053,42	6.908.006,69	2.454.053,42	6.908.006,69	29,26	45,91	8.137.751,03
Ensino Fundamental	11.278.262,02	11.803.266,96	2.084.614,15	5.908.839,62	2.084.614,15	5.908.839,62	25,03	50,06	5.894.427,34
Ensino Medio	15.000,00	15.000,00	5.666,68	6.889,72	5.666,68	6.889,72	0,03	45,93	8.110,28
Ensino Superior	18.000,00	18.000,00	3.600,00	9.000,00	3.600,00	9.000,00	0,04	50,00	9.000,00
Educacao Infantil	3.090.016,86	3.095.490,76	346.172,59	941.277,35	346.172,59	941.277,35	3,99	30,41	2.154.213,41
Educacao de Jovens e Adultos	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Educacao Especial	84.000,00	84.000,00	14.000,00	42.000,00	14.000,00	42.000,00	0,18	50,00	42.000,00
CULTURA	540.150,00	540.150,00	63.622,46	166.687,17	63.622,46	166.687,17	0,71	30,86	373.462,83
Patrimonio Historico, Artístico e Arqueologic	10.000,00	10.000,00	144,00	144,00	144,00	144,00	0,00	1,44	9.856,00
Difusao Cultural	530.150,00	530.150,00	63.478,46	166.543,17	63.478,46	166.543,17	0,71	31,41	363.606,83
URBANISMO	10.016.521,83	14.131.859,63	1.330.665,86	3.515.780,81	1.330.665,86	3.515.780,81	14,89	24,88	10.616.078,82
Infra-estrutura Urbana	570.000,00	4.233.817,42	9.672,43	14.406,07	9.672,43	14.406,07	0,06	0,34	4.219.411,33
Servicos Urbanos	7.803.821,83	8.209.107,64	1.203.454,39	3.155.555,33	1.203.454,39	3.155.555,33	13,37	38,44	5.053.552,31
Transportes Coletivos Urbanos	1.642.700,00	1.688.934,57	117.539,04	345.819,41	117.539,04	345.819,41	1,46	20,48	1.343.115,16
HABITACAO	430.000,00	444.612,31	500,00	500,00	500,00	500,00	0,00	0,11	444.112,31
Habitacao Urbana	430.000,00	444.612,31	500,00	500,00	500,00	500,00	0,00	0,11	444.112,31
SANEAMENTO	8.159.457,65	8.969.069,16	797.899,46	2.882.196,57	882.659,80	2.030.645,88	8,60	22,64	6.938.423,28
Saneamento Basico Rural	155.000,00	155.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	155.000,00
Saneamento Basico Urbano	8.004.457,65	8.814.069,16	797.899,46	2.882.196,57	882.659,80	2.030.645,88	8,60	23,04	6.783.423,28
GESTAO AMBIENTAL	51.800,00	56.467,83	6.884,75	16.749,25	6.884,75	16.749,25	0,07	29,66	39.718,58

Município de Capinzal  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de Referência: MAIO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO - Anexo II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c') (R\$ 1,00)

CONSOLIDADO

Pag: 2/2

Preservacao e Conservacao Ambiental	14.800,00	19.467,83	3.884,75	12.749,25	3.884,75	12.749,25	0,05	65,49	6.718,58
Recuperacao de Areas Degradadas	30.000,00	30.000,00	3.000,00	4.000,00	3.000,00	4.000,00	0,02	13,33	26.000,00
Recursos Hidricos	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
AGRICULTURA	960.300,00	960.300,00	113.178,26	299.315,04	113.178,26	299.315,04	1,27	31,17	660.984,96
Vigilancia Sanitaria	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Promocao da Producao Vegetal	792.800,00	792.800,00	99.322,26	262.702,74	99.322,26	262.702,74	1,11	33,14	530.097,26
Promocao da Producao Animal	27.500,00	27.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.500,00
Defesa Sanitaria Animal	44.000,00	44.000,00	6.756,00	19.510,37	6.756,00	19.510,37	0,08	44,34	24.489,63
Extensao Rural	46.000,00	46.000,00	7.100,00	17.101,93	7.100,00	17.101,93	0,07	37,18	28.898,07
INDUSTRIA	700.000,00	700.000,00	0,00	447,48	0,00	447,48	0,00	0,06	699.552,52
Promocao Industrial	700.000,00	700.000,00	0,00	447,48	0,00	447,48	0,00	0,06	699.552,52
COMERCIO E SERVICOS	773.000,00	909.800,12	23.334,77	283.063,40	23.334,77	283.063,40	1,20	31,11	626.736,72
Promocao Comercial	326.314,60	463.114,72	6.573,77	155.152,70	6.573,77	155.152,70	0,66	33,50	307.962,02
Turismo	446.685,40	446.685,40	16.761,00	127.910,70	16.761,00	127.910,70	0,54	28,64	318.774,70
COMUNICACOES	22.000,00	22.000,00	2.580,00	6.571,90	2.580,00	6.571,90	0,03	29,87	15.428,10
Telecomunicacoes	22.000,00	22.000,00	2.580,00	6.571,90	2.580,00	6.571,90	0,03	29,87	15.428,10
TRANSPORTE	2.796.000,00	2.486.199,88	91.587,32	445.525,40	91.587,32	445.525,40	1,89	17,92	2.040.674,48
Transporte Rodoviario	2.796.000,00	2.486.199,88	91.587,32	445.525,40	91.587,32	445.525,40	1,89	17,92	2.040.674,48
DESPORTO E LAZER	696.560,00	769.560,00	92.880,57	167.601,57	92.880,57	167.601,57	0,71	21,78	601.958,43
Desporto Comunitario	696.560,00	769.560,00	92.880,57	167.601,57	92.880,57	167.601,57	0,71	21,78	601.958,43
ENCARGOS ESPECIAIS	2.589.109,00	2.589.109,00	451.011,42	1.058.796,57	459.179,73	1.035.405,92	4,39	39,99	1.553.703,08
Administracao Geral	2.589.109,00	2.589.109,00	451.011,42	1.058.796,57	459.179,73	1.035.405,92	4,39	39,99	1.553.703,08
RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Reserva de Contingencia	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo (a-b)
			Maio a Junho	até Junho	Maio a Junho	até Junho (b)	% b/to.b	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	63.212.000,00	69.124.788,03	8.774.660,04	24.637.560,89	8.833.255,51	23.606.113,70	100,00	34,15	45.518.674,33

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 01/08/2013, Hora de emissão 09h e 34m.

ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA CRC /SC017849 /O-8

LUIZ CONTE  
Diretor de Controle Interno



**Município de Capinzal**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio/2012 a Abril/2013**

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)

CONSOLIDADO

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
	Maio /2012	Junho /2012	Julho /2012	Agosto /2012	Setembro /2012	Outubro /2012	Novembro /2012	Dezembro /2012	Janeiro /2013	Fevereiro /2013	Março /2013	Abril /2013		
RECEITAS CORRENTES (I)	5.546.205,71	4.484.539,15	4.495.605,41	3.958.053,04	4.292.917,11	4.359.334,21	5.309.497,69	5.778.805,88	4.723.228,58	4.941.476,29	4.707.686,11	4.609.666,74	57.207.016,02	70.006.802,92
Receita Tributária	860.630,64	300.022,87	285.912,23	262.670,02	259.973,63	166.809,63	320.572,79	304.088,41	261.330,53	183.015,31	210.033,94	388.699,61	3.803.759,61	4.726.666,92
IPTU	636.485,59	67.820,83	65.185,63	56.369,21	7.452,00	5.477,40	5.545,61	6.377,74	2.636,95	0,00	0,00	134.396,34	987.747,30	1.165.147,95
ISS	111.620,85	105.322,25	123.861,71	110.166,89	152.440,31	84.741,57	210.452,59	140.417,84	182.413,68	93.171,48	114.971,49	110.284,38	1.539.865,04	1.190.297,40
ITBI	45.725,06	67.478,68	44.129,09	44.575,38	51.141,40	30.629,29	53.774,98	58.405,09	49.167,58	35.324,07	40.418,29	48.877,94	569.646,81	438.275,59
IRRF	41.072,37	44.861,50	39.339,89	42.415,28	38.261,30	39.089,48	33.014,09	73.790,38	9.574,69	34.074,63	16.192,52	23.261,72	434.947,81	489.036,48
Outras Receitas Tributárias	25.726,77	14.539,81	13.399,99	9.143,26	10.678,62	6.871,89	17.785,52	25.097,40	17.537,63	20.445,13	38.451,64	71.879,23	271.552,65	1.443.909,52
Receita de Contribuições	60.517,79	59.285,51	59.607,39	60.541,69	61.713,03	59.557,77	62.651,73	60.608,30	0,00	127.175,09	61.718,09	63.507,39	736.883,69	785.939,13
Receita Patrimonial	76.505,61	64.952,79	58.371,00	58.792,34	46.277,79	41.250,21	30.212,02	8.576,99	46.716,50	31.155,06	43.336,68	32.702,88	538.849,83	631.218,94
Receita Agropecuária	11.582,10	9.059,20	11.827,20	15.236,10	9.723,40	13.028,80	13.253,30	4.985,90	14.402,48	6.660,83	7.276,30	11.072,63	128.108,24	73.846,93
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	682,82
Receita de Serviços	422.788,73	412.508,71	407.863,75	403.448,56	388.653,42	436.828,62	397.630,06	415.955,19	320.755,18	412.781,11	439.932,93	460.501,84	4.919.648,10	4.759.066,65
Transferências Correntes	4.032.426,44	3.557.857,91	3.587.598,29	3.083.512,18	3.439.483,02	3.550.078,81	4.380.380,27	4.871.061,38	3.883.110,98	4.080.382,81	3.843.785,69	3.570.404,28	45.880.082,12	56.390.689,09
Cota-Parte do FPM	998.199,44	851.812,43	636.105,03	701.928,57	614.177,18	651.976,79	1.432.580,59	918.411,51	1.235.624,47	711.627,93	763.560,72	10.397.258,41	16.894.384,82	16.894.384,82
Cota-Parte do ICMS	1.313.627,62	1.357.453,49	1.327.778,01	1.329.139,46	1.541.075,69	1.452.513,71	1.562.531,09	1.579.457,92	1.520.279,81	1.338.860,40	1.510.249,73	1.541.904,42	17.374.871,28	19.955.088,95
Cota-Parte do IPVA	152.832,88	155.254,60	166.575,19	174.357,12	161.580,67	143.954,33	90.414,96	48.696,59	84.680,39	116.469,18	146.022,00	161.510,16	1.602.548,00	1.597.613,07
Cota-Parte do ITR	47,91	31,64	282,38	36,86	4.022,84	17.617,90	426,37	48,47	0,00	205,55	27,62	927,10	23.674,64	57.874,57
Transferência da LC 87/1996	7.270,50	7.270,50	7.270,50	7.270,50	0,00	14.541,00	7.270,50	7.270,50	0,00	0,00	0,00	28.055,74	86.219,75	93.170,87
Transferência da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	531.574,13	521.104,96	481.733,06	499.821,51	561.553,28	525.110,27	561.110,93	526.249,83	720.455,15	703.406,82	618.997,03	721.949,40	6.973.066,39	7.789.650,23
Outras Transferências Correntes	1.028.873,99	664.930,29	967.854,14	370.958,16	557.073,47	744.364,81	1.277.372,69	1.276.757,48	639.084,16	685.816,41	856.861,38	352.496,73	9.422.443,67	10.002.906,58
Outras Receitas Correntes	81.754,44	80.852,16	84.425,69	73.852,19	87.092,82	91.780,37	104.797,46	113.529,79	196.912,88	100.306,11	101.602,52	82.778,11	1.199.684,43	2.638.692,44
DEDUÇÕES (II)	499.580,64	478.996,55	431.921,74	447.320,95	468.999,70	460.787,49	513.103,86	531.737,34	510.049,45	542.328,29	477.276,31	502.507,45	5.864.609,77	7.804.699,36
Contrib. p/ Plano de Prev. do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.049,13
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Rec. Formação do FUNDEB	499.580,64	478.996,55	431.921,74	447.320,95	468.999,70	460.787,49	513.103,86	531.737,34	510.049,45	542.328,29	477.276,31	502.507,45	5.864.609,77	7.789.650,23
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	5.046.625,07	4.005.542,60	4.063.683,73	3.510.732,09	3.823.917,41	3.898.546,78	4.796.393,83	5.247.068,54	4.213.179,13	4.399.148,00	4.230.409,80	4.107.159,29	51.342.406,25	62.202.103,56

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 01/08/2013, Hora de emissão 09h e 56m.

ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA CRC / SC017849 / O-8

**Município de Capinzal**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio/2013 a Junho/2013**

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS CORRENTES	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Maio à Junho	até Junho 2013	até Junho 2012
RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviço	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
DESP. PREVID. - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVID. - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Maio à Junho	até Junho 2013	até Junho 2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua (1/2)

**Município de Capinzal**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio/2013 a Junho/2013**

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

CONSOLIDADO

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	Maio/2013	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2013	2012
CAIXA	0,00	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI)=(VIII+IX-X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII)=(XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 01/08/2013, Hora de emissão 09h e 58m.

ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA CRC/SC017849 /0-8

LUIZ CONTE  
Diretor de Controle Interno

(2/2)

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**Município de Capinzal**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio/2013 a Junho/2013**

RREO - ANEXO IX (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

CONSOLIDADO

RECEITAS	Previsão Atualizada (a)	RECEITAS REALIZADAS		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
		Até Junho(b)		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO <sup>1</sup> (I)	800.000,00	0,00		800.000,00

DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	DESPESAS EXECUTADAS <sup>2</sup>		SALDO NÃO EXECUTADO (g) = (d-(e+f))
		Liquidadas (e)	Insc. em Restos a Pagar Não Processados (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	20.083.776,64	2.284.080,39		17.799.696,25
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00		0,00
(-) Incentivos Fiscais Contribuintes por Instit.Financeiras	0,00	0,00		0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	20.083.776,64	2.284.080,39		17.799.696,25
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)	(19.283.776,64)		(2.284.080,39)	(16.999.696,25)

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 01/08/2013, Hora de emissão 10h e 12m.

Notas:

<sup>1</sup> < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III><sup>2</sup> Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

LUIZ CONTE  
Diretor de Controle Interno

**Município de Capinzal**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Junho 2013/ Bimestre Maio-Junho**

RREO - ANEXO V (LRF, art. 53, inciso III)

CONSOLIDADO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2012 (a)	Em 30/Abr/2013 (b)	Em 30/Jun/2013 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.399.940,67	3.277.924,71	3.159.571,06
DEDUÇÕES (II)	4.978.286,51	7.844.547,96	8.903.447,46
Disponibilidade de Caixa Bruto	5.531.152,36	8.053.868,72	9.112.768,22
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	552.865,85	209.320,76	209.320,76
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	(1.578.345,84)	(4.566.623,25)	(5.743.876,40)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA VI = (III + IV - V)	(1.578.345,84)	(4.566.623,25)	(5.743.876,40)

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Maio à Junho (c-b)	até Junho (c-a)
VALOR	(1.177.253,15)	(4.165.530,56)

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	(43.780,22)

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2012	Em 30/Abr/2013	Em 30/Jun/2013
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA(VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS(X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 01/08/2013, Hora de emissão 09h e 59m.

ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

LUIZ CONTE  
Diretor de Controle Interno

&gt;

**Município de Capinzal**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio/2013 a Junho/2013**

RREO - ANEXO VII (LRF, art. 53, inciso V)

Poder/Órgão	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						CONSOLIDADO
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	
	Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2012				Em exercícios anteriores	Em 31/12/2012 <sup>1</sup>					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	209.438,93	552.747,68	552.747,68		209.438,93	277.038,42	1.271.635,91	854.831,04	854.949,21	5,46	693.719,66	
EXECUTIVO	209.438,93	552.747,68	552.747,68		209.438,93	277.038,42	1.271.635,91	854.831,04	854.949,21	5,46	693.719,66	
Fundo Munic.de Reequip.corpo de Bombeiros de C							182.000,00	182.000,00	182.000,00			
Fundo Munic.dos Direit.da Crianca e do Adolesc		510,00	510,00									
Fundo Munic.equip.e de Melhoria da Pm/Sc-indai	209.438,93				209.438,93	88.254,57					88.254,57	
Fundo Municipal de Assistencia Social de Capin							7.971,79	7.971,79	7.971,79			
Secretaria da Administracao e Financas		48.056,15	48.056,15									
Secretaria da Educacao, Cultura e Esportes		26.179,56	26.179,56				12.779,31	12.779,31	12.779,31			
Secretaria da Saude e Desenvolvimento Social							297.990,00				297.990,00	
Secretaria de Desenvolvimento Economico						188.783,85		72.784,24	72.784,24		115.999,61	
Secretaria de Infraestrutura		478.120,14	478.120,14									
Servico Intermunicipal de Agua e Esgoto de Cza		(118,17)	(118,17)				770.894,81	579.295,70	579.413,87	5,46	191.475,48	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
TOTAL (III) = (I + II)	209.438,93	552.747,68	552.747,68		209.438,93	277.038,42	1.271.635,91	854.831,04	854.949,21	5,46	693.719,66	

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 01/08/2013, Hora de emissão 10h e 09m.

<sup>1</sup> Os restos a pagar não processados e liquidados no exercício de referência deverão permanecer demonstrados nas respectivas colunas de RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS.

ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA CRC/SC017849/0-8

LUIZ CONTE  
Diretor de Controle Interno



Município de Capinzal  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA  
DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2012 a 2087

RREO - ANEXO X (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

CONSOLIDADO

Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00

1 Projeção atuarial elaborada em 01/08/2013 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS

2 Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

Valores

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 01/08/2013, Hora de emissão 10h e 13m.

**Município de Capinzal**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA**  
**DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2012 a 2087**

RREO - ANEXO X (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

CONSOLIDADO

Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

1 Projeção atuarial elaborada em 01/08/2013 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS

2 Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 01/08/2013, Hora de emissão 10h e 13m.

\_\_\_\_\_  
ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA CRC/SC017849 /0-8

\_\_\_\_\_  
LUIZ CONTE  
Diretor de Controle Interno

**Município de Capinzal**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO**  
**DOS RECURSOS**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio/2013 a Junho/2013**

RREO - ANEXO XI (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)  
CONSOLIDADO

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
RECEITAS DE CAPITAL	194.847,31	39.882,00	154.965,31
ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	194.847,31	39.882,00	154.965,31
Alienação de Bens Móveis	167.181,49	39.882,00	127.299,49
Alienação de Bens Imóveis	27.665,82	0,00	27.665,82
<b>TOTAL</b>	<b>194.847,31</b>	<b>39.882,00</b>	<b>154.965,31</b>

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d - (e + f))
		Liquidadas (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	176.632,31	437,00	0,00	176.195,31
Despesas de Capital	176.632,31	437,00	0,00	176.195,31
Investimentos	176.632,31	437,00	0,00	176.195,31
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>176.632,31</b>	<b>437,00</b>	<b>0,00</b>	<b>176.195,31</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2012 (h)	2013 (i) = (Ib - (Ile + If))	SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)
VALOR (III)	0,00	39.445,00	39.445,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 01/08/2013, Hora de emissão 10h e 14m.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas.

No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

O valor efetivo do saldo atual em conta corrente bancária para a data de

ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA CRC / SC017849 / 0-8

LUIZ CONTE  
Diretor de Controle Interno

Município de Capinzal  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio/2013 a Junho/2013

RREO - Anexo XIII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)  
 CONSOLIDADO

CONSOLIDADO				SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)		REGISTROS EFETUADOS EM 2013				SALDO TOTAL (c) = (a + b)		
ESPECIFICAÇÃO						Maio à Junho		Até Junho (b)				
TOTAL DE ATIVOS				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direitos Futuros				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativos Contabilizados na SPE				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contrapartida para Provisões de PPP				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DE PASSIVOS (I)				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Obrigações Não Relacionadas a Serviços				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contrapartida para Ativos da SPE				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Provisões de PPP				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
GARANTIAS DE PPP (II)				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PASSIVOS CONTINGENTES				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contraprestações Futuras				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Riscos Não Provisionados				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Passivos Contingentes				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ATIVOS CONTINGENTES				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços Futuros				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Ativos Contingentes				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS DE PPP		EXERCÍCIO ANTERIOR	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Do Ente Federado (V)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estatais Não-Dependentes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)-(IV)		50.022.957,69	52.147.915,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)=-(VI)=(IV)/(V)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 01/08/2013, Hora de emissão 10h e 18m.

ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

LUIZ CONTE  
Diretor de Controle Interno

**Município de Capinzal**  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO**  
**ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio/2013 a Junho/2013**

LRF, Art. 48 - Anexo XIV

CONSOLIDADO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Maio à Junho		Até Junho	
RECEITAS					
Previsão Inicial		-		63.212.000,00	
Previsão Atualizada		-		63.212.000,00	
Receitas Realizadas		9.897.559,36		26.847.455,56	
Déficit Orçamentário		-		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		-		668.018,70	
DESPESAS					
Dotação Inicial		-		63.212.000,00	
Créditos Adicionais		-		5.912.788,03	
Dotação Atualizada		-		69.124.788,03	
Despesas Empenhadas		8.774.660,04		24.637.560,89	
Despesas Liquidadas		8.833.255,51		23.606.113,70	
Superávit Orçamentário		-		3.241.341,86	
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Maio à Junho		Até Junho	
Despesas Empenhadas		8.774.660,04		24.637.560,89	
Despesas Liquidadas		8.833.255,51		23.606.113,70	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até Junho	
Receita Corrente Líquida				52.147.915,94	
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Maio à Junho		Até Junho	
Regime Geral de Previdência Social		0,00		0,00	
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)		0,00		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00		0,00	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00		0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores		0,00		0,00	
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado Até Junho (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		(43.780,22)	(4.165.530,56)	9.514,64	
Resultado Primário		(290.821,77)	3.454.520,38	(1.187,84)	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Canc. Até Junho	Pag. Até Junho	Saldo a pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		762.186,61	0,00	552.747,68	209.438,93
Poder Executivo		762.186,61	0,00	552.747,68	209.438,93
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		1.548.674,33	5,46	854.949,21	693.719,66
Poder Executivo		1.548.674,33	5,46	854.949,21	693.719,66
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		2.310.860,94	5,46	1.407.696,89	903.158,59

Continua (1/2)



**Município de Capinzal**  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO**  
**ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio/2013 a Junho/2013**

LRF, Art. 48 - Anexo XIV

CONSOLIDADO

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado até Junho	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Junho
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	4.868.597,90	25%	27,19
Mín. Anual de 60% do FUNDEB na Rem. do Magis. com Educ. Infan. e Ens. Fundam.	2.547.264,11	60%	60,04
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>			
Receitas de Operações de Crédito	0,00		800.000,00
Despesa de Capital Líquida	2.284.080,39		17.799.696,25
<b>PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>			
	Exercício <sup>1</sup>	10º Exercício	20º Exercício
Regime Geral de Previdência Social			35º Exercício
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I - II)	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV - V)	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS</b>			
	Valor Apurado até Junho		Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	39.882,00		154.965,31
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	437,00		176.195,31
<b>DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b>			
	Valor Apurado Até Junho	Limite Constitucional Anual	
		%Mínimo a Aplicar no Exer.	% Aplicado Até Junho
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.380.514,06	15,00	18,88
<b>DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP</b>			
	Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas / RCL(%)			

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 01/08/2013, Hora de emissão 11h e 05m.

<sup>1</sup> Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência

ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

LUIZ CONTE  
Diretor de Controle Interno

(2/2)

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA

**Portaria N° 254/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA N° 254/2013

- CONSIDERANDO, os efeitos da Portaria n° 238/2013, que concede Licença Maternidade a Servidora Publica LEANDRÉIA HERDT SILVA.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal n°. 085 de 30.06.99, Lei Complementar n°. 006 de 23.12.99 e Lei Complementar n° 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo - Edital n°. 001/2013/SMECE;

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir em caráter temporário RITA DE CÁSSIA PEREIRA, para exercer as funções do cargo de Professora ACT - 40 horas, Nível II, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na turma de 2 anos, na Unidade de Ensino Infantil Professor Verny Passig, pelo período de 05.08.2013 a 20.12.2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Municipio de Chapadão do Lageado, 02 de agosto de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

## Cocal do Sul

### PREFEITURA

**Aviso Concorrência Pública N° 05/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO. EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N°. 05/2013 - PROCESSO LICITATÓRIO N°. 64/2013 - AVISO. Torno público que, nesta data foi baixado o Edital de Concorrência Pública n°. 05/2013, que objetiva a Concessão de Direito Real de Uso de Bem Público, para fins de instalação de indústrias neste município, (01) um terreno urbano, localizado na área industrial II, com a área de 3.000,00m², constituído do lote 11 da quadra "D". A documentação de habilitação e proposta será recebida até as 13:45 horas do dia 05 de setembro de 2013 e a abertura da sessão será as 14:00 horas do mesmo dia. Cópia do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sito à Av. Dr. Polidoro Santiago, 519, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 12:00 e das 13:00 às 16:30 horas.

Cocal do Sul, 02 de agosto de 2013.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

## Concórdia

### PREFEITURA

**Adendo 02 ao Edital de Tomada de Preço Cs N° 2/2013 PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

ADENDO 02 AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO CS N° 2/2013 PMC

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é contratação de empresa no ramo de informática para implantação, locação, treinamento, atualização e manutenção com acompanhamento e suporte técnico de software de Gerenciamento Escolar, constante no Anexo "D" do Edital, foi alterado.

Os prazos para protocolo dos envelopes e a abertura da licitação ficam alterados na seguinte forma:

O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO deverá ser efetuado no Protocolo Geral deste Município, situado no 2º andar do endereço indicado no subitem 1.1, na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 10/09/2013, ÀS 16h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 05/09/2013, às 16h00min.

1.3. O recebimento do Envelope 02 - PROPOSTA DE PREÇO contendo as propostas de preço dos interessados se dará da seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 10/09/2013, às 16h00min.

1.4. O recebimento do Envelope 03 - PROPOSTA TÉCNICA contendo a proposta técnica dos interessados se dará da seguinte forma: INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 10/09/2013, às 16h00min.

1.5 A abertura dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO será efetuada na Sala de Licitações do Município de Concórdia, situada no 1º andar do endereço indicado no subitem 1.1, na data de 11 de setembro de 2013, às 08h30min. Observando-se ainda o disposto no item 7.6 deste edital, a Comissão Permanente de Licitações poderá prosseguir para a fase de abertura do envelope 02 - PROPOSTAS DE PREÇOS.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 1º de agosto de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial N° 10/2013- PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL N° 10/2013- PMC  
Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa, em regime de empreitada global (material, mão de obra e equipamentos), para a instalação e/ou colocação dos equipamentos do Sistema de Prevenção e Combate ao Incêndio do Terminal Rodoviário Municipal Neudi Primo Masolini, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B"

do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 16/08/2013.  
Abertura: dia 19/08/2013, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 02 de agosto de 2013.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

### **Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 7/2013 - FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2013

O Gestora do Fundo Municipal de Saúde em Exercício torna público que ratificou o ato da Senhora Marlô Cristina Ribeiro, Diretora Administrativa do Fundo Municipal de Saúde, que dispensou a licitação, nos termos do Inciso II do Artigo 24, da Lei nº. 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 02 de agosto de 2013 para aquisição de peça para manutenção da autoclave da Unidade Sanitária do Fundo Municipal de Saúde, a favor da empresa DENTAL GORGES LTDA - EPP, no valor de R\$ 985,00 (novecentos e oitenta e cinco reais).

Concórdia, SC, 02 de agosto de 2013.  
MARIA CRISTINA BERTA  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde em Exercício

### **Edital de Notificação - Convênio Merenda Escolar - Pnae - Eja**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Merenda Escolar - PNAE - EJA, no valor de R\$ 648,00 (seiscentos e quarenta e oito reais).

Concórdia SC, 02 de agosto de 2013  
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

### **Edital de Notificação - Convênio Alimentação Escolar - Pnae - Atendimento Educacional Especializado**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Atendimento Educacional Especializado, no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais).

Concórdia SC, 02 de agosto de 2013  
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

### **Edital de Notificação - Convênio FnDe/Pnate - Transporte Escolar - Educação Infantil**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Educação Infantil, no valor de R\$ 2.380,22 (dois mil trezentos e oitenta reais e vinte e dois centavos).

Concórdia SC, 02 de agosto de 2013.  
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

### **Edital de Notificação - Convênio FnDe/Pnate - Transporte Escolar - Ensino Fundamental**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 16.619,56 (dezesseis mil seiscentos e dezenove reais e cinquenta e seis centavos).

Concórdia SC, 02 de agosto de 2013.  
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

### **Edital de Notificação - Convênio FnDe/Pnate - Transporte Escolar - Ensino Médio**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Médio, no valor de R\$ 6.636,62 (seis mil seiscentos e trinta e seis reais e sessenta e dois centavos).

Concórdia SC, 02 de agosto de 2013  
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

### **Edital de Notificação - Convênio Merenda Escolar - Pnae - Ensino Fundamental**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Merenda Escolar - PNAE - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 33.764,00 (trinta e três mil setecentos e sessenta e quatro reais).

Concórdia SC, 02 de agosto de 2013.  
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

**Editais de Notificação - Convênio Merenda Escolar - Pnae - Creche**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Merenda Escolar - PNAE - Creche, no valor de R\$ 34.020,00 (trinta e quatro mil e vinte reais).

Concórdia SC, 02 de agosto de 2013  
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

**Editais de Notificação - Convênio Merenda Escolar - Pnae - Pré Escola**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Merenda Escolar - PNAE - Pré Escola, no valor de R\$ 17.430,00 (dezessete mil quatrocentos e trinta reais).

Concórdia SC, 02 de agosto de 2013  
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

**Correia Pinto**

**PREFEITURA**

**Dispensa de Licitação - Processo N. 62/2013 Pmcp**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO N. 62/2013

O Município de Correia Pinto, através da Secretaria de Administração e da Comissão Permanente de Licitação, nos termos do artigo 24, IV da Lei 8.666/93, declara a DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS EXPEDIDOS PELOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA (DOM/SC), ADMINISTRADO PELO CIGA. O valor será de 380,00 (trezentos e oitenta reais) mensais. A contratada é Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, CNPJ 09.427.503.0001/12. A presente declaração encontra-se justificada conforme parecer jurídico e processo de Dispensa de Licitação.

Correia Pinto, 05 de agosto de 2013.  
VANIO FORSTER  
Prefeito Municipal

ALISSON GERALDO RODRIGUES ANTUNES  
Pregoeiro Municipal

**Extrato de Autorização de Fornecimento - Processo N. 06/2013 FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Instrumento: AF nº 07/2013  
Processo Licitatório nº 59/2013 - Pregão Presencial

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO 0 KM PARA USO DO BOLSA FAMÍLIA.

Contratante: Município de Correia Pinto/SC  
Contratada: Auto Elite LTDA  
CNPJ: 83.270.397.0004/01  
Valor: 41.500,00

Correia Pinto/SC 05 de agosto de 2013  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato - Processo N. 01/2013 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
EXTRATO DE CONTRATO  
Instrumento: Contrato nº 158/2013, 159/2013, 160/2013, 161/2013, 162/2013, 163/2013, 164/2013 e 165/2013  
Processo Licitatório nº 01/2013 - Pregão Presencial

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM, PARA A FROTA DA PREFEITURA E SUAS SECRETARIAS (OBRAS, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, ETC.) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL, PARA O ANO DE 2013.

Contratante: Município de Correia Pinto/SC  
Contratada: Pedro Paulo Da Silva, CNPJ: 11.549.365/0001-96  
Valor: 203.580,00  
Contratada: J. Moreira ME. CNPJ: 12.992.005/0001-27  
Valor: 55.201,40

Correia Pinto/SC 02 de agosto de 2013  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato - Processo N. 05/2013 Fhmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Processo Licitatório nº 05/2013 - Pregão Presencial

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE EMERGÊNCIA E UM VEÍCULO, PARA USO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL. Contratante: Município de Correia Pinto/SC  
Contratada Oxy System Equip Medicos LTDA EPP  
CNPJ: 58.763.350/0001-90

AF: 04 - Valor: 96.200,00  
Contratada: KONRAD SUL COMÉRCIO DE CAMINHÕES LTDA  
CNPJ: 05.808.881/0001-95  
AF: 05 - Valor: 130.000,00  
Contratada: ADVENTURE COM. E DIST. PROD. MEDICOS HOSP. LTDA  
CNPJ: 07.494.105/0001-93  
AF: 06 - Valor: 31.902,00  
Contratada: HOSPLIFE COMERCIO DE EQUIP HOSPITALARES LTDA



CNPJ: 03.952.368/0001-48  
AF: 07 - Valor: 35.990,00

Correia Pinto/SC 05 de agosto de 2013  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato - Processo N. 49/2013 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
EXTRATO DE CONTRATO  
Instrumento: Contrato nº 418/2013  
Processo Licitatório nº 49/2013 - Convite

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA EM INSTALAÇÕES DE ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA DE MÉDIA TENSÃO 23,1 KV, DESTINADA A CRECHE INFANTIL (PRÓ-INFÂNCIA), CONFORME PROJETO ELÉTRICO ANEXO AO EDITAL.

Contratante: Município de Correia Pinto/SC  
Contratada empresa RAMALUZ LTDA  
CNPJ: 08.962.222/0001-05  
Valor: 118.953,42

Correia Pinto/SC 05 de agosto de 2013  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato - Processo N. 59/2013 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
EXTRATO DE CONTRATO  
Instrumento: Contrato nº 422/2013  
Processo Licitatório nº 59/2013 - Pregão Presencial

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA JORNALISTICA DE VEICULAÇÃO REGIONAL PARA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA "JORNAL EDUCAÇÃO EM EVIDÊNCIA", NO PERÍODO DE AGOSTO A DEZEMBRO, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL.

Contratante: Município de Correia Pinto/SC  
Contratada: Nossa Terra Comunicação, Publicidade, Propaganda LTDA ME, CNPJ: 11.416.624/0001-00  
Valor: 79.200,00

Correia Pinto/SC 05 de agosto de 2013  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

**Curitibanos**

**PREFEITURA**

#### **Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preços N° 185/2013**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 185/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos

legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para registro de preços destinados a aquisição de gêneros alimentícios para o Gabinete do Prefeito, a serem utilizados em reuniões, seminários e encontros, durante o ano de 2013, conforme Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30:30 horas do dia 20/08/2013, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a Rua Coronel Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 20/08/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitação e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 31 de Julho de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI  
Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL  
Pregoeiro

#### **Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preços N° 186/2013**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 186/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para registro de preços destinados a aquisição de tecidos a serem utilizados em reuniões, seminários e encontros, durante o ano de 2013, conforme Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 20/08/2013, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a Rua Coronel Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 20/08/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitação e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 31 de Julho de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI  
Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL  
Pregoeiro

**Ermo****PREFEITURA****Portaria N° 098, de 01 de Agosto de 2013.**

PORTARIA N° 098, de 01 de agosto de 2013.

Dispõe sobre a exoneração de Servidor ocupante de Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 1º, § 1º, da Lei N°. 003, de 03 de janeiro de 1997;

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor CLAUDIONOR DE SOUZA, do cargo de SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, Nível DASU-3, dos Cargos de Provimento em Comissão do Poder Executivo Municipal, nomeado pela Portaria N° 023, de 01 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de agosto de 2013.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

**Erval Velho****PREFEITURA****Extrato de Edital de Chamada Pública 002/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

PODER EXECUTIVO

Edital de Chamada Pública n° 002/2013

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural.

Data: O recebimento dos envelopes de documentação para a Chamada Pública será a partir do dia 06 de agosto de 2013.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: [compras@ervalvelho.sc.gov.br](mailto:compras@ervalvelho.sc.gov.br) ou no endereço citado.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Prefeito Municipal .

**Faxinal dos Guedes****PREFEITURA****Chamada Pública do Fundo Municipal de Saúde 0004/2013.**

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. "EDITAL DE CREDENCIAMENTO UNIVERSAL". CHAMADA PÚBLICA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 0004/2013. A Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes, com amparo no disposto no Art. 199, da Constituição Federal, torna público que abrirá inscrições para o Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde, desde que atendidas às exigências do presente Edital e seus Anexos. DO OBJETO: O presente edital tem por objeto o Credenciamento de Prestadores Serviços de Saúde, para realização de consultas nas áreas abaixo especificadas, para atendimento aos usuários do Fundo Municipal de Saúde do Município de Faxinal dos Guedes, de acordo com o item 02 do EDITAL. Edital completo no site [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br) ou pode ser retirado no departamento de licitações e compras junto a Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes em horário comercial.

Faxinal dos Guedes, 22 de Julho de 2013.

**Forquilha****PREFEITURA****Extrato de Contrato FMS N°. 68/2013**

EXTRATO DE CONTRATO FMS N°. 68/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - FORMSUL IND. GRAFICA LTDA.

OBJETO - Constitui objeto deste a contratação de empresa especializada para confecção e fornecimento de impressos gráficos necessários para atendimento ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC, durante o exercício de 2013.

VALOR - R\$ 46.238,50 (quarenta e seis mil duzentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - 0101.2061.3390 (54), 0101.2056.3390 (62), 0101.2057.3390 (64).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Carta Convite n°. 24/ FMS/2013

DATA DA ASSINATURA - 18 de julho de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Extrato do Termo Aditivo FMS N° 04/2013**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS N° 04/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N°. 04/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - PRODIET FARMACÊUTICA LTDA

DO OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC, durante o exercício de 2013, de acordo com a proposta da contratada e com as condições e especificações constantes do edital e seus anexos,



que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento contratual

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 15/FMS/2013 de 31/07/2013 para 31/10/2013 conforme solicitação da Secretaria da Saúde.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 15 de julho de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

#### **Extrato do Termo Aditivo FMS Nº 16/2013**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 16/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 27/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - WINCORP FARM. COM. LTDA

DO OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC, durante o exercício de 2013, de acordo com a proposta da contratada e com as condições e especificações constantes do edital e seus anexos, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento contratual.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 27/FMS/2013 de 31/07/2013 para 31/10/2013 conforme solicitação da Secretaria da Saúde.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 15 de julho de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

#### **Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 42/2013**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 42/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 82/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA

DO OBJETO - Execução de serviços na adaptação do telhado do bloco de quatro salas de aula na Escola de Educação Básica Professor Jacob Arns, com sede na Rua das Extremosas, Bairro Saturno, Município de Forquilha/SC.

DO VALOR - Aditamento em R\$ 1.090,56 (um mil noventa reais e cinquenta e seis centavos) do Contrato PMF nº 82/2013 para maior, relativo à necessidade de obra e adaptações conforme planilha aprovada pelo setor de engenharia da contratante.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 12 de julho de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

## Fraiburgo

### PREFEITURA

#### **Decreto Nº 0241/2013**

DECRETO Nº 0241, DE 02 DE AGOSTO DE 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 15 da Lei Nº 2164, de 06 de Dezembro de 2012;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais), nas seguintes dotações:

11.00 - Secretaria de Ação Social

11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0025.2.057 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0518 (276) R\$ 36.000,00

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0518 (277) R\$ 30.000,00

Total R\$ 66.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrá à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41721341200 - Transferência de Recursos do FNAS - PRONATEC R\$

66.000,00

TOTAL R\$ 66.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 02 DE AGOSTO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 1974/2013**

PORTARIA N.º 1.974, DE 02 DE AGOSTO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002, de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e conforme a comunicação interna n.º 1114/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 14 horas semanais a professora LAURA JOCIANE DOS SANTOS que se encontra em Licença Maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, LUCIA ANA FRITZEN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 089.293.229-56, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 16 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de agosto de 2013.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria N° 1975/2013**

PORTARIA N.º 1.975, DE 02 DE AGOSTO DE 2013.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002, de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e conforme a comunicação interna n.º 1115/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 10 horas semanais a professora LAURA JOCIANE DOS SANTOS que se encontra em Licença Maternidade;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, EDWIN JEDSON DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 071.753.139-26, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 27 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2013 até 02 de setembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de agosto de 2013.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria N° 1976/2013**

PORTARIA N.º 1.976, DE 02 DE AGOSTO DE 2013.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002, de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e conforme a comunicação interna n.º 1116/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, RAFAELA ANDRESSA SETTI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.001.439-59, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2013 até 02 de setembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de agosto de 2013.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria N° 1977/2013**

PORTARIA N.º 1.977, DE 02 DE AGOSTO DE 2013.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0030, de 09 de julho de 2013 e Contrato Administrativo; e conforme a comunicação interna n.º 1112/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, THAÍS MARCELLI RIBEIRO PALUDO LOCATELLI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 001.371.351-57, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - LIBRAS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de agosto de 2013.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria N° 1978/2013**

PORTARIA N.º 1.978, DE 02 DE AGOSTO DE 2013.  
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de ALEXON CHAVES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 066.625.739-65, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de agosto de 2013.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Aviso da Republicação Tomada de Preços N° 0008/2013**

Republicação Edital de Tomada de Preços N° 0008/2013 - PMF  
Processo Administrativo Licitatório nº 0148/2013  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
TOMADA DE PREÇOS N° 0008/2013 - PMF (alteração da data de abertura)

Objeto: O Prefeito de Fraiburgo-SC torna público que no certame em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para construção do "Espaço Mais Cultura para Mais Pessoas", na Rua Mar-ly, ao lado da Casa da Cultura, de acordo com os Projetos, e memoriais anexo ao PAL, foi prorrogado o seu prazo de abertura, com alteração de data, da forma seguinte: Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 23.08.2013; Abertura do Certame: No mesmo dia às 09:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, 185. Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. Email: [compras@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:compras@fraiburgo.sc.gov.br)

Fraiburgo(SC), 02 de agosto de 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**Resultado do Julgamento da Proposta de Preços - Tomada de Preços N° 0007/2013-PMF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS  
TOMADA DE PREÇOS N° 0007/2013 - PMF

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para construção de muro com fundação de concreto e fechamento de tela, com extensão de 351,60 metros, na Escola de Ensino Fundamental, situada na Av. Guilherme Pinz, esquina com Avenida Pedro Gianello, no Bairro São Miguel, nesta cidade, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, após decorrido "in albis" o prazo recursal previsto no art. 109, inc. I, alínea "a" da Lei nº 8.666/93l, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora com o MENOR PREÇO GLOBAL, a seguinte proponente: ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA EPP no valor de R\$ 111.623,92 (cento e onze mil, seiscentos e vinte e três reais e noventa e dois centavos) ficando abaixo do valor máximo estipulado pelo município no item 2.3 do Edital, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 02 de agosto de 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**Garopaba**

**PREFEITURA**

**Decreto N.º 099/2013**

DECRETO N° 099, DE 01 DE AGOSTO DE 2013.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 6.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº 1.670 de 03/12/2012 (Orçamento) e demais legislação.

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) no orçamento fiscal vigente:

10.01 - SECRETARIA DE PLAN TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE 6.000,00  
15451311.034 - Const. e Remod. de Praças, Passeios e Passarelas 6.000,00  
4.4.90.0.3.00.000000 - Aplicações Diretas 6.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ R\$ 6.000,00 (seis mil reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de agosto de 2013.  
PAULO SÉRGIO DE ARAUJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 05/08/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO LUIZ  
Secretária de Administração

**Portaria N.º 539/2013.**

PORTARIA N.º 539, DE 01 DE JULHO DE 2013.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor OSVALDO ROCHA, Matrícula Funcional n.º 0108, referente à 2012/2013, no período de 10/06/2013 à 09/07/2013.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 10/06/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de julho de 2013.  
PAULO SERGIO DE ARAUJO  
Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 541/2013.**

PORTARIA N.º 541, DE 01 DE JULHO DE 2013.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA À MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora CRISTINA DA SILVA ALEXANDRINA DE OLIVEIRA, Técnico em Enfermagem, matrícula funcional n.º 3589, pelo período de

120 (cento e vinte) dias, a partir de 19/06/2013.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 19/06/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 542/2013.**

PORTARIA N.º 542, DE 01 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 29 (vinte e nove) dias, concedidos através da Portaria n.º 571/2012 e suspensas através da Portaria n.º 574/2012, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora CELIANE GONCALVES CARLSEM, Matrícula Funcional n.º 3648, no período de 01/07/2013 à 29/07/2013.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/07/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 544/2013.**

PORTARIA N.º 544, DE 02 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO PARA OCUPAR CARGO COMISSIÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 5º, § 7º, b. e art. 83, da Lei n.º 1000/2005, GABRIELA RODRIGUES PEREIRA, CPF n.º 036.349.169-40, para exercer as funções do cargo comissionado de COORDENADOR DE ATENÇÃO BÁSICA, da Secretaria Municipal de Saúde, com Gratificação Especial de 60% do cargo ocupado, a partir de 02/07/2013.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/07/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 545/2013.**

PORTARIA N.º 545, DE 02 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora KAREN LLOYD ALVES MOREIRA, Matrícula Funcional n.º 3772, referente à 2010/2011, no período de 16/07/2013 à 30/07/2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 546/2013.**

PORTARIA N.º 546, DE 02 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora SANDRA NASCIMENTO DE ABREU GARCIA, Matrícula Funcional n.º 0797, referente à 2011/2012, no período de 07/07/2013 à 21/07/2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 547/2013.**

PORTARIA N.º 547, DE 02 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora ROZILDA DE AMORIM, Matrícula Funcional n.º 3643, referente à 2011/2012, no período de 01/07/2013 à 30/07/2013.



Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de julho de 2013.  
PAULO SERGIO DE ARAUJO  
Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 549/2013.**

PORTARIA N.º 549, DE 04 DE JULHO DE 2013.  
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) SILVANA DILMA MACHADO INNOCENTE, Professor, matrícula funcional n.º 4652, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 10/06/2013.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 10/06/2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de julho de 2013.  
PAULO SERGIO DE ARAUJO  
Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 550/2013.**

PORTARIA N.º 550, DE 04 DE JULHO DE 2013.  
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ELIETE NASCIMENTO DA SILVA, Professor, matrícula funcional n.º 0757, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 17/06/2013.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 17/06/2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de julho de 2013.  
PAULO SERGIO DE ARAUJO  
Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 551/2013.**

PORTARIA N.º 551, DE 04 DE JULHO DE 2013.  
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) LUIZ ANTONIO VIEIRA, Operador de Trator Agrícola, matrícula funcional n.º 0729, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para revisão de readaptação, a partir de 24/06/2013.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 24/06/2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de julho de 2013.  
PAULO SERGIO DE ARAUJO  
Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 552/2013.**

PORTARIA N.º 552, DE 04 DE JULHO DE 2013.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 08 (oito) dias, do período de 2011/2012, concedidos através da Portaria n.º 783/2012 e suspensas através da Portaria n.º 842/2012, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor MARCOS ABREU DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 4284, no período de 24/06/2013 à 30/06/2013.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 24/06/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de julho de 2013.  
PAULO SERGIO DE ARAUJO  
Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 555/2013.**

PORTARIA N.º 555, DE 08 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata ROBERTA STANK RIBEIRO, CPF n.º 005.416.029-42, aprovada e classificada como 06º colocada, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 08 de dezembro 2009, para exercer em caráter efetivo o cargo de ADVOGADO.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de Representar em juízo ou fora dele, a Prefeitura nas ações em que por autora, ré ou interessada, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 10/07/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**Portaria N.º 556/2013.**

PORTARIA N.º 556, DE 08 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata VANESSA DOS SANTOS REBELO, CPF n.º 036.000.949-20, aprovada e classificada como 21º colocada, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 30 de junho de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA 20 HORAS.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de

Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 10/07/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**Portaria N.º 579/2013.**

PORTARIA N.º 579, DE 10 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidor (a) JOEL DA SILVA DAVID, matrícula funcional n.º 4251, referente à 2011/2012, no período de 19/07/2013 à 04/08/2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 580/2013.**

PORTARIA N.º 580, DE 10 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor ANTONIO CRISPIM, matrícula funcional n.º 104, referente à 2010/2011, no período de 05/08/2013 à 03/09/2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE



**Portaria N.º 581/2013.**

PORTARIA N.º 581, DE 10 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, ao servidor ROSEMIRO GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 079, referente a 2007-2012, no período de 10/07/2013 à 07/09/2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 584/2013.**

PORTARIA N.º 584, DE 10 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) FABIANA MACHADO GREGHI, Contrato n.º 254/2013, em 19/07/2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 585/2013.**

PORTARIA N.º 585, DE 10 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 02/07/2013, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora ROSILENE RODRIGUES, Matrícula Funcional n.º 0763, concedidas através da Portaria n.º 515/2013, por motivo de excepcional interesse

público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 05/07/2013.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 586/2013.**

PORTARIA N.º 586, DE 10 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, a servidora MARIA DAS DORES SIRINO DA COSTA, Matrícula Funcional n.º 039, referente a 2007-2012, no período de 11/07/2013 à 09/08/2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 587/2013.**

PORTARIA N.º 587, DE 10 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora LUZIA PONCIANO, Matrícula Funcional n.º 3754, referente à 2011/2012, no período de 05/08/2013 à 03/09/2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 588/2013.**

PORTARIA N.º 588, DE 11 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos do art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor EDUARDO OMMATI FERREIRA, Professor de Educação Física 40hs, matrícula funcional n.º 4868, contribuinte do Regime Geral de Previdência, pelo período de 57 (cinquenta e sete) dias, a partir de 15/05/2013, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 15/05/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 589/2013.**

PORTARIA N.º 589, DE 11 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, a servidora MARIA APARECIDA SILVA LAURENTINO, Matrícula Funcional n.º 808, referente a 2007-2012, no período de 07/08/2013 à 05/10/2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 590/2013.**

PORTARIA N.º 590, DE 16 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidor (a) MARLETE SOUZA SILVA, matrícula funcional n.º 3791, referente à

2011/2012, no período de 22/07/2013 à 20/08/2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 591/2013.**

PORTARIA N.º 591, DE 16 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidor (a) MARIA GORETI BENDO MENDES, matrícula funcional n.º 4559, referente à 2011/2012, no período de 17/07/2013 à 31/07/2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 592/2013.**

PORTARIA N.º 592, DE 16 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidor (a) SIDINEI MARQUES, matrícula funcional n.º 3704, referente à 2011/2012, no período de 12/07/2013 à 10/08/2013.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 12/07/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 593/2013.**

PORTARIA N.º 593, DE 16 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) SILVANA DILMA MACHADO INNOCENTE, Professora, matrícula funcional n.º 4652, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 41 (quarenta e um) dias, a partir de 10/06/2013, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 10/06/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO  
Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 594/2013.**

PORTARIA N.º 594, DE 16 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) SONIA REGINA PONCIANO, Auxiliar de Enfermagem, matrícula funcional n.º 0427, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 09/06/2013, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 09/06/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO  
Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 595/2013.**

PORTARIA N.º 595, DE 16 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) BERENICE CATARINA CARVALHO DE OLIVEIRA, Professora, matrícula funcional n.º 3857, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 14/07/2013, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 14/07/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO  
Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 596/2013.**

PORTARIA N.º 596, DE 16 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) BARBARA VIEIRA GONÇALVES, Servente, matrícula funcional n.º 0041, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 10/07/2013.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 10/07/2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO  
Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 598/2013.**

PORTARIA N.º 598, DE 17 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 03/07/2013, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor MARCELO DOS SANTOS FERREIRA, Matrícula Funcional n.º 0434, concedidas através da Portaria n.º 503/2013, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/07/2013.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 599/2013.**

PORTARIA N.º 599, DE 17 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) DERCIDES MAIATE DA ROSA BEZ, Agente Comunitário de Saúde, matrícula funcional n.º 5158, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 08/07/2013, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 08/07/2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 600/2013.**

PORTARIA N.º 600, DE 18 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidor (a) LUZIA PONCIANO, Matrícula Funcional n.º 3754, referente à 2011/2012, no período de 13/08/2013 à 27/08/2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 601/2013.**

PORTARIA N.º 601, DE 18 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidor (a) PATRICIA SCHOTT, Matrícula Funcional n.º 3705, referente à 2011/2012, no período de 24/07/2013 à 22/08/2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 602/2013.**

PORTARIA N.º 602, DE 18 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 15 (quinze) dias, concedidos através da Portaria n.º 525/2012, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor (a) LUZIA PONCIANO, Matrícula Funcional n.º 3754, no período de 28/08/2013 à 11/09/2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 603/2013.**

PORTARIA N.º 603, DE 18 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) JÓICE ESTÁCIO JORDÃO, Contrato n.º 319/2012, em 02/07/2013.



Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 02/07/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 604/2013.**

PORTARIA N.º 604, DE 18 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) INÁCIA LOPES DO NASCIMENTO BENTO, Contrato n.º 354/2011, em 30/07/2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 605/2013.**

PORTARIA N.º 605, DE 18 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, a servidora MARIA FRANCISCA DA LUZ RODRIGUES, Matrícula Funcional n.º 175, referente a 2003-2008, no período de 01/08/2013 à 29/09/2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 605/2013.**

PORTARIA N.º 605, DE 18 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, a servidora MARIA FRANCISCA DA LUZ RODRIGUES, Matrícula Funcional n.º 175, referente a 2003-2008, no período de 01/08/2013 à 29/09/2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 606/2013.**

PORTARIA N.º 606, DE 18 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Nos termos do art. 63, III, b, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor (a) MICHELINE ARANHA DE ARAUJO LUIZ, matrícula funcional n.º 4958, JUSTIFICA SUA AUSÊNCIA, por 07 (sete) dias consecutivos, a partir de 12 de julho de 2013, por motivo de falecimento de esposo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 12/07/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 607/2013.**

PORTARIA N.º 607, DE 19 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, a servidor (a) ROSA JOAQUINA DE SOUZA, matrícula funcional n.º 0071, referente a 2002-2007, no período de 01/08/2013 à 29/09/2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 608/2013.**

PORTARIA N.º 608, DE 19 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) SIMONI BARBOSA DE ANDRADE, Contrato n.º 315/2013, em 22/07/2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 609/2013.**

PORTARIA N.º 609, DE 19 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, sem remuneração, nos termos do art. 123, da Lei n.º 1000/2005, a servidora ROSIANE MARLI ANTONIO DAMAZIO, Matrícula Funcional n.º 0044, a partir de 01/08/2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 611/2013.**

PORTARIA N.º 611, DE 22 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos da servidora ADRIANE DOS SANTOS, Secretária, Matrícula n.º 009, o valor de R\$ 67,90 (sessenta e sete reais e noventa centavos), correspondentes a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeado, através da Portaria n.º 060/2009, conforme calculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/08/2013, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 612/2013.**

PORTARIA N.º 612, DE 22 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 30/07/2013, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora PATRICIA SCHOTT, Matrícula Funcional n.º 3705, concedidas através da Portaria n.º 601/2013, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 30/07/2013.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 613/2013.**

PORTARIA N.º 613, DE 22 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos da servidora MARIVONE



INACIA DE ABREU, Assistente Social, Matrícula n.º 722, o valor de R\$ 96,44 (noventa e seis reais e quarenta e quatro centavos), correspondentes a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeado, através da Portaria n.º 461/2012, conforme calculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/08/2013, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de julho de 2013.  
PAULO SERGIO DE ARAUJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 614/2013.**

PORTARIA N.º 614, DE 22 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos da servidora ENEIAS GUIMARAES NETO, Datilografo, Matrícula n.º 265, o valor de R\$ 115,51 (cento e quinze reais e cinquenta e um centavos), correspondentes a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeado, através da Portaria n.º 013/2000, conforme calculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/07/2013, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de julho de 2013.  
PAULO SERGIO DE ARAUJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 615/2013.**

PORTARIA N.º 615, DE 22 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) BARBARA VIEIRA GONÇALVES, Servente, matrícula funcional n.º 0041, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 10/07/2013, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 10/07/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 616/2013.**

PORTARIA N.º 616, DE 22 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 07 (sete) dias, concedidos através da Portaria n.º 035/2012, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor (a) GABRIELA BERNARDI ZUGLIANELLO, Matrícula Funcional n.º 3818, no período de 07/08/2013 à 13/08/2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 618/2013.**

PORTARIA N.º 618, DE 23 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) SILVANI DE OLIVEIRA MARTINS, Contrato n.º 259/2013, em 22/07/2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 619/2013.**

PORTARIA N.º 619, DE 23 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei

Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) HILDEGAR JOÃO DE SENA, Técnico em Edificações, matrícula funcional n.º 0072, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 40 (quarenta) dias, a partir de 02/07/2013, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/07/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 620/2013.**

PORTARIA N.º 620, DE 23 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) TOBIAS PEREIRA PACHECO, Contrato n.º 135/2013, em 22/07/2013.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 22/07/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 622/2013.**

PORTARIA N.º 622, DE 25 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 04 (quatro) dias, concedidos através da Portaria n.º 569/2012, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor (a) JEAN NASCIMENTO PACHECO, Matrícula Funcional n.º 4238, no período de 29/07/2013 à 01/08/2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 623/2013.**

PORTARIA N.º 623, DE 25 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Nos termos do art. 63, III, b, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor (a) MARINEZ MARTINS FERREIRA, matrícula funcional n.º 4268, JUSTIFICA SUA AUSÊNCIA, por 07 (sete) dias consecutivos, a partir de 22 de julho de 2013, por motivo de falecimento de esposo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 22/07/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 624/2013.**

PORTARIA N.º 624, DE 11 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor MARGARETE GARCIA COSTA, Diretor Policlínica, matrícula funcional n.º 4662, contribuinte do Regime Geral de Previdência, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a partir de 01/07/2013, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/07/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 625/2013.**

PORTARIA N.º 625, DE 25 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Nos termos do art. 63, III, b, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor (a) DEBORA CARVALHO NOGUEIRA, matrícula funcional n.º 5034, JUSTIFICA SUA AUSÊNCIA, por 07 (sete) dias consecutivos, a partir de 11 de julho de 2013, por motivo de falecimento de mãe.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 11/07/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 626/2013.**

PORTARIA N.º 626, DE 30 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 10 (dez) dias, concedidos através da Portaria n.º 045/2013, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor (a) GILNERIO MANOEL VALENTIM, Matrícula Funcional n.º 734, no período de 31/07/2013 à 09/08/2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 582/2013.**

PORTARIA N.º 582, DE 10 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA À MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a

servidora JOSIANE CARDOSO, Agente Comunitário da Saúde - ESF, matrícula funcional n.º 3614, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 29/06/2013.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 29/06/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de julho de 2013

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 583/2013.**

PORTARIA N.º 583, DE 10 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA À MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora BIANCA CARLOS DE OLIVEIRA, Enfermeira - ESF, matrícula funcional n.º 3709, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 21/06/2013.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 21/06/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de julho de 2013

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Aviso de Licitação Pr022/2013**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2013

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, em conformidade com a Lei n.º. 10.520, de 17/07/2002, objetivando a prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem/pintura e capotaria nos veículos diesel pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Garopaba, com o fornecimento de peças e acessórios originais de fábrica. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até às 13h55min do dia 16/08/2013.

A sessão se dará a partir das 14 horas do dia 16/08/2013, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br).

Garopaba, 01 de julho de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato de Trabalho - 354/2013**  
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 354/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 354/2013  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
Contratado: MANOEL CONSTANTE  
Objetivo: MESTRE DE OBRAS 40 HORAS  
Valor: R\$ 796,59 mensais  
Vigência: a contar de 01/07/2013 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 355/2013**  
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 355/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 355/2013  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
Contratado: CAROLINA FORTUNARI BITTENCOURT  
Objetivo: RECEPCIONISTA 40 HORAS  
Valor: R\$ 744,63 mensais  
Vigência: a contar de 01/07/2013 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 356/2013**  
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 356/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 356/2013  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
Contratado: LIZANDRA CHANE  
Objetivo: ENFERMEIRO 40 HORAS - ESF  
Valor: R\$ 1.947,99 mensais  
Vigência: a contar de 01/07/2013 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 357/2013**  
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 357/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 357/2013  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
Contratado: ANA PAULA DE ABREU BASTOS  
Objetivo: MÉDICO 40 HORAS - ESF  
Valor: R\$ 6.837,26 mensais  
Vigência: a contar de 01/07/2013 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 358/2013**  
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 358/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 358/2013  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
Contratado: VANESSA GONÇALVES RAIMUNDO FERREIRA  
Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - 40 HORAS - ESF  
Valor: R\$ 716,04 mensais  
Vigência: a contar de 01/07/2013 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 359/2013**  
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 359/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 359/2013  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
Contratado: ANA MARIA DE SOUZA CARDOSO  
Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE 40 HORAS- ESF  
Valor: R\$ 716,04 mensais  
Vigência: a contar de 01/07/2013 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 360/2013**  
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 360/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 360/2013  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
Contratado: ALETUZIA BOTELHO TORQUATO  
Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE 40 HORAS - ESF  
Valor: R\$ 716,04 mensais  
Vigência: a contar de 01/07/2013 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 361/2013**  
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 361/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 361/2013  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
Contratado: EDILENE DA SILVA  
Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - 40 HORAS - ESF  
Valor: R\$ 716,04 mensais  
Vigência: a contar de 01/07/2013 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 362/2013**  
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 362/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 362/2013  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
Contratado: ENEDINA DA SILVA PEREIRA  
Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - 40 HORAS - ESF  
Valor: R\$ 716,04 mensais  
Vigência: a contar de 01/07/2013 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 363/2013**  
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 363/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 363/2013  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
Contratado: GISELLE DE SOUZA SILVA  
Objetivo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM 40 HORAS- ESF  
Valor: R\$ 897,54 mensais  
Vigência: a contar de 01/07/2013 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 364/2013**  
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 364/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 364/2013  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
Contratado: MARIA APARECIDA BERNARDINO FERNANDES  
Objetivo: ATENDENTE DE CONSULTORIO DENTÁRIO 40 HORAS



- ESF

Valor: R\$ 716,02 mensais

Vigência: a contar de 01/07/2013 pelo período de 12 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

#### **Extrato de Contrato de Trabalho - 365/2013**

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 365/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 365/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: TANIA REGINA ALMEIDA DE OLIVEIRA

Objetivo: ENFERMEIRO 40 HORAS

Valor: R\$ 1.593,20 mensais

Vigência: a contar de 01/07/2013 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

#### **Extrato de Contrato de Trabalho - 366/2013**

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 366/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 366/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARIA IZABEL LOPES

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - 40 HORAS - ESF

Valor: R\$ 716,04 mensais

Vigência: a contar de 01/07/2013 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

#### **Extrato de Contrato de Trabalho - 369/2013**

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 369/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 369/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: IZABEL DE SOUZA AGUIAR

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - 40 HORAS - ESF

Valor: R\$ 716,04 mensais

Vigência: a contar de 01/07/2013 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

#### **Extrato de Contrato de Trabalho - 370/2013**

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 370/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 370/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: DERCIDES MAIATE DA ROZA BEZ

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE 40 HORAS - ESF

Valor: R\$ 716,04 mensais

Vigência: a contar de 01/07/2013 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

#### **Extrato de Contrato de Trabalho - 371/2013**

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 371/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 371/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CRISTINA SCHREINER PINTO

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE 40 HORAS - ESF

Valor: R\$ 716,04 mensais

Vigência: a contar de 01/07/2013 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

#### **Extrato de Contrato de Trabalho - 372/2013**

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 372/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 372/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: RICARDO RABELLO SERAFIM

Objetivo: MEDICO EMERGENCISTA 30 HORAS

Valor: R\$ 7.756,93 mensais

Vigência: a contar de 05/07/2013 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

#### **Extrato de Contrato de Trabalho - 373/2013**

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 373/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 373/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARIA TEREZINHA DE SOUZA

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - 40 HORAS - ESF

Valor: R\$ 716,04 mensais

Vigência: a contar de 01/07/2013 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

#### **Extrato de Contrato de Trabalho - 374/2013**

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 374/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 374/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: SANDRA ELISA CUNHA

Objetivo: RECEPCIONISTA 40 HORAS

Valor: R\$ 744,63 mensais

Vigência: a contar de 01/07/2013 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

#### **Extrato de Contrato de Trabalho - 375/2013**

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 375/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 375/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CLAUDIA DE BONA

Objetivo: PROFESSOR II 20 HORAS

Valor: R\$ 814,84 mensais

Vigência: a contar de 10/07/2013 pelo período de 04 (quatro) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

#### **Extrato de Contrato de Trabalho - 376/2013**

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 376/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 376/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: FABIANE BATTISTELLA NIETO

Objetivo: MEDICO EMERGENCISTA - 30 HORAS

Valor: R\$ 7.756,93 mensais

Vigência: a contar de 10/07/2013 pelo período de 02 (dois) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 377/2013****EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 377/2013**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 377/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ALEXSANDRA NUNES MARTINS

Objetivo: MEDICO GINECOLOGISTA OBSTETRA - 10 HORAS

Valor: R\$ 2.299,79 mensais

Vigência: a contar de 15/07/2013 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 378/2013****EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 378/2013**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 378/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ALEXANDRE VIEIRA GONÇALVES

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ONIBUS 40 HORAS

Valor: R\$ 992,02 mensais

Vigência: a contar de 15/07/2013 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 379/2013****EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 379/2013**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 379/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ARTURO HUBNER

Objetivo: MÉDICO ORTOPEDISTA 10 HORAS

Valor: R\$ 2.299,79 mensais

Vigência: a contar de 19/07/2013 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 380/2013****EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 380/2013**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 380/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: BRUNO MANCINI BARI

Objetivo: MÉDICO EMERGENCISTA 30 HORAS

Valor: R\$ 7.756,93 mensais

Vigência: a contar de 15/07/2013 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Errata - Decreto N.º 097/2013****ERRATA - Decreto n.º 097/2013**

A Prefeitura Municipal de Garopaba por sua Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições, torna público as seguintes alterações na publicação do Decreto Municipal Decreto n.º 097/2013, publicado no DOM/SC em 29/07/2013:

1) No Artigo 1º, leia-se:

"Art. 1º. Ficam designados os membros eleitos, abaixo relacionados, para formarem o Conselho Municipal da Alimentação Escolar, Gestão 2013-2016 de Garopaba:

I - Secretaria Municipal de Educação:

TITULAR: Eliane Pacheco da Silva - CPF: 024.768.969-69

SUPLENTE: Rozeli Alexandrino - CPF: 693.234.459-91

II - Professores:

TITULAR: Marilete Pinto de Oliveira - CPF: 812.424.509-63

SUPLENTE: Valdira Teixeira Correa - CPF: 719.318.489-04

TITULAR: Iara dos Santos Martins - CPF: 947.000.109-59 (vice-presidente do Conselho)

SUPLENTE: Maria Odete Adelino - CPF: 521.046.649-34

III - Pais e Alunos:

TITULAR: Giovana Matias Daniel - CPF: 770.028.909-30 (Presidente do Conselho)

SUPLENTE: Custódia Botelho do Nascimento Santos - CPF: 946.991.869-04

TITULAR: Lucia Eckert Madalosso - CPF: 643.518.669-34

SUPLENTE: Ivanete Inês Tibursky - CPF: 016.183.959-20

IV - Sociedade Civil:

TITULAR: Tânia Maria Vieira - CPF: 868.950.609-87

SUPLENTE: Rosilene da Silva - CPF: 045.545.269-50

TITULAR: Edson do Nascimento - CPF: 079.751.099-08

SUPLENTE: Maria da Silva Aguiar - CPF: 693.235.269-91"

2) No Artigo 2º, leia-se:

"Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor em 31/07/2013, revogadas as disposições em contrário."

Garopaba, 01 de Agosto de 2013.

**Gaspar**

**PREFEITURA****Extrato da Dispensa N° 145/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASP/SC

Extrato da Dispensa n° 145/2013

Objeto: Locação de bem imóvel, sendo um terreno com área total de 522,34m², destinado ao estacionamento de veículos da Prefeitura Municipal de Gaspar, localizado na Rua São Pedro, s/nº, bairro Centro, Gaspar/SC. Contratado: TOMIO IMÓVEIS LTDA. (07.326.475/0001-11). Valor Total Julgado: R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais). Base legal: Art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 1º de agosto de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**Extrato do Contrato N° SAF-59/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASP/SC

EXTRATO DO CONTRATO N° SAF-59/2013

Vigência: 01/08/2013 Vencto.: 01/08/2014 Dispensa n°.: 145/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASP/SC (83.102.244/0001-02). Objeto: Locação de bem imóvel, sendo um terreno com área total de 522,34m², destinado ao estacionamento de veículos da Prefeitura Municipal de Gaspar, localizado na Rua São Pedro, s/nº, bairro Centro, Gaspar/SC. Contratado: TOMIO IMÓVEIS LTDA (07.326.475/0001-11). Valor total: R\$ 14.400,00



(quatorze mil, quatrocentos reais).

Gaspar/SC, 1º de agosto de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI | Prefeito

## Guaramirim

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 29/2013

Tipo : Menor Preço Global

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO PARA REALIZAÇÃO DE LAUDOS MÉDICOS, EXAMES ADMISSIONAIS, DEMISSORIAIS E PERIÓDICOS E PRESTAR ASSESSORIA NECESSÁRIA PARA ADEQUAÇÕES E EXIGÊNCIAS LEGAIS ACERCA DA SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

Entrega dos Envelopes: 16/08/2013 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 16/08/2013 às 09:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 02/08/2013.

LAURO FROHLICH

Prefeito Municipal

## Herval d'Oeste

### PREFEITURA

#### Convocação Ivana Lamb Luiz

CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal: Resolve:

Art. 1º Convocar a Senhora Ivana Lamb Luiz, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 015.059.269-80, aprovada em (120º) Centésimo Vigésimo Lugar no Processo Seletivo nº 001/2011/SMECE/SMAS, homologado pelo Decreto Municipal 3.006/2012, para a função de Professor de Educação Infantil, (20) vinte horas semanais.

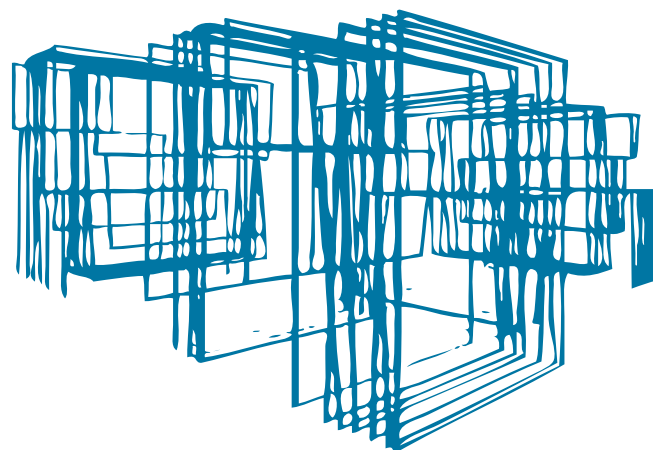
Art 2º O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d'Oeste para apresentar a documentação necessária para a posse.

Art. 3º A contratação dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste (SC) em 01 de Agosto de 2013

LOURDES FERREIRA BRANDÃO

Secr. Educação, Cultura e Esportes



## Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:  
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

## Relatório de Gestão Fiscal - Jan/Jun 2013

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2013.

CVA: 2013080114315000201800

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
		(Últimos 12 meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1	<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) = (2+3+4)</b>	23.752.599,39	89.941,29
2	Pessoal Ativo	21.793.427,51	89.941,29
3	Pessoal Inativo e Pensionistas	1.959.171,88	0,00
4	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
5	<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º, art. 19 da LRF) (II) = (6+7+8+9)</b>	2.089.626,21	0,00
6	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
7	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
8	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
9	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.089.626,21	0,00
10	<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	21.662.973,18	89.941,29
11	<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)</b>		21.752.914,47

CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
12	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	34.330.234,96
13	% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	63,36
14	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - ( 54,00%)	18.538.326,88
15	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - (51,30%)	17.611.410,53
16	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - ( 48,60%)	16.684.494,19

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
-------	------------------	--------------------	---

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2013.

CVA: 2013080114315000201800

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

17	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	29/07/2013	mural
----	---	------------	-------

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Fonte:

Nota:

HERVAL DOESTE, 01/08/2013

\_\_\_\_\_  
NELSON GUINDANI  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF.: 50158945972

\_\_\_\_\_  
GILBERTO JOSÉ DURIGON  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
CPF.: 73745952987

\_\_\_\_\_  
SIDNEY DALLA VECHIA  
CONTADOR  
CRC.: 16.379/0-5

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
TRAJETÓRIA DE RETORNO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2013

CVA: 2013080114315000201800

R\$ 1,00

CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL									
		Semestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Quadrimestre iniciado imediatamente após o período de apuração do excesso			Quadrimestre seguinte		
1	.									
CAMPO		Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (a)	% DTP (i)
2	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO									
		Semestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro e segundo quadrimestres após o período de apuração do excesso			Terceiro e quarto quadrimestres seguintes		
3	.									
CAMPO		Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (a)	% DTP (i)
4	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal

Fonte:

Nota:

HERVAL DOESTE, 01/08/2013

\_\_\_\_\_  
NELSON GUINDANI  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF.: 50158945972

\_\_\_\_\_  
GILBERTO JOSÉ DURIGON  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
CPF.: 73745952987

\_\_\_\_\_  
SIDNEY DALLA VECHIA  
CONTADOR  
CRC.: 16.379/0-5

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2013

CVA: 2013080114315000201800

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013
			Até o 1º Semestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	58.147,45	50.462,86
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	0,00	0,00
4	Interna	0,00	0,00
5	Externa	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00
7	Outras Dívidas	58.147,45	50.462,86
8	DEDUÇÕES (II) <sup>1</sup> = (9+10-11)	5.384.408,40	1.151.054,27
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	5.384.408,40	3.434.757,22
10	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	2.283.702,95
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	-5.326.260,95	-1.100.591,41
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	37.062.268,82	34.330.234,96
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	0,16	0,15
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-14,37	-3,21
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%		41.196.281,95
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%		37.076.653,76

CAMPO	DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013
			Até o 1º Semestre
18	DÍVIDA CONTRATUAL (IV) = (V+VI+VII+VIII)	0,00	0,00
19	DÍVIDA DE PPP = (V)	0,00	0,00
20	PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI) = (21+22+25+26)	0,00	0,00
21	De Tributos	0,00	0,00
22	De Contribuições Sociais = (23+24)	0,00	0,00
23	Previdenciárias	0,00	0,00
24	Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
25	Do FGTS	0,00	0,00
26	Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00
27	DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA = (VII) = (28+29)	0,00	0,00
28	Interna.	0,00	0,00
29	Externa.	0,00	0,00
30	DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS = (VIII)	0,00	0,00

CAMPO	OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013
			Até o 1º Semestre
31	PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00
32	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-
33	DEPÓSITOS	146.297,65	235.708,35
34	RP PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	14.522.197,41	10.662.918,21
35	ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00

CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO		
	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013
			Até o 1º Semestre
36	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (37+38)	0,00	0,00



**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2013

CVA: 2013080114315000201800

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

37	Passivo Atuarial	0,00	0,00
38	Outras Dívidas	0,00	0,00
39	DEDUÇÕES (X) <sup>1</sup> = (40+41+42-43)	28.207.071,24	28.207.071,24
40	Disponibilidade de Caixa Bruta	28.207.071,24	28.207.071,24
41	Investimentos	0,00	0,00
42	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
43	(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00
44	OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00
45	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX-X)	-28.207.071,24	-28.207.071,24

<sup>1</sup> Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta somada aos os Demais Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da Insuficiência Financeira, das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um " - " (traço) nessa linha.

Fonte:

Nota:

HERVAL DOESTE, 01/08/2013

\_\_\_\_\_  
NELSON GUINDANI  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF.: 50158945972

\_\_\_\_\_  
GILBERTO JOSÉ DURIGON  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
CPF.: 73745952987

\_\_\_\_\_  
SIDNEY DALLA VECHIA  
CONTADOR  
CRC.: 16.379/0-5

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA  
TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2013

CVA: 2013080114315000201800

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA													
CAMPO		Semestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Quadrimestre iniciado imediatamente após o período de apuração do excesso			Primeiro quadrimestre seguinte			Segundo quadrimestre seguinte		
1	.												
CAMPO		Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25 * c)	Limite. (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual. (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
2	.	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO ECONÔMICO													
CAMPO		Semestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro e segundo quadrimestres após o período de apuração do excesso			Terceiro e quarto quadrimestres seguintes			Quinto e sexto quadrimestres seguintes		
3	.												
CAMPO		Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual. (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
4	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

Nota:

HERVAL DOESTE, 01/08/2013

\_\_\_\_\_  
NELSON GUINDANI  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF.: 50158945972

\_\_\_\_\_  
GILBERTO JOSÉ DURIGON  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
CPF.: 73745952987

\_\_\_\_\_  
SIDNEY DALLA VECHIA  
CONTADOR  
CRC.: 16.379/0-5

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA  
TRAJETÓRIA DE AJUSTE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2013

CVA: 2013080114315000201800

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO							
CAMPO	Exercício Financeiro	2001			2002		
		3º Quadrimestre			Quadrimestre		
		DCL	Excedente <sup>1</sup>	Redutor	1º	2º	3º
1	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2003			2004		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
3	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2005			2006		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
5	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2007			2008		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
7	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2009			2010		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
9	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2011			2012		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
11	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2013			2014		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
13	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2015			2016		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
15	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	% Limite de Endividamento			0,00			0,00

<sup>1</sup> O excedente em relação ao limite apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro. O valor da redução anual, 1/15 (um quinze avos) do excedente, é apresentado na coluna Redutor.

Fonte:

Nota:

HERVAL DOESTE, 01/08/2013

NELSON GUINDANI  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF.: 50158945972

GILBERTO JOSÉ DURIGON  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
CPF.: 73745952987

SIDNEY DALLA VECHIA  
CONTADOR  
CRC.: 16.379/0-5

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A JUNHO 2013

CVA: 2013080114315000201800

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

CAMPO	GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013
			Até o 1º Semestre
1	EXTERNAS (I) = (2+3)	0,00	0,00
2	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00
3	Outras Garantias nos Termos da LRF <sup>1</sup>	0,00	0,00
4	INTERNAS (II) = (5+6)	0,00	0,00
5	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00
6	Outras Garantias nos Termos da LRF <sup>1</sup> .	0,00	0,00
7	TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I+II)	0,00	0,00
8	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	37.062.268,82	34.330.234,96
9	% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00
10	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - (22%)	8.153.699,14	7.552.651,69
11	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - (19,80%)	7.338.329,23	6.797.386,52

CAMPO	CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013
			Até o 1º Semestre
12	EXTERNAS (V) = (13+14)	0,00	0,00
13	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00
14	Outras Garantias nos Termos da LRF <sup>1</sup>	0,00	0,00
15	INTERNAS (VI) = (16+17)	0,00	0,00
16	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00
17	Outras Garantias nos Termos da LRF <sup>1</sup> .	0,00	0,00
18	TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V+VI)	0,00	0,00
19	MEDIDAS CORRETIVAS :		

<sup>1</sup> Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

Fonte:

Nota:

HERVAL DOESTE, 01/08/2013

\_\_\_\_\_  
NELSON GUINDANI  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF.: 50158945972

\_\_\_\_\_  
GILBERTO JOSÉ DURIGON  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
CPF.: 73745952987

\_\_\_\_\_  
SIDNEY DALLA VECCHIA  
CONTADOR  
CRC.: 16.379/0-5

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2013.

CVA: 2013080114315000201800

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")

R\$ 1,00

CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
		No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
1	<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I) = (2+5)</b>	0,00	0,00
2	Mobiliária = (3+4)	0,00	0,00
3	Interna	0,00	0,00
4	Externa	0,00	0,00
5	Contratual = (6+16)	0,00	0,00
6	Interna. = (7+8+11+14+15)	0,00	0,00
7	Abertura de Crédito	0,00	0,00
8	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro = (9+10)	0,00	0,00
9	Derivadas de PPP	0,00	0,00
10	Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
11	Antecipação de Receita = (12+13)	0,00	0,00
12	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
13	Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
14	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
15	Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
16	Externa. = (17+18+19+22+23)	0,00	0,00
17	Abertura de Crédito	0,00	0,00
18	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
19	Antecipação de Receita. = (20+21)	0,00	0,00
20	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços.	0,00	0,00
21	Outras Antecipações de Receita	0,00	0,00
22	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
23	Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
24	<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II) = (25+31+32+33)</b>	347.957,86	347.957,86
25	Parcelamento de Dívidas = (26+27+30)	0,00	0,00
26	De Tributos	0,00	0,00
27	De Contribuições Sociais = (28+29)	0,00	0,00
28	Previdenciárias	0,00	0,00
29	Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
30	Do FGTS	0,00	0,00
31	Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
32	Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
33	Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	347.957,86	347.957,86

CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
34	<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	34.330.234,96	-
35	<b>OPERAÇÕES VEDADAS = (36+37)</b>	0,00	0,00
36	<b>Do Período de Referência (III)</b>	0,00	0,00
37	De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00
38	<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia+III)</b>	0,00	0,00



**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2013.

CVA: 2013080114315000201800

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")

R\$ 1,00

39	<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS</b>	5.492.837,59	16,00
40	<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)</b>	4.943.553,83	14,40
41	<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	0,00	0,00
42	<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	2.403.116,45	7,00
43	<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	347.957,86	1,01

1 Para fins de contratação de operações de crédito, verificadas pela STN/COPEM segundo o Manual para Instrução de Pleitos, serão consideradas no cálculo do limite as operações que pressupõem ingresso financeiro.

Fonte:

Nota:

HERVAL DOESTE, 01/08/2013

\_\_\_\_\_  
NELSON GUINDANI  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF.: 50158945972

\_\_\_\_\_  
GILBERTO JOSÉ DURIGON  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
CPF.: 73745952987

\_\_\_\_\_  
SIDNEY DALLA VECHIA  
CONTADOR  
CRC.: 16.379/0-5

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2013

CVA: 2013080114315000201800

RGF - ANEXO 7 (LRF, art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
1	Despesa Total com Pessoal - DTP	21.752.914,47	63,36
2	Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (54,00%)	18.538.326,88	54,00
3	Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (51,30%)	17.611.410,53	51,30

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
4	Dívida Consolidada Líquida	-1.100.591,41	-3,21
5	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	41.196.281,95	120,00

CAMPO	GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
6	Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
7	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	7.552.651,69	22,00

CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
8	Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
9	Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
10	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	5.492.837,59	16,00
11	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	2.403.116,45	7,00

CAMPO	RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
12	Valor Total	-	-

Fonte:

Nota:

HERVAL DOESTE, 01/08/2013

\_\_\_\_\_  
NELSON GUINDANI  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF.: 50158945972

\_\_\_\_\_  
GILBERTO JOSÉ DURIGON  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
CPF.: 73745952987

\_\_\_\_\_  
SIDNEY DALLA VECHIA  
CONTADOR  
CRC.: 16.379/0-5

**RREO - 3º Bimestre 2013**

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2013080114014900703644

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
1	<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	91.221.946,41	91.221.946,41	5.877.037,05	6,44	16.882.394,21	18,51	74.339.552,20
2	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	55.864.944,41	55.864.944,41	5.605.781,73	10,03	16.390.172,11	29,34	39.474.772,30
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	4.442.100,00	4.442.100,00	1.228.694,07	27,66	2.501.070,74	56,30	1.941.029,26
4	Impostos	3.202.100,00	3.202.100,00	877.587,78	27,41	1.839.630,40	57,45	1.362.469,60
5	Taxas	1.220.000,00	1.220.000,00	350.372,88	28,72	658.336,07	53,96	561.663,93
6	Contribuição de Melhoria	20.000,00	20.000,00	733,41	3,67	3.104,27	15,52	16.895,73
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.509.000,00	1.509.000,00	340.358,64	22,56	777.044,29	51,49	731.955,71
8	Contribuições Sociais	1.359.000,00	1.359.000,00	306.678,35	22,57	681.196,03	50,12	677.803,97
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	150.000,00	150.000,00	33.680,29	22,45	95.848,26	63,90	54.151,74
10	Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	RECEITA PATRIMONIAL	1.514.500,00	1.514.500,00	-1.095.076,06	-72,31	-1.296.593,62	-85,61	2.811.093,62
12	Receitas Imobiliárias	10.000,00	10.000,00	1.092,00	10,92	2.511,60	25,12	7.488,40
13	Receitas de Valores Mobiliários	1.504.500,00	1.504.500,00	-1.096.168,06	-72,86	-1.299.105,22	-86,35	2.803.605,22
14	Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	160.000,00	160.000,00	31.360,12	19,60	51.883,03	32,43	108.117,00
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	37.466.598,00	37.466.598,00	4.942.688,80	13,19	13.924.419,60	37,16	23.542.178,40
30	Transferências Intergovernamentais	26.634.100,00	26.634.100,00	4.568.865,53	17,15	13.058.199,56	49,03	13.575.900,44
31	Transferências de Instituições Privadas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
32	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Transferências de Convênios	10.827.498,00	10.827.498,00	373.823,27	3,45	866.220,04	8,00	9.961.277,96

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2013080114014900703644

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

35	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.772.746,41	10.772.746,41	157.756,16	1,46	432.348,10	4,01	10.340.398,31
37	Multas e Juros de Mora	241.800,00	241.800,00	21.949,07	9,08	62.177,72	25,71	179.622,28
38	Indenizações e Restituições	3.100,00	3.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.100,00
39	Receita da Dívida Ativa	615.000,00	615.000,00	89.671,68	14,58	249.116,97	40,51	365.883,03
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Receitas Correntes Diversas	9.912.846,41	9.912.846,41	46.135,41	0,47	121.053,41	1,22	9.791.793,00
42	<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	35.357.002,00	35.357.002,00	271.255,32	0,77	492.222,10	1,39	34.864.779,90
43	<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	0,00	0,00	271.255,32	0,00	347.957,86	0,00	-347.957,86
44	Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	271.255,32	0,00	347.957,86	0,00	-347.957,86
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	<b>ALIENAÇÃO DE BENS</b>	107.000,00	107.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107.000,00
47	Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Alienação de Bens Imóveis	107.000,00	107.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107.000,00
49	<b>AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS</b>	72.500,00	72.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.500,00
50	<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	35.177.502,00	35.177.502,00	0,00	0,00	144.264,24	0,41	35.033.237,76
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	35.177.502,00	35.177.502,00	0,00	0,00	144.264,24	0,41	35.033.237,76
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	<b>OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	0,00	0,00	372.145,79	0,00	740.769,96	0,00	0,00
63	IPREVI HO	0,00	0,00	372.145,79	0,00	740.769,96	0,00	0,00
64	<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)</b>	91.221.946,41	91.221.946,41	6.249.182,84	6,85	17.623.164,17	19,32	73.598.782,24
65	<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2013080114014900703644

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

70	Mobiliária - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)</b>	91.221.946,41	91.221.946,41	6.249.182,84	6,85	17.623.164,17	19,32		73.598.782,24
73	<b>DÉFICIT (VI)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
74	<b>TOTAL (VII) = (V+VI)</b>	91.221.946,41	91.221.946,41	6.249.182,84	6,85	17.623.164,17	-	-	-
75	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	0,00	-	-	-
76	Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	0,00	-	-	-
77	Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-	-

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (f-g)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (g)	% (g/f)	
78	<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	91.221.946,41	253.192,88	91.475.139,29	5.813.301,68	19.245.640,02	5.668.566,61	16.571.771,05	18,12	74.903.368,24
79	<b>DESPESAS CORRENTES</b>	59.402.366,41	214.994,30	59.617.360,71	5.194.999,07	18.421.993,60	5.460.618,62	16.171.866,66	27,13	43.445.494,05
80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.398.333,50	335.000,00	27.733.333,50	3.789.818,94	11.582.501,63	3.790.302,94	11.580.943,97	41,76	16.152.389,53
81	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	11.000,00	80.000,00	91.000,00	13.081,18	17.218,69	13.081,18	17.218,69	18,92	73.781,31
82	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.993.032,91	-200.005,70	31.793.027,21	1.392.098,95	6.822.273,28	1.657.234,50	4.573.704,00	14,39	27.219.323,21
83	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	31.424.580,00	38.198,58	31.462.778,58	618.302,61	823.646,42	207.947,99	399.904,39	1,27	31.062.874,19
84	INVESTIMENTOS	30.389.580,00	118.198,58	30.507.778,58	567.532,62	701.031,93	157.178,00	277.289,90	0,91	30.230.488,68
85	INVERSÕES FINANCEIRAS	210.000,00	0,00	210.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210.000,00
86	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	825.000,00	-80.000,00	745.000,00	50.769,99	122.614,49	50.769,99	122.614,49	16,46	622.385,51
87	<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	245.000,00	0,00	245.000,00	-	-	-	-	-	-
88	<b>RESERVA DO RPPS</b>	150.000,00	0,00	150.000,00	-	-	-	-	-	-
89	<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)</b>	91.221.946,41	253.192,88	91.475.139,29	5.813.301,68	19.245.640,02	5.668.566,61	16.571.771,05	18,12	74.903.368,24
91	<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Dívida Mobiliária - Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Outras Dívidas - Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)</b>	91.221.946,41	253.192,88	91.475.139,29	5.813.301,68	19.245.640,02	5.668.566,61	16.571.771,05	18,12	74.903.368,24
99	<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	-	-	-	-	-	-	1.051.393,12	-	-
100	<b>TOTAL (XIV) = (XII+XIII)</b>	91.221.946,41	253.192,88	91.475.139,29	5.813.301,68	19.245.640,02	5.668.566,61	17.623.164,17	-	-



**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2013080114014900703644

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
101	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	01082013	

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte:

Nota:

HERVAL DOESTE, 01/08/2013

\_\_\_\_\_  
NELSON GUINDANI  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF.: 50158945972

\_\_\_\_\_  
GILBERTO JOSÉ DURIGON  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
CPF.: 73745952987

\_\_\_\_\_  
SIDNEY DALLA VECHIA  
CONTADOR  
CRC.: 67516050997

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2013080114014900703644

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (b)	% (b/total b)	%. (b/a)	
1		<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	91.221.946,41	91.475.139,29	5.813.301,68	19.245.640,02	5.668.566,61	16.571.771,05	100,00	18,12	74.903.368,24
2	<b>00001</b>	<b>Legislativa</b>	1.104.000,00	1.354.000,00	208.924,67	629.453,61	208.924,67	629.453,61	3,80	46,49	724.546,39
3	01031	Ação Legislativa	1.104.000,00	1.354.000,00	208.924,67	629.453,61	208.924,67	629.453,61	3,80	46,49	724.546,39
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	<b>00002</b>	<b>Judiciária</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	<b>00003</b>	<b>Essencial à Justiça</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	<b>00004</b>	<b>Administração</b>	4.818.946,41	4.818.946,41	632.228,49	2.224.237,10	683.743,66	1.935.139,27	11,68	40,16	2.883.807,14
12	04121	Planejamento e Orçamento	820.000,00	820.000,00	120.020,78	379.710,75	120.212,03	371.067,61	2,24	45,25	448.932,39
13	04122	Administração Geral	3.998.946,41	3.998.946,41	512.207,71	1.844.526,35	563.531,63	1.564.071,66	9,44	39,11	2.434.874,75
14	04123	Administração Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	04124	Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	04125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	04126	Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	04128	Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	04129	Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04131	Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	<b>00005</b>	<b>Defesa Nacional</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	<b>00006</b>	<b>Segurança Pública</b>	360.000,00	494.461,59	54.559,08	205.224,89	47.968,96	191.430,42	1,16	38,71	303.031,17
28	06181	Policimento	160.000,00	160.000,00	10.925,99	34.355,40	12.353,99	31.039,40	0,19	19,40	128.960,60
29	06182	Defesa Civil	200.000,00	334.461,59	43.633,09	170.869,49	35.614,97	160.391,02	0,97	47,95	174.070,57
30	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	<b>00007</b>	<b>Relações Exteriores</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	<b>00008</b>	<b>Assistência Social</b>	1.998.000,00	1.998.000,00	234.019,77	715.177,19	261.395,54	678.808,55	4,10	33,97	1.319.191,45
35	08241	Assistência ao Idoso	33.000,00	33.000,00	398,75	4.662,90	1.561,59	4.662,90	0,03	14,13	28.337,10
36	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	185.000,00	185.000,00	25.929,65	79.898,76	31.136,99	72.943,74	0,44	39,43	112.056,26
38	08244	Assistência Comunitária	1.715.000,00	1.715.000,00	198.307,87	602.386,59	219.313,46	572.972,97	3,46	33,41	1.142.027,03

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2013080114014900703644

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

39	08331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	65.000,00	65.000,00	9.383,50	28.228,94	9.383,50	28.228,94	0,17	43,43	36.771,06
40	<b>00009</b>	<b>Previdência Social</b>	2.550.000,00	2.550.000,00	365.714,17	1.195.876,98	372.610,73	1.185.257,07	7,15	46,48	1.364.742,93
41	09271	Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	09272	Previdência do Regime Estatutário	2.550.000,00	2.550.000,00	365.714,17	1.195.876,98	372.610,73	1.185.257,07	7,15	46,48	1.364.742,93
43	09273	Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	09274	Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	<b>00010</b>	<b>Saúde</b>	12.775.000,00	12.845.000,00	1.637.607,45	4.813.118,83	1.559.528,50	4.091.146,07	24,69	31,85	8.753.853,93
46	10301	Atenção Básica	6.605.000,00	6.605.000,00	971.279,03	2.916.287,33	1.010.340,87	2.768.286,86	16,70	41,91	3.836.713,14
47	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.500.000,00	5.570.000,00	578.784,50	1.626.506,01	461.759,70	1.054.241,92	6,36	18,93	4.515.758,08
48	10303	Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	10304	Vigilância Sanitária	300.000,00	300.000,00	40.335,68	130.066,25	40.219,69	128.358,05	0,77	42,79	171.641,95
50	10305	Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	10306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	10331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	370.000,00	370.000,00	47.208,24	140.259,24	47.208,24	140.259,24	0,85	37,91	229.740,76
53	<b>00011</b>	<b>Trabalho</b>	1.143.000,00	1.048.000,00	123.876,98	355.121,34	124.017,98	354.627,84	2,14	33,84	693.372,16
54	11331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	800.000,00	800.000,00	109.125,11	290.767,26	109.125,11	290.767,26	1,75	36,35	509.232,74
55	11332	Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	11333	Empregabilidade	343.000,00	248.000,00	14.751,87	64.354,08	14.892,87	63.860,58	0,39	25,75	184.139,42
57	11334	Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	<b>00012</b>	<b>Educação</b>	14.960.000,00	14.965.994,30	1.579.273,95	4.959.560,42	1.452.329,47	4.510.612,10	27,22	30,14	10.455.382,20
59	12361	Ensino Fundamental	7.271.000,00	7.276.994,30	1.219.426,88	2.804.224,89	1.174.476,64	2.627.913,28	15,86	36,11	4.649.081,02
60	12362	Ensino Médio	5.000,00	25.000,00	5.556,03	11.111,31	5.556,03	11.111,31	0,07	44,45	13.888,69
61	12363	Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	12364	Ensino Superior	25.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
63	12365	Educação Infantil	6.051.500,00	6.051.500,00	221.463,66	1.748.594,58	193.318,79	1.529.807,24	9,23	25,28	4.521.692,76
64	12366	Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65	12367	Educação Especial	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
66	12306	Alimentação e Nutrição	450.000,00	450.000,00	55.088,97	185.438,89	1.239,60	131.589,52	0,79	29,24	318.410,48
67	12331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	595.000,00	595.000,00	77.738,41	210.190,75	77.738,41	210.190,75	1,27	35,33	384.809,25
68	12392	Difusão Cultural	512.500,00	512.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	512.500,00
69	<b>00013</b>	<b>Cultura</b>	1.031.500,00	1.031.500,00	89.860,20	277.197,22	91.050,20	273.032,22	1,65	26,47	758.467,78
70	13391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	13392	Difusão Cultural	1.031.500,00	1.031.500,00	89.860,20	277.197,22	91.050,20	273.032,22	1,65	26,47	758.467,78
72	<b>00014</b>	<b>Direitos da Cidadania</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	14421	Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	14423	Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	<b>00015</b>	<b>Urbanismo</b>	15.050.000,00	15.050.000,00	1.313,83	946.482,35	72.266,99	375.882,73	2,27	2,50	14.674.117,27
77	15451	Infra-Estrutura Urbana	13.350.000,00	13.350.000,00	1.313,83	10.970,69	2.213,83	9.395,69	0,06	0,07	13.340.604,31
78	15452	Serviços Urbanos	1.700.000,00	1.700.000,00	0,00	935.511,66	70.053,16	366.487,04	2,21	21,56	1.333.512,96
79	15453	Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	<b>00016</b>	<b>Habitação</b>	4.022.000,00	3.772.000,00	3.092,83	9.694,39	4.367,89	6.611,68	0,04	0,18	3.765.388,32

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2013080114014900703644

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

81	16481	Habitação Rural	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
82	16482	Habitação Urbana	1.330.000,00	1.330.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.330.000,00
83	16122	Administração Geral	2.562.000,00	2.312.000,00	3.092,83	9.694,39	4.367,89	6.611,68	0,04	0,29	2.305.388,32
84	<b>00017</b>	<b>Saneamento</b>	8.470.000,00	8.470.000,00	10.871,90	115.234,50	5.423,00	109.785,60	0,66	1,30	8.360.214,40
85	17511	Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	17512	Saneamento Básico Urbano	8.470.000,00	8.470.000,00	10.871,90	115.234,50	5.423,00	109.785,60	0,66	1,30	8.360.214,40
87	<b>00018</b>	<b>Gestão Ambiental</b>	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
88	18541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	18542	Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
91	18544	Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	18545	Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	<b>00019</b>	<b>Ciência e Tecnologia</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	19571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	19573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	<b>00020</b>	<b>Agricultura</b>	1.550.000,00	1.592.736,99	182.601,99	495.760,50	139.033,09	415.910,48	2,51	26,11	1.176.826,51
98	20601	Promoção da Produção Vegetal	240.000,00	282.736,99	48.699,99	48.699,99	0,00	0,00	0,00	0,00	282.736,99
99	20602	Promoção da Produção Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	20604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	20605	Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	20606	Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	20607	Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	20122	Administração Geral	1.009.000,00	1.009.000,00	133.902,00	447.060,51	139.033,09	415.910,48	2,51	41,22	593.089,52
106	20511	Saneamento Básico Rural	153.000,00	153.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	153.000,00
107	20661	Promoção Industrial	116.000,00	116.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116.000,00
108	20722	Telecomunicações	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
109	20752	Energia Elétrica	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
110	<b>00021</b>	<b>Organização Agrária</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	21631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	21632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	<b>00022</b>	<b>Indústria</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114	22661	Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	22662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	22663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	22664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	22665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	<b>00023</b>	<b>Comércio e Serviços</b>	980.000,00	980.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	980.000,00
120	23691	Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	23692	Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	23693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2013080114014900703644

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

123	23694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	23695	Turismo	980.000,00	980.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	980.000,00
125	<b>00024</b>	<b>Comunicações</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	24721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	24722	Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	<b>00025</b>	<b>Energia</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	25751	Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	25752	Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	25753	Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	25754	Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
133	<b>00026</b>	<b>Transporte</b>	17.439.000,00	17.439.000,00	482.338,22	1.852.715,77	513.192,11	1.455.615,19	8,78	8,35	15.983.384,81	
134	26781	Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	26782	Transporte Rodoviário	17.439.000,00	17.439.000,00	482.338,22	1.852.715,77	513.192,11	1.455.615,19	8,78	8,35	15.983.384,81	
136	26783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	26784	Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	26785	Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	<b>00027</b>	<b>Desporto e Lazer</b>	1.724.500,00	1.819.500,00	143.166,98	310.951,75	68.862,65	218.625,04	1,32	12,02	1.600.874,96	
140	27811	Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	27812	Desporto Comunitário	1.724.500,00	1.819.500,00	143.166,98	310.951,75	68.862,65	218.625,04	1,32	12,02	1.600.874,96	
142	27813	Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
143	<b>00028</b>	<b>Encargos Especiais</b>	836.000,00	836.000,00	63.851,17	139.833,18	63.851,17	139.833,18	0,84	16,73	696.166,82	
144	28841	Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
145	28842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
146	28843	Serviço da Dívida Interna	836.000,00	836.000,00	63.851,17	139.833,18	63.851,17	139.833,18	0,84	16,73	696.166,82	
147	28844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	28845	Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	28846	Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	28847	Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	395.000,00	395.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	395.000,00
152		RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153		<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	00001	Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	00004	Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	00008	Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	00009	Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	00010	Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2013080114014900703644

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

165	00012	Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	00013	Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	00015	Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
169	00016	Habituação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	00017	Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	00018	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
173	00020	Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
174	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
175	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
176	00023	Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
177	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
178	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
179	00026	Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
180	00027	Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
181	00028	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
182		<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>91.221.946,41</b>	<b>91.475.139,29</b>	<b>5.813.301,68</b>	<b>19.245.640,02</b>	<b>5.668.566,61</b>	<b>16.571.771,05</b>	<b>100,00</b>	<b>18,12</b>	<b>74.903.368,24</b>

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte:

Nota:

HERVAL DOESTE, 01/08/2013

\_\_\_\_\_  
NELSON GUINDANI  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF.: 50158945972

\_\_\_\_\_  
GILBERTO JOSÉ DURIGON  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
CPF.: 73745952987

\_\_\_\_\_  
SIDNEY DALLA VECHIA  
CONTADOR  
CRC.: 67516050997

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JUL/2012 a JUN 2013

CVA: 2013080114014900703644

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Julho 2012	Agosto 2012	Setembro 2012	Outubro 2012	Novembro 2012	Dezembro 2012	Janeiro 2013
1	<b>RECEITAS CORRENTES ( I ) = (2+8+...+13+22)</b>	3.291.932,93	3.204.884,00	3.127.761,65	3.703.039,57	3.396.031,48	4.749.119,09	3.217.218,65
2	Receita Tributária = (3+4+5+6+7)	266.536,95	293.692,73	249.562,73	244.184,80	204.741,37	334.259,02	266.581,68
3	IPTU	39.902,42	42.158,53	28.737,07	11.216,54	10.983,86	14.462,90	0,00
4	ISS	70.470,27	66.408,06	81.983,02	93.216,79	81.507,30	82.579,43	78.988,95
5	ITBI	21.107,65	24.898,24	12.159,58	23.478,91	28.919,87	32.972,49	39.918,67
6	IRRF	81.223,33	74.994,55	75.775,82	79.807,48	66.014,27	154.651,16	106.383,14
7	Outras Receitas Tributárias	53.833,28	85.233,35	50.907,24	36.465,08	17.316,07	49.593,04	41.290,92
8	Receita de Contribuições	16.249,75	120.677,74	140.011,47	114.365,67	212.151,13	235.811,69	125.187,19
9	Receita Patrimonial	666.840,25	370.685,23	336.501,96	810.102,41	131.928,95	645.586,86	132.605,42
10	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Receita de Serviços	13.224,36	12.646,82	8.886,30	15.454,67	13.664,24	14.243,16	1.536,51
13	Transferências Correntes = (14+...+21)	2.287.251,34	2.353.006,39	2.366.890,15	2.473.645,41	2.755.034,86	3.471.598,46	2.627.633,47
14	Cota-Parte do FPM	636.105,03	701.928,57	614.177,18	574.191,18	881.253,75	1.432.580,59	918.411,51
15	Cota-Parte do ICMS	786.043,53	786.716,18	913.215,50	860.323,58	925.862,09	931.650,45	856.223,98
16	Cota-Parte do IPVA	127.887,87	124.961,77	126.370,25	117.410,47	81.621,86	61.619,46	75.720,90
17	Cota-Parte do ITR	0,00	6,44	1.591,53	2.807,04	98,51	83,17	69,37
18	Transferências da LC 87/1996	4.334,74	4.334,74	0,00	8.669,48	4.334,74	4.334,74	0,00
19	Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Transferências do FUNDEB	359.206,37	372.693,93	418.724,56	391.550,64	418.394,79	392.400,30	460.061,35
21	Outras Transferências Correntes	373.673,80	362.364,76	292.811,13	518.693,02	443.469,12	648.929,75	317.146,36
22	Outras Receitas Correntes	41.830,28	54.175,09	25.909,04	45.286,61	78.510,93	47.619,90	63.674,38
23	<b>DEDUÇÕES ( II ) = (24+25+26)</b>	323.029,49	430.137,64	460.672,43	434.577,75	577.386,78	624.453,24	489.702,67
24	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	2.011,47	96.055,77	97.521,75	96.880,72	188.034,60	184.288,51	104.406,39
25	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	7.430,82	7.430,82	29.625,36	7.902,05	7.902,05	37.318,86	8.279,63
26	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	313.587,20	326.651,05	333.525,32	329.794,98	381.450,13	402.845,87	377.016,65
27	<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ( III ) = ( I - II ) = (1-23)</b>	2.968.903,44	2.774.746,36	2.667.089,22	3.268.461,82	2.818.644,70	4.124.665,85	2.727.515,98

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Fevereiro 2013	Março 2013	Abril 2013	Maio 2013	Junho 2013	TOTAL (ÚLT. 12 M)	PREVISÃO ATUALIZADA 2013
-------	---------------	-------------------	---------------	---------------	--------------	---------------	----------------------	--------------------------------

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JUL/2012 a JUN 2013

CVA: 2013080114014900703644

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

28	<b>RECEITAS CORRENTES ( I ) = (29+35+...+40+49)</b>	2.973.942,74	2.486.833,95	3.575.185,60	3.121.810,55	3.274.132,93	40.121.893,14	60.498.944,41
29	Receita Tributária = (30+31+32+33+34)	306.040,79	254.840,85	444.913,35	892.338,89	336.355,18	4.094.048,34	4.442.100,00
30	IPTU	0,00	0,00	69.121,91	370.541,62	75.823,65	662.948,50	1.300.000,00
31	ISS	78.401,70	103.157,73	106.244,30	105.160,15	67.934,48	1.016.052,18	761.600,00
32	ITBI	23.491,24	30.830,69	73.269,62	57.470,09	62.485,52	431.002,57	250.000,00
33	IRRF	75.287,36	74.508,23	102.439,08	69.588,94	68.583,33	1.029.256,69	890.500,00
34	Outras Receitas Tributárias	128.860,49	46.344,20	93.838,44	289.578,09	61.528,20	954.788,40	1.240.000,00
35	Receita de Contribuições	48.417,60	30.668,93	232.411,93	160.625,93	179.732,71	1.616.311,74	1.509.000,00
36	Receita Patrimonial	-212.529,58	-316.208,47	193.955,18	-1.106.910,91	11.242,23	1.663.799,53	1.514.500,00
37	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Receita de Serviços	5.887,34	6.020,14	7.078,89	13.694,94	17.665,18	130.002,55	160.000,00
40	Transferências Correntes = (41+...+48)	2.759.874,24	2.446.991,89	2.616.681,65	3.076.876,29	2.656.566,88	31.892.051,03	42.100.598,00
41	Cota-Parte do FPM	1.238.624,47	711.627,93	761.743,00	1.097.132,96	915.329,87	10.483.106,04	10.100.000,00
42	Cota-Parte do ICMS	761.737,78	710.326,89	885.644,25	848.083,46	794.320,65	10.060.148,34	11.200.000,00
43	Cota-Parte do IPVA	89.527,04	126.830,15	130.237,33	137.802,19	129.506,26	1.329.495,55	1.600.000,00
44	Cota-Parte do ITR	98,57	138,27	49,70	194,39	99,66	5.236,65	5.000,00
45	Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	15.777,69	3.944,42	3.944,42	49.674,97	65.000,00
46	Transferências da LC 61/1989	11.519,01	10.168,80	9.324,25	12.538,27	13.058,92	56.609,25	200.000,00
47	Transferências do FUNDEB	446.331,54	392.771,11	458.097,34	488.008,52	506.999,86	5.105.240,31	5.158.000,00
48	Outras Transferências Correntes	212.035,83	495.128,74	355.808,09	489.172,08	293.307,24	4.802.539,92	13.772.598,00
49	Outras Receitas Correntes	66.252,35	64.520,61	80.144,60	85.185,41	72.570,75	725.679,95	10.772.746,41
50	<b>DEDUÇÕES ( II ) = (51+52+53)</b>	450.358,40	326.981,69	576.925,37	560.293,97	537.138,75	5.791.658,18	5.993.000,00
51	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	7.160,72	6.606,17	216.012,18	140.392,77	166.285,58	1.305.656,63	1.172.000,00
52	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	23.495,74	8.556,85	0,00	0,00	0,00	137.942,18	187.000,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JUL/2012 a JUN 2013

CVA: 2013080114014900703644

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

53	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	419.701,94	311.818,67	360.913,19	419.901,20	370.853,17	4.348.059,37	4.634.000,00
54	<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ( III ) = ( I - II ) = (28-50)</b>	2.523.584,34	2.159.852,26	2.998.260,23	2.561.516,58	2.736.994,18	34.330.234,96	54.505.944,41

Fonte:

Nota:

HERVAL DOESTE, 01/08/2013

\_\_\_\_\_  
NELSON GUINDANI  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF.: 50158945972

\_\_\_\_\_  
GILBERTO JOSÉ DURIGON  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
CPF.: 73745952987

\_\_\_\_\_  
SIDNEY DALLA VECHIA  
CONTADOR  
CRC.: 67516050997

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

**OBSERVAÇÃO:** Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2013080114014900703644

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PLANO PREVIDENCIÁRIO				
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
1	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (2+21-25)	2.700.000,00	2.700.000,00	-422.348,46	130.672,25	3.590.706,84
2	RECEITAS CORRENTES = (3+12+13+17+18)	2.700.000,00	2.700.000,00	320.627,55	1.299.671,86	2.883.366,77
3	Receita de Contribuições dos Segurados = (4+8)	1.172.000,00	1.172.000,00	306.678,35	640.863,81	622.368,33
4	Pessoal Civil = (5+6+7)	1.172.000,00	1.172.000,00	306.678,35	640.863,81	622.368,33
5	Ativo	1.170.000,00	1.170.000,00	305.436,71	624.538,24	622.368,33
6	Inativo	1.000,00	1.000,00	1.241,64	16.325,57	0,00
7	Pensionista	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
8	Pessoal Militar = (9+10+11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Outras Receitas de Contribuições	187.000,00	187.000,00	0,00	40.332,22	65.000,76
13	Receita Patrimonial = (14+15+16)	1.310.000,00	1.310.000,00	6.171,35	572.679,93	2.174.674,84
14	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Receitas de Valores Mobiliários	1.310.000,00	1.310.000,00	6.171,35	572.679,93	2.174.674,84
16	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Correntes = (19+20)	31.000,00	31.000,00	7.777,85	45.795,90	21.322,84
19	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Demais Receitas Correntes	31.000,00	31.000,00	7.777,85	45.795,90	21.322,84
21	RECEITAS DE CAPITAL = (22+23+24)	0,00	0,00	372.145,79	740.769,96	707.340,07
22	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	372.145,79	740.769,96	707.340,07
25	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	1.115.121,80	1.909.769,57	0,00
26	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (1+26)</b>	2.700.000,00	2.700.000,00	-422.348,46	130.672,25	3.590.706,84

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
28	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (29+32)	2.560.000,00	2.560.000,00	372.610,73	1.185.257,07	0,00
29	ADMINISTRAÇÃO = (30+31)	220.000,00	220.000,00	0,00	5.450,00	0,00
30	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	Despesas de Capital	220.000,00	220.000,00	0,00	5.450,00	0,00
32	PREVIDÊNCIA = (33+37+41)	2.340.000,00	2.340.000,00	372.610,73	1.179.807,07	0,00
33	Pessoal Civil = (34+35+36)	0,00	0,00	302.194,85	994.021,35	0,00
34	Aposentadorias	0,00	0,00	187.726,00	677.761,75	0,00
35	Pensões	0,00	0,00	51.712,64	156.995,36	0,00
36	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	62.756,21	159.264,24	0,00
37	Pessoal Militar = (38+39+40)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Outras Despesas Previdenciárias = (42+43)	2.340.000,00	2.340.000,00	70.415,88	185.785,72	0,00
42	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Demais Despesas Previdenciárias	2.340.000,00	2.340.000,00	70.415,88	185.785,72	0,00
44	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (28+44)</b>	2.560.000,00	2.560.000,00	372.610,73	1.185.257,07	0,00
46	<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (27-45)</b>	140.000,00	140.000,00	-794.959,19	-1.054.584,82	3.590.706,84

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

**OBSERVAÇÃO:** Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2013080114014900703644

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre. 2012
47	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (48+52)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Plano Financeiro = (49+50+51)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Plano Previdenciário = (53+54+55)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
56	Valor	0,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Mai/2013	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em. Jun/2013	Em 31 /Dez/2012
57	CAIXA	0,00	0,00	0,00
58	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
59	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
60	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre. 2012
61	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (62+74+75+76)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	Receita de Contribuições = (63+72+73)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63	Patronal = (64+68)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
64	Pessoal Civil = (65+66+67)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Pessoal Militar = (69+70+71)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (78+79+80)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (61+77-81)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre. 2012
83	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (84+85)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
84	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (83)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS  
SERVIDORES  
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

**OBSERVAÇÃO:** Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2013080114014900703644

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PLANO FINANCEIRO				
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
87	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (88+107-111)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	RECEITAS CORRENTES = (89+98+99+103+104)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	Receita de Contribuições dos Segurados = (90+94)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	Pessoal Civil = (91+92+93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Pessoal Militar = (95+96+97)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Receita Patrimonial = (100+101+102)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	Outras Receitas Correntes = (105+106)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	RECEITAS DE CAPITAL = (108+109+110)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (87+112)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
114	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (115+118)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	ADMINISTRAÇÃO = (116+117)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	PREVIDÊNCIA = (119+123+127)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	Pessoal Civil = (120+121+122)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	Pessoal Militar = (124+125+126)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	Outras Despesas Previdenciárias = (128+129)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (114+130)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (113-131)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

**OBSERVAÇÃO:** Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2013080114014900703644

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
133	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (134+138)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	Plano Financeiro = (135+136+137)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	Plano Previdenciário = (139+140+141)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
142	Valor	0,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Mai/2013	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em. Jun/2013	Em 31 /Dez/2012
143	CAIXA	0,00	0,00	0,00
144	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
145	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
146	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
147	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (148+160+161+162)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	Receita de Contribuições = (149+158+159)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	Patronal = (150+154)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	Pessoal Civil = (151+152+153)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	Pessoal Militar = (155+156+157)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (164+165+166)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (147+163-167)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
169	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (170+171)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS  
SERVIDORES  
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

**OBSERVAÇÃO:** Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2013080114014900703644

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

171	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (169)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

Nota:

HERVAL DOESTE, 01/08/2013

\_\_\_\_\_  
NELSON GUINDANI  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF.: 50158945972

\_\_\_\_\_  
GILBERTO JOSÉ DURIGON  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
CPF.: 73745952987

\_\_\_\_\_  
SIDNEY DALLA VECHIA  
CONTADOR  
CRC.: 67516050997

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2013/BIMESTRE MAIO- JUNHO

CVA: 2013080114014900703644

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2012 (a)	Em 30/Abr/2013 (b)	Em. 30/Jun/2013 (c)
1	DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.337.964,26	1.342.822,30	1.563.307,63
2	DEDUÇÕES (II) = (3 + 4 - 5)	5.502.673,64	2.283.433,17	1.151.054,27
3	Disponibilidade de Caixa Bruta	5.502.673,64	4.198.550,36	3.434.757,22
4	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
5	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	1.915.117,19	2.283.702,95
6	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-4.164.709,38	-940.610,87	412.253,36
7	RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
8	PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
9	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-4.164.709,38	-940.610,87	412.253,36

CAMPO	RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)
10	VALOR	1.352.864,23	4.576.962,74

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
11	META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO			
	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2012	Em 30/Abr/2013	Em. 30/Jun/2013
12	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
13	Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
14	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
15	DEDUÇÕES (VIII) = (16+17+18-19)	26.222.986,84	26.195.800,00	24.289.712,30
16	Disponibilidade de Caixa Bruta	26.222.986,84	26.195.800,00	24.289.712,30
17	Investimentos	0,00	0,00	0,00
18	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
19	(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
20	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-26.222.986,84	-26.195.800,00	-24.289.712,30

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NÔMINAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2013/BIMESTRE MAIO- JUNHO

CVA: 2013080114014900703644

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

21	PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
22	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-26.222.986,84	-26.195.800,00	-24.289.712,30

Se o cálculo das "Deduções" resultar em valor negativo, o campo será preenchido pelo sistema com um traço.

Fonte:

Nota:

HERVAL DOESTE, 01/08/2013

\_\_\_\_\_  
NELSON GUINDANI  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF.: 50158945972

\_\_\_\_\_  
GILBERTO JOSÉ DURIGON  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
CPF.: 73745952987

\_\_\_\_\_  
SIDNEY DALLA VECHIA  
CONTADOR  
CRC.: 67516050997

**RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2013080114014900703644

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre. 2012
1	RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I) = (2+8+11+14+19)	54.360.444,41	7.074.095,58	18.430.047,29	17.574.721,04
2	Receitas Tributárias = (3+4+5+6+7)	4.442.100,00	1.228.694,07	2.501.070,74	2.154.665,59
3	IPTU	1.300.000,00	446.365,27	515.487,18	421.307,06
4	ISS	761.600,00	173.094,63	539.887,31	416.182,76
5	ITBI	250.000,00	119.955,61	287.465,83	119.251,90
6	IRRF	890.500,00	138.172,27	496.790,08	449.164,78
7	Outras Receitas Tributárias	1.240.000,00	351.106,29	661.440,34	748.759,09
8	Receitas de Contribuições. = (9+10)	1.509.000,00	712.504,43	1.517.814,25	1.453.234,73
9	Receitas Previdenciárias	1.359.000,00	678.824,14	1.421.965,99	1.394.709,16
10	Outras Receitas de Contribuições	150.000,00	33.680,29	95.848,26	58.525,57
11	Receita Patrimonial Líquida = (12-13)	10.000,00	1.092,00	2.511,60	2.847,04
12	Receita Patrimonial	1.514.500,00	-1.095.076,06	-1.296.593,62	2.262.592,59
13	(-) Aplicações Financeiras	1.504.500,00	-1.096.168,06	-1.299.105,22	2.259.745,55
14	Transferências Correntes = (15+16+17+18)	37.466.598,00	4.942.688,80	13.924.419,60	13.521.743,15
15	FPM	8.080.000,00	1.609.970,31	4.514.532,39	5.182.925,53
16	ICMS	8.960.000,00	1.313.923,47	3.881.145,11	3.857.219,00
17	Convênios	10.827.498,00	373.823,27	866.220,04	1.302.725,68
18	Outras Transferências Correntes	9.599.100,00	1.644.971,75	4.662.522,06	3.178.872,94
19	Demais Receitas Correntes = (20+21)	10.932.746,41	189.116,28	484.231,10	442.230,53
20	Dívida Ativa	615.000,00	89.671,68	249.116,97	261.630,80
21	Diversas Receitas Correntes	10.317.746,41	99.444,60	235.114,13	180.599,73
22	RECEITAS DE CAPITAL (II) = (23+...+26+29)	35.357.002,00	271.255,32	492.222,10	3.776.469,23
23	Operações de Crédito (III)	0,00	271.255,32	347.957,86	0,00
24	Amortização de Empréstimos (IV)	72.500,00	0,00	0,00	82.392,98
25	Alienação de Bens (V)	107.000,00	0,00	0,00	23.528,56
26	Transferências de Capital = (27+28)	35.177.502,00	0,00	144.264,24	3.670.547,69
27	Convênios.	35.177.502,00	0,00	144.264,24	3.670.547,69
28	Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
29	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
30	RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II-III-IV-V)	35.177.502,00	0,00	144.264,24	3.670.547,69
31	RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	89.537.946,41	7.074.095,58	18.574.311,53	21.245.268,73

CAMPO	DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre. 2012
32	DESPESAS CORRENTES (VIII) = (33+34+35)	59.617.360,71	5.460.618,62	16.171.866,66	15.773.591,49
33	Pessoal e Encargos Sociais	27.733.333,50	3.790.302,94	11.580.943,97	10.387.541,74
34	Juros e Encargos da Dívida (IX)	91.000,00	13.081,18	17.218,69	291,07
35	Outras Despesas Correntes	31.793.027,21	1.657.234,50	4.573.704,00	5.385.758,68
36	DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-IX)	59.526.360,71	5.447.537,44	16.154.647,97	15.773.300,42
37	DESPESAS DE CAPITAL (XI) = (38+39+43)	31.462.778,58	207.947,99	399.904,39	1.192.960,95
38	Investimentos	30.507.778,58	157.178,00	277.289,90	1.083.164,69
39	Inversões Financeiras = (40+41+42)	210.000,00	0,00	0,00	0,00
40	Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Demais Inversões Financeiras	210.000,00	0,00	0,00	0,00
43	Amortização da Dívida (XIV)	745.000,00	50.769,99	122.614,49	109.796,26
44	DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	30.717.778,58	157.178,00	277.289,90	1.083.164,69
45	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	3.950.000,00	-	-	-
46	RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00



**RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2013080114014900703644

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

47	DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	94.194.139,29	5.604.715,44	16.431.937,87	16.856.465,11
----	---	---------------	--------------	---------------	---------------

48	RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)	-4.656.192,88	1.469.380,14	2.142.373,66	4.388.803,62
----	--	---------------	--------------	--------------	--------------

49	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	120.926,61
----	--------------------------------	---	---	------	------------

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE			
50	META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

Fonte:

Nota:

HERVAL DOESTE, 01/08/2013

\_\_\_\_\_  
NELSON GUINDANI  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF.: 50158945972

\_\_\_\_\_  
GILBERTO JOSÉ DURIGON  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
CPF.: 73745952987

\_\_\_\_\_  
SIDNEY DALLA VECCHIA  
CONTADOR  
CRC.: 67516050997

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2013080114014900703644

RREO - Anexo 7 (LRF, art.53, inciso V)

R\$ 1,00

CAMPO	PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
		Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2012	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos em Exercícios Anteriores.	Inscritos em 31 de dezembro de 2012	Liquidados	Pagos.	Cancelados.	Saldo.
1	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.606.385,56	12.915.811,85	6.481.737,08	6.481.350,83	40.791,18	8.000.055,40
2	EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.606.385,56	12.915.811,85	6.481.737,08	6.481.350,83	40.791,18	8.000.055,40
3	HERVAL DOESTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.606.385,56	12.915.811,85	6.481.737,08	6.481.350,83	40.791,18	8.000.055,40
4	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	EXECUTIVO.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	LEGISLATIVO.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	TOTAL (III) = (I +II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.606.385,56	12.915.811,85	6.481.737,08	6.481.350,83	40.791,18	8.000.055,40

Fonte:

Nota:

HERVAL DOESTE, 01/08/2013

\_\_\_\_\_  
NELSON GUINDANI  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF.: 50158945972

\_\_\_\_\_  
GILBERTO JOSÉ DURIGON  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
CPF.: 73745952987

\_\_\_\_\_  
SIDNEY DALLA VECHIA  
CONTADOR  
CRC.: 67516050997

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2013080114014900703644

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL (c) = (a+b)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
1	TOTAL DE ATIVOS = (2+3+4)	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
5	TOTAL DE PASSIVOS (I) = (6+7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
9	GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
10	SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
11	PASSIVOS CONTINGENTES = (12+13+14)	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Riscos Não Provisonados	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
15	ATIVOS CONTINGENTES = (16+17)	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2012	2013	2014	2015	2016	2017
18	Do Ente Federado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	37.062.268,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2018	2019	2020	2021	2022
23	Do Ente Federado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

Nota:

HERVAL DOESTE, 01/08/2013

NELSON GUINDANI  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF.: 50158945972

GILBERTO JOSÉ DURIGON  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
CPF.: 73745952987

SIDNEY DALLA VECHIA  
CONTADOR  
CRC.: 67516050997

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2013080114014900703644

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
1	RECEITAS	-	-
2	Previsão Inicial	-	91.221.946,41
3	Previsão Atualizada	-	91.221.946,41
4	Receitas Realizadas	6.249.182,84	17.623.164,17
5	Déficit Orçamentário	-	-
6	Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	0,00
7	DESPESAS	-	-
8	Dotação Inicial	-	91.221.946,41
9	Créditos Adicionais	-	253.192,88
10	Dotação Atualizada	-	91.475.139,29
11	Despesas Empenhadas	5.813.301,68	19.245.640,02
12	Despesas Liquidadas	5.668.566,61	16.571.771,05
13	Superávit Orçamentário	-	1.051.393,12

CAMPO	DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
14	Despesas Empenhadas	5.813.301,68	19.245.640,02
15	Despesas Liquidadas	5.668.566,61	16.571.771,05

CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
16	Receita Corrente Líquida	34.330.234,96

CAMPO	RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
17	Regime Geral de Previdência Social	-	-
18	Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	-	-
19	Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	-	-
20	Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	-	-
21	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-
22	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-
23	Receitas Previdenciárias Realizadas. (IV)	-422.348,46	130.672,25
24	Despesas Previdenciárias Liquidadas. (V)	372.610,73	1.185.257,07
25	Resultado Previdenciário. (VI) = (IV - V)	-794.959,19	-1.054.584,82
26	PLANO FINANCEIRO	-	-
27	.Receitas Previdenciárias Realizadas (VII)	0,00	0,00
28	.Despesas Previdenciárias Liquidadas (VIII)	0,00	0,00
29	.Resultado Previdenciário (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00

CAMPO	RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
30	Resultado Nominal	0,00	4.576.962,74	0,00
31	Resultado Primário	0,00	2.142.373,66	0,00

CAMPO	RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
32	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
35	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	14.522.197,41	40.791,18	6.481.350,83	8.000.055,40
36	Poder Executivo.	14.522.197,41	40.791,18	6.481.350,83	8.000.055,40
37	Poder Legislativo.	0,00	0,00	0,00	0,00
38	TOTAL	14.522.197,41	40.791,18	6.481.350,83	8.000.055,40

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2013080114014900703644

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
39	Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	0,00	25%	0,00
40	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	60%	0,00
41	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00
42	Complementação da União ao FUNDEB - Mínimo Anual de 10% do Total de Recursos do FUNDEB	0,00	10%	0,00

CAMPO	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
43	Receitas de Operação de Crédito	-	-
44	Despesa de Capital Líquida	-	-

CAMPO	PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício 1	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
45	Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-
46	Receitas Previdenciárias (I)	-	-	-	-
47	Despesas Previdenciárias (II)	-	-	-	-
48	Resultado Previdenciário (I - II)	-	-	-	-
49	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
50	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-	-	-
51	Receitas Previdenciárias. (III)	-	-	-	-
52	Despesas Previdenciárias. (IV)	-	-	-	-
53	Resultado Previdenciário. (III - IV)	-	-	-	-
54	PLANO FINANCEIRO	-	-	-	-
55	.Receitas Previdenciárias (V)	-	-	-	-
56	.Despesas Previdenciárias (VI)	-	-	-	-
57	.Resultado Previdenciário. (V - VI)	-	-	-	-

CAMPO	RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
58	Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	-	-
59	Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	-	-

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
60	Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
-------	---	-------------------------------------

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2013080114014900703644

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

61	Total das Despesas/RCL (%)	0,00
----	----------------------------	------

<sup>1</sup>Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Fonte:

Nota:

HERVAL DOESTE, 01/08/2013

\_\_\_\_\_  
NELSON GUINDANI  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF.: 50158945972

\_\_\_\_\_  
GILBERTO JOSÉ DURIGON  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
CPF.: 73745952987

\_\_\_\_\_  
SIDNEY DALLA VECCHIA  
CONTADOR  
CRC.: 67516050997



# Imbituba

## PREFEITURA

### Decreto PMI N° 095.2013

DECRETO PMI N° 095, de 30 de julho de 2013

Dispõe sobre a competência da Secretaria de Desenvolvimento Urbano Sustentável para coordenar, planejar, executar, operar, explorar, conservar, ampliar e melhorar os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento do Município de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 92, inciso VII e 94 da Lei Orgânica,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica delegada a competência da Secretaria de Desenvolvimento Urbano Sustentável para coordenar, planejar, executar, operar, explorar, conservar, ampliar e melhorar os Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento do Município de Imbituba.

Art. 2º No cumprimento de seus objetivos, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano Sustentável deverá acompanhar e participar da política municipal nas áreas da saúde coletiva e do meio ambiente em benefício das comunidades atendidas.

Art. 3º A Secretaria de Desenvolvimento Urbano Sustentável desenvolverá, contratará e orientará seus projetos baseada na diretriz do desenvolvimento sustentável.

Art. 4º A Secretaria de Desenvolvimento Urbano Sustentável observará a legislação vigente e adotará medidas que amenizem ou compensem os efeitos decorrentes da implantação de obras para fins de abastecimento público de água e de esgotamento sanitário.

Art. 5º O Município está autorizado a firmar acordos de cooperação com entidades cujas atividades possam interferir na área dos mananciais de abastecimento público, prevenindo à degradação dos mesmos.

Parágrafo Único - Incluem-se neste artigo os acordos para absorção de pesquisas e tecnologias sobre agentes poluidores do meio ambiente, com orientação para proteção dos mananciais e matas ciliares.

Art. 6º Na qualidade de coordenadora dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano Sustentável está autorizada a acionar os órgãos responsáveis pela fiscalização de empreendimentos a serem implantados à montante da captação, que possam intervir e degradar o meio ambiente nas áreas de influências dos mananciais de abastecimento de água.

Art. 7º A Secretaria de Desenvolvimento Urbano Sustentável desenvolverá ações e/ou apoiará programas de educação ambiental e sanitária, visando à preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida para a população.

Art. 8º À Secretaria de Desenvolvimento Urbano Sustentável assiste o direito de, a qualquer tempo, intervir junto aos órgãos de proteção do meio ambiente, sempre que as áreas de influência dos mananciais de abastecimento estiverem ameaçadas de degradação, segundo dispõe a legislação.

Art. 9º A Secretaria de Desenvolvimento Urbano Sustentável deve observar ao que dispõem as Legislações Estadual, Federal e Municipal, quanto aos princípios e diretrizes da política de Recursos

Hídricos, bem como a legislação federal relativa às sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Art. 10. Compete a Secretaria de Desenvolvimento Urbano Sustentável, direta ou indiretamente, administrar e operar os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, bem como executar reparos e modificações nas canalizações e instalações do serviço público por ela administrados.

Art. 11. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano Sustentável ordenará a prestação de serviços de abastecimento de água na quantidade disponível e na qualidade estabelecida pelo padrão de portabilidade definido na legislação vigente.

Parágrafo único. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano Sustentável, na condição de coordenadora dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, adotar ações emergenciais para garantir o abastecimento de água para uso humano nos casos de eventuais interrupções na execução ou na prestação dos seus serviços, quando o desabastecimento for decorrente de atos de terceiros, acidentes, fenômenos naturais ou caso fortuito, priorizando categorias de usuários com atividades relevantes junto à comunidade, tais como, estabelecimentos públicos de saúde, educacionais e de internação coletiva de pessoas.

Art. 12. Os Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário serão classificados, prestados e cobrados de acordo com as disposições contidas na Legislação vigente, neste Decreto e nas normas internas.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de julho de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Portaria PMI N° 027.2013

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 027, de 18 de junho de 2013.

Dispõe sobre alteração de representante da Portaria PMI/SEAGP n° 002, de 22 de janeiro de 2013, que Dispõe sobre instauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar n° 3.086, de 18 de abril de 2007,

#### RESOLVE:

Art. 1º Alterar representante da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, o Sr. Michel Martins, motivo servidor transferido para a Câmara Municipal de Vereadores, pela Sra. Ana Paula Barcelos, Gerente de Gestão Pública.

Art. 2º Ficam ratificados os demais termos da Portaria n.º 002, de 22 de janeiro de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 18 de junho de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

**ZELI PIRES**

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Portaria PMI N° 028.2013**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 028, de 22 de julho de 2013.

Dispõe alteração de instauração de comissão de processo administrativo disciplinar e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar n° 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

Considerando o teor do Processo Administrativo n° 12626/2012,

**RESOLVE:**

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 29, da Lei Complementar n° 3.086, de 18 de abril de 2007, Processo Administrativo Disciplinar destinado a apurar os fatos relacionados ao Processo n° 12626/2012.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC n° 3.086, de 18 de abril de 2007, os seguintes servidores para compor a Comissão de Processo Disciplinar:

I - Marivone Mendonza Damázio, Assistente Social, matrícula n° 924, lotada na Secretaria de Desenvolvimento Regional Sul, que a presidirá;

II - Cleidimar Ferreira Novaes Coelho, Agente Administrativo, matrícula n°5165, lotado na Procuradoria Geral do Município; e

III - Ana Paula Barcelos, Auditor Fiscal, matrícula n° 5451, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias, prorrogáveis na forma da LEI.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de julho de 2013.

**JAISON CARDOSO DE SOUZA**

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

**ZELI PIRES**

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Portaria PMI/DGP N° 482/2013**

PORTARIA PMI/DGP N° 482, de 01 de agosto de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 03/2013, com carga horária de 20 horas

semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Rejane Ruiz	Professora I - 20h	806.473.679-04	05/08/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 01 de agosto de 2013.

**ZELI PIRES**

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

**ANDREZA BARCELOS CARVALHO**

Gerente de Gestão de Pessoas

### **Portaria PMI/DGP N° 483/2013**

PORTARIA PMI/DGP N° 483, de 01 de agosto de 2013.

Dispõe sobre a exoneração do cargo de Chefe de Departamento de Regulação, Controle e Avaliação, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n° 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, do cargo/função de Chefe de Departamento de Regulação, Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde, o Sr. MAYCON RODRIGUES LEOPOLDO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 035.244.799-01, nomeado através da PORTARIA PMI/DGP N° 183, de 05 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de agosto de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 01 de agosto de 2013.

**JAISON CARDOSO DE SOUZA**

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

**ZELI PIRES**

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Extrato: DEMUTRAN 2013/03 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: DEMUTRAN 2013/03 A00

Contratada: GP INDUSTRIA E COMERCIO DE PLACAS LTDA EPP  
C.N.P.J: 09.314.355/0001-20

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VERTICAL DE TRÂNSITO PARA UTILIZAÇÃO NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 27.700,00 Prazo: 31/12/2013

Fundamento: Processo n°. 08/2013 Pregão nº08/2013

Imbituba, 26 de julho de 2013.

JOSÉ AFONSO DE CARVALHO  
Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana  
Contratante

GP INDUSTRIA E COMERCIO DE PLACAS LTDA EPP  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: PMI Secult 2013/96 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SECULT 2013/96 A00  
Contratada: COMERCIAL PREÇO BOM Z&C LTDA  
C.N.P.J: 04.660.943/0001-00

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DOS GRUPOS DE IDOSOS E MULHERES.  
Valor: R\$ 13.028,60 Prazo: 31/12/2013  
Fundamento: Processo nº. 79/2013 Pregão nº55/2013  
Imbituba, 29 de julho de 2013.

VALERIA FABIANA C. RODRIGUES  
Secretário Municipal de Cultura  
Contratante

COMERCIAL PREÇO BOM Z&C  
REPRESENTANTE LEGAL  
Contratada

**Extrato: PMI SEINFRA 2013/97 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEINFRA 2013/97 A00  
Contratada: IMUNIZADORA IMBITUBA LTDA EPP  
C.N.P.J: 06.354.091/0001-40

Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAIS E APLICAÇÃO DE HERBICIDA NOS CEMITÉRIOS DE VILA NOVA, MIRIM E ARAÇATUBA.  
Valor: R\$ 15.000,00 Prazo: 31/12/2013  
Fundamento: Processo nº. 06/2013 Pregão nº05/2013  
Imbituba, 29 de julho de 2013.

JOSÉ AFONSO DE CARVALHO  
Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana  
Contratante

IMUNIZADORA IMBITUBA LTDA EPP  
Representante Legal  
Contratada

**Editais SEAGP Nº 067/2013**

EDITAL SEAGP Nº 067/2013  
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2010.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Público nº 01/2010, divulgado através do Edital nº 01/2010, de 12 de novembro de 2010, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2010, de 07 de fevereiro de 2011, que homologou os resultados do referido processo seletivo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Público nº 01/2010, para comparecer ao Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 02 de Agosto a 01 de Setembro de 2013, no horário das 14h às 18h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 02 de agosto de 2013.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 067/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Comunitário de Saúde Área 06

ROSANO LUIS DA SILVA

**Editais de Convocação 2º Sessão Cmpc**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

2ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CMPC-Imbituba/SC

O Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC de Imbituba/SC, com amparo no art. 18 do Regimento Interno estabelecido pela Resolução CMPC/IMB Nº 01, de 5 de junho de 2013, CONVOCA os membros do referido colegiado para participarem da 2ª SESSÃO ORDINÁRIA do CMPC que será realizada no dia 5 de agosto de 2013 (segunda-feira), em primeira convocação às 19h15 com a presença da maioria absoluta de seus membros e, em segunda convocação, após 10 (dez) minutos com a presença de qualquer número de conselheiros, na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Cultura - SECULT, situada na Rua Santana, nº 736, em Vila Nova, Imbituba, SC, com a seguinte PAUTA:

I - leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior;

II - leitura das correspondências recebidas e expedidas;

III - comunicações, consultas e pedidos de esclarecimentos;

IV - ordem do dia:

a) constituição da CMIC - Comissão Municipal de Incentivo à Cultura;

b) Cadastro Cultural do Município;

d) outras matérias requeridas pelos Conselheiros e aprovadas pelo Pleno.

Imbituba/SC, 1º de agosto de 2013.

**CÁSSIA SIQUEIRA DA SILVA**

Vice-Presidente do CMPC

**GLÁUCIA MAINDRA DA SILVA**

Secretária-Geral do CMPC

**IMPORTANTE:** A Cultura de Imbituba pede a presença de todos os Conselheiros Titulares e Suplentes.

**ALERTA:** A partir desta 1ª Sessão Ordinária, os Conselheiros Titulares que não comparecerem sem justa causa a 3 (três) sessões em cada período de 1 (um) ano, perderão o mandato sendo substituídos pelos respectivos Suplentes, aplicando-se a penalidade correspondente.

## CÂMARA MUNICIPAL

### Ato da Presidência N° 036/13

Ato da Presidência nº 036/13

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 25ª Sessão Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 05 de agosto de 2013 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/ Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
073	PL nº 4.399/2013	01/08/13	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre a criação da vaga de Apoiador Institucional para atenção básica no Programa Nacional Melhoria do Acesso e da Qualidade (PMAQ), e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
074	PL nº 4.400/2013	01/08/13	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Poder Executivo encampar, por motivo de interesse público, os serviços públicos de abastecimento e esgotamento sanitário, no Município de Imbituba que haviam sido concedidos a Companhia Catarinense de Águas - CASAN e dá outras providências..	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
072	PL nº 4.401/2013	01/08/13	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Altera a redação do inciso II no artigo 1º da Lei nº 4.151, de 31 de janeiro de 2013 e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 01 de agosto de 2013.

Luís Antônio Dutra Presidente	Luiz Cláudio Carvalho de Souza Vice-Presidente
Rosália Maria de Souza Sgrott Primeira-Secretária	Rogberto de Farias Pires Segundo-Secretário



**PEGAS**   
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



# Iomerê

## PREFEITURA

### Contrato Ctact13/84

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTACT13/84

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal, Luciano Paganini, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado, IRACEMA TOMAZI RIBEIRO, brasileira, casada, professora, inscrita no CPF sob nº 250.294.529-15 e RG 584.176, residente na Rua Gisela Thaler 277- Centro - Treze Tilhas, SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes, especialmente pela Lei nº 0061, de 17 de setembro de 1997.

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Professor III - Educação Infantil/Creche - comprometendo-se a CONTRATADA a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DA LOTAÇÃO

2.1 - A CONTRATADA prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no Centro Educacional Municipal de Iomerê.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO HORÁRIO DE TRABALHO

3.1 - A carga horária da CONTRATADA será de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda a sextas feiras.

### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei nº 320/05, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município de Iomerê, equivalente a 3,40 (três vírgula quarenta) salários mínimos municipal.

### CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 01 de agosto de 2013 e tendo seu término previsto para 20 de dezembro de 2013.

### CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 - Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a CONTRATADA não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastante apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização à CONTRATADA pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula quinta.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DO VÍNCULO

7.1 - Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pela CONTRATADA, não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

### CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de

dotação própria do orçamento vigente.

### CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Iomerê, 01 de agosto de 2013.

LUCIANO PAGANINI  
CONTRATANTE

IRACEMA TOMAZI RIBEIRO  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

PAULA PASQUAL  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 16164

# Ipumirim

## PREFEITURA

### Portaria N°.362/2013 de 01 de Agosto de 2.013.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 118 da Lei Complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2.002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, das Autarquias e das Fundações Municipais,

### CONCEDE

A ISRAEL CUMERLATTO, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade de nº. 2.137.523-2 e CPF sob o nº.692.787.339-20 Servidor Público Municipal, no exercício do cargo efetivo de Servente, admitido por concurso público, com vencimentos previstos no Anexo II, Classe I, da Lei Complementar nº 003/2002, que institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do Município e dá outras providências, licença prêmio de 30 (trinta) dias relativo ao período aquisitivo de 2006 a 2011, e gozo de 01 de Agosto de 2.013 a 30 de Agosto de 2.013. Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 01 de Agosto de 2013.

Ipumirim - SC, 01 de Agosto de 2.013.

VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal.



**Termo de Homologação do PL 18, DI 5-2013/FMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 5/2013 - DL</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 18/2013 Data do Processo: 31/07/2013
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Gestor Do Fundo Municipal De Saude, JACIR LIRIO BONISSONI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 18/2013  
b ) Licitação Nr.: 5/2013-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 31/07/2013  
e ) Objeto da Licitação contratação de empresa seguradora de veículos para o veículo FIAT DOBLO CARGO 1.8 16V FLEX, placa MLB-9434, Renavam 204761, ano 2013/2013, destinado as atividades do Secretaria Municipal de Saúde de Ipumirim.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**PORTO SEGUROS CIA DE SEGUROS GERAIS (7083)**

1 Seguro veiculo ambulancia Fiat Doblo cargo 1.8 16v flex placa MLB-9434, Renavam 204761 tabela fipe-100% danos materiais- 100.000,00 danos corporais- 200.000,00 App morte-15.000,00 App invalidez permanente-15.000,00	UN	1,00	0,0000	2.402,52	2.402,52
				<b>Total do Fornecedor:</b>	<b>2.402,52</b>
				<b>Total Geral:</b>	<b>2.402,52</b>

Ipumirim, 31 de Julho de 2013.

-----  
JACIR LIRIO BONISSONI  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



**Termo de Homologação do PL 45, DI 14-2013/PM****ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**CNPJ: 82.814.575/0001-02  
AV. DOM PEDRO II, 230  
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
**Nr.: 14/2013 - DL**Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 45/2013  
Data do Processo: 25/07/2013

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, Valdir Zanella, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 45/2013  
b ) Licitação Nr.: 14/2013-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 25/07/2013  
e ) Objeto da Licitação: contratação de empresa para a realização de Soldagem Geofísica-Método eletrorresistividade, através de Sondagem Elétrica Vertical (SEV) para caracterização estrutural e espessura da rocha basáltica assim como profundidade do topo Arenito Botucatu - Aquífero Guarani.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	------------	----------------	---------------

**TECGEO TECNOLOGIA EM SONDAgens GEOFISICAS LTDA (9143)**

1 Serviço de Soldagem Geofísica-Método eletrorresistividade, através de Sondagem Elétrica Vertical (SEV) para caracterização estrutural e espessura da rocha basáltica assim como profundidade do topo Arenito Botucatu - Aquífero Guarani.	SER	1,00	0,0000	11.000,00	11.000,00
---	-----	------	--------	-----------	-----------

**Total do Fornecedor: 11.000,00****Total Geral: 11.000,00**

Ipumirim, 25 de Julho de 2013.

-----  
Valdir Zanella  
PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato de Contrato N° 61/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público N° 61/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de TOMADA DE PREÇOS N° 2/2012, Processo de Licitação n° 64/2012, homologado em 15 de agosto de 2012.

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO N° 72/2012, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, E, DE OUTRO LADO, A EMPRESA DIMENZO ENGENHARIA LTDA, NA FORMA ABAIXO.

Valor: R\$ 0,01 (Um Centavo)

Assinatura: 15/07/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: DIMENZO ENGENHARIA LTDA, situada na TRAVESSA SANTA CATARINA S/N, Bairro CENTRO, cidade de LINDÓIA DO SUL-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 02.084.677/0001-80.

**Extrato de Contrato N° 62/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público N° 62/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 14/2013, Processo de Licitação n° 45/2013, homologado em 25 de julho de 2013

Objeto: O presente contrato tem por objeto contratação de empresa para a realização de Sondagem Geofísica - Método eletrorresistividade, através de Sondagem Elétrica Vertical (SEV) para caracterização estrutural e espessura da rocha basáltica assim como profundidade do topo Arenito Botucatu - Aquífero Guarani.

Valor: R\$ 11.000,00 (Onze Mil Reais)

Assinatura: 25/07/2013 Vigência: 25/07/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: TECGEO TECNOLOGIA EM SONDAGENS GEOFISICAS LTDA, situada na RUA CAMINHO DO ENGENHO, 210, TÉRREO, Bairro ITACORUBI, cidade de Florianópolis-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 73.946.766/0001-37.

**Irineópolis****PREFEITURA****Decreto N° 2446/2013**

DECRETO N ° 2446/2013, DE 17 DE JULHO DE 2013.

CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso I, da Lei Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica constituída Comissão Especial de Avaliação, com o objetivo específico de proceder a análise, avaliação do imóvel, para fins de aquisição pelo Município, com o propósito de implantar uma "Posto de Saúde" na localidade de Rio Branco.

Art. 2º - A Comissão de que trata este Decreto será composta pelos seguintes Membros:

I - Virlei da Silva, representante da Secretaria da Infraestrutura, na qualidade de Presidente;

II - Sidnei Wagner, representante da Secretaria da Administração, na qualidade de vice Presidente;

III - Rosani Rodrigues da Silva Mischka, representante da Secretaria da Administração, na qualidade de Secretária;

VI - Patricia Fabiane Fronczak, representante da Câmara Municipal de Vereadores;

V - Francisco Eraldo Konkol, representante da Sociedade Civil.

Art. 3º - Os trabalhos da Comissão deverão ser apresentados ao Chefe do Poder Executivo Municipal mediante Relatório Circunstanciado, devidamente acompanhado da documentação correlata.

Art. 4º - O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão será de 15 (quinze) dias, contados da data deste decreto.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

Irineópolis, 17 de Julho de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

**Portaria N ° 248/2013**

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001 e amparado no que dispõe o Art. 2º, § 1º, da Lei Complementar n ° 064/2013, de 26/02/2013.

**RESOLVE:**

Art 1º - CONTRATAR, VALCI MARTINS, nascida em 05/02/1973, portadora do CPF n ° 827.864.969-34, RG. n ° 2.813.139, SSP/SC, para exercer as atividades de Auxiliar de Serviços Gerais II (44h/



sem), conforme aprovação em Teste Seletivo Edital n° 003/2011, homologado em 01/11/2011, em substituição a Ladi Jung Binder no período em que durar seu afastamento para tratamento de saúde.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 16 de julho de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

#### **Portaria N °. 250/2013**

**NOMEIA SERVIDORA EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - NOMEAR, sob o Regime de Trabalho Estatutário, MARCELA ADELAVA CIARINI, nascida em 14/12/1981, portadora do CPF n° 035.652.159-17, RG. n° 5.675.631 SESP/SC, para exercer o cargo de Fiscal de Tributos (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n° 002/2010, homologado em 06/01/2011.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de julho de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

#### **Portaria N °. 252/2013**

**NOMEIA SERVIDORA EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - NOMEAR, sob o Regime de Trabalho Estatutário, ELLEN ANNY KONOPKA COLOMBO, nascida em 30/12/1989, portadora do CPF n° 068.466.679-03, RG. n° 3.535.049 SSP/SC, para exercer o cargo de Assessora de Imprensa (44 h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n° 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 19 de julho de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

#### **Portaria N °. 253/2012.**

**CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art 1º - Conceder Licença Maternidade, no período de 18/7/2013 a 14/11/2013, KARLA ADRIANA MORAIS, Atendente de Consultório Dentário (44h/sem).

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 19 de julho de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

#### **Portaria N °. 263/2013**

**"DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da LC n° 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo III - QUADRO DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS, da mesma Lei Complementar, com redação dada pela Lei nº1551/2011 de 09/03/2011,

RESOLVE:

Art 1º - DESIGNAR o servidor GILSON JORGE DE CAMARGO WEIGERT, ocupante do cargo de Médico para PSF, do Quadro de Emprego Público da Administração Direta do Município, para exercer a Função de Responsável pela Direção Técnica do Corpo Clínico do Hospital Municipal Bom Jesus, sem ônus para a municipalidade.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de julho de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

#### **Portaria N° 251/2013**

**"CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 07/2001 e, amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso V, da Lei Complementar nº. 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art 1º - CONTRATAR, MIRLEY CARLOTTO, nascida em 06/04/1987, portadora do CPF nº 060.962.509-80, RG nº 9.748.590-9, SESP-PR, para no período de 18/07/2013 a 15/09/2013, exercer as atividades de Enfermeira para ESF (40 h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Saúde, Edital nº

001/2013, homologado em 22/03/2013 e Contrato de Trabalho Temporário nº 011/2013 para desenvolver as atividades junto a Equipe de Estratégia da Família, em substituição a sevidora efetiva Denise Stefaniak Senn que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Art 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 julho de 2013.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

### **Extrato de Retificação Processo 49/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 49/2013  
CONCORRÊNCIA N.º 01/2013  
RETIFICAÇÃO  
ONDE LÊ-SE

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 19 de agosto de 2013, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Concorrência para Compras e Serviços, para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço Global de acordo com a Lei n.º 9.666/93, visando a Prestação de serviços para perfuração e detonação de 15.000m³ de rochas, com fornecimento de materiais e mão de obra. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).  
Irineópolis, 29 de julho de 2013.

#### **LEIA-SE**

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 09 de SETEMBRO de 2013, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Concorrência para Compras e Serviços, para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço Global de acordo com a Lei n.º 9.666/93, visando a Prestação de serviços para perfuração e detonação de 15.000m³ de rochas, com fornecimento de materiais e mão de obra. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 29 de julho de 2013.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

### **Retificação Extrato de Contrato 117/2013**

RETIFICAÇÃO  
ONDE LÊ- SE:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº 117/2013  
Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis  
Contratado: Ancora Prime Assessoria & Consultoria Ltda- ME

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de Consultoria e Assessoria Técnica na Área de Elaboração de Projetos.  
Valor: R\$ 11.000,00(onze mil reais).

Vigência: 23/07/2013 à 31/12/2013

Base Legal: Processo Licitatório 41/2013 - Tomada de Preços 10/2013.

Lei 8.666/93

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

LEIA - SE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 117/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratado: Ancora Prime Assessoria & Consultoria Ltda- ME

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de Consultoria e Assessoria Técnica na Área de Elaboração de Projetos.

Valor: R\$ 11.100,00(onze mil e cem reais).

Vigência: 23/07/2013 à 31/12/2013

Base Legal: Processo Licitatório 41/2013 - Tomada de Preços 10/2013.

Lei 8.666/93

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

## **HOSPITAL BOM JESUS**

### **Extrato de Contrato N° 02/2013**

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS  
MUNICIPIO DE IRINEÓPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº 03/2013  
Contratante: Hospital Municipal Bom Jesus  
Contratado: Gilson Jorge de Camargo Weigert

Objeto: O presente contrato tem por objetivo a realização de atendimento a pacientes internados pelo SUS.

Valor: R\$ 42.000,00 ( Quarenta e dois mil reais);

Vigência: 29/07/2013 a 28/07/2014.

Base Legal: Processo Licitatório nº 02/2013 - Inexigibilidade de Licitação nº 02/2013. Lei nº 8666/93 consolidada.

WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS  
PRESIDENTE HMBJ

## **Itapiranga**

## **PREFEITURA**

### **Decreto N° 139, de 1º de Agosto de 2013**

DECRETO Nº 139, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.

Designa Comissão Especial para análise da documentação e julgamento das propostas referente o Processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Compras e Serviços de Engenharia nº 123/2013, de 15/07/2013 da Prefeitura Municipal de Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

Decreta:



Art. 1º Ficam com o presente Decreto designados os senhores JANETE FRANTZ BAUMANN, ADRIANO KARAL e NELSON ANTONIO ARENHARDT para, sob a presidência da primeira designada, compor a Comissão Especial de Análise e Julgamento na realização da abertura e apreciação do conteúdo dos envelopes “documentação”; bem como efetuar a abertura, apreciação e julgamento do conteúdo dos envelopes “proposta” referente Processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 123/2013, de 15/07/2013, da Prefeitura Municipal de Itapiranga, às 09h00min do dia 02/08/2013, conforme Edital.

Parágrafo único. As designações constantes no “caput” do presente artigo não contam ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 1º de agosto de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER

Secretario Municipal de Administração

### **Decreto Nº 136, de 31 de Julho de 2013.**

DECRETO Nº 136, DE 31 DE JULHO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da “Operação de Crédito Autorizada” e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Municipal Lei 2.632, de 1º de outubro de 2012 e Lei Municipal nº 2.803, de 4 de dezembro de 2012:

Decreta:

Art. 1º. Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da “Operação de Crédito Autorizada” na fonte de recursos 116 - Operação de Crédito Interna, no valor de R\$ 214.325,38 (duzentos e quatorze mil trezentos e vinte e cinco reais e trinta e oito centavos), na seguinte dotação orçamentária:

03.02 - Secretaria Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos - Saneamento

17.511.0079.1008 - Construção e Manutenção de Asfalto, Calçamento e Passeios

44.90.00.00.00.00.00.0116 - Aplicações Diretas

R\$ 214.325,38

Art. 2º. De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito adicional suplementar de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de Crédito autorizada pela Lei nº 2.632, de 1º de agosto de 2010.

§ 1º. Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 31 de julho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER

Secretario Municipal de Administração.

### **Decreto Nº 137, de 31 de Julho de 2013.**

DECRETO Nº 137, DE 31 DE JULHO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta do “Superávit Financeiro” verificado no exercício anterior e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.803, de 4 de dezembro de 2012:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional complementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta do “Superávit Financeiro” verificado no exercício anterior, na seguinte fonte de recurso: 174 - Recursos Tesouro do Exercício Anterior - Conv. Da Assist Social, no valor de R\$ 29.706,99 (vinte e nove mil setecentos e seis reais e noventa e nove centavos):

10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0042.2018 - Manutenção das Atividades da Assist. Social Geral

31.90.00.00.00.00.00.0174 - Aplicações Diretas

R\$ 3.706,99

33.90.00.00.00.00.00.0174 - Aplicações Diretas

R\$ 26.000,00

Total R\$ 29.706,99

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 31 de julho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER

Secretario Municipal de Administração.

### **Portaria Nº 173/2013**

Portaria nº 173 de 29 de julho de 2013.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença para tratamento de saúde, à servidora municipal Gislaine Alanis Paradedda Fabião sob matrícula nº 14862/01, a partir de 27/07/2013, conforme Atestado Médico apresentado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 27/07/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC., 29 de julho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
IVAIR PAULO TAVARES  
Diretor de Recursos Humanos

### **Portaria N° 174/2013**

PORTARIA N° 174 de 01 de agosto de 2013.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar n° 2/2006 e Lei Complementar n° 8/2007;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder acréscimo de 20% (vinte por cento) incorporado no vencimento base, ao servidor municipal Claiton Bitencourt Lorenzato sob matrícula n° 14908/01, tendo em vista a conclusão do Curso Superior de Matemática, em conformidade com o Art. 18 da Lei Complementar n° 2 de 20 de abril de 2006.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

ITAPIRANGA (SC), 01 de agosto de 2013.

MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM  
IVAIR PAULO TAVARES  
Diretor de Recursos Humanos

### **Portaria N° 175/2013**

Portaria n° 175 de 01 de agosto de 2013.

CONCEDE LICENÇA PREMIO À SERVIDOR MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar n° 39/2011.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidor municipal Clécio Loewenstein, sob matrícula n° 11090/03 pelo período de 03 (três) meses iniciando-se em data de 01/08/2013 até 31/10/2013, referente o período aquisitivo de 18/02/2008 até 17/02/2013.

Art. 2º. Converter 2/3 (dois terços) do período da licença em abono especial, em conformidade com o § 2º do Art. 103 da Lei Complementar n° 39/2011.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 01 de agosto 2013.

MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM  
IVAIR PAULO TAVARES  
Diretor de Recursos Humanos

### **Extrato de Licitação**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
PREGÃO PRESENCIAL PARA  
REGISTRO DE PREÇOS N° 135/2013

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços n° 135/2013, cujo objeto é aquisição de brinquedos pedagógicos para as escolas municipais. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 15 de agosto de 2013. Maiores informações podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br)

Itapiranga - SC., 02 de agosto de 2013.

MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

### **Extrato de Licitação**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
PREGÃO PRESENCIAL N° 136/2013

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial n° 136/2013, cujo objeto é aquisição de materiais diversos destinados para realização do Festival de Dança. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 15 de agosto de 2013. Maiores informações podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br)

Itapiranga - SC., 02 de agosto de 2013.

MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

### **Extrato de Licitação**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
PREGÃO PRESENCIAL PARA  
REGISTRO DE PREÇOS N° 137/2013

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços n° 137/2013, cujo objeto é aquisição de materiais elétricos destinados para melhoria das instalações elétricas nas escolas municipais. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 16 de agosto de 2013. Maiores informações podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br)

Itapiranga - SC., 02 de agosto de 2013.

MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

### **Extrato de Licitação**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
PREGÃO PRESENCIAL N° 138/2013

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial n° 138/2013, cujo objeto é aquisição de materiais destinados para uso no setor de urbanismo desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 16:00 horas do dia 15 de agosto de 2013. Maiores informações podem



ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br)

Itapiranga - SC., 02 de agosto de 2013.  
MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

#### Extrato de Contrato

EXTRATO DO CONTRATO Nº 098/2013  
PARTES: Município de Itapiranga e Mantomac Com. de Peças e Serv. Ltda  
ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 130/2013

OBJETO: Fornecimento de peças, serviços e deslocamento para manutenção da escavadeira hidráulica PC160LC..  
VALOR: R\$ 5.088,26  
VIGÊNCIA: 29 de janeiro de 2014.

Itapiranga - SC., 29 de julho de 2013.  
MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

#### Extrato do Contrato Nº 103/2013/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 103/2013/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e DIOMARI JACOMINI KLOH.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2012

OBJETO: Segundo Termo Aditivo do contrato nº 083/2013 onde altera o prazo de vigência do contrato de Prestação de Serviço Temporário de 31/07/2013 para 06/08/2013, atuando em 20 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério  
Classe - Referencia: Nenhum  
VIGÊNCIA: 31/07/2013 A 06/08/2013.

Itapiranga - SC., 31 de julho de 2013.  
MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

#### Extrato de Ata de Registro de Preços

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 217/2013.  
PARTES: Município de Itapiranga e Jackson Neimar Pedrassani ME  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 120/2013.

OBJETO: Aquisição de moveis e equipamentos destinados a Policia Militar de Itapiranga.  
VALOR: R\$ 1.590,00  
VIGÊNCIA: 23 de julho de 2014

Itapiranga - SC., 23 de julho de 2013.  
MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 218/2013.  
PARTES: Município de Itapiranga e Comercio de Maquinas Oeste Ltda  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 120/2013.

OBJETO: Aquisição de moveis e equipamentos destinados a Policia Militar de Itapiranga.

VALOR: R\$ 13.476,00  
VIGÊNCIA: 23 de julho de 2014

Itapiranga - SC., 23 de julho de 2013.  
MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 219/2013.  
PARTES: Município de Itapiranga e Jackson Neimar Pedrassani ME  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 122/2013.

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais destinados para as diversas secretarias desta municipalidade.  
VALOR: R\$ 8.804,00  
VIGÊNCIA: 29 de julho de 2014

Itapiranga - SC., 29 de julho de 2013.  
MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 220/2013.  
PARTES: Município de Itapiranga e Siqueiramos Comercio de Peças e Acessórios Ltda  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 124/2013.

OBJETO: Aquisição de tintas para pintura de faixa de segurança em ruas da cidade e diversos materiais destinados para manutenção das atividades do Setor de Urbanismo desta municipalidade.  
VALOR: R\$ 7.914,00  
VIGÊNCIA: 31 de julho de 2014

Itapiranga - SC., 31 de julho de 2013.  
MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 221/2013.  
PARTES: Município de Itapiranga e Agropecuária Itapiranga Ltda  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 124/2013.

OBJETO: Aquisição de tintas para pintura de faixa de segurança em ruas da cidade e diversos materiais destinados para manutenção das atividades do Setor de Urbanismo desta municipalidade.  
VALOR: R\$ 1.142,50  
VIGÊNCIA: 31 de julho de 2014

Itapiranga - SC., 31 de julho de 2013.  
MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 222/2013.  
PARTES: Município de Itapiranga e Averagro Indústria e Comercio Ltda  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 124/2013.

OBJETO: Aquisição de tintas para pintura de faixa de segurança em ruas da cidade e diversos materiais destinados para manutenção das atividades do Setor de Urbanismo desta municipalidade.  
VALOR: R\$ 119,00  
VIGÊNCIA: 31 de julho de 2014

Itapiranga - SC., 31 de julho de 2013.  
MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 223/2013.  
PARTES: Município de Itapiranga e Eletro Construção Berwanger Ltda  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 124/2013.  
OBJETO: Aquisição de tintas para pintura de faixa de segurança

em ruas da cidade e diversos materiais destinados para manutenção das atividades do Setor de Urbanismo desta municipalidade.  
VALOR: R\$ 162,75  
VIGÊNCIA: 31 de julho de 2014

Itapiranga - SC., 31 de julho de 2013.  
MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de Ata de Registro de Preços**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/2013  
PARTES: Município de Itapiranga e Bee Arquitetura e Desing Ltda  
ORIGEM: Pregão Presencial nº 27/2013.

OBJETO: Contratação de empresa para elaboração de desenho técnico de moveis, equipamentos e climatização da nova unidade básica de saúde da Fronteira.

VALOR: R\$ 5.450,00  
VIGÊNCIA: 30 de setembro de 2013.

Itapiranga - SC., 29 de julho de 2013.  
LUIS CARLOS STEFFENON  
Administrador do FMS

**Jacinto Machado**

**PREFEITURA**

#### **Extrato do Contrato Nº 006/2013/FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2013/FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO  
Contratado (a): BETHA SISTEMAS LTDA  
Valor Global: R\$ 21.696,00 (vinte e um mil seiscentos e noventa e seis reais).  
Vigência: Início: 03/07/2013 Término: 31/12/2013  
Licitação: Nº 082/2013 PREGÃO PRESENCIAL 012/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, E QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E OS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS DESCRITOS NO EDITAL E EM SEU ANEXO I.

Jacinto Machado - SC, 3 de Julho de 2013.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Gestor do Fundo

#### **Extrato do Contrato Nº 007/2013/FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/2013/FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO  
Contratado (a): ANTONINHO DE SOUZA MERCADINHO ME  
Valor Global: R\$ 8.136,40 (oito mil cento e trinta e seis reais e

quarenta centavos).

Vigência: Início: 08/07/2013 Término: 31/12/2013

Licitação: CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 052/2013/PMJM

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, MATERIAL DE COPA E COZINHA E GAS ENGARRAFADO PARA SEREM UTILIZADOS NO PETI DO MUNICIPIO DE JACINTO MACHADO NO EXERCICIO DE 2013.

Jacinto Machado - SC, 8 de Julho de 2013.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Gestor do Fundo

#### **Extrato do Contrato Nº 008/2013/FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2013/FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO  
Contratado (a): COMERCIAL SARETTO LTDA - ME  
Valor Global: R\$ 9.119,90 (nove mil cento e dezenove reais e noventa centavos).  
Vigência: Início: 08/07/2013 Término: 31/12/2013  
Licitação: CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 052/2013/PMJM

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, MATERIAL DE COPA E COZINHA E GAS ENGARRAFADO PARA SEREM UTILIZADOS NO PETI DO MUNICIPIO DE JACINTO MACHADO NO EXERCICIO DE 2013.

Jacinto Machado - SC, 8 de Julho de 2013.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Gestor do Fundo

#### **Extrato do Contrato Nº 009/2013/FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2013/FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO  
Contratado (a): CONSTRUDELLA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME  
Valor Global: R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais).  
Vigência: Início: 08/07/2013 Término: 08/07/2013  
Licitação: CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 052/2013/PMJM

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, MATERIAL DE COPA E COZINHA E GAS ENGARRAFADO PARA SEREM UTILIZADOS NO PETI DO MUNICIPIO DE JACINTO MACHADO NO EXERCICIO DE 2013.

Jacinto Machado - SC, 8 de Julho de 2013.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Gestor do Fundo

**Extrato do Contrato N° 010/2013/FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO N° 010/2013/FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

Contratado (a): JULIANO POSSAMAI DELLA DE SOUZA - ME

Valor Global: R\$ 6.973,32 (seis mil novecentos e setenta e três reais e trinta e dois centavos).

Vigência: Início: 08/07/2013 Término: 31/12/2013

Licitação: CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS N° 052/2013/PMJM

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, MATERIAL DE COPA E COZINHA E GAS ENGARRAFADO PARA SEREM UTILIZADOS NO PETI DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2013.

Jacinto Machado - SC, 8 de Julho de 2013.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Gestor do Fundo

**Extrato do Contrato N° 011/2013/FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO N° 011/2013/FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

Contratado (a): ANTONINHO DE SOUZA MERCADINHO ME

Valor Global: R\$ 8.148,15 (oito mil cento e quarenta e oito reais e quinze centavos).

Vigência: Início: 08/07/2013 Término: 31/12/2013

Licitação: CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS N° 053/2013/PMJM

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, MATERIAL DE COPA E COZINHA E GAS ENGARRAFADO PARA SEREM UTILIZADOS NOS ENCONTROS DO GRUPO DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2013.

Jacinto Machado - SC, 8 de Julho de 2013.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Gestor do Fundo

**Extrato do Contrato N° 012/2013/FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO N° 012/2013/FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

Contratado (a): COMERCIAL SARETTO LTDA - ME

Valor Global: R\$ 5.869,85 (cinco mil oitocentos e sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos).

Vigência: Início: 08/07/2013 Término: 31/12/2013

Licitação: CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS N° 053/2013/PMJM

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, MATERIAL DE COPA E COZINHA E GAS ENGARRAFADO PARA SEREM UTILIZADOS NOS ENCONTROS DO GRUPO DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2013.

Jacinto Machado - SC, 8 de Julho de 2013.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Gestor do Fundo

**Extrato do Contrato N° 013/2013/FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO N° 013/2013/FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

Contratado (a): CONSTRUDELLA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME

Valor Global: R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

Vigência: Início: 08/07/2013 Término: 31/12/2013

Licitação: CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS N° 053/2013/PMJM

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, MATERIAL DE COPA E COZINHA E GAS ENGARRAFADO PARA SEREM UTILIZADOS NOS ENCONTROS DO GRUPO DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2013.

Jacinto Machado - SC, 8 de Julho de 2013.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Gestor do Fundo

**Extrato do Contrato N° 014/2013/FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO N° 014/2013/FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

Contratado (a): J.E. FERNANDES PADARIA E CONF. LTDA ME

Valor Global: R\$ 4.439,00 (quatro mil quatrocentos e trinta e nove reais).

Vigência: Início: 08/07/2013 Término: 31/12/2013

Licitação: CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS N° 053/2013/PMJM

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, MATERIAL DE COPA E COZINHA E GAS ENGARRAFADO PARA SEREM UTILIZADOS NOS ENCONTROS DO GRUPO DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2013.

Jacinto Machado - SC, 8 de Julho de 2013.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Gestor do Fundo

**Extrato do Contrato N° 015/2013/FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO N° 015/2013/FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

Contratado (a): JULIANO POSSAMAI DELLA DE SOUZA - ME

Valor Global: R\$ 4.951,82 (quatro mil novecentos e cinquenta e um reais e oitenta e dois centavos).

Vigência: Início: 08/07/2013 Término: 31/12/2013

Licitação: CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS N° 053/2013/PMJM

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, MATERIAL DE COPA E COZINHA E GAS ENGARRAFADO PARA SEREM UTILIZADOS NOS ENCONTROS DO GRUPO DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2013.

Jacinto Machado - SC, 8 de Julho de 2013.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Gestor do Fundo



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



# Joaçaba

## PREFEITURA

### Ata Julgamento Habilitação TP 8/2013/PMJ - PL 44/2013/PMJ

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA</b></p> <p>CNPJ: 82.939.380/0001-99          AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378          C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</p>	<p><b>TOMADA DE PREÇO</b>  <b>Nr.: 8/2013 - TP</b></p> <p>Processo Administrativo: 44/2013          Processo de Licitação: 44/2013          Data do Processo: 29/04/2013</p>
Folha: 1/2	

#### OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRAT. AGÊNCIA PROPAGANDA P/ A PREST. DOS SERV. DE ESTUDO, PLANEJAMENTO, CONCEITUAÇÃO, CONCEPÇÃO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO, E A INTERMEDIÇÃO E SUPERVISÃO DA EXECUÇÃO EXTERNA, BEM COMO A DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DE CUNHO INFORMATIVO AOS VEÍCULOS E DEMAIS MEIOS DE COMUNICAÇÃO COM O OBJETIVO DE PROMOVER E DIFUNDIR OS ATOS DA ADM. AO PÚB. EM GERAL, DENTRO DOS PARÂMETROS DEFINIDOS NO §1º DO ART. 37 DA C. F. E DE CONF. C/ O DETERM. PELO ART. 2º, § 1º, INCISOS I, II E III DA LEI 12.232.

#### ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 87/2013 (Sequência: 3)

Ao(s) 31 de Julho de 2013, às 17:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 993, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 44/2013, Licitação nº. 8/2013 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Compras e Serviços.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- Conforme informado à proponente participante do certame na sessão de 23/07/2013, aos trinta e um dias do mês de julho de 2013, às 17 horas, na sala do setor de licitações, a Comissão de Licitações reuniu-se para proceder à abertura do envelope contendo os documentos de habilitação da proponente VALE MAIS COMUNICAÇÃO LTDA (10704) e o julgamento da habilitação da mesma. O envelope nº 5 foi protocolado pela empresa proponente dentro do prazo previsto na ata da sessão de 23/07/2013 (em 24/07/2013). Inicialmente foram rubricados e conferidos os documentos, sendo constatado o seguinte: A proponente desatendeu ao exigido no subitem 8.1.1. do edital, uma vez que no CRC da empresa consta o Comprovante de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) vencido em 27/06/2013, sendo que não foi juntado o referido certificado atualizado. Além disso, consta no CRC da proponente a Certidão Negativa de Débitos Municipais e a Certidão Negativa de Débitos Estaduais também vencidas em 28/06/2013 e 28/07/2013, respectivamente, sendo que foram juntadas ao CRC as mesmas certidões com data de validade fora do prazo. Verificou-se ainda que a referida empresa apresentou a Certidão Negativa de Falência e de Recuperação Judicial ou Extrajudicial - exigida no subitem 8.1.6. do edital vencida em 28/07/2013, desatendendo ainda a esse item. Além disso, a proponente desatendeu ao constante no subitem 8.1.5. do edital, uma vez que a proponente não apresentou o cálculo, devidamente assinado pelo contador, dos índices de Liquidez Corrente (LC), Liquidez Geral (LG) e Solvência Geral (SG). Por fim, verificou-se que a proponente desatendeu ao constante no subitem 8.1.3. do edital, que exige a apresentação do Certificado de Qualificação Técnica, atualizado, fornecido pelo Conselho Executivo das Normas Padrão - CENP (art. 4º, § 1º, da Lei 12.232/2010), uma vez que o certificado juntado pela empresa venceu em 23/07/2013. Cabe ressaltar que, segundo o representante presente na sessão, de acordo com informações repassadas ao mesmo pelo Conselho Executivo das Normas Padrão - CENP, embora conste a data de validade de 23/07/2013 no referido documento, a validade do mesmo se estende em até 3 meses daquele prazo, uma vez que o processo para renovação do certificado demanda um tempo considerável a contar do protocolo do pedido pela empresa solicitante junto ao Conselho. De acordo com o representante ainda, tal pedido já foi protocolado pela empresa junto ao órgão, antes da data final de validade constante no documento juntado. Dessa forma, a comissão de licitações decidiu por suspender a sessão a fim de diligenciar acerca dessa questão (quanto à validade "estendida" do documento apresentado para fins de atendimento ao subitem 8.1.3.), junto ao órgão responsável e a partir da resposta do Conselho, a proponente será comunicada acerca da decisão quanto ao descumprimento ou não ao constante no subitem 8.1.3., quando será concedido o prazo (de 8 dias úteis), para apresentação da documentação não apresentada ou apresentada de maneira equivocada, na forma do artigo 48 - parágrafo 3º da lei 8.666/1993, sob pena de inabilitação da mesma caso não atenda às exigências do Edital. A proponente será intimada via endereço eletrônico. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, cuja ata segue assinada pelos presentes.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Joaçaba, 31 de Julho de 2013

#### COMISSÃO:

ALTEVIR DA CÁS	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
FRACIANI ALICE RIZZI SCHMIEDKE	- ..... - MEMBRO
GUILHERME BAPTISTA	- ..... - MEMBRO
LURDES CORREIA DE ÁVILA	- ..... - MEMBRO
RENAN ZILIO	- ..... - MEMBRO
LEANDRO SARTORI	- ..... - MEMBRO



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

CNPJ: 82.939.380/0001-99  
AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378  
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

**TOMADA DE PREÇO  
Nr.: 8/2013 - TP**

Processo Administrativo: 44/2013  
Processo de Licitação: 44/2013  
Data do Processo: 29/04/2013

Folha: 2/2

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

THOMAZ MORGANTI RASO

- ..... - VALE MAIS COMUNICAÇÃO LTDA

**O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão****[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)****DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



**Extrato Alteração PP 46/2013/PMJ - PL 78/2013/PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA  
AVISO DE ALTERAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 78/2013/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2013/PMJ

O Município de Joaçaba torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Edital de Pregão Presencial Nº 46/2013/PMJ, publicado no DOM em 15/07/2013, cujo objeto é a “contratação de empresa especializada em Gestão da Saúde e Segurança Ocupacional, para a execução dos serviços de elaboração do Laudo Técnico das Condições do Ambiente do Trabalho - LTCAT, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, do Município de Joaçaba”:

1) No subitem, 1.2.3., ONDE SE LÊ:

“1.2.3. Para o início dos serviços a empresa contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

a. Visto junto ao CREA/SC e ao CRM/SC, caso a empresa contratada seja sediada em outro Estado [ ]”;

LEIA-SE:

“1.2.3. Para o início dos serviços a empresa contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

a. Visto junto ao CREA/SC e/ou ao CRM/SC, caso a empresa contratada seja sediada em outro Estado[ ]”.

2) Nos subitens 6.1.11. e 6.1.12., ONDE SE LÊ:

“6.1.11. Certificado de Inscrição da empresa proponente junto ao Conselho Regional de Medicina - CRM;

6.1.12. Certificado de Registro da empresa proponente junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA”;

LEIA-SE:

“6.1.11. Certificado de Inscrição da empresa proponente junto ao Conselho Regional de Medicina - CRM e/ou:

6.1.12. Certificado de Inscrição da empresa proponente junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA”;

3) Nos subitens 6.1.14.1. e 6.1.14.2., ONDE SE LÊ:

“6.1.14.1. Registro junto ao Conselho Regional de Medicina - CRM, do Médico Coordenador;

6.1.14.2. Registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, do Engenheiro de Segurança do Trabalho”;

LEIA-SE:

“6.1.14.1. Registro junto ao Conselho Regional de Medicina - CRM, do Médico Coordenador e/ou:

6.1.14.2. Registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, do Engenheiro de Segurança do Trabalho”.

2) Diante das alterações efetuadas, a data e horário de abertura ficam alterados das 14 horas do dia 06/08/2013, para as 14 horas do dia 16/08/2013;

2) A data e o horário para o credenciamento e entrega dos envelopes, ficam alterados de até as 14 horas do dia 06/08/2013, para até as 14 horas do dia 16/08/2013.

As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

O Edital na íntegra encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida

XV de Novembro, 378 - Telefone 0xx49 3527- 8828, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, pelo site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br) ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br) a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 01 de agosto de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

**Extrato PP 9/2013/FMAS - PL 11/2013/FMAS**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2013/FMAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2013/FMAS

Objeto: Aquisição parcelada de materiais de artesanato, destinados à manutenção das atividades dos serviços e projetos sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social. Data da abertura: Dia 15/08/2013, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até às 14h, do dia 15/08/2013, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br)

Joaçaba, 31 de julho de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Gestor do FMAS

**Extrato TP 16/2013/PMJ - PL 84/2013/PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2013/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 16/2013/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a implantação e readequação da sinalização semafórica nas vias urbanas do Município de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Tipo: Empreitada por preço unitário. Data da abertura: Dia 21/08/2013, a partir das 16h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 15h30min do dia 21/08/2013, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 01 de agosto de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 036 1214/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABG7565	55007133D	5479/0	21/02/2012	181 * X
ADN0208	55008626D	5185/2	13/03/2012	167
AFI5806	54449248D	5185/1	11/02/2012	167
AFM8865	55553479C	5185/1	13/03/2012	167
AFN0492	55008789D	5541/2	09/02/2012	181 * XVII
AHC7396	54450367D	5819/7	06/03/2012	193
AHC7396	54450368D	5835/0	06/03/2012	195
AJI9438	54449287D	5185/2	13/03/2012	167
AKA4257	55009119D	5185/1	05/03/2012	167
AMR9529	55008375D	5185/1	03/03/2012	167
BHP9121	54449250D	6130/0	11/02/2012	214 * II
CKO8500	55554244C	5185/1	13/03/2012	167
DGG4573	55552663C	5185/1	13/03/2012	167
DNB3227	55552129C	5541/4	06/03/2012	181 * XVII
DXD8281	55007137D	5479/0	21/02/2012	181 * X
IJD1403	54449284D	5185/1	13/03/2012	167
IKN6148	54449288D	5185/1	13/03/2012	167
IKN6148	55008665D	5185/1	13/03/2012	167
IMZ6410	55555100C	5541/4	13/02/2012	181 * XVII
IOY8107	55008368D	5541/2	03/03/2012	181 * XVII
KDS8437	55007132D	5479/0	21/02/2012	181 * X
LXD7997	55009149D	5185/1	10/03/2012	167
LXO6663	54449138D	6033/0	23/02/2012	206 * V
LXP8724	55009145D	5185/1	10/03/2012	167
LXP8724	55552146C	5541/2	08/03/2012	181 * XVII
LYF3594	55008784D	5541/2	09/02/2012	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAD2365	55007145D	5428/4	02/03/2012	181 * V
MBA8544	55008550D	5541/2	09/03/2012	181 * XVII
MBD9763	55009132D	5185/1	10/03/2012	167
MBD9763	55554231C	5185/1	09/03/2012	167
MBQ2254	55008216D	5541/2	14/02/2012	181 * XVII
MBR7479	54449650D	7366/2	12/03/2012	252 * VI
MBT0652	55552141C	5541/6	07/03/2012	181 * XVII
MCF4790	55008728D	6122/0	07/03/2012	214 * I
MCW2735	55008379D	5541/2	07/03/2012	181 * XVII
MCZ8563	55008867D	5541/2	25/02/2012	181 * XVII
MDC9695	55008616D	5185/1	13/03/2012	167
MDD4557	55008373D	5185/1	03/03/2012	167
MDI7435	54449646D	7048/1	03/03/2012	244 * II
MDQ4814	54448630D	5185/2	09/03/2012	167
MDR1508	55009207D	5541/2	13/03/2012	181 * XVII
MEA4213	54449139D	5959/3	23/02/2012	203 * IV
MEC1588	55009143D	5185/1	10/03/2012	167
MEG3697	55008778D	5541/2	07/02/2012	181 * XVII
MEH1168	54448447D	5541/2	13/03/2012	181 * XVII
MER2869	55008377D	7366/2	07/03/2012	252 * VI
MEX5166	55008769D	5541/2	03/02/2012	181 * XVII
MFB2237	55008786D	5452/2	09/02/2012	181 * VIII
MFL9358	55008793D	7366/2	14/02/2012	252 * VI
MFL9358	55008794D	6122/0	14/02/2012	214 * I
MFM4354	55008378D	5185/1	07/03/2012	167
MHC1895	55008775D	5541/2	06/02/2012	181 * XVII
MHO2243	55007719D	5460/0	13/03/2012	181 * IX
MHW8061	55008614D	5185/1	09/03/2012	167
MHZ2628	55009211D	5541/5	13/03/2012	181 * XVII
MID9070	55552109C	5452/2	29/02/2012	181 * VIII
MIL1531	55008725D	5541/2	07/03/2012	181 * XVII
MIT6487	55008370D	5541/2	03/03/2012	181 * XVII
MJA1080	55007141D	5479/0	21/02/2012	181 * X
MJA3399	55008229D	6041/2	01/03/2012	207
MJZ1530	55007717D	5550/0	02/03/2012	181 * XVIII
MKC0066	55009206D	5541/2	13/03/2012	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 036 1213/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEJ2289	55008904D	6920/0	24/01/2012	233
ALO2649	55008927D	6920/0	03/02/2012	233
CSB3197	55008924D	6920/0	31/01/2012	233
EZF0130	55009063D	6920/0	16/02/2012	233
MAZ9866	55008950D	6920/0	16/02/2012	233
MDL0736	54450259D	5010/0	23/02/2012	162 * I
MDR1508	55009006D	5010/0	09/03/2012	162 * I
MDR1508	55009007D	6599/2	09/03/2012	230 * V
MDZ8558	55009003D	5061/0	17/02/2012	163 c/c 162 * I
MFF4578	55009055D	6920/0	23/02/2012	233
MGZ1381	55008940D	6920/0	06/02/2012	233
MHI9002	55009066D	6920/0	27/02/2012	233
MHZ6143	54450334D	5010/0	03/03/2012	162 * I
MHZ6143	54450335D	5118/0	03/03/2012	164 c/c 162 * I
MHZ6143	54450336D	6599/2	03/03/2012	230 * V
MMX8378	54449645D	6599/2	02/03/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 036 1210/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALQ1112	55008257D	5460/0	29/01/2012	181 * IX
APR5733	55008770D	5541/2	03/02/2012	181 * XVII
DLS5059	55009103D	5185/1	02/03/2012	167
LZG3551	55007441D	5185/1	14/01/2012	167
MAZ6953	55007983D	5541/2	30/01/2012	181 * XVII
MCA1546	54450363D	5541/2	14/02/2012	181 * XVII
MGA7851	55007326D	7056/1	05/02/2012	244 * III
MGA7851	55007327D	7030/1	05/02/2012	244 * I
MGR2805	55008520D	5541/2	21/12/2011	181 * XVII
MGW5567	55008714D	5541/2	25/01/2012	181 * XVII
MII8653	55008795D	6483/0	16/02/2012	227 * I
MIL7530	55007119D	5568/0	20/02/2012	181 * XIX
MJK2178	55007990D	7366/2	30/01/2012	252 * VI
MJL1018	55007330D	5452/1	17/02/2012	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 036 1209/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEC2410	55008910D	6920/0	25/01/2012	233
BGU9149	55008935D	6920/0	08/02/2012	233
KKG4577	55008926D	6920/0	02/02/2012	233
LNA4869	54449639D	6599/2	05/02/2012	230 * V
LZG4935	55008934D	6920/0	07/02/2012	233
LZW3652	55008928D	6920/0	02/02/2012	233
MAV7901	55230991C	5010/0	03/02/2012	162 * I
MAV7901	55230992C	5118/0	03/02/2012	164 c/c 162 * I
MAV7901	55230993C	6599/2	03/02/2012	230 * V
MBN2925	55008918D	6920/0	30/01/2012	233
MBU7709	55008911D	6920/0	25/01/2012	233
MDA4150	55008143D	6920/0	18/01/2012	233
MDZ8558	55009001D	5169/1	17/02/2012	165
MDZ8558	55009002D	5010/0	17/02/2012	162 * I
MEV2222	55008902D	6920/0	19/01/2012	233
MFA2663	55008912D	6920/0	25/01/2012	233
MHL6807	55008256D	6599/2	19/01/2012	230 * V
MJD3516	54449133D	6912/0	17/02/2012	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 036 1206/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFH8463	54449247D	5185/1	11/02/2012	167
MHU6409	54448810D	5541/1	19/01/2012	181 * XVII
MIC2274	55008707D	5541/2	19/01/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 036 1205/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
GPW2168	55008806D	5045/0	15/01/2012	162 * V
GPW2168	55008807D	5142/0	15/01/2012	164 c/c 162 * V
GPW2168	55008808D	6599/2	15/01/2012	230 * V
GPW2168	55008809D	6610/2	15/01/2012	230 * VII
GPW2168	55008810D	6556/4	15/01/2012	230 * I
LYO6150	55008132D	6920/0	13/01/2012	233
MBN4883	55008128D	6920/0	12/01/2012	233
MEB2549	55008119D	6920/0	10/01/2012	233
MHH4375	54449724D	6599/2	10/02/2012	230 * V
NEK4630	55008122D	6920/0	11/01/2012	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 036 1201/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALK0290	55008546D	5541/2	29/12/2011	181 * XVII
IKQ4398	55008542D	5541/2	29/12/2011	181 * XVII
JUO1743	55008602D	7366/2	08/02/2012	252 * VI
LVB7548	55553688C	5541/2	07/02/2012	181 * XVII
MCC8955	55008776D	5541/1	06/02/2012	181 * XVII
MCC8955	55553689C	5541/2	07/02/2012	181 * XVII
MCI7971	54449242D	7366/2	03/02/2012	252 * VI
MDC9695	55008215D	5460/0	04/02/2012	181 * IX
MFB3842	55008768D	5541/2	03/02/2012	181 * XVII
MGN1373	55008777D	5541/1	07/02/2012	181 * XVII
MHJ5442	55008759D	5541/2	11/01/2012	181 * XVII
MIT2861	54449786D	5401/0	02/02/2012	181 * III
MJA6532	55008771D	5541/2	03/02/2012	181 * XVII
MML0607	55007988D	7366/2	30/01/2012	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 036 1200/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HPK6790	55008101D	6920/0	03/01/2012	233
LWR9635	55008141D	6920/0	18/01/2012	233
LZW6568	55008102D	6920/0	03/01/2012	233
MAR4490	55008144D	6920/0	18/01/2012	233
MSK8658	55008591D	6920/0	28/12/2011	233
NIZ4124	55008907D	6920/0	24/01/2012	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 036 1198/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALD3330	55007448D	5185/1	26/01/2012	167
LYT4247	54450313D	5460/0	26/01/2012	181 * IX
MAW4047	55008475D	7366/2	27/01/2012	252 * VI
MEK8083	54449238D	5185/1	30/01/2012	167
MFP0711	55007989D	6084/1	30/01/2012	211
MJM3690	54449223D	5185/1	26/01/2012	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 036 1197/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKN8200	54449636D	6548/2	29/01/2012	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 560 624/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HCG3296	8560019184	7455/0	11/01/2012	218 * I
HVL1280	8560019075	7455/0	15/01/2012	218 * I
HXB9184	8560018884	7455/0	03/01/2012	218 * I
HXB9184	8560019014	7455/0	03/01/2012	218 * I
INN7465	8560018945	7455/0	06/01/2012	218 * I
LXS2656	8560019208	7455/0	20/01/2012	218 * I
MCQ1696	8560019210	7463/0	21/01/2012	218 * II
MDZ1147	8560018975	7455/0	02/01/2012	218 * I
MEL4554	8560019068	7455/0	15/01/2012	218 * I
MHL5116	8560018877	7455/0	08/01/2012	218 * I
MIC2728	8560019128	7455/0	10/01/2012	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 560 626/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAW0789	8560019102	7455/0	16/01/2012	218 * I
ANA7766	8560019139	7471/0	15/01/2012	218 * III
CZQ4877	8560019077	7455/0	14/01/2012	218 * I
LYP0682	8560019165	7455/0	12/01/2012	218 * I
MAE2113	8560019363	7455/0	24/01/2012	218 * I
MAE2113	8560019366	7455/0	26/01/2012	218 * I
MAE2113	8560019367	7455/0	26/01/2012	218 * I
MAE2113	8560019371	7455/0	31/01/2012	218 * I
MAP2335	8560019147	7455/0	09/01/2012	218 * I
MAS0824	8560019436	7455/0	26/01/2012	218 * I
MAY4894	8560019067	7455/0	14/01/2012	218 * I
MBF3403	8560018688	7455/0	29/12/2011	218 * I
MBQ3825	8560019420	7455/0	29/01/2012	218 * I
MBV0676	8560019168	7455/0	13/01/2012	218 * I
MCC4515	8560019346	7455/0	26/01/2012	218 * I
MCC4515	8560019362	7455/0	23/01/2012	218 * I
MCE4590	8560019389	7455/0	28/01/2012	218 * I
MCQ6003	8560019304	7455/0	17/01/2012	218 * I
MCX5090	8560019314	7455/0	19/01/2012	218 * I
MDF8896	8560019241	7455/0	18/01/2012	218 * I
MEI7816	8560019188	7455/0	18/01/2012	218 * I
MFL3702	8560019423	7455/0	29/01/2012	218 * I
MGN2042	8560019205	7463/0	20/01/2012	218 * II
MHG3804	8560019141	7455/0	15/01/2012	218 * I
MHO5313	8560019142	7455/0	15/01/2012	218 * I
MHQ7547	8560019204	7455/0	19/01/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MII3435	8560019086	7455/0	15/01/2012	218 * I
MIK4189	8560019235	7455/0	21/01/2012	218 * I
MJB4728	8560019246	7455/0	18/01/2012	218 * I
MJD0675	8560019182	7455/0	16/01/2012	218 * I
MJT2669	8560019196	7463/0	16/01/2012	218 * II
MKE7679	8560019259	7455/0	18/01/2012	218 * I
MKE7679	8560019372	7463/0	31/01/2012	218 * II
NJU5450	8560019156	7455/0	11/01/2012	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 560 628/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGB5027	8560019215	7455/0	16/01/2012	218 * I
ALQ2276	8560019249	7455/0	18/01/2012	218 * I
AOJ2791	8560019258	7455/0	17/01/2012	218 * I
ARS6647	8560019313	7455/0	19/01/2012	218 * I
LXS8743	8560019334	7455/0	31/01/2012	218 * I
MCQ7045	8560019245	7463/0	18/01/2012	218 * II
MFJ2163	8560019307	7455/0	18/01/2012	218 * I
MGG0024	8560019415	7455/0	28/01/2012	218 * I
MHI7919	8560019262	7455/0	19/01/2012	218 * I
MKD1339	8560019212	7455/0	22/01/2012	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 560 633/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHQ4541	8560018563	7463/0	17/12/2011	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 036 1217/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHP9387	55009083D	6920/0	06/03/2012	233
BZQ8268	55007995D	6599/2	16/02/2012	230 * V
BZQ8268	55007996D	5045/0	16/02/2012	162 * V
BZQ8268	55007997D	5096/0	16/02/2012	163 c/c 162 * V
BZQ8268	55008000D	6912/0	16/02/2012	232
BZQ8268	55009004D	6599/2	19/02/2012	230 * V
BZQ8268	55009005D	5045/0	19/02/2012	162 * V
CRL7641	55009072D	6920/0	28/02/2012	233
IKQ1721	55008137D	6920/0	18/01/2012	233
LYC4112	55008929D	6920/0	03/02/2012	233
MAT7579	55009355D	6599/2	16/03/2012	230 * V
MAT7579	55009356D	5274/1	16/03/2012	175
MAT7579	55009357D	5320/0	16/03/2012	176 * V
MET2213	54450267D	5010/0	19/03/2012	162 * I
MET2213	54450268D	6556/1	19/03/2012	230 * I
MET2213	54450269D	5118/0	19/03/2012	164 c/c 162 * I
MET2213	54450270D	6912/0	19/03/2012	232
MHL1308	55008945D	6920/0	10/02/2012	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 036 1218/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABJ3883	55009240D	5541/2	20/03/2012	181 * XVII
ALK0290	55008359D	5541/2	23/02/2012	181 * XVII
ALS1000	55009141D	5185/1	10/03/2012	167
AMX1668	55480156D	5185/1	20/03/2012	167
ARP2408	55554225C	7366/2	12/02/2012	252 * VI
ASB6037	54449300D	5185/1	13/03/2012	167
AYW2005	55480161D	5614/4	20/03/2012	182 * V
CGF9928	55007130D	5479/0	21/02/2012	181 * X
CSF3512	55552892C	5541/2	15/03/2012	181 * XVII
DDR9846	55009232D	5185/1	19/03/2012	167
DST0856	55258476B	7366/2	20/03/2012	252 * VI
IJO8123	54449124D	7366/2	15/02/2012	252 * VI
LWS4293	54448398D	5185/1	14/03/2012	167
LXM1621	55008800D	5541/2	22/02/2012	181 * XVII
LYX0116	55009561D	5185/1	22/03/2012	167
LZF9590	55007131D	5479/0	21/02/2012	181 * X
LZP7743	55553490C	5550/0	20/03/2012	181 * XVIII
LZY8590	54450266D	5185/1	19/03/2012	167
MAB9066	55007129D	5479/0	21/02/2012	181 * X
MAG3126	55008864D	5541/2	25/02/2012	181 * XVII
MAX3638	54449728D	5541/2	23/02/2012	181 * XVII
MAZ9189	54449292D	5185/1	13/03/2012	167
MBZ8664	55009555D	5185/1	20/03/2012	167
MCC8955	55553492C	5541/1	20/03/2012	181 * XVII
MCG0870	54449295D	5185/1	14/03/2012	167
MCZ8563	55009231D	5541/2	19/03/2012	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDK1835	55480162D	5878/0	22/03/2012	199
MDL1351	54448823D	5568/0	17/02/2012	181 * XIX
MEC1588	55554249C	5185/1	14/03/2012	167
MFN5453	54448643D	5185/2	13/03/2012	167
MFS2512	55008363D	5452/1	28/02/2012	181 * VIII
MGA3434	54449290D	5185/1	13/03/2012	167
MGH4009	55552668C	5185/1	13/03/2012	167
MGR3889	54450320D	5185/1	30/01/2012	167
MGZ8304	54449293D	5185/1	14/03/2012	167
MGZ9061	55554234C	5185/1	09/03/2012	167
MHF3779	54449296D	5185/1	15/03/2012	167
MHQ4475	54450339D	5452/1	14/03/2012	181 * VIII
MHS4798	55008549D	5185/1	14/03/2012	167
MHS8973	55258464B	5185/1	15/03/2012	167
MHU8024	54450329D	5541/5	23/02/2012	181 * XVII
MHZ2628	55553487C	5185/1	15/03/2012	167
MJH8579	55553494C	5185/2	20/03/2012	167
MJP6248	55008729D	7366/2	07/03/2012	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 036 1221/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
JWU0052	55009010D	6599/2	19/03/2012	230 * V
JWU0052	55009011D	5118/0	19/03/2012	164 c/c 162 * I
JWU0052	55009012D	5010/0	19/03/2012	162 * I
JWU0052	55009013D	6556/1	19/03/2012	230 * I
LYR3224	55009015D	6599/2	24/03/2012	230 * V
LYR3224	55009016D	5169/1	24/03/2012	165
MGU1268	55007345D	6548/2	17/03/2012	229
MJJ7232	55008949D	6920/0	15/02/2012	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 036 1222/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMH7089	55008380D	5541/2	07/03/2012	181 * XVII
CFI2867	55009124D	7366/2	05/03/2012	252 * VI
LWS4923	55009509D	5185/1	27/03/2012	167
LWS4923	55009510D	7366/2	27/03/2012	252 * VI
MAK1381	54450209D	5541/2	28/03/2012	181 * XVII
MAX8321	55007120D	5568/0	20/02/2012	181 * XIX
MEB3591	55009574D	5185/1	27/03/2012	167
MEB3591	55009574D	5185/2	27/03/2012	167
MEN8509	55008485D	5541/2	25/02/2012	181 * XVII
MFQ2862	54449651D	5541/2	27/03/2012	181 * XVII
MGI1593	55009513D	5185/1	27/03/2012	167
MGK2648	54448636D	7366/2	09/03/2012	252 * VI
MGP0698	54449647D	5452/2	08/03/2012	181 * VIII
MHP6240	55009567D	7048/1	27/03/2012	244 * II
MHQ2346	54450594D	5185/1	30/03/2012	167
MIL6211	55258467B	5185/1	20/03/2012	167
MIP5905	55009201D	5460/0	12/03/2012	181 * IX
MJA1211	55008487D	5452/1	24/03/2012	181 * VIII
MJS1941	55009118D	5185/1	05/03/2012	167
MKN1039	55008615D	5185/2	09/03/2012	167
NEZ0522	55552132C	5541/2	06/03/2012	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 036 1225/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHE6666	55230994C	5010/0	29/03/2012	162 * I
CCS9670	55008381D	5010/0	05/04/2012	162 * I
CCS9670	55008382D	5118/0	05/04/2012	164 c/c 162 * I
MAE1582	55008936D	6920/0	07/02/2012	233
MGG3899	54449648D	6548/2	10/03/2012	229
MGI4287	54450171D	6599/2	03/04/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 036 1225/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHE6666	55230994C	5010/0	29/03/2012	162 * I
CCS9670	55008381D	5010/0	05/04/2012	162 * I
CCS9670	55008382D	5118/0	05/04/2012	164 c/c 162 * I
MAE1582	55008936D	6920/0	07/02/2012	233
MGG3899	54449648D	6548/2	10/03/2012	229
MGI4287	54450171D	6599/2	03/04/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 036 1229/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIH1847	55480415D	6610/2	09/04/2012	230 * VII
AIH1847	55480416D	6653/1	09/04/2012	230 * XI
LXY3416	54448831D	5010/0	07/04/2012	162 * I
LXY3416	54448832D	5118/0	07/04/2012	164 c/c 162 * I
LZI1365	54449026D	6599/2	10/04/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 036 1230/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFN0492	55552887C	5541/2	14/03/2012	181 * XVII
AIH1847	55480414D	6050/1	09/04/2012	208
LZI1365	54449027D	5452/2	10/04/2012	181 * VIII
MGZ4940	55552117C	5541/2	01/03/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 036 1226/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJR8640	55009137D	5185/1	10/03/2012	167
ALK0290	55008619D	5185/1	13/03/2012	167
ALK0290	55009205D	5541/2	13/03/2012	181 * XVII
AMN3921	55008613D	5185/1	09/03/2012	167
AMR9529	54449660D	5185/1	28/03/2012	167
AMR9529	55008681D	5185/1	28/03/2012	167
ASV0043	55009152D	5185/1	10/03/2012	167
AUM3734	55008678D	5185/1	28/03/2012	167
BNM6795	55008878D	5568/0	12/03/2012	181 * XIX
CTA6379	55008630D	5185/2	13/03/2012	167
DCF1534	55480307D	5185/1	04/04/2012	167
JDM0044	55553477C	5185/1	13/03/2012	167
LXK3080	55009142D	5185/1	10/03/2012	167
MBI9856	55009452D	5185/1	28/03/2012	167
MBW8954	55008605D	5185/1	09/03/2012	167
MCO6408	55009410D	5460/0	02/04/2012	181 * IX
MEB3591	55480451D	5185/1	27/03/2012	167
MEC6426	54449286D	5185/1	13/03/2012	167
MFH6133	55009585D	6050/1	30/03/2012	208
MFP6789	55009577D	5185/1	28/03/2012	167
MFS8043	55552143C	5940/1	07/03/2012	203 * III
MFV1393	55009453D	5185/1	28/03/2012	167
MGK7993	54448646D	5185/1	13/03/2012	167
MHY0035	54448397D	5185/1	14/03/2012	167
MIG9456	55008684D	5541/2	03/04/2012	181 * XVII
MIQ3703	55008604D	5185/1	09/03/2012	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIV3574	55554240C	5185/1	13/03/2012	167
MIV3574	55554241C	5185/2	13/03/2012	167
MJH6447	55009155D	5541/5	10/03/2012	181 * XVII
MKN1039	55553472C	7366/2	09/03/2012	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 036 1189/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IDI6971	55008578D	6920/0	23/12/2011	233
LWU5518	55008008D	6920/0	15/12/2011	233
LXL7312	55008566D	6920/0	22/12/2011	233
LYG5596	55008581D	6920/0	20/12/2011	233
LZC5884	55008115D	6920/0	06/01/2012	233
MAR2190	55008571D	6920/0	21/12/2011	233
MDK2865	55008567D	6920/0	21/12/2011	233
MES2958	55007191D	5010/0	20/12/2011	162 * I
MES2958	55007192D	5061/0	20/12/2011	163 c/c 162 * I
MES2958	55007193D	6556/3	20/12/2011	230 * I
MHV9437	55008801D	5010/0	14/01/2012	162 * I
MHV9437	55008803D	5118/0	14/01/2012	164 c/c 162 * I
MHV9437	55008804D	6769/3	14/01/2012	230 * XXII
MHV9437	55008805D	6599/2	14/01/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 036 1190/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJV4853	55007325D	5789/0	22/12/2011	190
AJW2532	55008428D	5541/2	22/12/2011	181 * XVII
LXU9997	55008710D	5185/1	19/01/2012	167
LXU9997	55008711D	7366/2	19/01/2012	252 * VI
MAX0370	55008706D	5541/2	19/01/2012	181 * XVII
MBN6672	55008415D	5541/2	20/12/2011	181 * XVII
MDP3308	55008440D	5541/2	28/12/2011	181 * XVII
MEX1110	55008465D	7366/2	21/12/2011	252 * VI
MFJ8020	55008254D	5452/1	17/01/2012	181 * VIII
MFN7143	55008502D	5185/1	19/12/2011	167
MFN7143	55008503D	7366/2	19/12/2011	252 * VI
MGQ4997	55008712D	7366/2	19/01/2012	252 * VI
MHV0025	55008511D	5550/0	20/12/2011	181 * XVIII
MIM0466	55008407D	7366/2	16/12/2011	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 036 1193/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AOJ1559	55008587D	6920/0	26/12/2011	233
CSC1834	55008599D	6920/0	28/12/2011	233
MCM8523	55008589D	6920/0	27/12/2011	233
MCX7203	55553686C	5010/0	03/01/2012	162 * I
MCX7203	55553687C	5118/0	03/01/2012	164 c/c 162 * I
MEA3540	55008593D	6920/0	29/12/2011	233
MET2213	54449634D	5274/1	25/01/2012	175
MET2213	54449635D	6556/1	25/01/2012	230 * I
MFY5113	55008131D	6920/0	13/01/2012	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 036 1194/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIA1409	55008538D	5185/1	27/12/2011	167
CSU5700	55008715D	5541/4	25/01/2012	181 * XVII
DBP4362	54449571D	5541/2	23/12/2011	181 * XVII
LZC3842	54449628D	5541/2	24/01/2012	181 * XVII
LZC3842	54450314D	5541/2	27/01/2012	181 * XVII
MBO9664	55008530D	5541/2	22/12/2011	181 * XVII
MCN9088	54449574D	5541/2	26/12/2011	181 * XVII
MDW6416	54449593D	5541/2	06/01/2012	181 * XVII
MET2213	54449632D	5835/0	25/01/2012	195
MET2213	54449633D	5215/1	25/01/2012	170
MFN0998	54449569D	5541/4	23/12/2011	181 * XVII
MFS0667	55008468D	5541/2	04/01/2012	181 * XVII
MIF3733	55008536D	5541/2	27/12/2011	181 * XVII
MIQ2224	55008437D	5541/2	27/12/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO



**Edital de Notificações de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1216/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHE1724	54449591D	5541/2	06/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
CTA0204	55008701D	5541/2	12/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
HXB1871	55007440D	5185/1	02/01/2012	R\$ 127,69	167
IEP9561	55008533D	5541/2	24/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
INO3709	55008509D	5185/1	19/12/2011	R\$ 127,69	167
MAI6980	55008506D	5550/0	19/12/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCF0042	55008453D	5550/0	18/12/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCF2379	55008540D	5541/2	27/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MCY2758	55008534D	5550/0	24/12/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGL8319	55008522D	5541/2	22/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MHC0989	55008439D	5541/6	27/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MIK2569	55008463D	7366/2	21/12/2011	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1215/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
GXY4100	55008565D	6920/0	22/12/2011	R\$ 127,69	233
MHJ7947	55621342B	5169/1	01/06/2011	R\$ 957,69	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1212/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DIU1593	55007791D	5541/2	14/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MBZ0569	55008342D	7366/2	15/12/2011	R\$ 85,12	252 * VI
MDX8565	55007798D	5185/1	10/01/2012	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1211/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MET2213	54449620D	5010/0	14/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
MET2213	54449621D	5118/0	14/12/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MET2213	54449622D	6556/1	14/12/2011	R\$ 191,53	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1208/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DUA5256	55008059D	5541/2	29/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
DXU3973	55007421D	5185/1	30/11/2011	R\$ 127,69	167
DXU3973	55007422D	5185/2	30/11/2011	R\$ 127,69	167
LZH5048	55007418D	7366/2	30/11/2011	R\$ 85,12	252 * VI
LZW0272	55008446D	5541/2	29/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MAX0933	55008432D	5541/2	24/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MAY9812	55007979D	5967/0	11/12/2011	R\$ 191,53	203 * V
MBT4143	55007428D	5720/0	02/12/2011	R\$ 127,69	186 * I
MEC2161	55008198D	7366/2	14/12/2011	R\$ 85,12	252 * VI
MFJ8560	55832729B	5479/0	09/12/2011	R\$ 85,12	181 * X
MHH8244	55008442D	5541/4	29/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MJZ6170	55008081D	5541/6	03/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MML6600	55007980D	6564/0	30/12/2011	R\$ 191,53	230 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1207/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
GPA7575	55008030D	6920/0	05/12/2011	R\$ 127,69	233
MCV7438	55008466D	5045/0	28/12/2011	R\$ 191,53	162 * V
MCV7438	55008467D	5304/0	28/12/2011	R\$ 957,69	176 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1204/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIJ1095	55007916D	5541/6	17/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1203/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEX5166	55007941D	5541/2	21/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MGW5567	55008053D	5541/2	23/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MJF0828	55007843D	5541/2	23/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1202/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAC1919	55008048D	6920/0	13/12/2011	R\$ 127,69	233
MGI7012	55008561D	6920/0	19/12/2011	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1199/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYU9047	55007859D	5541/2	14/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MBG0344	55007824D	5541/4	16/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1196/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AER6388	55007872D	5541/2	17/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
ALE4779	54450158D	5541/1	18/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
CPP7727	55007777D	5541/2	06/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
DAV8767	54449222D	5541/2	16/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
KKC7849	54449623D	6050/1	15/12/2011	R\$ 191,53	208
MEM4461	55008183D	5835/0	11/12/2011	R\$ 127,69	195
MEM4461	55008184D	5207/0	11/12/2011	R\$ 53,20	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 560 625/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AVG0047	8560018237	7471/0	27/11/2011	R\$ 574,61	218 * III
FOX3343	8560018298	7455/0	02/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
KIW5535	8560018292	7455/0	02/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LOT6772	8560018208	7455/0	01/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXZ9629	8560018859	7455/0	24/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZN8532	8560018457	7455/0	10/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAZ3475	8560018376	7455/0	12/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDV7335	8560018744	7455/0	30/12/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 560 627/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDW9856	8560018329	7463/0	04/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEM8066	8560018692	7455/0	31/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEU2831	8560018718	7455/0	24/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGX3866	8560018433	7455/0	11/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIM1549	8560018793	7463/0	20/12/2011	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 560 629/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIC6820	8560018179	7455/0	27/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
AJV3080	8560018737	7455/0	30/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
AOQ2585	8560018985	7455/0	04/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
KIH8630	8560018904	7455/0	02/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXV6919	8560018525	7455/0	17/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYQ5583	8560018697	7455/0	01/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCC4040	8560018506	7463/0	17/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MDK2278	8560018740	7455/0	25/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDW0380	8560018631	7455/0	25/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDW0380	8560018746	7463/0	01/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
MEB7527	8560019031	7455/0	06/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFY2295	8560019118	7455/0	14/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHK3232	8560019124	7455/0	15/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHZ9585	8560018992	7455/0	06/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIA5532	8560018757	7455/0	28/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MLD9889	8560018278	7455/0	29/11/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 560 630/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFx4053	8560019221	7455/0	23/01/2012	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 560 631/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADR0160	8560006704	7455/0	26/01/2010	R\$ 85,12	218 * I
AEA7544	8560018939	7463/0	09/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
AFF3401	8560006220	7455/0	25/12/2009	R\$ 85,12	218 * I
AHJ0505	8560006682	7455/0	20/01/2010	R\$ 85,12	218 * I
AIW8922	8560019126	7455/0	09/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
AQX3243	8560018875	7455/0	07/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
CEI2568	8560008179	7471/0	09/04/2010	R\$ 574,61	218 * III
LWT4215	8560006681	7455/0	22/01/2010	R\$ 85,12	218 * I
LYG0738	8560006672	7455/0	24/01/2010	R\$ 85,12	218 * I
LYN4051	8560006413	7455/0	06/01/2010	R\$ 85,12	218 * I
LZA3573	8560006715	7455/0	27/01/2010	R\$ 85,12	218 * I
MAK0842	8560009962	7455/0	17/08/2010	R\$ 85,12	218 * I
MAS6735	8560009981	7455/0	18/08/2010	R\$ 85,12	218 * I
MDW0380	8560018882	7455/0	02/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEM4925	8560018937	7455/0	05/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFX9190	8560018914	7455/0	08/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGD7561	8560006754	7463/0	23/01/2010	R\$ 127,69	218 * II
MGW5753	8560006670	7455/0	22/01/2010	R\$ 85,12	218 * I
MHA7399	8560008168	7455/0	08/04/2010	R\$ 85,12	218 * I
MHI3596	8560009870	7455/0	06/08/2010	R\$ 85,12	218 * I
MHK9092	8560018954	7455/0	05/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHW5625	8560018928	7455/0	07/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
NEJ0001	8560005730	7455/0	05/12/2009	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 560 632/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AST0496	8560018941	7463/0	05/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
LXP4153	8560019144	7463/0	16/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
LZQ3887	8560019173	7455/0	15/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBB9257	8560009924	7455/0	09/08/2010	R\$ 85,12	218 * I
MEA2325	8560019132	7463/0	14/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
MHS2416	8560019129	7455/0	10/01/2012	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 560 634/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHL1424	8560019353	7455/0	31/01/2012	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1219/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIQ0671	55008598D	6920/0	28/12/2011	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1220/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCQ2922	55008655D	5541/1	03/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGW5567	55008760D	5541/2	11/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET**  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1223/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAW9044	54448908D	6920/0	02/06/2011	R\$ 127,69	233
ADH6300	55552970C	6920/0	05/10/2010	R\$ 127,69	233
ADR8579	55554775C	6920/0	11/03/2011	R\$ 127,69	233
AEA3128	54449831D	6920/0	18/08/2011	R\$ 127,69	233
AEJ4971	55552722C	6920/0	16/09/2010	R\$ 127,69	233
AEJ4971	55554385C	6548/2	28/08/2011	R\$ 85,12	229
AFK2941	54448316D	6920/0	11/04/2011	R\$ 127,69	233
AFK2941	55553294C	6920/0	11/04/2011	R\$ 127,69	233
AFO2452	55230896C	6920/0	30/03/2010	R\$ 127,69	233
AGW8518	55554695C	6610/2	09/06/2011	R\$ 127,69	230 * VII
AGW9632	54448938D	6920/0	16/06/2011	R\$ 127,69	233
AlI6636	54449446D	6920/0	02/08/2011	R\$ 127,69	233
AIV4026	55552075C	6920/0	16/08/2010	R\$ 127,69	233
AMT9936	55552076C	6920/0	13/08/2010	R\$ 127,69	233
AOV2976	55551793C	5010/0	24/10/2010	R\$ 574,61	162 * I
AOV2976	55551794C	5061/0	24/10/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
AOV3235	55554751C	6920/0	09/03/2011	R\$ 127,69	233
ASB4473	55552975C	6920/0	06/10/2010	R\$ 127,69	233
BLH0399	54448939D	6920/0	16/06/2011	R\$ 127,69	233
CEI2568	55230951C	5169/1	12/04/2010	R\$ 957,69	165
CFA3198	55552449C	6920/0	10/09/2010	R\$ 127,69	233
COQ5935	54448917D	6920/0	08/06/2011	R\$ 127,69	233
CYQ7335	55553621C	6920/0	10/11/2010	R\$ 127,69	233
CYQ7335	55554903C	5169/1	27/03/2011	R\$ 957,69	165
CYQ7335	55554904C	6912/0	27/03/2011	R\$ 53,20	232
DFW6235	55554375C	6548/2	30/05/2011	R\$ 85,12	229

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DLM3705	54448371D	6599/2	24/05/2011	R\$ 191,53	230 * V
HNA1177	54448703D	6920/0	16/05/2011	R\$ 127,69	233
IAE6929	54448749D	6920/0	30/05/2011	R\$ 127,69	233
IBW5385	54450025D	6920/0	02/09/2011	R\$ 127,69	233
IDF0731	55552653C	5169/1	14/10/2010	R\$ 957,69	165
IED5150	55552402C	6920/0	27/08/2010	R\$ 127,69	233
IGF2301	55552987C	6920/0	14/10/2010	R\$ 127,69	233
IHG7212	55552723C	6920/0	20/09/2010	R\$ 127,69	233
IJV1341	55552955C	6920/0	01/10/2010	R\$ 127,69	233
IMC8612	54449405D	6920/0	15/07/2011	R\$ 127,69	233
KJB7825	55231226C	5169/1	03/10/2010	R\$ 957,69	165
KNN1450	54448518D	6920/0	03/05/2011	R\$ 127,69	233
LWT8944	54449416D	6920/0	20/07/2011	R\$ 127,69	233
LWV6888	55552089C	6920/0	20/08/2010	R\$ 127,69	233
LXA2326	55554555C	6920/0	03/03/2011	R\$ 127,69	233
LXB9168	55552729C	6920/0	22/09/2010	R\$ 127,69	233
LXG5475	55231187C	6599/2	20/09/2010	R\$ 191,53	230 * V
LYI5510	55552037C	6599/2	30/11/2010	R\$ 191,53	230 * V
LYI5510	55552038C	5169/1	30/11/2010	R\$ 957,69	165
LYI5510	55552039C	6912/0	30/11/2010	R\$ 53,20	232
LYJ8656	55552441C	6920/0	09/09/2010	R\$ 127,69	233
LYL0305	55621324B	6599/2	03/04/2011	R\$ 191,53	230 * V
LYN2453	54450002D	6920/0	30/08/2011	R\$ 127,69	233
LYT1447	55553617C	6920/0	09/11/2010	R\$ 127,69	233
LZB6673	54449344D	6548/2	14/09/2011	R\$ 85,12	229
LZC6122	54448318D	6920/0	14/04/2011	R\$ 127,69	233
LZE4836	55552414C	6920/0	31/08/2010	R\$ 127,69	233
LZH0603	55551574C	5010/0	07/04/2011	R\$ 574,61	162 * I
LZH0603	55551575C	6599/2	07/04/2011	R\$ 191,53	230 * V
LZH0603	55551576C	5061/0	07/04/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LZH4490	55554777C	6920/0	15/03/2011	R\$ 127,69	233
LZY4754	55553104C	6920/0	22/10/2010	R\$ 127,69	233
MAA7591	55552023C	6599/2	08/11/2010	R\$ 191,53	230 * V
MAA7591	55552024C	5304/0	08/11/2010	R\$ 957,69	176 * III
MAA7591	55552025C	5320/0	08/11/2010	R\$ 957,69	176 * V
MAF3463	54449837D	6920/0	18/08/2011	R\$ 127,69	233
MAW0959	54449832D	6920/0	18/08/2011	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAW1309	55552990C	6920/0	18/10/2010	R\$ 127,69	233
MBC3736	55554800C	6920/0	25/03/2011	R\$ 127,69	233
MBH7085	54449415D	6920/0	21/07/2011	R\$ 127,69	233
MBL1795	54450051D	6599/2	01/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBM6690	55554556C	6920/0	17/02/2011	R\$ 127,69	233
MBM9918	55552410C	6920/0	30/08/2010	R\$ 127,69	233
MBO8448	55554572C	6920/0	23/02/2011	R\$ 127,69	233
MBY9539	54449827D	6920/0	18/08/2011	R\$ 127,69	233
MCC2370	55554387C	6548/2	28/08/2011	R\$ 85,12	229
MCD0382	55230673C	5010/0	12/10/2010	R\$ 574,61	162 * I
MCD0382	55230674C	6637/1	12/10/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MCD0382	55230675C	5118/0	12/10/2010	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCD0382	55230676C	6912/0	12/10/2010	R\$ 53,20	232
MCD0853	55554696C	6599/2	22/06/2011	R\$ 191,53	230 * V
MCD0853	55554697C	6769/3	22/06/2011	R\$ 85,12	230 * XXII
MCG2985	54449439D	6920/0	01/08/2011	R\$ 127,69	233
MCG5683	55553269C	6920/0	28/03/2011	R\$ 127,69	233
MCL1841	54448745D	6920/0	30/05/2011	R\$ 127,69	233
MCO2822	55552958C	6920/0	04/10/2010	R\$ 127,69	233
MCQ2505	55552743C	6920/0	27/09/2010	R\$ 127,69	233
MCQ5270	54450041D	6920/0	16/09/2011	R\$ 127,69	233
MCY5414	55552445C	6920/0	09/09/2010	R\$ 127,69	233
MDI8722	54448714D	6920/0	17/05/2011	R\$ 127,69	233
MDS4141	55552710C	6920/0	13/09/2010	R\$ 127,69	233
MDS7947	55552067C	6920/0	13/08/2010	R\$ 127,69	233
MDT5230	55552725C	6920/0	20/09/2010	R\$ 127,69	233
MEG7528	55554784C	6920/0	17/03/2011	R\$ 127,69	233
MEN6826	55553053C	6637/2	23/10/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MEO7856	55231048C	5010/0	10/10/2010	R\$ 574,61	162 * I
MEO7856	55231049C	6599/2	10/10/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEO7856	55231050C	6912/0	10/10/2010	R\$ 53,20	232
MEY4144	55230686C	6599/2	26/11/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEY4144	55230687C	6912/0	26/11/2010	R\$ 53,20	232
MEZ3139	55553620C	6920/0	09/11/2010	R\$ 127,69	233
MFE5377	55231492C	6548/2	27/11/2010	R\$ 85,12	229
MFG7767	55553810C	6920/0	22/11/2010	R\$ 127,69	233
MFN0893	55553649C	6920/0	23/11/2010	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFQ2480	54449432D	6920/0	27/07/2011	R\$ 127,69	233
MFR6140	55552732C	6920/0	22/09/2010	R\$ 127,69	233
MFY4201	55554651C	5010/0	04/03/2011	R\$ 574,61	162 * I
MFY4201	55554652C	5118/0	04/03/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGK7841	55554396C	6599/2	14/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
MGK9792	55551790C	6599/2	18/09/2010	R\$ 191,53	230 * V
MGR7946	55554796C	6920/0	25/03/2011	R\$ 127,69	233
MHB9852	55554291C	6599/2	03/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
MIA1238	55552979C	6920/0	07/10/2010	R\$ 127,69	233
MIH3920	55554585C	6920/0	28/02/2011	R\$ 127,69	233
MJC0669	55553804C	6920/0	24/11/2010	R\$ 127,69	233
NBE3456	55553814C	6920/0	25/11/2010	R\$ 127,69	233
NBE3456	55554690C	6610/2	04/06/2011	R\$ 127,69	230 * VII
NBE3456	55554691C	6637/1	04/06/2011	R\$ 127,69	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1224/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALR0672	55554965C	5541/2	26/04/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
IOM7086	55554902C	5487/0	25/03/2011	R\$ 127,69	181 * XI
KLX3560	54448279D	5541/2	18/04/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
KYV4016	55555099C	5525/0	08/02/2012	R\$ 85,12	181 * XV
LZC3842	54448357D	5541/2	26/04/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDP4022	54448293D	5541/6	20/04/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDW3193	55555110C	5541/2	18/04/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MGR2805	55008520D	5541/2	21/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MGR4729	55552381C	5541/2	31/03/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MHN3860	54448354D	5185/1	26/04/2011	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1227/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAY3527	54449234D	7340/0	30/01/2012	R\$ 85,12	252 * IV
LYI7684	55008123D	6920/0	11/01/2012	R\$ 127,69	233
MCK0492	55008136D	6920/0	16/01/2012	R\$ 127,69	233
MCT8819	54448921D	6920/0	07/06/2011	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1228/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IIQ9915	54449246D	5185/1	03/02/2012	R\$ 127,69	167
LXW7408	54448687D	5541/2	16/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MHX0147	55007450D	7366/2	26/01/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MIV2843	54448824D	5568/0	17/02/2012	R\$ 127,69	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1231/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGS1741	54450464D	5541/2	23/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1191/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
JYN8326	55007430D	5169/1	04/12/2011	R\$ 957,69	165
JYN8326	55007431D	6599/2	04/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBY7502	55007479D	6920/0	26/10/2011	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1192/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDH3156	55230437C	5541/2	08/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDX2563	55008152D	5452/2	30/11/2011	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

NEREU LINS

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1195/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEP0017	55007190D	5045/0	14/12/2011	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 31 DE JULHO DE 2013

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP

**IMPRES****Portaria 124/2013 \_ IMPRES**

PORTARIA 124/2013 DE 01 DE AGOSTO DE 2013.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar ELIANE APARECIDA CERON VIER, ocupante da função de Diretora Administrativa, para conjuntamente com a Diretora Presidente ou seu substituto legal, realizar movimentações bancárias através de cheques, documentos, TEC, transferências, tendo ainda poderes para solicitar resgates ou aplicações através de ofícios e talões de cheque.

Parágrafo único. Na falta da Diretora Administrativa os atos previstos no caput poderão ser praticados pelo Contador do IMPRES.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba-SC, 01 de agosto de 2013  
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretora Presidente

**PLASS****Decreto N° 4.362 de 02 de Agosto de 2013**

DECRETO N° 4.362 DE 02 DE AGOSTO DE 2013.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 16 da Lei Municipal 4.290 de 21/12/12 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por LEI;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos próprios do PLASS:

ÓRGÃO: 15 - PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS

UNIDADE: 01 - PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS

Proj./Ativ.: 2.008 - ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.201.0

Valor: R\$ 200.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 02 de agosto de 2013.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

**SIMAE****Contrato JHL 0072/2013**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0072/2013  
PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0028/2013  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0037/2013  
PROTOCOLO Nº 1855/2013  
Data: 30/07/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MONTAGEM DE BARRILETE, ADUTORA E REDE DE DISTRIBUIÇÃO DO SIMAE, PARA O DISTRITO DE SANTA HELENA, EM JOAÇABA/SC.

Contratado: ANGOLINI & ANGOLINI LTDA

Valor: R\$1.668,00 (Hum mil seiscentos e sessenta e oito reais).

PROGRAMA: 14.01.1.053

ELEMENTO: 4.4.90.51.99

Prazo de vigência: 60 dias.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretora Presidente do SIMAE.

**Contrato JHL 0073/2013**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0073/2013  
PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0028/2013  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0037/2013  
PROTOCOLO Nº 1855/2013  
Data: 30/07/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MONTAGEM DE BARRILETE, ADUTORA E REDE DE DISTRIBUIÇÃO DO SIMAE, PARA O DISTRITO DE SANTA HELENA, EM JOAÇABA/SC.

Contratado: BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Valor: R\$14.999,10 (Catorze mil, novecentos e noventa e nove reais e dez centavos).

PROGRAMA: 14.01.1.053

ELEMENTO: 4.4.90.51.99

Prazo de vigência: 60 dias.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretora Presidente do SIMAE.

**Lages****PREFEITURA****Extrato de Contrato 166/2013 - Saude**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 166/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP:

CONTRATADA: AGROVETERINARIA E PET SHOP DA ROSA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 81.548.802/0001-32, estabelecida à Rod. BR 282 km zero, n.º 1470 - Lages/SC - cep: 88.520-210 - fone: 32233286.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos e Materiais de Procedimentos para uso na Zoonoses (uso veterinário) no Ano de 2013, conforme descritivo anexo em conformidade com as especificações prescritas

no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 18/07/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 56.494,70 (cinquenta e seis mil e quatrocentos e noventa e quatro reais e setenta centavos)

Lages, 22 de julho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

#### **Extrato de Contrato 167/2013 - Saude**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 167/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP:

CONTRATADA: MF DE ALMEIDA & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.021.932/0001-34, com sede à Rua Sebastião Furtado n.º 101 - Lages/SC - cep: 88.501-140 - fone: 32232066.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos e Materiais de Procedimentos para uso na Zoonozes (uso veterinário) no Ano de 2013, conforme descritivo anexo em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º 228/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 18/07/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 7.755,30 (sete mil e setecentos e cinquenta e cinco reais e trinta centavos).

Lages, 22 de julho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

#### **Extrato de Contrato 168/2013 - Saude**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 168/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP:

CONTRATADA: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 44.734.671/0001-51, com sede à Av. Paoletti n.º 363 - Caixa Postal 124 - Itapira/SP - cep: 13.974-070.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos e Materiais de Procedimentos para uso na Zoonozes (uso veterinário) no Ano de 2013, conforme descritivo anexo em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º 231/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 18/07/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 2.560,00 (dois mil e quinhentos e sessenta reais).

Lages, 22 de julho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

#### **Extrato de Contrato 169/2013 - Saude**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 169/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: CONTRATADA: METROMED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.157.032/0001-22, com sede à Av. Barão do Rio Branco n.º 220 - Rio do Sul/SC - cep: 89.160-000 - fone: 47/35319800.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos e Materiais de Procedimentos para uso na Zoonozes (uso veterinário) no Ano de 2013, conforme descritivo anexo em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º 230/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 10/07/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 2.521,81 (dois mil e quinhentos e vinte e um reais e oitenta e um centavos).

Lages, 22 de julho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

#### **Extrato de Contrato 170/2013 - Saude**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 170/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.802.002/0001-02, com sede à Estrada Boa Esperança n.º 2320 - Rio do Sul/SC - cep:89.160-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos e Materiais de Procedimentos para uso na Zoonozes (uso veterinário) no Ano de 2013, conforme descritivo anexo em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º 229/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 18/07/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 15.102,30 (quinze mil, cento e dois reais e trinta centavos).

Lages, 22 de julho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

#### **Extrato de Contrato 171/2013 - Saude**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 171/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.266.548/0001-27, com sede à Av. Municipal, 1326 - Turvo/SC - CEP:88.930-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos e Materiais de Procedimentos para uso na Zoonozes (uso veterinário) no Ano de 2013, conforme descritivo anexo em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º 227/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)



De 17/07/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 16.858,80 (dezesseis mil e oitocentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos).

Lages, 21 de julho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

#### **Extrato de Contrato 172/2013 - Saude**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 172/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP:

CONTRATADA: ALICE BOTELHO - EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.983.202/0001-54, com sede à Av. Luiz Gonzaga Dartora, 321 - São Paulo/SP - CEP:07.745-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos e Materiais de Procedimentos para uso na Zoonozes (uso veterinário) no Ano de 2013, conforme descritivo anexo em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º 226/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 18/07/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

\$ 6.886,77 (seis mil e oitocentos e oitenta e seis reais e setenta e sete centavos).

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

#### **Extrato de Contrato 173/2013 - Saude**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 173/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: CONTRATADA: PARTNER COMERCIAL LTDA - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 08.234.845/0001-53, estabelecida à Rua Amazonas n.º 540 - sala 301 - Lages, SC - cep: 88.509-210.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais Diversos para uso na Zoonozes (uso veterinário) no Ano de 2013, conforme descritivo anexo em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º 239/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 18/07/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 900,00 (novecentos reais)

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

#### **Extrato de Contrato 174/2013 - Saude**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 174/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP:

CONTRATADA: ORLEANS INFORMATICA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 02.315.593/0001-00, estabelecida à Rua Barão do Rio Branco n.º 312, SL 01 - Orleans/SC - cep: 88.870-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais Diversos para uso na Zoonozes (uso veterinário) no Ano de 2013, conforme descritivo anexo em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º 238/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 18/07/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 4.943,00 (quatro mil e novecentos e quarenta e três reais)

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

#### **Extrato de Contrato 175/2013 - Saude**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 175/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP:

CONTRATADA: CELIA REGINA WAMBOMMEL SANI - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 04.195.853/0001-87, estabelecida à Rua 25 de Maio sem n.º - Loja 06, Alfredo Wagner/SC - cep: 88.450-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais Diversos para uso na Zoonozes (uso veterinário) no Ano de 2013, conforme descritivo anexo em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º 237/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 18/07/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 1.975,00 (hum mil e novecentos e setenta e cinco reais)

Lages, 12 de julho

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

#### **Extrato de Contrato 176/2013 - Saude**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 176/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP:

CONTRATADA: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 08.208.387/0001-88, com sede à Praça Vidal Ramos Sênior n.º 86 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais Diversos para uso na Zoonozes (uso veterinário) no Ano de 2013, conforme descritivo anexo em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º 240/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 18/07/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R \$ 1.189,00 (hum mil e cento e oitenta e nove reais)

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 177/2013 - Saude**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 177/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP:

CONTRATADA: SANDRO VILMAR PIRES - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 09.253.952/0001-91, com sede à Rua João Teófilo Deucher n.º 29 - Bom Retiro/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais Diversos para uso na Zoonozes (uso veterinário) no Ano de 2013, conforme descritivo anexo em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º 234/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 18/07/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 870,00 (oitocentos e setenta reais)

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 178/2013 - Saude**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 178/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP:

CONTRATADA: BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 09.053.748/0001-27, estabelecida à Rua Cecílio Rodrigues n.º 136 - Taio, SC - cep: 89.190-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais Diversos para uso na Zoonozes (uso veterinário) no Ano de 2013, conforme descritivo anexo em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º 235/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 18/07/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 1.685,00 (hum mil e seiscentos e oitenta e cinco reais)

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 179/2013 - Saude**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 179/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP:

CONTRATADA: DIAL DEPARTAMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 09.008.570/0001-00, estabelecida à Rua Dr. Paulo Aldinger n.º 71 - Blumenau/SC - CEP: 89.037-690.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais Diversos para uso na Zoonozes (uso veterinário) no Ano de 2013, conforme descritivo anexo em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º 236/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 18/07/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 1.925,00 (hum mil e novecentos e vinte e cinco reais)

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 180/2013 - Saude**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 180/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP:

CONTRATADA: METROMED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.157.032/0001-22, com sede à Av. Barão do Rio Branco n.º 220 - Rio do Sul/SC - cep: 89.160-000 - fone: 47/35319800.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de materiais para laboratório para o ano de 2013, para Secretaria Municipal da Saúde de Lages, em conformidade com o Anexo I - Termo de Referência Do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º 244/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 19/07/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 1.403,40 (hum mil e quatrocentos e três reais e quarenta centavos).

Lages, 30 de julho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 181/2013 - Saude**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 181/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP:

CONTRATADA: COMERCIAL &amp; SUPRIMENTOS RIBEIRO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.638.381/0001-27, com sede à Av. Petrolina n.º 1002 - Belo Horizonte/MG - CEP: 31.030-370.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de materiais para laboratório para o ano de 2013, para Secretaria Municipal da Saúde de Lages, em conformidade com o Anexo I - Termo de Referência Do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º 242/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 19/07/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 1.724,53 (hum mil e setecentos e vinte e quatro reais e cinquenta e três centavos).

Lages, 30 de julho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 182/2013 - Saude**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 182/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP:

CONTRATADA: AJMN COMERCIO DE PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.487.989/0001-26, com sede à Estrada Caminho dos Açores n.º 2855 - Florianópolis/SC - CEP: 88.050-300.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de materiais para laboratório para o ano de 2013, para Secretaria Municipal da Saúde de Lages, em conformidade com o

Anexo I - Termo de Referência Do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº241/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 19/07/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 3.961,05 (três mil e novecentos e sessenta e um reais e cinco centavos).

Lages, 30 de julho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

### Extrato de Contrato 183/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 183/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP:

CONTRATADA: LCI PRODUTOS DIAGNOSTICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.293.786/0001-21, com sede à Rua Vereador Miguel Costa Curta n.º 199 - Colombo/PR - CEP: 88.408-460.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de materiais para laboratório para o ano de 2013, para Secretaria Municipal da Saúde de Lages, em conformidade com o Anexo I - Termo de Referência Do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº243/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 19/07/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 15.920,00 (quinze mil e novecentos e vinte reais).

Lages, 30 de julho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

**Lauro Muller**

**PREFEITURA**

### Prorrogação Edital de Pregão Presencial N°15/2013

PRORROGAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N°15/2013

PROCESSO N°26/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 demais legislações competentes, que o Pregão Presencial foi prorrogada para o dia 20 de agosto de 2013 às 09:00h, devido há alterações no Edital (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber propostas para aquisição de computadores e equipamentos para entrega parcelada para o exercício de 2013 do município de Lauro Muller - SC,. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 05 de agosto de 2013.

FABIO LEAL

Pregoeiro Municipal

**Leoberto Leal**

**PREFEITURA**

### Tomada de Preços N° 001/2013 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

TOMADA DE PREÇOS N° 001/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 052/2013

JOSÉ JAIR ALEXANDRE - Prefeito Municipal de Leoberto Leal e.e., torna público que a licitação na modalidade Tomada de Preços na forma da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, objetivando a contratação de empresa para construção do muro, fossa, filtro e entrada de energia no Centro de Educação Infantil - Creche Pró Infância Tipo "C", no Município de Leoberto Leal, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/2013, foi DECLARADA DESERTA, no dia 01 de agosto de 2013. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 01/08/2013.

JOSÉ JAIR ALEXANDRE

Prefeito Municipal e.e.

### Tomada de Preços N° 002/2013 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

TOMADA DE PREÇOS N° 002/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 053/2013

JOSÉ JAIR ALEXANDRE - Prefeito Municipal de Leoberto Leal e.e., torna público que a licitação na modalidade Tomada de Preços na forma da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, objetivando a contratação de empresa para construção das paredes em alvenaria da Quadra Esportiva Coberta na localidade de Ribeirão dos Ovos, no Município de Leoberto Leal, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2013, foi DECLARADA DESERTA, no dia 01 de agosto de 2013. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 01/08/2013.

JOSÉ JAIR ALEXANDRE

Prefeito Municipal e.e.

**CÂMARA MUNICIPAL**

### Portaria N° 006, de 1° de Julho de 2013

PORTARIA N° 006, DE 1° DE JULHO DE 2013

Concede Férias à Servidora e dá outras providências

BRUNA PRIM, Presidente da Câmara Municipal de Leoberto Leal, no uso das atribuições que lhe confere à Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no o art. 24, inciso III, letra "a" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam Concedidas Férias à servidora da Câmara Municipal de Vereadores de Leoberto Leal - SC, conforme quadro abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Período Aquisitivo	Data de Gozo
01	997	FABIANA DOS SANTOS LINHARES	23/08/2010 À 22/08/2011	02/07/2013 à 31/07/2013

Art.2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 1º de Julho de 2013.  
BRUNA PRIM  
PRESIDENTE DA CÂMARA

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

## Lindóia do Sul

### PREFEITURA

#### 03-2013 Extrato Pregão Alimentos Mat. Higiene e Limpeza

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇO SÓCIO ASSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2013

PEDRO ARI PARIZOTTO - Presidente do Consórcio Intermunicipal de Serviço Sócio Assistencial de Alta Complexidade, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios e materiais de higiene limpeza, no dia 16 de agosto de 2013, às 08:30, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até às 08:15 do mesmo dia, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site, [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 01 de agosto de 2013.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Presidente

#### Extrato do Edital de Processo Seletivo Público Nº 03/2013

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

EXTRATO DO EDITAL DE

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 03/2013

Objeto: Processo Seletivo Público de classificação por tempo determinado de 01 Médico Veterinário para a inspeção de produtos de origem animal no município de Lindóia do Sul.

Das inscrições: Estarão abertas nos dias 05 a 20 de Agosto de 2013, no horário das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h, no Departamento de Recursos Humanos, situado na Rua Tamandaré, 98, centro, Lindóia do Sul, SC.

A íntegra do presente Edital está publicada no mural interno da Prefeitura Municipal, no mural externo da Prefeitura Municipal e no site [WWW.lindoiadosul.sc.gov.br](http://WWW.lindoiadosul.sc.gov.br).

Lindóia do Sul - SC, 02 de Agosto de 2013.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

## Luzerna

### PREFEITURA

#### Extrato de Homologação - Processo Licitatório Nº 0044/2013 - FIA - Pregão Presencial Nº 0033/2013-FIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 0044/2013 - FIA

Pregão Presencial nº 0033/2013-FIA

O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LUZERNA (SC), por intermédio de seu Gestor, ANGELO BRANDALISE JUNIOR, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0044/2013, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço  
- Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, POR HORA TRABALHADA, DE MONITORAMENTO DE AULAS DE TÉCNICA MUSICAL, VIOLÃO, CULINÁRIA E PINTURA, DESTINADOS EXECUÇÃO DE PROJETOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LUZERNA.

- Proponente(s) Vencedora(s):

ANTONIO DARCI BANDEIRA;

CLEMENS SALVI KLEIN;

JOEL ROSA; e

MARIANA SHUCK.

- Valor total: R\$ 51.480,00

Luzerna (SC), 2 de agosto de 2013.

ANGELO BRANDALISE JUNIOR

Gestor do FMDCA

#### Extrato de Homologação Pa 35.2013 - PL 43.2013 - Sonorizacao e Filmagem

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 0043/2013 - PML

Pregão nº 0032/2013 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0043/2013, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço  
- Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de sonorização e filmagem, destinado aos eventos a serem realizados pelas diversas secretarias do município de Luzerna/SC.

- Proponente(s) Vencedora(s):

\* ZERO PRO VÍDEO PROFISSIONAL LTDA - ME;

\* MIRIAN MEDEIROS

- Valor total: R\$ 57.800,00

Luzerna (SC), 1 de agosto de 2013.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal



**Extrato Contrato PML N° 089.13**

EXTRATO DE CONTRATO Nº: PML. 89.13  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
CONTRATADA: CAPINZAL CENTER LTDA

OBJETO: aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios destinados aos alunos do ensino fundamental e da Educação Infantil da rede municipal de ensino, referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, no período de julho a dezembro de 2013.  
VALOR: R\$ 40.063,00 (quarenta mil e sessenta e três reais).

Luzerna/SC, 30 de julho de 2013  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

ENIO DELAZERI  
CAPINZAL CENTER LTDA  
FORNECEDOR 2

**Extrato Contrato PML N° 090.13**

EXTRATO DE CONTRATO Nº: PML. 90.13  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
CONTRATADA: COMÉRCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO LTDA

OBJETO: aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios destinados aos alunos do ensino fundamental e da Educação Infantil da rede municipal de ensino, referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, no período de julho a dezembro de 2013.  
VALOR: R\$ 34.357,00 (trinta e quatro mil trezentos e cinquenta e sete reais)

Luzerna/SC, 30 de julho de 2013  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

MARCELO COLUSSO  
COMERCIO DE V. E FRU. COLUSSO LTDA  
FORNECEDOR 3

**Extrato Contrato PML N° 091.13**

EXTRATO DE CONTRATO  
PML 2013  
EXTRATO DE CONTRATO Nº: PML. 91.13  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
CONTRATADA: F.R.GIUSTI COMERCIAL LTDA

OBJETO: aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios destinados aos alunos do ensino fundamental e da Educação Infantil da rede municipal de ensino, referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, no período de julho a dezembro de 2013.  
VALOR: R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).

Luzerna/SC, 30 de julho de 2013  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

RODRIGO GIUSTI  
F.R.GIUSTI COMERCIAL LTDA  
FORNECEDOR 4

**Extrato Contrato PML N° 092.13**

EXTRATO DE CONTRATO  
PML 2013  
EXTRATO DE CONTRATO Nº: PML. 92.13  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
CONTRATADA: GUILHERME BRAGHIROLI ME

OBJETO: aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios destinados aos alunos do ensino fundamental e da Educação Infantil da rede municipal de ensino, referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, no período de julho a dezembro de 2013.  
VALOR: R\$ 12.828,60 (doze mil, oitocentos e vinte e oito reais e sessenta centavos).

Luzerna/SC, 30 de julho de 2013  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

OLMAR LUIZ BRAGHIROLI  
GUILHERME BRAGHIROLI ME  
FORNECEDOR 5

**Extrato Contrato PML N° 093.13**

EXTRATO DE CONTRATO  
PML 2013  
EXTRATO DE CONTRATO Nº: PML. 93.13  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
CONTRATADA: LUISA SALETE ZAGO CORSO ME

OBJETO: aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios destinados aos alunos do ensino fundamental e da Educação Infantil da rede municipal de ensino, referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, no período de julho a dezembro de 2013.  
VALOR: R\$ 11.029,40 (onze mil e vinte e nove reais e quarenta centavos).

Luzerna/SC, 30 de julho de 2013  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

LAÉRCIO CORSO  
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME  
FORNECEDOR 6

**Extrato Contrato PML N° 094.13**

EXTRATO DE CONTRATO Nº: PML. 94.13  
CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
CONTRATADA: MERCADO RZ LTDA

OBJETO: aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios destinados aos alunos do ensino fundamental e da Educação Infantil da rede municipal de ensino, referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, no período de julho a dezembro de 2013.  
VALOR: R\$ 42.139,60 (quarenta e dois mil, cento e trinta e nove reais e sessenta centavos)

Luzerna/SC, 30 de julho de 2013  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

SALETE VARISA PARIZOTTO  
MERCADO RZ LTDA  
FORNECEDOR 7

**Extrato Contrato PML N° 095.13**

EXTRATO DE CONTRATO N°: PML. 95.13

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

OBJETO: aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios destinados aos alunos do ensino fundamental e da Educação Infantil da rede municipal de ensino, referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, no período de julho a dezembro de 2013.  
VALOR: R\$ 14.010,00 (quatorze mil e dez reais).

Luzerna/SC, 30 de julho de 2013

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

LEONARDO ELIAS FÁVARO

TRANSLIANA DIST. DE ALIMENTOS LTDA

FORNECEDOR 8

**Extrato Contrato PML N° 096.13**

EXTRATO DE CONTRATO

2013

EXTRATO DE CONTRATO N°: PML. 96.13

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: ZEROPRO VÍDEO PROFISSIONAL LTDA ME

OBJETO: contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de sonorização e filmagem, destinados aos eventos a serem realizados pelas diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Luzerna.

VALOR: Preço Total do Lote R\$: 28.800,00

Luzerna/SC, 01 de agosto de 2013

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

MICHEL ROGERIO SCHAEGLER

ZEROPRO VÍDEO PROFISSIONAL LTDA ME

FORNECEDOR 1

**Extrato Contrato PML N° 097.13**

EXTRATO DE CONTRATO

2013

EXTRATO DE CONTRATO N°: PML. 97.13

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: MIRIAN MEDEIROS MEI

OBJETO: contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de sonorização e filmagem, destinados aos eventos a serem realizados pelas diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Luzerna.

VALOR: Preço Total do Lote R\$: 29.000,00

Luzerna/SC, 01 de agosto de 2013

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ROBERTO HENRIQUE PETRY

MIRIAN MEDEIROS MEI

FORNECEDOR 2

**Extrato Contrato PML N° 88.13**

EXTRATO DE CONTRATO

PML 2013

EXTRATO DE CONTRATO N°: PML. 88.13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

OBJETO: aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios destinados aos alunos do ensino fundamental e da Educação Infantil da rede municipal de ensino, referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, no período de julho a dezembro de 2013.  
VALOR: R\$ 32.765,90 (trinta e dois mil setecentos e sessenta e cinco reais e noventa centavos)

Luzerna/SC, 30 de julho de 2013

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

RENATA RAQUEL AHLF

AP OESTE DIST. DE ALIMENTOS LTDA

FORNECEDOR 1

**Macieira****PREFEITURA****Abre Credito Suplementar**

LEI Nº656, DE 19 DE JULHO DE 2013.

Abre Credito Suplementar alterando

A Lei nº. 622/12 de 11/12/2012 que

Estima a Receita e Fixa Despesa

para o exercício de 2013.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00	Gabinete do Prefeito
02.01	Gabinete do Prefeito
40.03	Manutenção das Atividades do Gabinete
33.90	Aplicações Diretas
R\$ 4.000,00	

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.0	Gabinete do Prefeito
02.04	Séc. Mun. de Educação, Cultura e Esportes
40.28	Manutenção do Ensino Fundamental
33.90	Aplicações Diretas
R\$ 4.000,00	

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 19 de Julho de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

**Aumenta o Número de Vagas Para o Cargo de Enfermeira**

LEI COMPLEMENTAR Nº 51, DE 08 DE JULHO DE 2013.  
AUMENTA O NÚMERO DE VAGAS PARA O CARGO DE ENFERMEIRA, DA LEI COMPLEMENTAR N 40/2009.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

**LEI COMPLEMENTAR**

Art. 1º. - Fica alterado o Anexo I da LEI COMPLEMENTAR Nº 40, de 28 de dezembro de 2009, acrescendo-se mais 2 vagas de enfermeira conforme segue:

Cargo	Carga horária	Nível	Vagas	Salário
Enfermeira	40 horas	Superior	03	R\$ 3.200,00

Art. 2º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 08 de julho de 2013  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

**Aumenta o Número de Vagas Para o Cargo de Fisioterapeuta**

LEI COMPLEMENTAR Nº 52, DE 19 DE JULHO DE 2013  
AUMENTA O NÚMERO DE VAGAS PARA O CARGO DE FISIOTERAPEUTA, DA LEI COMPLEMENTAR N 40/2009.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

**LEI COMPLEMENTAR**

Art. 1º. - Fica alterado o Anexo I da LEI COMPLEMENTAR Nº 40, de 28 de dezembro de 2009, acrescendo-se mais 1 vaga de fisioterapeuta conforme segue:

Cargo	Carga horária	Nível	Vagas	Salário
Fisioterapeuta	30 horas	Superior	02	R\$ 1.588,12

Art. 2º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 19 de Julho de 2013.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

**Abre Credito Suplementar**

DECRETO Nº 1307, DE 19 DE JULHO DE 2013.  
Abre Credito Suplementar alterando  
A Lei nº. 622/12 de 11/12/2012 que  
Estima a Receita e Fixa Despesa  
para o exercício de 2013.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 656 de 19/07/2013.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00	Gabinete do Prefeito
02.01	Gabinete do Prefeito

40.03 Manutenção das Atividades do Gabinete  
33.90 Aplicações Diretas  
R\$ 4.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.0 Gabinete do Prefeito  
02.04 Séc. Mun. de Educação, Cultura e Esportes  
40.28 Manutenção do Ensino Fundamental  
33.90 Aplicações Diretas  
R\$ 4.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de Julho de 2013.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

**Aprova Desmembramento de Área Urbana Que Especifica**

DECRETO Nº 1306, 08 de julho de 2013.  
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA URBANA QUE ESPECIFICA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais, e com base no artigo 11 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 021, de 18 de novembro de 2004 (LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO) c/c a Lei Federal 6.766/79 e a Lei Estadual nº 6.063/1982, e,

CONSIDERANDO o pedido de parcelamento apresentado pela proprietária do imóvel, Sra. Cristina Lazzarotti;

CONSIDERANDO, ainda, que o pedido preenche os requisitos legais.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento do terreno urbano, com área de 800m², de propriedade da Sra. Cristina Lazzarotti, localizado na Rua Dona Maria Mendes, no perímetro urbano desta cidade, registrado na Matrícula nº 29040, do CRI da Comarca de Caçador, SC, em conformidade com o mapa e o memorial descritivo em anexo, se tornando parte integrante deste decreto, desmembrando em 02 lotes urbanos:

Art. 2º. A presente aprovação tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Macieira, SC, em 08 de julho de 2013.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

**Aprova Desmembramento de Área Urbana Que Especifica**

DECRETO Nº 1308, 22 de julho de 2013.  
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA URBANA QUE ESPECIFICA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais, e com base no artigo 11 e seguintes da



Lei Complementar Municipal nº 021, de 18 de novembro de 2004 (LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO) c/c a Lei Federal 6.766/79 e a Lei Estadual nº 6.063/1982, e,

CONSIDERANDO o pedido de parcelamento apresentado pela proprietária do imóvel, Prefeitura Municipal de Macieira;

CONSIDERANDO, ainda, que o pedido preenche os requisitos legais.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento do terreno urbano, com área de 3689,84m², de propriedade da Prefeitura Municipal de Macieira, localizado na Rua Raul Cerry e Rua Severino Constantini, no perímetro urbano desta cidade, registrado na Matrícula nº 30.300, do CRI da Comarca de Caçador, SC, em conformidade com o mapa e o memorial descritivo em anexo, se tornando parte integrante deste decreto, desmembrando em 03 lotes urbanos:

Art. 2º. A presente aprovação tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Macieira, SC, em 22 de julho de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### **Aprova Desmembramento de Área Urbana Que Especifica**

DECRETO Nº 1309, 22 de julho de 2013.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA URBANA QUE ESPECIFICA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais, e com base no artigo 11 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 021, de 18 de novembro de 2004 (LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO) c/c a Lei Federal 6.766/79 e a Lei Estadual nº 6.063/1982, e,

CONSIDERANDO o pedido de parcelamento apresentado pela proprietária do imóvel, Prefeitura Municipal de Macieira;

CONSIDERANDO, ainda, que o pedido preenche os requisitos legais.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento do terreno urbano, com área de 5.830,97m², de propriedade da Prefeitura Municipal de Macieira, localizado na Rua Raul Cerry, no perímetro urbano desta cidade, registrado na Matrícula nº 30.299, do CRI da Comarca de Caçador, SC, em conformidade com o mapa e o memorial descritivo em anexo, se tornando parte integrante deste decreto, desmembrando em 13 lotes urbanos:

Art. 2º. A presente aprovação tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Macieira, SC, em 22 de julho de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### **Convoca a IV Conferência Municipal de Assistência Social**

DECRETO Nº 1310, 29 de julho de 2013.

CONVOCA A IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais, e em conjunto com o presidente do conselho municipal de Assistência Social, e,

CONSIDERANDO a necessidade de avaliar e propor diretrizes para implementação da política de Assistência Social no Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a IV Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada nos dias 09 de agosto de 2013, tendo como tema central: "Gestão e Financiamento para a Efetivação do Suas".

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Macieira, SC, em 29 de julho de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### **Regulamenta a Lei Municipal Nº 400, de 09 de Fevereiro de 2009**

DECRETO Nº 1305, de 08 de julho de 2013.

"REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 400, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 58, III, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Municipal nº 400, de 09/02/2009 e Lei Municipal nº 546, de 25 de outubro de 2011,

DECRETA:

Art.1º. A execução do Programa de Apoio ao Produtor Rural criado pela Lei Municipal nº 400, de 09 de fevereiro de 2009 fica regulamentada nos termos deste Decreto.

Art. 2º. Os beneficiários do programa deverão atender as seguintes condições:

I - ser produtor rural com propriedade localizada no município;

II - não possuir máquinas e equipamentos para a execução dos serviços;

III - comprovar suas atividades agropecuárias no município mediante a apresentação de Nota Fiscal de Produtor Rural;

IV - estar em dia com Fazenda Municipal;

V - manter-se em dia com o controle de doenças de seu rebanho.

VI - comprovar o destino correto das embalagens de agrotóxicos utilizadas na sua propriedade;

VII - possuir licença ambiental para a realização dos serviços, aprovada pelo órgão ambiental competente.

Art. 3º. O valor da hora/máquina prestado com utilização das máquinas e equipamentos da frota municipal fica fixado conforme segue:

I - Trator de Esteiras R\$ 70,00/hora

II - Pá-Carregadeira R\$ 32,60/hora

III - Retro-escavadeira R\$ 38,00/hora

IV - Motoniveladora R\$ 40,00/hora

V - Trator Agrícola com distribuidor líquido/sólido acoplado

R\$ 26,00/hora  
 VI - Trator Agrícola com ensiladeira acoplada R\$ 30,00/hora  
 VII - Caminhão R\$ 1,20/Km  
 X - Escavadeira Hidráulica R\$ 90,00/hora  
 XI - Caminhão Tanque Distribuidor de dejetos R\$1,70/Km  
 R\$ 17,00/carga  
 XII - Balança R\$ 4,00/pesagem

§ 1º. A quantidade de horas/máquina por produtor rural fica limitada a 10 (dez) horas/máquina/ano, exceto pequenas oscilações em situação especiais, cujas quais serão prestadas de acordo com a capacidade de atendimento operacional da Secretaria Municipal da Agricultura, e, de conformidade com suas disponibilidades financeiras e orçamentárias, sem prejuízos dos serviços públicos essenciais.

§ 2º. O valor da hora/máquina fixado neste artigo será reajustado anualmente, tendo como parâmetro as perdas inflacionárias ocorrida no período.

§ 3º. Os serviços de terraplanagens em propriedades rurais particulares para fins de ampliação ou implantação de unidades produtoras de aves, suínos, leite ou bovinos ficarão isentos de pagamento até o limite de 20 (vinte) horas/máquinas por unidade de produtora.

§ 4º. O pagamento dos serviços prestados nos termos da Lei Municipal nº 400, de 09 de fevereiro de 2009, conforme valores fixados neste artigo, será efetuado no prazo de 30 (trinta dias) após sua realização através de boleto bancário.

§ 5º. Após o vencimento do prazo estabelecido para pagamento dos serviços realizados, o beneficiado fica sujeito aos encargos financeiros previsto no Código Tributário Municipal, além da suspensão da concessão dos incentivos previstos na Lei Municipal 400, de 09 de fevereiro de 2009, enquanto perdurar a inadimplência.

§ 6º. Para fins de apuração do valor devido após a realização dos serviços será emitido documento constando a quantidade de horas/máquinas e o valor dos serviços prestados, o qual deverá ser assinado pelo beneficiado e pelo servidor municipal responsável pela execução do serviço.

Art. 4º. O valor da subvenção financeira para pagamento de serviços de horas/máquinas contratadas pelos agricultores com terceiros, nos termos do art. 2º, da Lei Municipal nº 400, de 09 de fevereiro de 2009, fica fixado em R\$ 30,00 (trinta reais) por hora/máquina, até o limite de 10 (dez) horas/máquinas/ano por produtor rural.

§ 1º. A subvenção financeira prevista neste artigo será concedida e distribuída de acordo com as disponibilidades financeiras e orçamentárias da Secretaria Municipal da Agricultura, respeitada a ordem do protocolo do pedido dos produtores rurais interessados.

§ 2º. A contratação dos serviços previstos neste artigo é de inteira responsabilidade dos produtores rurais beneficiados.

Art. 5º. Todos incentivos previstos na Lei Municipal nº 400, de 09 de fevereiro de 2009, quer seja a prestação subsidiada ou a subvenção financeira, ficam condicionados a solicitação prévia dos produtores rurais interessados, através de formulário próprio. Sendo que a execução dos serviços somente poderá ocorrer após a aprovação da Secretaria Municipal da Agricultura.

Art. 6º. A fiscalização e execução do programa instituído pela Lei Municipal nº 400, de 09 de fevereiro de 2009 ficam sob a responsabilidade da Secretaria Municipal da Agricultura, a qual deverá

realizar vistorias periódicas para verificar a correta execução do programa.

Art. 7º. Em caso de irregularidade na aplicação dos incentivos previstos no programa perderá o produtor rural infrator o direito a concessão de incentivos pelo período de 01 (um) ano, além de ficar obrigado ao ressarcimento dos recursos indevidamente aplicados.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando decreto nº1139, de 08/11/2011.

Macieira, SC, 08 de julho de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### **Admite, Os Servidores Que Especifica**

PORTARIA N.º 3020/2013

"Admite, os Servidores que Especifica"

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 38, de 28/12/2009, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, os servidores abaixo relacionados, a contar de 01/07/2013:

NOME	CARGO	CARGA HORARIA	SECRETARIA
Isolde Ap Schaitel	Ag Copa Higienização I	20 h	Educação
Rosemari Geraldo da Silva	Ag Copa Higienização I	20 h	Saúde
Leidiane Patrícia de Mello	Ag Copa Higienização I	20 h	Infraestrutura
Maria de Fátima geraldo	Ag Copa Higienização I	20 h	Educação
Rafael Balbissan	Medico Clinico Geral	40 h	Saúde
Edilene Maria Piatl	Fiscal Vigilância Sanitária	40 h	Saúde

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 01 de julho de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### **Admite, Os Servidores Que Especifica**

PORTARIA N.º 3021/2013

"Admite, os Servidores que Especifica"

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 38, de 28/12/2009, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, após classificação em teste seletivo, conforme edital 001/2013, os servidores abaixo relacionados:

Nome	Cargo	Secretaria	Carga Horária	Data de Admissão
Marília Civiero	Ag Com de Saúde	Saúde	40 h	01/07/2013
Daiane Locatelli	Ag Com de Saúde	Saúde	40 h	01/07/2013
Maria L. Maffioletti	Ag Com de Saúde	Saúde	40 h	01/07/2013
Simone Setti	Ag Com de Saúde	Saúde	40 h	01/07/2013
Mirian C. Baptistela	Ag Com de Saúde	Saúde	40 h	01/07/2013
Suziane Fátima Tolotti	Ag Com de Saúde	Saúde	40 h	01/07/2013
Anadir Rampinelli	Tec Enfermagem	Saúde	40 h	01/07/2013
Liliane Cordeiro	Enfermeira	Saúde	40 h	01/07/2013
Juceli Bertotto	Psicóloga	Saúde	40 h	01/07/2013
Bruna B. de Andrade	Odontóloga	Saúde	40 h	01/07/2013
Cristina Milan	Enfermeira	Saúde	40 h	02/07/2013
Taisa Scopel	Nutricionista	Saúde	40 h	02/07/2013

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 01 de julho de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### Altera Portaria 2900/2013

PORTARIA N.º 3027/2013

"Altera Portaria 2900/2013 que Nomeia Servidor para Cargo de Provimento em Comissão".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Municipal n.º 10, de 23/03/1993 (Estrutura Administrativa) e Lei Complementar n.º 36, de 18/06/2009.

RESOLVE:

ALTERAR portaria 2900/2013 que nomeou a Sra., Sâmara Tascas, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Diretora de Apoio pedagógico, Referência CC-2, com remuneração mensal prevista em Lei, a partir de 01/07/2013 passa a ter carga horária de 20 horas semanais.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 10 de julho de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### Altera Portaria 2913/2013

PORTARIA N.º 3022/2013

"Altera Portaria 2913/2013 que Nomeia Servidor para Cargo de Provimento em Comissão".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Municipal n.º 10, de 23/03/1993 (Estrutura Administrativa) e Lei Complementar n.º 36, de 18/06/2009.

RESOLVE:

ALTERAR portaria 2913/2013 que nomeou a Sra., Carmen de L. F. Perovano, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Assessora da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Referência CC-3, com remuneração mensal prevista em Lei, a partir de 01/07/2013 passa a ter carga horária de 20 horas semanais.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 01 de julho de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### Concede Licença Maternidade À Servidora Que Especifica

PORTARIA N.º 3024/2013

"Concede Licença Maternidade à Servidora que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127 e seguintes úteís, da Lei Complementar n.º 002, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade, a Servidora Pública Municipal, Vivian Locatelli Lazzarotti, ocupante do cargo de Professora, por 120(cento e vinte) dias, conforme atestado em anexo, a contar desta data.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 02 de julho de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### Conceder Retorno da Licença Para Tratar de Interesses Particulares

PORTARIA N.º 3026/2013

"Conceder Retorno da Licença para Tratar de Interesses Particulares".

Emerson Zanella, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Municipal n.º 10, de 23/03/1993 (Estrutura Administrativa) e Lei Municipal n.º 09, de 23/03/1993, com previsão legal no Artigo 136, da Lei Complementar n.º 002, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos) e Lei Complementar n.º 33, de 05/12/2008;

RESOLVE:

CONCEDER, ao Servidor Público Municipal, Odenir Jose Moraes, ocupante do cargo efetivo de Agente de serviços e manutenção II, lotado na Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, Retorno da Licença Sem Vencimentos, para tratar de interesses particulares, a partir de 10/07/2013.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 10 de julho de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### Exonera, o Servidor Que Especifica

PORTARIA N.º 3019/2013

"Exonera, o Servidor que Especifica"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 90, parágrafo 1o, inciso I, da Lei Complementar n.º 002/95, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1o - EXONERAR, a Servidora Pública Municipal Raquel Kolling, ocupante do Cargo de Farmacêutica, lotado da Secretaria de Saúde, a contar de desta data.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 01 de julho de 2013.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### Exonera, Os Servidores Que Especifica

PORTARIA N.º 3025/2013

"Exonera, os Servidores que Especifica"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 90, parágrafo 1o, inciso I, da Lei Complementar nº 002/95, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1o - EXONERAR, a pedido os servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	DATA DA EXONERAÇÃO
Marília Sartorel locatelli	Tec Enfermagem	04/07/2013
Vilma Bertotto	Tec Enfermagem	09/07/2013
Clauberto Cerry	Ag Serviços Manut II	01/07/2013

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 09 de julho de 2013.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### Exonera, Os Servidores Que Especifica

PORTARIA N.º 3018/2013

"Exonera, os Servidores que Especifica"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 90, parágrafo 1o, inciso I, da Lei Complementar nº 002/95, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1o - EXONERAR, servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	DATA DA EXONERAÇÃO
Simone Seti	Ag Comum Saude	01/07/2013
Mirian Citadin Bapttistela	Ag Comum Saude	01/07/2013
Maria Lucia Maffioletti	Ag Comum Saude	01/07/2013
Daiane Locatelli	Ag Comum Saude	01/07/2013
Josiane Favarin	Ag Comum Saude	01/07/2013
Suziane Fátima Tolotti	Ag Comum Saude	01/07/2013
Anadir Rampinelli	Tec Enfermagem	01/07/2013
Liliane Cordeiro	Enfermeira	01/07/2013
Edilene Maria Piati	Enfermeira	01/07/2013
Edilaine C. de Oliveira	Fisioterapeuta	01/07/2013
Juceli Bertotto	Psicóloga	01/07/2013
Bruna C B de Andrade	Odontóloga	01/07/2013
Jânio de Azambuja Viana	Professor	01/07/2013
Juliana Bertotto	Professora	01/07/2013

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 01 de julho de 2013.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### Nomeia Servidor Para Cargo de Provimento Em Comissão

PORTARIA N.º 3023/2013

"Nomeia Servidor para Cargo de Provimento em Comissão".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Municipal n.º 10, de 23/03/1993 (Estrutura Administrativa) e Lei Complementar nº36, de 18/06/2009.

RESOLVE:

NOMEAR o Sr., Alex Junior Campagnin, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor da Secretaria de Infraestrutura e desenvolvimento urbano, Referência CC-3, com remuneração mensal prevista em Lei, com efeitos a contar de 01/07/2013.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 01 de julho de 2013.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### Prorroga Licença Para Tratamento de Saúde ao Servidor Que Especifica

PORTARIA N.º 3028/2013

"prorroga Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal, Cristina Lazzarotti, ocupante do cargo de Professora, ate 05/10/2013, conforme resultado de perícia medica em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 10 de julho de 2013.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### Prorrogar Licença Para Tratamento de Saúde

PORTARIA N.º 3016A/2013

"prorrogar Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Conceder prorrogação da Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal, Jussara Aparecida da Silva, ocupante do cargo de Professora, por 180 (sessenta) dias, a contar de 15/06/2013, conforme atestado medico em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 30 de junho de 2013.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal



## Mafra

### PREFEITURA

#### Edital de Concorrência Pública N° 003/2013

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 003/2013

O MUNICÍPIO DE MAFRA, torna público que fará realizar no dia 06/09/2013 às 09h30min, na sede da Prefeitura do Município de Mafra sito à Praça Desembargador Flávio Tavares n° 12, licitação modalidade de Concorrência Pública para Contratação de empresa especializada para realizar a construção de 02 (duas) Unidades de Educação Infantil, sendo uma delas no bairro Vila Nova e a outra no bairro Vila Ivete, ambas relativas ao Pró-Infância de acordo com as especificações dos projetos aprovados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, conforme Termo de Compromisso PAC203637/2012, com valor máximo para esse objeto de R\$2.951.808,54 (dois milhões novecentos e cinquenta e um mil oitocentos e oito reais e cinquenta e quatro centavos) através da Secretaria Municipal de Educação, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de custos, modelo da proposta financeira, minuta do contrato, anexos, partes integrantes deste edital. O processo será regido pela Lei n° 8.666/93 e suas alterações, e em especial pelo contido no Edital. Poderão participar da licitação, quaisquer interessados devidamente cadastrados ou não. As propostas deverão ser protocoladas no horário de expediente, no Departamento de Licitações, encerrando-se o prazo de entrega às 09:00hr do dia 06/09/2013. O inteiro teor deste Ato Convocatório, encontra-se a disposição no Departamento de Licitações, conforme endereço acima descrito. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelo Fone (47) 3641-4061 ou 4003.

Mafra (SC), 01 de agosto de 2013.  
ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

#### Edital de Tomada de Preço 005/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES  
TOMADA DE PREÇO N° 005/2013.

O MUNICÍPIO DE MAFRA, torna público que realizará no dia 22/08/2013, às 09h05min horas, na sede da Prefeitura do Município de Mafra, na Praça Desembargador Flávio Tavares, n° 12, licitação na modalidade de Tomada de Preço para contratação de Empresa para Elaboração de Projeto Básico de Engenharia do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Mafra - SC, por Menor Preço Global, com recursos do FUNSAB, através da Secretaria Municipal de Meio ambiente e Desenvolvimento Urbano. Processo será regido pela Lei n° 8.666/93 e suas alterações, em especial pelo contido neste Edital. Poderão participar da licitação, empresas devidamente cadastradas na Prefeitura e que comprovem a circunstância mediante apresentação do respectivo Certificado de Registro Cadastral, o qual deverá ser obtido até o terceiro dia anterior à data do recebimento dos envelopes. O inteiro teor deste Ato Convocatório, encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, conforme endereço acima descrito. Último prazo para protocolo dos envelopes é dia 22/08/2013, até às 09:00 horas, no departamento de licitações. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às

17:00 horas. Fones: (47) 3641-4003 e 4061.

Mafra, 02 de agosto de 2013  
ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

### CÂMARA MUNICIPAL

#### Resolução N° 14/2013

RESOLUÇÃO N° 14/2013

12 de julho de 2013

INSTITUI O DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS COMO ÓRGÃO DE PUBLICAÇÃO LEGAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA/SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra/SC, no uso da atribuição e na forma da Lei n° 3906, de 3 de maio de 2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios, como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos processuais e administrativos do Poder Legislativo do Município de Mafra/SC.

Parágrafo único. A partir do dia 15 de julho de 2013, o Diário Oficial dos Municípios substitui as demais formas de publicação e será veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) ou [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores - Internet.

Art. 2º A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Parágrafo único. A assinatura digital do Diário Oficial dos Municípios ficará sob responsabilidade do Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA.

Art. 3º Os atos oficiais de efeitos externos surtirão seus efeitos somente depois de publicados no Diário Oficial dos Municípios.

Parágrafo único. Os atos oficiais de efeitos internos entrarão em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Mafra, 12 de julho de 2013.  
VER. VICENTE DE PAULO BEZERRA SALIBA  
Presidente

## Maravilha

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA  
Processo Licitatório n. 3.061/2013  
Inexigibilidade n. 004/2013.  
Contrato Administrativo n. 057/2013  
Contratado: JOSÉ MAURO BREMM  
Valor: 3.860,00

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER,

juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade de inexigibilidade n. 004/2013, para adquirir gêneros alimentícios da agricultura familiar para manutenção da merenda escolar no Município de Maravilha, SC. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 08 de julho de 2013.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita de Maravilha.

#### **Extrato de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA  
Processo Licitatório n. 3.061/2013  
Inexigibilidade n. 005/2013.  
Contrato Administrativo n. 058/2013  
Contratado: ADILSON TURCATTO  
Valor: 7.535,95

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade de inexigibilidade n. 005/2013, para adquirir gêneros alimentícios da agricultura familiar para manutenção da merenda escolar no Município de Maravilha, SC. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 08 de julho de 2013.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita de Maravilha.

#### **Extrato de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA  
Processo Licitatório n. 3.101/2013  
Inexigibilidade n. 006/2013.  
Contrato Administrativo n. 059/2013  
Contratado: JANUÁRIO NATALINO DA COSTA  
Valor: 5.460,00

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade de inexigibilidade n. 006/2013, para adquirir gêneros alimentícios da agricultura familiar para manutenção da merenda escolar no Município de Maravilha, SC. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 08 de julho de 2013.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita de Maravilha.

#### **Extrato de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA  
Processo Licitatório n. 3.118/2013  
Inexigibilidade n. 007/2013.  
Contrato Administrativo n. 063/2013  
Contratado: ARMINDO LOSCH  
Valor: 1.300,00

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade de inexigibilidade n. 007/2013, para adquirir gêneros alimentícios da agricultura familiar para manutenção da merenda escolar no Município de Maravilha, SC. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 08 de julho de 2013.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita de Maravilha.

#### **Extrato de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA  
Processo Licitatório n. 3.124/2013  
Inexigibilidade n. 008/2013.  
Contrato Administrativo n. 064/2013  
Contratado: GISELE TATIANA BREM  
Valor: 640,00

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade de inexigibilidade n. 008/2013, para adquirir gêneros alimentícios da agricultura familiar para manutenção da merenda escolar no Município de Maravilha, SC. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 11 de julho de 2013.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita de Maravilha.

#### **Extrato de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA  
Processo Licitatório n. 3.127/2013  
Inexigibilidade n. 009/2013.  
Contrato Administrativo n. 065/2013  
Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE MARAVILHA - COPAMAR  
Valor: 100.000,00

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade de inexigibilidade n. 009/2013, para adquirir gêneros alimentícios da agricultura familiar para manutenção da merenda escolar no Município de Maravilha, SC. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 11 de julho de 2013.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita de Maravilha.

## Marema

### PREFEITURA

#### Decreto N° 134/2013

Decreto n° 134/2013

De 02/08/2013

DECRETA LUTO OFICIAL DE TRÊS DIAS NO MUNICÍPIO DE MAREMA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao Art. 64 VI da Lei Orgânica Municipal e CONSIDERANDO o falecimento do Sr. VOLMIR CHEROBIN.

#### RESOLVE:

Art. 1º - É decretado luto oficial por três (3) dias em todo o território do Município de Marema em sinal de pesar pela morte de VOLMIR CHEROBIN, funcionário publico municipal, ocorrida hoje.

Art. 2º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de Agosto de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DAIANE PERCIO

Servidora designada

## Massaranduba

### PREFEITURA

#### Contrato 35/2013 - FMS

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°. 35/2013, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO N°. 01/2009, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA E A PESSOA FÍSICA "DR. IGOR SCHINKAREW"

Por este instrumento particular, de Locação de Prestação de Serviço, que celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MASSARANDUBA (SC), pessoa jurídica de direito público, com CNPJ n°. 11.231.203/0001-05, com sede a Rua 11 de Novembro n°. 3025, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, CPF n°. 399.964.099-53, Cédula de Identidade n°. 488.606-2, expedido pelo órgão SSP/SC, e pela Gestora dos Fundos Municipais, Sra. ANNA KARINE REINKE FRANZ, CPF n°. 5.246.769-41 e Cédula de Identidade n°. 1.988.587-3, brasileiros, casados, residentes e domiciliados neste Município, doravante denominados CONTRATANTES, e de outro lado, o DR. IGOR SCHINKAREW, Pessoa Física, com CPF n°. 272.339.468-92, Identidade n°. 27.759.651-8 expedida pelo Órgão SSP/SP, CRM/SC n°.13851, residente e domiciliado na Rua Dr. LEOBERTO LEAL, 153, Bairro Fazenda, Itajaí/SC, Estado de Santa Catarina, telefone: (47) 9609-7908, e-mail: drschinka@gmail.com, doravante denominada CONTRATADA, as partes de comum acordo tem justo e

contratado o que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO

O objetivo do presente contrato consiste na Locação de Prestação de Serviço para Atendimento Médico de Urgência, através de plantão médico, no Pronto Atendimento do Hospital Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

##### - DA CONTRATADA

a) Responsabiliza-se por quaisquer danos pessoais que ocorrerem no decorrer da execução dos serviços, inclusive para com e perante terceiros;

b) Pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e leis sociais, encargos sociais, transporte e alimentação, manutenção em geral;

c) Obriga-se a exercer seus serviços com zelo e dedicação, atendendo bem e com presteza a clientela que lhe procurar, devendo levar ao conhecimento do responsável da Secretaria Municipal de Saúde, eventuais falhas, sugestões ou irregularidades verificadas no local do serviço;

d) O atendimento de urgência médica se dará no Pronto Atendimento de Massaranduba, nos dias de semana sempre das 19:00 às 7:00 horas ( Período Noturno ) ; sábados e domingos ( Finais de Semana ) e feriados 24 horas.

##### - DA CONTRATANTE

Pela locação dos serviços prestados, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA mediante apresentação de nota avulsa de serviço, até o décimo dia útil do mês subsequente ao da locação da prestação dos serviços, de acordo com cláusula terceira.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO  
Pela locação dos serviços prestados a CONTRATANTE, pagará a importância de R\$ 81,00 (Oitenta e um reais) por hora plantão, de acordo com o total de horas registradas nas planilhas de controle de horas/plantão.

#### CLÁUSULA- QUARTA - DO REAJUSTE

O valor da hora/plantão será reajustado na mesma data da revisão geral dos Servidores da Prefeitura Municipal de Massaranduba, de acordo com o Art. 1º. da Lei Municipal n°. 1137/2009.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

O presente Contrato terá validade a partir da data de sua assinatura, expirando-se em 31/12/2013, podendo ser renovado mediante concordância das partes, de acordo com o previsto no artigo 57, inciso II da Lei Federal n°. 8.666/93.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA CLASSIFICAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação:

06.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.02 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

2037 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL

31903400 - Outras Despesas de Pessoal Dec. Contratos Terceirização

10200 - Receita de Impostos e Transf. Imp. Saúde

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O Presente Contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes nos seguintes casos:





- a) Pelo inadimplemento de quaisquer das partes.
- b) Transferir o contrato a terceiros ou sub-empregar sem concordância escrita da CONTRATANTE.
- c) Interromper o fornecimento da locação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação a CONTRATANTE.
- d) Por aviso escrito e assinado, com prazo mínimo de trinta dias, ou de comum acordo, reduzindo o prazo acima, sem que isso venha a trazer prejuízo ao objeto do presente contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir eventuais dúvidas da execução do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Massaranduba, 29 de julho de 2013.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

ANNA KARINE REINKE FRANZ

CONTRATANTE

DR. IGOR SCHINKAREW

CPF: 272.339.468-92

CONTRATADO

Testemunhas:

1) ELAINE CRISTINA GUMS VICK

CPF: 019.781.789-05

2) CARINA R. F. STOLF

CPF: 031.659.379-66

**Edital 62/2013 - Leilão 04/2013**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 62/2013

LEILÃO PÚBLICO Nº. 04/2013

O MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, torna público para conhecimento dos interessados que sob a égide da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei Orgânica do Município, bem como autorizado pelas Leis Municipais nº. 1.491/2013 de 09 de abril de 2013 e 1.514/2013, de 09 de julho de 2013, fará realizar LEILÃO PÚBLICO, objetivando a alienação de veículos automotores, equipamentos agrícolas e equipamentos irrecuperáveis/sucateados, pertencentes à Municipalidade, nas condições estabelecidas no presente edital.

**1. OBJETO**

1.1. Serão leiloados BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL por item no estado em que se encontram, ambos relacionados no Anexo I deste Edital, pertencentes ao Município de Massaranduba, que foram declarados inservíveis ao serviço público municipal, através das Leis Municipais nº. 1.491/2013 e 1.514/2013.

1.2. Tipo de Licitação: MAIOR LANCE OU OFERTA, desde que igual ou superior à avaliação mínima, de acordo com o Anexo I deste edital.

**2. DATA DO LEILÃO**

2.1. Os bens relacionados nos Anexos I deste Edital serão leiloados, no estado em que se encontram, no dia:

DATA DE ABERTURA: 19 de agosto de 2013.

LOCAL: Centro de Múltiplo Uso - Casa da Juventude,

Rua 25 de Julho - Centro - Massaranduba - SC

Fundos da Prefeitura Municipal

ENTREGA DOS ENVELOPES: 08:30h

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DO PROCESSO: 09:00h

12.12. Quaisquer esclarecimentos poderão ser obtidos na Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Massaranduba, sito a Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Massaranduba, no horário das 7:30 h às 11:30 h e das 13:00 h às 17 h, de segunda a sexta-feira. Maiores informações pelo fone (47) 3379-4624.

12.13. O presente edital é publicado em resumo no Diário Oficial dos Municípios, Mural de Avisos e Site da Prefeitura Municipal de Massaranduba (SC).

Massaranduba (SC), 01 de agosto de 2013.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

## Meleiro

### PREFEITURA

**Portaria N.º 300/2013**

PORTARIA n.º 300/2013

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigo 79, inciso VII, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

**CONCEDER**

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal ROSIMERI ZANELATTO MARTINELLO, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 31 de Julho de 2007 a 28 de Julho de 2012, conforme dispõe o caput do artigo 79 inciso VII, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Agosto de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**Portaria N.º 301/2013**

PORTARIA n.º 301/2013

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigo 79, inciso VII, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

**CONCEDER**

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal PAULA BEATRIZ CONTI RÉUS, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 01 Agosto de 2005 a 30 de Julho de 2010, conforme dispõe o caput do artigo 79 inciso VII, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Agosto de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**Portaria N.º 302/2013**

PORTARIA n.º 302/2013

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigo 79, inciso VII, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

**CONCEDER**

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal VANDERLÉIA PIROLA ISÉ, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 30 de Janeiro de 2005 a 28 de Janeiro de 2010, conforme dispõe o caput do artigo 79 inciso VII, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Agosto de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**Portaria N.º 303/2013**

PORTARIA n.º 303/2013

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigo 79, inciso VII, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

**CONCEDER**

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal DANIELA BENEDET PASINI, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 30 de Junho de 2005 a 28 de Junho de 2010, conforme dispõe o caput do artigo 79 inciso VII, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Agosto de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**Portaria N.º 304/2013**

PORTARIA n.º 304/2013

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigo 79, inciso VII, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

**CONCEDER**

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal ÉDNA APARECIDA STRADIOTO SILVÉRIO, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 02 de Abril de 2005 a 31 de Março de 2010, conforme dispõe o caput do artigo 79 inciso VII, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Agosto de 2013.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

**Portaria N.º 305/2013**

PORTARIA n.º 305/2013  
TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 910/2002, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

**CONTRATAR**

Art. 1.º A Senhorita DANIELA MANENTI, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em substituição às servidoras Rosimeri Zanelatto Martinello, na Escola de Educação Básica Municipal Jerônimo Paulino Neto, e Paula Beatriz Conti Réus, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Toneli Nápole, em virtude de Licença Prêmio, até o retorno das mesmas.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Agosto de 2013.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

**Portaria N.º 306/2013**

PORTARIA n.º 306/2013  
TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 910/2002, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

**CONTRATAR**

Art. 1.º A Senhorita JULIANA ANTUNES, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em substituição à servidora Vanderléia Pirola Isé, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Toneli Nápole, em virtude de Licença Prêmio, até o retorno da mesma.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Agosto de 2013.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

**Portaria N.º 307/2013**

PORTARIA n.º 307/2013  
TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 910/2002, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

**CONTRATAR**

Art. 1.º A Senhora JULIANA NICOSKI ALAMINI, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em substituição à servidora Daniela Benedet Pasini, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Toneli Nápole, em virtude de Licença Prêmio, até o retorno da mesma.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Agosto de 2013.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

**Portaria N.º 308/2013**

PORTARIA n.º 308/2013  
TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 910/2002, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

**CONTRATAR**

Art. 1.º A Senhora ELIANE ALEXANDRE DA COSTA PIROLA, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em substituição à servidora Édna Aparecida Stradioto Silvério, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini, em virtude de Licença Prêmio, até o retorno da mesma.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Agosto de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

#### **Portaria N.º 309/2013**

PORTARIA n.º 309/2013

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE MONITORA PARA O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

#### **CONTRATAR**

Art. 1.º A Senhorita CRICHELE SALVARO, para ocupar o cargo de Monitora de Projetos ACT para o PETI, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, até o término das aulas.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Agosto de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

#### **Portaria N.º 310/2013**

PORTARIA n.º 310/2013

DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT 1º DA PORTARIA Nº 265/2013, DE 08 DE JULHO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

Art. 1.º Dar nova redação ao caput do artigo 1º da Portaria nº 265/2013, de 08 de Julho de 2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), de 09 de Julho de 2013, edição 1276, pg 130, passa a vigorar com a seguinte redação:

#### **CONTRATAR**

“Art. 1.º A Senhora CLAIR NAZÁRIO DA SILVA, para ocupar o cargo de Professora Act, com carga horária de 20(vinte) horas semanais, até o término das aulas, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini”.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Agosto de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

#### **Portaria N.º 311/2013**

PORTARIA n.º 311/2013

DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT 1º DA PORTARIA Nº 130/2013, DE 01 DE MARÇO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 910/2002, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

Art. 1.º Dar nova redação ao caput do artigo 1º da Portaria nº 130/2013, de 01 de Março de 2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), de 04 de Março de 2013, edição 1189, pg 251, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### **CONTRATAR**

“Art. Art. 1.º A Senhora SAMIRA BRISTOT DE FREITAS, para ocupar o cargo de Professora Act, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em substituição à servidora Vanderléia Pirola Isé, em virtude de Licença Prêmio, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Toneli Nápole”.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 230/2013.

Meleiro, 02 de Agosto de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

#### **Portaria N.º 312/2013**

PORTARIA n.º 312/2013

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 910/2002, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

#### **CONTRATAR**

Art. 1.º A Senhora ELINES LAMBERTES GONÇALVES, para ocupar o cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 20(vinte) horas semanais, em substituição à servidora Samira Bristot de Freitas, sendo que esta está substituindo à servidora Vanderléia Pirola Isé, em virtude de Licença Prêmio, até o retorno da mesma, na Escola



de Educação Básica Municipal Inês Toneli Nápole.  
Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Agosto de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

## Navegantes

### PREFEITURA

#### Notificação

##### NOTIFICAÇÃO

A Sr.ª Diretora do Departamento de Gestão em Recursos Humanos, ALESSANDRA MULLER, faz saber o (a) Sr.(a) ELAINE APARECIDA FRANCISCA, que no dia 01/03/2013 expirou o prazo da prorrogação da sua Licença Sem Vencimentos.

Fica por este ato NOTIFICADO (a) a comparecer ao departamento de recursos Humanos, situada à Rua João Emilio, nº 100, Centro, Navegantes/SC, no prazo de 48 horas, a contar do recebimento desta, a fim de reassumir suas funções.

Salientamos que o não comparecimento implicará na pena de demissão, por abandono de cargo, nos termos do artigo 133, I da Lei Complementar nº 007/2003.

ALESSANDRA MULLER

Diretoria de Gestão de Pessoas

Navegantes (SC), 01 /08 /2013.

Nome do Servidor (a): ELAINE APARECIDA FRANCISCA

Endereço: Rua VER. Arnaldo Bento Rodrigues, nº.309 - Centro

Navegantes/SC -CEP: 88375000

NOTIFICAÇÃO

A Sr.ª Diretora do Departamento de Gestão em Recursos Humanos, ALESSANDRA MULLER, faz saber o (a) Sr.(a) Maria Benta Emílio, que no dia 01/04/2013 expirou o prazo da prorrogação da sua Licença Sem Vencimentos.

Fica por este ato NOTIFICADO (a) a comparecer ao departamento de recursos Humanos, situada à Rua João Emilio, nº 100, Centro, Navegantes/SC, no prazo de 48 horas, a contar do recebimento desta, a fim de reassumir suas funções.

Salientamos que o não comparecimento implicará na pena de demissão, por abandono de cargo, nos termos do artigo 133, I da Lei Complementar nº 007/2003.

ALESSANDRA MULLER

Diretoria de Gestão de Pessoas

Navegantes (SC), 01 /08 /2013.

Nome do Servidor (a): Maria Benta Emílio

Endereço: Rua Almirante Tamandaré, nº257 - apt. 103 - Vila Nova

Blumenau/SC - CEP: 89035-000

#### Notificação

Navegantes, 01 de agosto de 2013.

Ilmo(a) Sr(a).

Diana Raquel Dalmolin

Gabriel Luiz Tamanini

Analú Costa Mafra

Enmanuel José Miguel Pereira

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no dia 05 (cinco) de agosto de 2013, às 8:30 (oito e trinta) horas para tratar da CONTRATAÇÃO através do PROCESSO SELETIVO de nº 003/2012, para o cargo de Professor de Séries Finais Educação Física.

Salientamos que com o não comparecimento no dia determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

ALESSANDRA MULLER

Diretora RH

## Novo Horizonte

### PREFEITURA

#### Extrato de Homologação e Adjudicação PL Nº 053/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2013

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2013

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 02/08/2013

CONTRATADO: COOPERAL-COOP.DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE N.H.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O objeto da presente Chamamento Público consiste no cadastramento de grupos formais e informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar para os alunos da Rede Municipal de Ensino, CONFORME LEI Nº 11.947 DE 16/06/2009 E RESOLUÇÃO Nº 38 DO FNDE DE 16/07/2009, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos.

VALOR DA DESPESA: R\$ 31.942,47 (trinta e um mil novecentos e quarenta e dois reais e quarenta e sete centavos)

DATA: 02/08/13

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

#### Extrato Contratual Nº 059/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 059/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada: COOPERAL-COOP.DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE N.H.

Valor: 31.942,47 (trinta e um mil novecentos e quarenta e dois reais e quarenta e sete centavos)

Vigência : Início: 02/08/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 2/2013

Recursos:Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (21),  
2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (22), 2.035.3.3.90.00.00.00.00.00  
(24)

Objeto: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da Rede Municipal de Ensino, descritos nos itens enumerados na Cláusula Sexta, todos de acordo com a chamada pública n.º 002/2013, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Novo Horizonte, 02 de Agosto de 2013

## Orleans

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SAMAE DE ORLEANS  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 19/2013  
Contratante.: SAMAE DE ORLEANS  
Contratado: ALTAIR VITORIO ALBERTON  
Valor: 470,00 (quatrocentos e setenta reais) mensal  
Vigência : Início: 01/07/2013 Término: 30/06/2014  
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Objeto: LOCAÇÃO DO TERRENO SITUADO A RUA DONA  
ADELAIDE MARTINS-SC 440- SAIDA PARA PEDRAS GRANDES N20  
ORLEANS - SANTA CATARINA

ORLEANS., SC 02 DE AGOSTO DE 2013  
ANTONIO I.WILLEMANN  
DIRETOR DO SAMAE

#### Decreto N 3.579 - Revoga Processo Licitatorio N. 93/2013

DECRETO N° 3.579 DE 29 DE JULHO DE 2013.  
"REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO"

MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCACES, prefeito municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e,  
CONSIDERANDO as disposições da Súmula n.º 473 do Supremo Tribunal Federal, que estabelece que a administração pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial;  
CONSIDERANDO a existência de tecnologia ambientalmente sustentável que atende o objeto do edital da licitação - Pregão Presencial n.º 93/2013, com maior durabilidade dos produtos e menor custo ao erário;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo de Licitação n° 93/2013, que tem por Objeto a aquisição de materiais elétricos e mão de obra para nova iluminação pública de ruas e avenidas, conforme respectivo termo de referência.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans, 29 de julho de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos de Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito Municipal de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS VINTE NOVE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE  
Secretário de Administração

#### Decreto N. 3.580 - Anula Dotação Orçamentaria

DECRETO N.º 3.580 DE 29 DE JULHO DE 2013.

"ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E AGRE CRÉDITO SUPLEMENTAR".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 10º, Item III da Lei n.º 2.465 de 21 de Dezembro de 2012.

Art. 1º Ficam anuladas totais ou parciais as seguinte dotações Orçamentaria:

07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

07.01 - Fundo Municipal de Cultura

2.030- Manutenção das Atividades Culturais

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

3.3.50.00 - Transf. A Instituições Privadas s/Fins Lucr. R\$ 95.703,60

TOTAL R\$ 145.703,60

Art. 2º Por conta dos Recursos do artigo anterior fica suplementada a seguinte Dotação Orçamentária:

07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

07.01 - Fundo Municipal de Cultura

2.030- Manutenção das Atividades Culturais

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 145.703,60

TOTAL R\$ 145.703,60

Orleans, 29 de julho de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos de Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito Municipal de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS VINTE NOVE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE  
Secretário de Administração

#### Decreto N. 3.581 - Anula Processo Licitatorio N. 103/2013

DECRETO N° 3.581 DE 01 DE AGOSTO DE 2013.

"REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO"

MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCACES, prefeito municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e,  
CONSIDERANDO as disposições da Súmula n.º 473 do Supremo Tribunal Federal, que estabelece que a administração pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por

motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial; CONSIDERANDO que no Processo Licitatório - Carta Convite n.º 103/2013 não houve a apresentação de três propostas válidas, em face da inabilitação das empresas licitantes; CONSIDERANDO que o procedimento licitatório não cumpriu com os princípios da competitividade, fazendo com que restasse frustrada a contratação pela proposta mais vantajosa à Administração Municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica revogado o Processo de Licitação n.º 103/2013, que tem por Objeto a aquisição de materiais elétricos e mão de obra para nova iluminação pública de ruas e avenidas, conforme respectivo termo de referência.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans, 01 de agosto de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos de Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

**Extrato de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 20/2013

Contratante.: SAMAE DE ORLEANS

Contratada: EVOLUTEC TECNOLOGIA EM EQUIP. DE AUTOMAÇÃO LTDA-ME

Valor: 332,70 (trezentos e trinta e dois reais e setenta centavos) mensal

Vigência : Início: 01/07/2013 Término: 30/06/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE SITE NA WEB PARA ACOMPANHAMENTO DE NÍVEL DE MEDIÇÃO EM RESERVATÓRIO E ACIONAMENTO DOS CONJUNTO MOTO BOMBA

ORLEANS., SC 02 DE AGOSTO DE 2013

ANTONIO I.WILLEMANN

DIRETOR DO SAMAE

**Aviso de Licitação**

SAMAE DE ORLEANS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 16/2013

O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Orleans-SC, torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial n.16/2013 cujo objeto é Aquisição de PNEUS NOVOS para veículos do SAMAE.A entrega de documentação e propostas até 13hr 45min do dia 16 de agosto de 2013. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações do SAMAE na Rua Edgard Cunha, 322, Bairro Conde D'eu, Orleans, pelo Telefone (48) 34660233 e por e-mail: fatima@samaeorleans.sc.gov.br ou pelo site www.samaeorleans.sc.gov.br

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
SAMAE ORLEANS****Aviso de Licitação**

SAMAE DE ORLEANS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 16/2013

O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Orleans-SC, torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial n.16/2013 cujo objeto é Aquisição de PNEUS NOVOS para veículos do SAMAE.A entrega de documentação e propostas até 13hr 45min do dia 16 de agosto de 2013. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações do SAMAE na Rua Edgard Cunha, 322, Bairro Conde D'eu, Orleans, pelo Telefone (48) 34660233 e por e-mail: fatima@samaeorleans.sc.gov.br ou pelo site www.samaeorleans.sc.gov.br

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

SAMAE ORLEANS

**Extratos Contratos de Licitações Prefeitura 7.2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 131/2013 Contrato Nº.: 131/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor: 3.955,10 (três mil novecentos e cinquenta e cinco reais dez centavos)

Vigência : Início: 29/07/2013 Término: 30/08/2013

Objeto: CONTRATO DE LOCAÇÃO, EM CARÁTER EMERGENCIAL, DA LICENÇA DE USO DOS SISTEMAS.

Orleans, 2 de Agosto de 2013

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 116/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada : PREV & SEG ASSESSORIA E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA

Valor: 40.800,00 (quarenta mil oitocentos reais)

Vigência : Início: 02/07/2013 Término: 01/07/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 89/2013

Recursos: Dotação: 2.005.3.3.90.00.00.00.00 (16) Saldo: 122.000,49

Objeto: SERVIÇOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

Orleans, 2 de Agosto de 2013

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 128/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada: PRE-MOLDADOS BRIGHENTE LTDA-ME

Valor: 28.147,00 (vinte e oito mil cento e quarenta e sete reais)

Vigência : Início: 22/07/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 96/2013

Recursos: Dotação: 2.020.3.3.90.00.00.00.00 (82) Saldo: 198.330,05

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Orleans, 2 de Agosto de 2013



MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 77/2013-1  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
Contratada: CMV CONSTRUÇÕES MECANICAS LTDA  
Valor: 10.000,00 (dez mil reais)  
Vigência : Início: 03/07/2013 Término: 31/07/2013  
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 59/2013  
Recursos: Dotação: 1.007.4.4.90.00.00.00.00 (76) Saldo: 150.000,00  
Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 77/2013, QUE TEM POR OBJETO AQUISIÇÃO DE UMA VARREDORA COLETADORA

Orleans, 2 de Agosto de 2013  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 121/2013  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
Contratada: MERCADO DEBIAZI LTDA. - ME  
Valor: 46.336,12 (quarenta e seis mil trezentos e trinta e seis reais e doze centavos)  
Vigência : Início: 11/07/2013 Término: 31/12/2013  
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 94/2013  
Recursos: Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (8), 2.005.3.3.90.00.00.00.00 (16), 2.010.3.3.90.00.00.00.00 (35), 2.013.3.3.90.00.00.00.00 (51), 2.020.3.3.90.00.00.00.00 (82), 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (97), 2.035.3.3.90.00.00.00.00 (112), 2.028.3.3.90.00.00.00.00 (127)  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE ORLEANS

Orleans, 2 de Agosto de 2013  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 122/2013  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
Contratada: ORLEANS INFORMATICA EPP  
Valor: 3.745,49 (três mil setecentos e quarenta e cinco reais e quarenta e nove centavos)  
Vigência : Início: 11/07/2013 Término: 31/12/2013  
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 94/2013  
Recursos: Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (8), 2.005.3.3.90.00.00.00.00 (16), 2.010.3.3.90.00.00.00.00 (35), 2.013.3.3.90.00.00.00.00 (51), 2.020.3.3.90.00.00.00.00 (82), 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (97), 2.035.3.3.90.00.00.00.00 (112), 2.028.3.3.90.00.00.00.00 (127)  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE ORLEANS

Orleans, 2 de Agosto de 2013  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 123/2013  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
Contratada: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA  
Valor: 4.052,40 (quatro mil e cinquenta e dois reais e quarenta

centavos)  
Vigência : Início: 11/07/2013 Término: 31/12/2013  
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 94/2013  
Recursos: Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (8), 2.005.3.3.90.00.00.00.00 (16), 2.010.3.3.90.00.00.00.00 (35), 2.013.3.3.90.00.00.00.00 (51), 2.020.3.3.90.00.00.00.00 (82), 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (97), 2.035.3.3.90.00.00.00.00 (112), 2.028.3.3.90.00.00.00.00 (127)  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE ORLEANS

Orleans, 2 de Agosto de 2013  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 124/2013  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES S.A.  
Valor: 520.346,97 (quinhentos e vinte mil trezentos e quarenta e seis reais e noventa e sete centavos)  
Vigência : Início: 12/07/2013 Término: 31/12/2013  
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 84/2013  
Recursos: Dotação: 1.011.4.4.90.00.00.00.00 (91) Saldo: 967.916,52  
Objeto: REVITALIZAÇÃO URBANA DAS RUAS: PROFESSOR MAYA, CARLOS VOLPATO, VEREADOR AFONSO ZANINI E JANUARIO MAZON, NUMA EXTENSAO DE 3.664,917M

Orleans, 2 de Agosto de 2013  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 125/2013  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
Contratada: SETE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA  
Valor: 43.494,00 (quarenta e três mil quatrocentos e noventa e quatro reais)  
Vigência : Início: 16/07/2013 Término: 31/12/2013  
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 95/2013  
Recursos: Dotação: 2.008.3.3.90.00.00.00.00 (26) Saldo: 116.559,62  
Objeto: ACOMPANHAMENTO DO MOVIMENTO ECONOMICO DO MUNICIPIO DE ORLEANS

Orleans, 2 de Agosto de 2013  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 90/2012-2  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
Contratada: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA  
Valor: 149.774,39 (cento e quarenta e nove mil setecentos e setenta e quatro reais e trinta e nove centavos)  
Vigência : Início: 16/07/2013 Término: 31/08/2013  
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 87/2012  
Recursos: Dotação: 1.011.4.4.90.00.00.00.00 (80), 1.011.4.4.90.00.00.00.00 (82)  
Objeto: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM PLUVIAL DE VÁRIAS RUAS NO PERIMETRO URBANO NO MUNICIPIO DE ORLEANS

Orleans, 2 de Agosto de 2013  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

## PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 126/2013  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
Contratada: PENIEL PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA  
Valor: 73.000,00 (setenta e três mil reais)  
Vigência : Início: 18/07/2013 Término: 26/08/2013  
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 101/2013  
Recursos: Dotação: 2.030.3.3.90.00.00.00.00 (72) Saldo: 297.160,14  
Objeto: CONTRATAÇÃO DO SHOW ARTISTICO DA DUPLA TEODORO & SAMPAIO, NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2013 EM COMEMORAÇÃO A FESTA ALUSIVA AO CENTENARIO DE ORLEANS

Orleans, 2 de Agosto de 2013  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 127/2013  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
Contratada: CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE MOTOCICLISMO - CBM  
Valor: 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)  
Vigência : Início: 22/07/2013 Término: 25/08/2013  
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 102/2013  
Recursos: Dotação: 2.030.3.3.90.00.00.00.00 (72) Saldo: 224.160,14  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE LEGALIZADA E AUTORIZADA PARA REALIZAR, ORGANIZAR, REGULAMENTAR E SUPERVISIONAR "ETAPA DO CAMPEONATO CATARINENSE DE MOTOCROSS" NO DIA 24 E 25 DE AGOSTO DE 2013 EM COMEMORAÇÃO A FESTA ALUSIVA AO CENTENARIO DE ORLEANS.

Orleans, 2 de Agosto de 2013  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 129/2013  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
Contratada: COLINA COMERCIO DE PLANTAS LTDA ME  
Valor: 50.600,00 (cinquenta mil seiscentos reais)  
Vigência : Início: 22/07/2013 Término: 31/12/2013  
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 97/2013  
Recursos: Dotação: 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (162) Saldo: 60.000,00  
Objeto: AQUISIÇÃO DE GRAMA, MUDAS DE ARVORES E FLORES E SERVIÇOS DE PLANTIO DA MUDAS COM ADUBAÇÃO E IRRIGAÇÃO DAS MESMAS, PARA REVITALIZAÇÃO DE RUAS DA CIDADE

Orleans, 2 de Agosto de 2013  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 130/2013  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
Contratada: ENGEPLUS TELECOM LTDA. - EPP  
Valor: 2.760,00 (dois mil setecentos e sessenta reais)  
Vigência : Início: 26/07/2013 Término: 31/07/2014  
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 98/2013  
Recursos: Dotação: 2.013.3.3.90.00.00.00.00 (51) Saldo: 531.994,01  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INTERNET BANDA LARGA, PARA ESCOLAS DO MUNICIPIO DE ORLEANS

Orleans, 2 de Agosto de 2013  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

## PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 132/2013  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
Contratada: WAGEK PRE MOLDADOS LTDA  
Valor: 25.700,00 (vinte e cinco mil e setecentos reais)  
Vigência : Início: 02/08/2013 Término: 31/10/2013  
Licitação : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 100/2013  
Recursos: Dotação: 2.007.4.4.90.00.00.00.00 (20) Saldo: 51.560,98  
Objeto: AQUISIÇÃO E COLOCAÇÃO DE ESTRUTURA PRE-MOLDADA METALICA COM TELHA ALUZINCO PARA O PELO-TÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE ORLEANS.

Orleans, 2 de Agosto de 2013  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
PREFEITO DE ORLEANS

**Extratos de Contratos Saúde**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS  
EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATADO Nº 23/2013  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS  
CONTRATADA: INES ROSSI  
VALOR: 3.000,000 (TRÊS MIL REAIS)  
VIGÊNCIA: INÍCIO: 03/06/2013 TÉRMINO: 31/12/2013  
LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/COMPRAS E SERVIÇOS Nº 31/2013  
RECURSOS: DOTAÇÃO: 2.017.3.3.90.00.00.00.00 (18)

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DA UNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA NO DISTRITO DE PINDOTIBA

ORLEANS, 01 DE JULHO DE 2013.

**Extratos de Licitações Saúde**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 31/2013  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2013  
HOMOLOGAÇÃO: 03/06/2013  
CONTRATADO: INEIS ROSSI  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DA UNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA NO DISTRITO DE PINDOTIBA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS)  
FUNDAMENTO: ART.24 INCISO X DA LEI DE LICITAÇÕES  
DATA: 01/07/2013 - HIRANIA MARIA CASCAES NAZARIO-SECRETARIA DE SAUDE

**Extratos Homologação de Licitações Prefeitura 7.2013**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/13  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/13  
HOMOLOGAÇÃO: 02/07/13  
CONTRATADO: PREV & SEG ASSESSORIA E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
OBJETO: SERVIÇOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO  
VALOR DA DESPESA: R\$ 40.800,00 (quarenta mil oitocentos reais)

DATA: 02/08/13

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES -  
Prefeito De Orleans.

CONVITE Nº 90/13  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/13  
HOMOLOGAÇÃO: 03/07/13  
CONTRATADO: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA -EPP  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE  
INFORMATICA E OUTROS EQUIPAMENTOS PARA AS  
SECRETARIA DO MUNICIPIO DE ORLEANS.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.452,35 (seis mil quatrocentos e  
cinquenta e dois reais e trinta e cinco centavos)

DATA: 02/08/13  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito De Orleans.

CONVITE Nº 90/13  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/13  
HOMOLOGAÇÃO: 03/07/13  
CONTRATADO: ORLEANS INFORMATICA EPP  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE  
INFORMATICA E OUTROS EQUIPAMENTOS PARA AS  
SECRETARIA DO MUNICIPIO DE ORLEANS.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 942,58 (novecentos e quarenta e dois  
reais e cinquenta e oito centavos)

DATA: 02/08/13  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito De Orleans.

CONVITE Nº 90/13  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/13  
HOMOLOGAÇÃO: 03/07/13  
CONTRATADO: NEWCOMP EQUIPAMENTOS LTDA-ME  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE  
INFORMATICA E OUTROS EQUIPAMENTOS PARA AS  
SECRETARIA DO MUNICIPIO DE ORLEANS.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.770,00 (um mil setecentos e setenta  
reais)

DATA: 02/08/13  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito De Orleans.

CONVITE Nº 90/13  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/13  
HOMOLOGAÇÃO: 03/07/13  
CONTRATADO: ALVO MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE  
INFORMATICA E OUTROS EQUIPAMENTOS PARA AS  
SECRETARIA DO MUNICIPIO DE ORLEANS.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.330,90 (dois mil trezentos e trinta reais  
e noventa centavos)

DATA: 02/08/13  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito De Orleans.

CONVITE Nº 90/13  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/13  
HOMOLOGAÇÃO: 03/07/13  
CONTRATADO: EJD INFORMATICA LTDA ME - CONECTA  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE

INFORMATICA E OUTROS EQUIPAMENTOS PARA AS  
SECRETARIA DO MUNICIPIO DE ORLEANS.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 32.229,06 (trinta e dois mil duzentos e  
vinte e nove reais e seis centavos)

DATA: 02/08/13  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito De Orleans.

CONVITE Nº 92/13  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/13  
HOMOLOGAÇÃO: 04/07/13  
CONTRATADO: ALCINO QUAREZEMIN (ME)  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA A REFORMA  
DO CAMINHÃO LZV 6076 COLETOR DE LIXO  
VALOR DA DESPESA: R\$ 14.641,63 (quatorze mil seiscentos e  
quarenta e um reais e sessenta e três centavos)

DATA: 02/08/13  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito De Orleans.

CONVITE Nº 94/13  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/13  
HOMOLOGAÇÃO: 11/07/13  
CONTRATADO: MERCADO DEBIAZI LTDA. - ME  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE  
PARA AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE ORLEANS  
VALOR DA DESPESA: R\$ 46.336,12 (quarenta e seis mil trezentos  
e trinta e seis reais e doze centavos)

DATA: 02/08/13  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito De Orleans.

CONVITE Nº 94/13  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/13  
HOMOLOGAÇÃO: 11/07/13  
CONTRATADO: ORLEANS INFORMATICA EPP  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE  
PARA AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE ORLEANS  
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.745,49 (três mil setecentos e quarenta  
e cinco reais e quarenta e nove centavos)

DATA: 02/08/13  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito De Orleans.

CONVITE Nº 94/13  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/13  
HOMOLOGAÇÃO: 11/07/13  
CONTRATADO: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE  
VARIEDADES LTDA  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE  
PARA AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE ORLEANS  
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.052,40 (quatro mil e cinquenta e dois  
reais e quarenta centavos)

DATA: 02/08/13  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito De Orleans.

TOMADA DE PREÇO Nº 84/13  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/13  
HOMOLOGAÇÃO: 12/07/13

CONTRATADO: SETEP CONSTRUÇÕES S.A.  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
OBJETO: REVITALIZAÇÃO URBANA DAS RUAS: PROFESSOR MAYA, CARLOS VOLPATO, VEREADOR AFONSO ZANINI E JANUARIO MAZON, NUMA EXTENSAO DE 3.664,917M  
VALOR DA DESPESA: R\$ 520.346,97 (quinhentos e vinte mil trezentos e quarenta e seis reais e noventa e sete centavos)

DATA: 02/08/13  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito De Orleans.

CONVITE N° 95/13  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 95/13  
HOMOLOGAÇÃO: 16/07/13  
CONTRATADO: SETE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
OBJETO: ACOMPANHAMENTO DO MOVIMENTO ECONOMICO DO MUNICIPIO DE ORLEANS  
VALOR DA DESPESA: R\$ 43.494,00 (quarenta e três mil quatrocentos e noventa e quatro reais)

DATA: 02/08/13  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito De Orleans.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 101/13  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 101/13  
HOMOLOGAÇÃO: 18/07/13  
CONTRATADO: PENIEL PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DO SHOW ARTISTICO DA DUPLA TEODORO & SAMPAIO, NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2013 EM COMEMORAÇÃO A FESTA ALUSIVA AO CENTENARIO DE ORLEANS  
VALOR DA DESPESA: R\$ 73.000,00 (setenta e três mil reais)  
FUNDAMENTO: Art. 25, inciso III da Lei de Licitações.

DATA: 02/08/13  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito De Orleans

CONVITE N° 96/13  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 96/13  
HOMOLOGAÇÃO: 19/07/13  
CONTRATADO: PRE-MOLDADOS BRIGHENTE LTDA-ME  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO  
VALOR DA DESPESA: R\$ 28.147,00 (vinte e oito mil cento e quarenta e sete reais)

DATA: 02/08/13  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito De Orleans.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 102/13  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 102/13  
HOMOLOGAÇÃO: 22/07/13  
CONTRATADO: CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE MOTOCICLISMO - CBM  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE LEGALIZADA E AUTORIZADA PARA REALIZAR, ORGANIZAR, REGULAMENTAR E SUPERVISIONAR "ETAPA DO CAMPEONATO CATARINENSE DE MOTOCROSS" NO DIA 24 E 25 DE AGOSTO DE 2013 EM COMEMORAÇÃO A FESTA ALUSIVA AO CENTENARIO DE ORLEANS.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso III da Lei de Licitações.

DATA: 02/08/13  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito De Orleans

PREGÃO PRESENCIAL N° 97/13  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 97/13  
HOMOLOGAÇÃO: 22/07/13  
CONTRATADO: COLINA COMERCIO DE PLANTAS LTDA ME  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GRAMA, MUDAS DE ARVORES E FLORES E SERVIÇOS DE PLANTIO DA MUDAS COM ADUBAÇÃO E IRRIGAÇÃO DAS MESMAS, PARA REVITALIZAÇÃO DE RUAS DA CIDADE  
VALOR DA DESPESA: R\$ 50.600,00 (cinquenta mil seiscentos reais)

DATA: 02/08/13  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito De Orleans.

CONVITE N° 99/13  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 99/13  
HOMOLOGAÇÃO: 25/07/13  
CONTRATADO: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA -EPP  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ORLEANS  
VALOR DA DESPESA: R\$ 35.180,00 (trinta e cinco mil cento e oitenta reais)

DATA: 02/08/13  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL N° 98/13  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 98/13  
HOMOLOGAÇÃO: 26/07/13  
CONTRATADO: ENGEPLUS TELECOM LTDA. - EPP  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INTERNET BANDA LARGA, PARA ESCOLAS DO MUNICIPIO DE ORLEANS  
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.760,00 (dois mil setecentos e sessenta reais)

DATA: 02/08/13  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito De Orleans.

CONVITE N° 100/13  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 100/13  
HOMOLOGAÇÃO: 02/08/13  
CONTRATADO: WAGEK PRE MOLDADOS LTDA  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
OBJETO: AQUISIÇÃO E COLOCAÇÃO DE ESTRUTURA PRE-MOLDADA METALICA COM TELHA ALUZINCO PARA O PELOTÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE ORLEANS.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 25.700,00 (vinte e cinco mil e setecentos reais)

DATA: 02/08/13  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito De Orleans.



**Aviso de Licitação**

SAMAE DE ORLEANS

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.16/2013

O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Orleans-SC, torna publico que encontra-se aberto o Pregão Presencial n.16/2013 cujo objeto é Aquisição de PNEUS NOVOS para veículos do SAMAE.A entrega de documentação e propostas até 13hr 45min do dia 16 de agosto de 2013. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações do SAMAE na Rua Edgard Cunha, 322, Bairro Conde D'eu, Orleans, pelo Telefone (48) 34660233 e por e-mail: fatima@samaeorleans.sc.gov.br ou pelo site www.samaeorleans.sc.gov.br

COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
SAMAE ORLEANS

**Extrato de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 16/2013

Contratante...: SAMAE DE ORLEANS

Contratada: LIBRELATO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

Valor: 4.875,00 (quatro mil oitocentos e setenta e cinco reais) anual

Vigência : Início: 03/06/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 28/2012

Objeto: LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA PARA ABASTECIMENTO DE RESERVATÓRIOPOR EVENTUAL DESABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL NO MUNICÍPIO DE ORLEANS-SC

**Extrato de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 17/2013

Contratante...: SAMAE DE ORLEANS

Contratada: IDR CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

Valor: 311,00 (Trezentos e onze reais) mensal

Vigência : Início: 01/07/2013 Término: 30/06/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/compra/serviços

Objeto: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DA PAGINA DO SAMAE NA INTERNET

ORLEANS-SC., 02 DE AGOSTO DE 2013

ANTONIO I.WILLEMANN  
DIRETOR DO SAMAE

**Extrato de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 18/2013

Contratante...: SAMAE DE ORLEANS

Contratada: FERA ASSESSORIA E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

LTDA

Valor: 300,00 (trezentos reais) mensal

Vigência : Início: 01/07/2013 Término: 30/06/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERV DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

Contratada: FERA ASSESSORIA E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS LTDA

Orleans, 02 de agosto de 2013

ANTONIO I.WILLEMANN

DIRETOR DO SAMAE

**Extrato de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 21/2013

Contratante...: SAMAE DE ORLEANS

Contratada: TICKET SERVIÇOS S/A

Valor 20.741,82(vinte mil, setecentos e quarenta e um reais e oitenta e dois centavos) mensal

Vigência : Início: 09/07/2013 Término: 30/06/2014

Licitação : Pregão Presencial 13/2012

Objeto: Fornecimento de Ticket Alimentação eletrônico.

Orleans, 02 de agosto de 2013

ANTONIO I.WILLEMANN

DIRETOR DO SAMAE

# PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

# Palhoça

## PREFEITURA

### Decreto N° 1.529, de 23 de Julho de 2013

DECRETO N° 1.529, DE 23 DE JULHO DE 2013.

SUPLEMENTA CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei orçamentária n° 3798, de 28 de dezembro de 2012, resolve

#### DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 2.373.000,00 (dois milhões, trezentos e setenta e três mil reais), a dotação orçamentária abaixo:

#### 17 - SECRETARIA DE SAÚDE E MEDICINA PREVENTIVA

##### 17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.145 - Gestão e Estruturação do SUS R\$ 2.373.000,00

Red 52 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$ 2.373.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta das anulações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Palhoça, como segue:

#### 10 - SECRETARIA DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

##### 10.01 - SECRETARIA DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

2.066 - Functio e Manut.da Secret. de Admin. e Finanças R\$ 200.000,00

3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000 - Transf.a Inst.Privadas s/Fins Lucrat R\$ 200.000,00

#### 11 - SECRET.DESENV.DA IND.COM.SERV.CIENC.TECN.INOV.

##### 11.01 - SECRET.DESENV.DA IND.COM.SERV.CIENC.TECN.INOV.

1.022 - Incentivo a Indústria e o Comércio R\$ 118.000,00

3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000 - Transf.a Inst.Privadas s/Fins Lucrat R\$ 118.000,00

1.025 - Criação e Manutenção Parque Tecnológico R\$ 130.000,00

3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000 - Transf.a Inst.Privadas s/Fins Lucrat R\$ 130.000,00

#### 12 - SECRET.DE DESENV.DA AGRICULTURA E DA PESCA

##### 12.01 - SECRET.DE DESENV.DA AGRICULTURA E DA PESCA

2.033 - Functio e Manut. da Secretaria da Agricultura R\$ 70.000,00

3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000 - Transf.a Inst.Privadas s/Fins Lucrat R\$ 70.000,00

2.091 - Marifest R\$40.000,00

3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000 - Transf.a Inst.Privadas s/Fins Lucrat R\$ 40.000,00

7.085 - Subvenção Social Colônia dos Pescadores Barra Aririu R\$ 40.000,00

3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000 - Transf.a Inst.Privadas s/Fins Lucrat R\$ 40.000,00

#### 14 - SECRET.INFRAEST.TRANSITO DEFESA CIVIL ENERG

##### 14.01- SECRET.INFRAESTR.TRANSITO DEFESA CIVIL ENERG

1.156 - Sistema Eletrônico de Monitoramento Urbano R\$ 120.000,00

3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000 - Transf.a Inst.Privadas s/Fins Lucrat R\$ 120.000,00

2.147 - Segurança e Operacionalização do Transito R\$ 150.000,00

3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000 - Transf.a Inst.Privadas s/Fins Lucrat R\$ 150.000,00

#### 15 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

##### 15.01 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.035 - Functio e Manutenção da Secretaria de Assist.Social R\$ 25.000,00

3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000 - Transf.a Inst.Privadas s/Fins Lucrat R\$ 25.000,00

#### 16 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

##### 16.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

0.002 - Amortização e Encargos da Dívida Interna R\$ 1.200.000,00

3.2.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

4.5.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 800.000,00

#### 24 - SECRET.DE PLANEJAMENTO PROJ.ESP.E LAZER

##### 24.01 - SECRET. PLANEJAMENTO PROJ.ESP. E LAZER

1.140 - Festa da Tainha R\$ 60.000,00

3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000-Transf.a Inst.Privadas s/Fins Lucrat R\$ 60.000,00

7.082 - Subvenção Social ao Clube Social 7 de Setembro Centro R\$ 30.000,00

3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000 - Transf.a Inst.Privadas s/Fins Lucrat R\$ 30.000,00

7.083 - Subvenção Social Banda Nª Sra dos Navegantes R\$ 40.000,00

3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000 - Transf.a Inst.Privadas s/Fins Lucrat R\$ 40.000,00

7.084 - Subvenção Social Tomé Esporte Clube Barra do Aririu R\$ 30.000,00

3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000 - Transf.a Inst.Privadas s/Fins Lucrat R\$ 30.000,00

7.123 - Subvenção Social p/Liga Palhocense de Futebol R\$ 50.000,00

3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000 - Transf.a Inst.Privadas s/Fins Lucrat R\$ 50.000,00

#### 25 - SECRETARIA DA REGIÃO SUL E TURISMO

##### 25.01 - SECRETARIA DA REGIÃO SUL E TURISMO

2.150 - Funcionamento e Manutenção do Turismo R\$ 70.000,00

3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000 - Transf.a Inst.Privadas s/Fins Lucrat R\$ 70.000,00

SOMA R\$ 2.373.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 23 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

### Decreto N° 1.530, de 23 de Julho de 2013

DECRETO N° 1.530, DE 23 DE JULHO DE 2013.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei orçamentária n° 3798, de 28 de dezembro de 2012, resolve

#### DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 2.418.172,00 (Dois milhões, quatrocentos e dezoito mil e cento e setenta e dois reais), as dotações orçamentárias abaixo:

#### 13 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

##### 13.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

2.021 - Functio e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 1.735.440,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0017 - Aplicações Diretas R\$ 550.903,00  
 3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0017 - Aplicações Diretas R\$ 250.000,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0072 - Aplicações Diretas R\$ 934.537,00  
 2.022 - Functo e Manutenção da Educação Infantil R\$ 682.732,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0017 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00  
 3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0017 - Aplicações Diretas R\$ 250.000,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0072 - Aplicações Diretas R\$ 32.732,00  
 Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta do provável excesso de arrecadação nas fontes de Recursos do FUNDEB 60% R\$ 1.450.903,00 e R\$ 976.269,00 FUNDEB 40%.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 23 de julho de 2013.  
 CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
 Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 1.531, de 23 de Julho de 2013**

DECRETO Nº 1.531, DE 23 DE JULHO DE 2013.  
 SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE AUTARQUIA E FUNDOS para o exercício de 2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei orçamentária nº 3798, de 28 de dezembro de 2012, resolve

#### **DECRETAR:**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 2.708.000,00 (Dois milhões , setecentos e oito mil reais ), nas dotações orçamentárias abaixo:

#### **06 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO**

##### **16.01 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO**

2.013 - Funcionamento e Manut, Gabinete do Planejamento R\$ 10.000,00

Red 13 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

#### **07 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**

##### **07.01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**

2.067 - Encargos Com.Exec. de Setenças Judiciais R\$ 20.000,00

Red 31 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

#### **08 - SECRETARIA DE GOVERNO**

##### **08.01 - SECRETARIA DE GOVERNO**

2.049 - Functo e Manutenção da Secretaria de Governo R\$ 10.000,00

Red 38 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

#### **09 - SECRET. DE RECEITA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

##### **09.01 - SECRET.DE RECEITA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

2.064 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Receita R\$ 120.000,00

Red 43 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

#### **10 - SECRETARIA DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

##### **10.01 - SECRETARIA DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

2.027 - Tarifas Bancárias R\$ 100.000,00

Red 56 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

2.066 - Functo e Manut. da Secret.de Adm. E Finanças R\$ 409.000,00

Red 57 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$

279.000,00

Red 60 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

#### **12 - SECRET. DE DESENV. DA AGRIC. E DA PESCA**

##### **12.01 - SECRET. DE DESENV. DA AGRIC. E DA PESCA**

2.033 - Functo e Manutenção da Secretaria da Agricultura R\$ 20.000,00

Red 80 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

#### **14 - SECRET. INFRAEST.TRANSITO,DEFESA CIVIL E ENERG.**

##### **14.01 - SECRET. INFRAEST.TRANSITO,DEFESA CIVIL E ENERRG.**

1.023 - Pavimentação de Ruas R\$ 200.000,00

Red 214 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

2.026 - Functo e Manut. da Secretaria de Infra-Estrutura R\$ 200.000,00

Red 196 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

#### **24 - SECRET.DE PLANEJ.PROJ.ESPORTES E LAZER**

##### **24.01 - SECRET.PLANEJA.PROJ.ESPORTES E LAZER**

2.082 - Funcionamento do Esporte e Lazer R\$ 80.000,00

Red 302 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

#### **25 - SECRETARIA DA REGIÃO SUL E TURISMO**

##### **25.01 - SECRETARIA DA REGIÃO SUL E TURISMO**

2.114 - Functo e Manutenção da Secretaria da Região Sul R\$ 100.000,00

Red 328 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

2.150 - Funcionamento e Manutenção do Turismo R\$ 10.000,00

Red 334 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

#### **15 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**

##### **15.01 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**

2.035 - Functo e Manut. da Secretaria de Assistência Social R\$ 21.000,00

Red 280 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 21.000,00

SOMA R\$ 1.300.000,00

#### **17 - SECRETARIA DE SAÚDE E MEDICINA PREVENTIVA**

##### **17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

2.145 - Gestão e Estruturação do SUS R\$ 808.000,00

Red 54 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 808.000,00

#### **22 - FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA**

##### **22.01 - FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA**

2.078 - Functo e Manut. da Faculdade Munic.de Palhoça R\$ 600.000,00

Red 2 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta das anulações orçamentárias abaixo no mesmo valor.

#### **13 - SECRET.DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

##### **13.01 - SECRET. DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

2.083 - Funcionamento e Manutenção da cultura R\$ 200.000,00

Red 187 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

2.154 - Functo e Manut. de Programas Especiais R\$ 400.000,00

Red 146 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$



400.000,00

**16 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO****16.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO**

2.010 - Contribuição Tributária e Contributivas R\$ 300.000,00

Red 13 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

**27 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDENCIA****27.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDENCIA**

1.145 - Functio e Manut. Secret. Reg. Madri e Caminho Novo R\$ 400.000,00

Red 337 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

SOMA R\$ 1.300.000,00

**17:00 - SECRETARIA DE SAÚDE E MEDICINA PREVENTIVA****17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

2.141 - Atenção Básica a Saúde R\$ 210.000,00

Red 20 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 210.000,00

2.145 - Gestão e Estruturação do SUS R\$ 30.000,00

Red 59 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

2.142 - Média e Alta Complexidade R\$ 150.000,00

Red 35 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

2.143 - Vigilância em Saúde R\$ 230.000,00

Red 65 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 230.000,00

2.144 - Assistência Farmacêutica R\$ 144.000,00

Red 47 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 144.000,00

2.145 - Gestão e Estruturação do SUS R\$ 44.000,00

Red 55 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 44.000,00

SOMA R\$ 808.000,00

**22 - FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA****22.01 - FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA**

1.103 - Construção da Faculdade de Palhoça R\$ 600.000,00

Red 1 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 23 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**Decreto N° 1.533, de 31 de Julho de 2013**

DECRETO N° 1.533, DE 31 DE JULHO DE 2013.

REGULAMENTA A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E A CERTIFICAÇÃO NAS NOTAS FISCAIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, no uso de suas atribuições, No uso das atribuições legais e com fundamento no que dispõe o inciso IV do art. 79 da Lei Orgânica do Município, resolve

**DECRETAR:**

Art. 1º Fica delegada ao Secretário Municipal da Administração a competência para proferir despacho final em processos e editar portarias relativas aos servidores públicos municipais, especialmente no tocante à:

I - movimentação de pessoal;

II - concessão de licenças de todos os tipos;

III - concessão de benefícios funcionais;

IV - designação para exercício de função gratificada;

V - nomeação de servidor para cargo de provimento efetivo;

VI - exoneração a pedido, de ocupante de cargo de provimento efetivo;

VII - exoneração a pedido, de ocupante de cargo de provimento em comissão;

VIII - readaptação funcional;

IX - alteração de carga horária;

X - designação para compor comissão.

Art. 2º Fica delegada ao Secretário Municipal da Administração a competência para:

I - lançamento e homologação dos procedimentos licitatórios;

II - assinatura dos contratos administrativos e atas de registro de preços, juntamente com o secretário responsável pela gestão de contrato.

Art. 3º A certificação de recebimento de material e prestação de serviço nas notas fiscais emitidas em face da Prefeitura Municipal de Palhoça deverão ser efetuadas pelo dirigente da Secretaria vinculada ao contrato, bem como por servidor efetivo responsável para gerir o respectivo contrato.

Parágrafo Único A certificação referida no caput, das notas recebidas pelo Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Polícia Civil, deverá ser feita pelo servidor do respectivo órgão e pelo Secretário de Administração.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 31 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**Ato N°. 660/2013.**

ATO N°. 660/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR FÁBIO FLAVIO MARTINS, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Secretário de Habitação, Nível NC, Quadro de Pessoal da Secretaria de Habitação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011 e Decreto n. 1.467, de 04 de janeiro de 2013, com efeitos a contar de 10/07/2013.

Palhoça, SC, em 10 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Ato N° 661/2013.**

ATO N°. 661/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR JOSE VIRGILIO DA SILVA JUNIOR, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Planejamento, Habitação, Projetos, Lazer e Esportes, Nível NC, Quadro de Pessoal da Secretaria de Planejamento, Habitação, Projetos, Lazer e Esportes da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 10/07/2013.

Palhoça, SC, em 10 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Ato N° 662/2013.**

ATO N°. 662/2013.

CAMILO NAZARENO CAMILO MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR ANAPAUOLA VIDAL, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor V, Nível AD-ASS-5, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos retroativos a 01/07/2013.

Palhoça, SC, em 10 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Ato N° 663/2013.**

ATO N°. 663/2013.

CAMILO NAZARENO CAMILO MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR NATHAN PIERRI GALVANI, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível AD-ASS-3, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos retroativos a 24/06/2013.

Palhoça, SC, em 10 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Ato N° 664/2013.**

ATO N°. 664/2013.

CAMILO NAZARENO CAMILO MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR TAMARA DE SOUSA CANDIDO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor V, Nível AD-ASS-5, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 10/07/2013.

Palhoça, SC, em 10 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Ato N° 665/2013.**

ATO N°. 665/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR LUCIANO DALLA POZZA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Subprocurador Geral do Município, Nível NC, Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011 e Decreto nº. 1.519, de 02 de julho de 2013, com efeitos a contar de 10/07/2013.

Palhoça, SC, em 10 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Ato N° 666/2013.**

ATO N°. 666/2013.

CAMILO NAZARENO CAMILO MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR ARYANI OLIVEIRA VELHO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível AD-ASS-4, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 11/07/2013.

Palhoça, SC, em 10 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Ato N° 667/2013.**

ATO N°. 667/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR ROGERIO ENOCH RECH para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível AD-ASS-4, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita e Regularização Fundiária da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar n°. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 10/07/2013.

Palhoça, SC, em 10 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Ato N° 668/2013.**

ATO N°. 668/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR CARLOS GONÇALVES D'AVILA, para ocupar o cargo de Provimento em Co-missão de Assessor IV, Nível AD-ASS-4, Quadro de Pessoal da Secretaria de Planejamento, Habitação, Projetos, Lazer e Esportes da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar n°. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 10/07/2013.

Palhoça, SC, em 10 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Ato N° 669/2013.**

ATO N°. 669/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR ERALDO ROBERTO MORAES, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor V, Nível AI-ASS-5, Quadro de Pessoal da Superintendente das Águas de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar n°. 102 de 06 de abril de 2011 e Decreto n°. 1.467, de 04 de janeiro de 2013, com efeitos a contar de 10/07/2013.

Palhoça, SC, em 10 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Ato N° 670/2013.**

ATO N°. 670/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR WILSON COSME PAMPLONA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor V, Nível AD-ASS-5, Quadro de Pessoal da Secretaria de Planejamento, Habitação, Projetos, Lazer e Esportes da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar n°. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 10/07/2013.

Palhoça, SC, em 10 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Ato N° 671/2013.**

ATO N°. 671/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR SERGIO MATIOLA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor V, Nível AD-ASS-5, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar n°. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 10/07/2013.

Palhoça, SC, em 10 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Ato N° 672/2013.**

ATO N°. 672/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR ANDREIA MAURILIA PACHECO FERREIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível AD-ASS-4, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar n°. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 10/07/2013.

Palhoça, SC, em 10 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Ato N° 673/2013.**

ATO N°. 673/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR NELSON PORTANOVA MARQUES NETO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Jurídico, Nível AD-ASS-5, Quadro de Pessoal da Procuradoria Ge-ral do Município, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 15/07/2013.

Palhoça, SC, em 10 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Ato N° 674/2013.**

ATO N°. 674/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR RODRIGO LUIZ ALVES, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Jurídico, Nível AD-ASS-5, Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 15/07/2013.

Palhoça, SC, em 10 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Ato N° 675/2013.**

ATO N°. 675/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR RAQUEL KOCK, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível AD-ASS-3, Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 10/07/2013.

Palhoça, SC, em 10 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Ato N° 676/2013.**

ATO N°. 676/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR CIBELI BRANGER, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Jurídico, Nível AD-ASS-5, Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 15/07/2013.

Palhoça, SC, em 10 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Ato N° 677/2013.**

ATO N°. 677/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR AUGUSTO WERLICH CORREA JUNIOR, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível AD-ASS-4, Quadro de Pessoal da Secretaria de Planejamento, Habitação, Projetos, Lazer e Esportes da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 10/07/2013.

Palhoça, SC, em 10 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Ato N° 678/2013.**

ATO N°. 678/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR ADI ADUCE SILVANA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor VI, Nível AD-ASS-6, Quadro de Pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Sul da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 10/07/2013.

Palhoça, SC, em 10 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos



**Ato N° 679/2013.**

ATO N°. 679/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO JULIANA CARLA VIEIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível AD-ASS-4, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita e Regularização Fundiária da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 15/07/2013.

Palhoça, SC, em 10 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Ato N° 680/2013.**

ATO N°. 680/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR TELMA LUIZA PAMPLONA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível AD-ASS-3, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 10/07/2013.

Palhoça, SC, em 10 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Ato N° 681/2013.**

ATO N°. 681/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR SUSANA PADILHA DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Co-missão de Assessor III, Nível AD-ASS-3, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 10/07/2013.

Palhoça, SC, em 10 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Ato N° 682/2013.**

ATO N°. 682/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR NELSON JUAREZ MICHELON, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível AD-ASS-4, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 10/07/2013.

Palhoça, SC, em 10 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Ato N° 683/2013.**

ATO N°. 683/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR ADEMIR FARIAS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Segurança Pública, Trânsito e Defesa Civil, Nível NC, Quadro de Pessoal da Secretaria de Segurança Pública, Trânsito e Defesa Civil da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011 e Decreto nº. 1.467, de 04 de janeiro de 2013, com efeitos a contar de 10/07/2013.

Palhoça, SC, em 10 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Ato N° 684/2013.**

ATO N°. 684/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR JOÃO OTÁVIO FURTADO NETO, para ocupar o cargo de Provimento em Co-missão de Superintendente de Trânsito, Nível NC, Quadro de Pessoal da Secretaria de Segurança Pública, Trânsito e Defesa Civil da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011 e Decreto nº. 1.467, de 04 de janeiro de 2013, com efeitos a contar de 10/07/2013.

Palhoça, SC, em 10 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Ato N° 686/2013.**

ATO N°. 686/2013.

CAMILO NAZARENO CAMILO MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR BRUNO ORONA DE AZEVEDO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível AD-ASS-1, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 15/07/2013.

Palhoça, SC, em 15 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Ato N° 687/2013.**

ATO N°. 687/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR ALEXSANDRO PORCIUNCULA ALCANTARA VIEIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor V, Nível AD-ASS-5, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 15/07/2013.

Palhoça, SC, em 15 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Ato N° 688/2013.**

ATO N°. 688/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR KAROLINI WAGNER para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível AD-ASS-3, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita e Regularização Fundi-ária da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 15/07/2013.

Palhoça, SC, em 15 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Ato N° 689/2013.**

ATO N°. 689/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR RICARDO GARBELOTTO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível AD-ASS-1, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 15/07/2013.

Palhoça, SC, em 15 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Comunicado Pregão Presencial N°130/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

COMUNICADO

PREGÃO PRESENCIAL N° 130/2013

O Município de Palhoça torna público que fica prorrogado para o dia 07 de agosto de 2013, às 9:30h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na contratação de empresa para serviços gráficos para a Polícia Militar - 16º BPM. Conforme está previsto no edital convocatório ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, fica transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil □ de expediente normal na Prefeitura Municipal de Palhoça. A prorrogação se dá em virtude do Feriado do dia 06 de agosto de 2013, (Padroeiro do Município). O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 01 de agosto de 2013.

PREGOEIRA.

**Papanduva****PREFEITURA****Aviso de Licitação - Tomada de Preços Para Obras e Serviços de Engenharia N° 120/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

**AVISO DE LICITAÇÃO**

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N° 120/2013. Objeto: Contratação de empresa para execução da obra de construção de unidade básica de saúde, com fornecimento de mão de obra e materiais, conforme projetos arquitetônicos, memorial descritivo e planilha orçamentária. Tipo: Empreitada por menor Preço Global; Entrega dos envelopes: 21/08/2013 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 21/08/2013 - 08:45hs. Base

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (0\*\*47) 3653-2166.

Papanduva, 02 de agosto de 2013  
DARIO SCHICOVSKI  
Prefeito Municipal

### **Ata de Registro de Preços Nº 100/2013** **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2013**

Aos vinte cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 105/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 25/07/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa IRMAOS MARTINS DISTRIBUIÇÃO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 11.608.673/0001-45, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de materiais de higiene, limpeza e consumo para o uso do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;  
1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;  
1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;  
1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 5.192,95 (cinco mil, cento e noventa e dois reais e noventa e cinco centavos), referente aos itens 15, 20, 22, 25, 26, 29, 35, 40, 42, 43, 48, 53 e 54, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 105/2013.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;  
2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;  
2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;  
2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;  
2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);  
2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES**

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 105/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO**

4.1 - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido do objeto deste edital e seus adendos;  
4.2 - Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto da presente licitação;  
4.3 - Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços adjudicados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato;  
4.4 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos que trabalharem;  
4.5 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do Serviço;  
4.6 Prestar os serviços contratados, recolher e pagar os tributos que são de sua responsabilidade.

#### **CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO**

5.1 - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) será(ão) efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal;  
5.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada;  
5.3 - Os materiais deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias após a solicitação do Fundo Municipal de Saúde, em sua sede, sito a Rua Jacob Schadeck nº 1207, centro, neste município;  
5.4 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA**

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 105/2013 e seus anexos;  
6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;  
6.3 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;  
6.4 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;  
7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES**

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da

legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento dos serviços após a adjudicação da licitação;
- b) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

- 9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- 9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os serviços decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- 9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Eleggem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva - SC, 25 de julho de 2013.

SILVANA FREDERICO

Pregoeira

MÁRCIO WISNIEVSKI

Equipe de Apoio

OTÁVIO HUNKA

Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES

Equipe de Apoio

IRMÃOS MARTINS DISTRIBUIÇÃO LTDA - ME

ODAIR JOSÉ LEANDRO DIAS

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

#### Ata de Registro de Preços N° 103/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 103/2013

Aos vinte e seis dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 106/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 26/07/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa BIOMEDI MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 13.365.644/0001-25, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de materiais de procedimentos de enfermagem para o uso do Fundo Municipal de Saúde e especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 4.622,40 (quatro mil, seiscentos e vinte dois reais e quarenta centavos), referente aos itens 01, 02, 03, 06, 07 e 08, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 106/2013.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 106/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO

4.1 - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos;



4.2 - Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto da presente licitação;  
4.3 - Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços adjudicados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato;

4.4 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos que trabalharem;

4.5 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do Serviço;

4.6 Prestar os serviços contratados, recolher e pagar os tributos que são de sua responsabilidade.

#### CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal;

5.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada;

5.3 - Os materiais deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias após a solicitação do Fundo Municipal de Saúde, em sua sede, sito a Rua Jacob Schadeck nº 1207, centro, neste município;

5.4 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 106/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.4 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- Houver desistência do fornecimento dos serviços após a adjudicação da licitação;
- Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- Advertência;
- Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os serviços decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Eleggem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva - SC, 26 de julho de 2013.

SILVANA FREDERICO

Pregoeira

MÁRCIO WISNIEVSKI

Equipe de Apoio

OTÁVIO HUNKA

Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES

Equipe de Apoio

BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ODAIR JOSÉ LEANDRO DIAS

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**PEGASO**  
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



## Peritiba

### PREFEITURA

#### Errata Edital 42/2013

##### ERRATA / AVISO DE LICITAÇÃO

O município de Peritiba vem informar que o Processo de Licitação 42/2013 Concorrência Pública 03/2013 no preâmbulo e no objeto, onde lê-se "localizado na Rua Professor José Arlindo Winter", considere-se Rua Pedro Paulo Muller, as demais cláusulas do edital, inclusive a data de abertura permanecem inalteradas.

Peritiba/SC em 02 de Agosto de 2013.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

#### Resumo de Edital 43/2013

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Por Item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 18/2013.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 43/2013 - Pregão Presencial 18/2013, julgamento Menor Preço por Item.

Objeto: Aquisição de Equipamentos e Materiais permanentes para o Centro de referência de Assistência Social - CRAS.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h45min do dia 20 de Agosto de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 09h do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 02 de Agosto de 2013.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

## Pomerode

### PREFEITURA

#### Edital de Licitação Pregão Presencial N° 007/2013 - Registro de Preços

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DEPTO. DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 007/2013 - REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo nº 016/2013.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FÁRMACIA BÁSICA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Entrega dos envelopes: Até as 13:30 horas do dia 16/08/2013.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 13:30 horas do dia 16/08/2013.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br).

Pomerode SC, 02 de Agosto de 2013.

KELLY REGINA SCHWENGBER ZIMMER DALLMANN

Secretária Municipal de Saúde

#### Edital de Licitação Pregão Presencial N° 046/2013 - Registro de Preços

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA CIDADE

DEPTO. DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2013 - REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo nº 087/2013.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA IMPLANTAÇÃO E/OU MANUTENÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA NO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DOS MATERIAIS.

Entrega dos envelopes: Até as 08:30 horas do dia 16/08/2013.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:30 horas do dia 16/08/2013.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br).

Pomerode SC, 02 de Agosto de 2013.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

## Porto Belo

### PREFEITURA

**Decreto N° 1.109/2013**

DECRETO N° 1.109, DE 18 DE JULHO DE 2013.  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL,  
AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL N° 2.064, DE 17/07/2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo único do artigo 41 e parágrafo único do artigo 114, da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional especial na importância de R\$ 331.000,00 (Trezentos e trinta e um mil reais), destinados a criar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO: 14 - Fundo Municipal de Reequipamentos do Corpo de Bombeiros

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Reequipamentos do Corpo de Bombeiros

Funcional-Programática: 06.182.0004

Projeto: 1.030 - Construção do Quartel Marina da Corporação do Bombeiro Militar

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 3.000 / 5

Valor: R\$ 131.000,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 1.024 / 6

Valor: R\$ 200.000,00

Art. 2º O crédito especial aberto no artigo anterior será coberto com recurso proveniente do excesso de arrecadação no valor de R\$ 131.000,00 (Cento e trinta e um mil reais) e do excesso do convênio a ser firmado com a esfera Estadual no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 18 dias do mês de julho de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

**Aviso de Edital de Pregão N° 035/2013 PMPB-001/2013 Famap-019/2013 FMS-003/2013 FME-024/2013 Fmeduca-011/2013 Funtur-009/2013 FMAS-003/213 Fmc**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO

N° 035/2013 PMPB - 001/2013 FAMAP - 019/2013 FMS - 003/2013 FME - 024/2013 FMEDUCA - 011/2013 FUNTUR - 009/2013 FMAS - 003/2013 FMC.

Registro de Preço

Modalidade de licitação: Pregão Presencial

Tipo de licitação: Menor Valor por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Aquisição e instalação de Relógio Ponto, para atender as necessidades dos Fundos, Fundações e Secretarias Municipais do Município de Porto Belo, de Prefeitura Municipal de Porto Belo, período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Data de entrega dos envelopes, credenciamento, abertura das propostas de preço e início da sessão de disputa: 13/08/2013 às 14:00 horas;

Local da Audiência Pública: Prefeitura Municipal de Porto Belo

- sala de Licitações-End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500-Centro-Porto Belo- SC

Aquisição do Edital: Site: [www.portobelo.sc.gov.br](http://www.portobelo.sc.gov.br)

Informações: Telefone: (0XX47) 3369-4111.

Porto Belo, 02 de agosto de 2013.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

## Porto União

### PREFEITURA

**Resolução N° 001/2013 - CMDCA**

RESOLUÇÃO de N° 001, de 01 de agosto de 2013.

Dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão Permanente de Procedimento Administrativo.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do Município de Porto União, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.816, de 1º de junho de 1992, consolidada pela Lei Municipal nº 3.113, de 24 de outubro de 2005, e alterada pela Lei Municipal nº 3.228, de 13 de outubro de 2006, em Reunião Ordinária, ocorrida no dia 1º de julho de 2013, ata de nº 135,

**RESOLVE:**

INSTITUIR A COMISSÃO PERMANENTE DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, FORMADA PELOS SEGUINTE CONSELHEIROS:

Conselheira Presidente: Gleicy Walter Conte;

Conselheira Secretária: Cecilia Clarete kopko Tidre;

Conselheiro Membro: Alcemir Teixeira.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União, 01 de agosto de 2013.

CLAUDINEI JOSÉ KZIOZEK

Presidente do CMDCA

**Extrato de Revogação Carta Convite N° 002/2013**

EXTRATO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

AMASPU - Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União

CARTA CONVITE N° 002/2013

Processo licitatório 003/2013

Data do processo: 29/07/2013

Objeto: aquisição de equipamentos e móveis para consultório odontológico, bem como sua instalação.

Motivo: revoga-se o processo aludido conforme art. 49, da lei 8.666/93, com base na ata da Comissão Permanente de Licitação e Parecer Jurídico.

Porto União, SC, 02 de agosto de 2013.

MARGARETH FLISSAK

Presidente AMASPU

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### Decreto 3520

DECRETO N° 3520, de 29 de julho de 2013.

“CRIA COMITÊ DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DO PDE ESCOLA”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município.

#### DECRETA

Art. 1º- Cria Comitê de Análise e Aprovação do PDE Escola, formado por técnicos da Secretaria Municipal de Educação, designados para coordenar as ações do PDE Escola, entre outras funções.

Art. 2º - Ficam nomeados para compor o Comitê de Análise e Aprovação do PDE Escola, os membros abaixo relacionados:

- Coordenador:

Marcelo Francisco Schmidt.

- Comitê da Análise e Aprovação:

Maristela Luiza Fronza Marconsini;

Luis Carlos Visentainer;

Iolanda Weiss Warmling;

Jussara Machado de Oliveira.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

29 de julho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

### Decreto 3521

DECRETO N° 3521, de 30 de julho de 2013.

“CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO A EMPRESA FORTE COMPENSADOS E FERRAGENS LTDA”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o estabelecido na Lei Municipal n° 4.541/2007,

#### DECRETA:

Art.1º - Fica concedido a empresa FORTE COMPENSADOS E FERRAGENS LTDA, CNPJ n° 85.77.55/0001-05, Localizada Rua Emílio Wutzow, 173 no bairro Santa Galo, neste município, cadastro imobiliário n° 34.367 Cadastro Econômico n° 49.058, matriculado no Registro de Imóveis sob n° 34.999, inserido nos autos do Protocolo n° 138.798/2013, incentivo econômico na forma que segue conforme a Lei N° 4.541, de 17 de abril de 2007.

- 50m³ de britas

- 10 horas de Máquina

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

30 de julho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

SERGIO LUIZ CENSI

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo

### Decreto 3523

DECRETO N° 3523, de 30 de julho de 2013.

“CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO A EMPRESA GIRARDI & FRETE LTDA ME.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o estabelecido na Lei Municipal n° 4.541/2007,

#### DECRETA:

Art.1º - Fica concedido a empresa GIRARDI & FRETE LTDA ME, CNPJ n° 06.213.878/0001-91, Localizada Br 470, Km 143, n° 8.360, neste município, Cadastro Imobiliário n° 37.980 Cadastro Econômico n° 47.812, matriculado no Registro de Imóveis sob n° 47.679, inserido nos autos do Protocolo n° 141213/2013, incentivo econômico na forma que segue conforme a Lei N° 4.541, de 17 de abril de 2007.

- 50m³ Aterro (similar)

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

30 de julho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

SERGIO LUIZ CENSI

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo

### Pregão Presencial 074/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL N° 074/2013

OBJETO: Contratação de empresa para prover sistema de gestão pública e serviços, Secretarias Municipais.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n° 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 20/08/2013, às 08:30h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:30h do dia 20/08/2013, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Processos Licitatórios e no endereço eletrônico: [www.riodosul.sc.gov.br/licitações](http://www.riodosul.sc.gov.br/licitações).



Rio do Sul (SC), 02 de agosto de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

## **2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 006/2013**

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 006/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 19/07/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANETE ANA BUZZI POSSAMAI, portador(a) do CPF nº 581.736.339-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 006/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 006/2013, iniciando-se a prorrogação em 20/07/2013 e encerrando-se em 31/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16 de Julho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JANETE ANA BUZZI POSSAMAI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

## **2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 010/2013**

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 010/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 19/07/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PATRICIA STUPP, portador(a) do CPF nº 053.473.469-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 010/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 010/2013, iniciando-se a prorrogação em 20/07/2013 e encerrando-se em 31/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16 de Julho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

PATRICIA STUPP

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

## **2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 012/2013**

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 012/2013 firmado em 05/02/2013, com término previsto para 19/07/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOELMA PAULINA CAPISTRANO CACHOEIRA, portador(a) do CPF nº 015.721.429-01, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 012/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 012/2013, iniciando-se a prorrogação em 20/07/2013 e encerrando-se em 30/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16 de Julho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JOELMA PAULINA CAPISTRANO CACHOEIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

**2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 025/2013**

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 025/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 19/07/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) GISHLAINE APOLINARIO KISSNER, portador(a) do CPF nº 004.328.729-81, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 025/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 025/2013, iniciando-se a prorrogação em 20/07/2013 e encerrando-se em 31/07/2013.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16 de Julho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

GISHLAINE APOLINARIO KISSNER

Contratado(a)

**Testemunhas:**

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

**2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 034/2013**

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 034/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 19/07/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JERUSA SCHIOCHET, portador(a) do CPF nº 004.144.349-78, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 034/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 034/2013, iniciando-se a prorrogação em 20/07/2013 e encerrando-se em 31/07/2013.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16 de Julho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JERUSA SCHIOCHET

Contratado(a)

**Testemunhas:**

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

**2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 059/2013**

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 059/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 19/07/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANAINA ZANIS, portador(a) do CPF nº 048.235.669-39, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 059/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 059/2013, iniciando-se a prorrogação em 20/07/2013 e encerrando-se em 31/07/2013.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16 de Julho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JANAINA ZANIS

Contratado(a)

**Testemunhas:**

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

**2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 061/2013**

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 061/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 19/07/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro

lado o(a) Sr.(a) SIDIANE LAURETE KNEIDL, portador(a) do CPF nº 891.676.009-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 061/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 061/2013, iniciando-se a prorrogação em 20/07/2013 e encerrando-se em 31/07/2013.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16 de Julho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SIDIANE LAURETE KNEIDL

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

**2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 076/2013**

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 076/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 19/07/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) BERNADETE CANDIDO NUNES, portador(a) do CPF nº 674.365.529-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 076/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 076/2013, iniciando-se a prorrogação em 20/07/2013 e encerrando-se em 31/07/2013.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16 de Julho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

BERNADETE CANDIDO NUNES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

**2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 078/2013**

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 078/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 19/07/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANIA CARLA DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 897.778.599-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 078/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 078/2013, iniciando-se a prorrogação em 20/07/2013 e encerrando-se em 31/07/2013.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16 de Julho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JANIA CARLA DOS SANTOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

**2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 083/2013**

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 083/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 19/07/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA FELICIANO, portador(a) do CPF nº 027.902.199-23, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 083/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº

083/2013, iniciando-se a prorrogação em 20/07/2013 e encerrando-se em 31/07/2013."

#### Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16 de Julho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JULIANA FELICIANO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

#### 2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 095/2013

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 095/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 19/07/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) JEANE FERREIRA, portador(a) do CPF nº 043.207.779-05, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 095/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 095/2013, iniciando-se a prorrogação em 20/07/2013 e encerrando-se em 31/07/2013."

#### Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16 de Julho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JEANE FERREIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

#### 2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 113/2013

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 113/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 19/07/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) JULIANA BLUNING, portador(a) do CPF nº 048.271.349-60, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 113/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 113/2013, iniciando-se a prorrogação em 20/07/2013 e encerrando-se em 31/07/2013."

#### Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16 de Julho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JULIANA BLUNING

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

#### 2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 142/2013

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 142/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 19/07/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) IVONETE DO PRADO, portador(a) do CPF nº 128.297.838-16, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 142/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 142/2013, iniciando-se a prorrogação em 20/07/2013 e encerrando-se em 31/07/2013."

#### Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.



E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16 de Julho de 2013.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário de Administração

IVONETE DO PRADO  
Contratado(a)

Testemunhas:  
Nome: .  
CPF: .  
Nome: .  
CPF: .

## **2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 144/2013**

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 144/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 19/07/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANE PEREIRA MAGNANI, portador(a) do CPF nº 901.599.009-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 144/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto  
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:  
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 144/2013, iniciando-se a prorrogação em 20/07/2013 e encerrando-se em 31/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16 de Julho de 2013.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário de Administração

JANE PEREIRA MAGNANI  
Contratado(a)

Testemunhas:  
Nome: .  
CPF: .  
Nome: .  
CPF: .

## **2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 248/2013**

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 248/2013 firmado em 01/03/2013, com término previsto para 19/07/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro

lado o(a) Sr.(a) JAQUELINE DALCASTAGUE, portador(a) do CPF nº 863.887.979-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 248/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto  
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:  
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 248/2013, iniciando-se a prorrogação em 20/07/2013 e encerrando-se em 31/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16 de Julho de 2013.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário de Administração

JAQUELINE DALCASTAGUE  
Contratado(a)

Testemunhas:  
Nome: .  
CPF: .  
Nome: .  
CPF: .

## **2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 254/2013**

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 254,2013 firmado em 19/03/2013, com término previsto para 19/07/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CLAUDIA PRUST WESSNER, portador(a) do CPF nº 064.054.789-39, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 254,2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto  
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:  
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 254,2013, iniciando-se a prorrogação em 20/07/2013 e encerrando-se em 31/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16 de Julho de 2013.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário de Administração

CLAUDIA PRUST WESSNER  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

### **3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 062/2013**

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 062/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 19/07/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VIVIAN MARILDA MAYER, portador(a) do CPF nº 034.258.719-60, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 062/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 062/2013, iniciando-se a prorrogação em 20/07/2013 e encerrando-se em 28/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o m esmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16 de Julho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

VIVIAN MARILDA MAYER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

### **3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 257/2013**

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 257/2013 firmado em 01/03/2013, com término previsto para 19/07/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NAYARA CRISTINA CAETA NO SACHT, portador(a) do CPF nº 063.798.259-24, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 257/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 257/2013, iniciando-se a prorrogação em 20/07/2013 e encerrando-se em 12/09/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o m esmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16 de Julho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

NAYARA CRISTINA CAETANO SACHT

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

### **5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 221/2013**

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 221/2013 firmado em 22/02/2013, com término previsto para 19/07/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LIANA DE SOUZA, portador(a) do CPF nº 040.176.289-07, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 221/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 221/2013, iniciando-se a prorrogação em 20/07/2013 e encerrando-se em 02/08/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o m esmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16 de Julho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

LIANA DE SOUZA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .



**Termo de Posse e Exercício Cleivanir Niehues**  
TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) CLEIVANIR NIEHUES, nomeado (a) pela Portaria n. 0815/RH, de 01/07/2013, publicada no DOM na data de 09/07/2013, para exercer o cargo efetivo de Cirurgião Dentista, Nível H, 20 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 05/08/2013.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 05 de agosto de 2013.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

**Edital de Intimação de Decisão Proferida Em Processo Administrativo**

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
João Augusto Antunes Paiano	660.535.019-72	113820

Rio do Sul, 02 de agosto de 2013.

LEONICE WITTE  
Protocolo Geral

RUBENS AUGUSTO S MENSLIN  
Secretário Municipal da Fazenda

**Salto Veloso****PREFEITURA****Edital de Pregão Presencial N° 0034/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 0034/2013

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 0034/2013, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Contratação de empresa do ramo de pinturas para a Unidade de Saúde, com fornecimento de material

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 14/08/2013 até as 09h00min.

Abertura: 14/08/2013, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 02 de agosto de 2013.

CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

**Edital de Tomada de Preços N° 008/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N° 008/2013

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 08/2013, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Contratação de empresa no ramo de consultoria para regulamentação de loteamento de Conjunto Habitacional Bairro Escolar

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 12/08/2013 até as 14h00min.

Abertura: 12/08/2013, às 14h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 02 de agosto de 2013.

CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal



**PEGAS**  
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

## Santa Rosa do Sul

### PREFEITURA

#### Errata

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

#### ERRATA

Processo de Licitação nº 45 e 46/2013 PR

Publicação na Edição nº 1289 de 26/07/2013

#### Da Abertura:

Onde se Lê: "Com início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 14:00 horas do mesmo dia."

Leia-se: "Com início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 09:00 horas do mesmo dia."

#### Resumo de Edital

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC  
LICITAÇÃO Nº 47/2013 - CV Nº 47/2013

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para Contratação de Empresa para fornecimento parcelado de Materiais Tipográficos às Secretarias de Saúde e do Bem Estar Social e Administração e Finanças, com recebimento da documentação e proposta até às 08:45hs do dia 12/08/2013, com recebimento e abertura dos envelopes às 09:00hs, mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, mediante cadastramento prévio, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul.  
Fone: (0xx48) 3534-1113, E-mail: [licitacao@santarosadosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@santarosadosul.sc.gov.br)

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

## Santa Terezinha do Progresso

### PREFEITURA

#### Edital PL 234

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso - SC, localizado na Rua Ernesto Francisco Cardoso, 56, CNPJ: 11.360.515/0001-19, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO Nº 234/2013 MODALIDADE: Pregão Presencial n. 13/2013, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E LIMPEZA COM ENTREGA FRACIONADA (UND) PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até o dia 16/08/13, até às 16:00 horas, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 16:30 horas, no mesmo dia e endereço já mencionado. Maiores informações, bem como cópia do edital

poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 31/07/13.  
JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal.

## São Bento do Sul

### PREFEITURA

#### Lei Nº 3219/2013

LEI Nº 3219, 31 DE JULHO DE 2013.  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PAGAR ALUGUEL

#### O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a pagar aluguel pela locação de imóvel, de propriedade da empresa Bail Participações Ltda., um galpão com 800 m2, sito à Rodovia BR 280, nº 2011, Bairro Colonial neste Município, e que abrigará a empresa Flix Malhas Ltda., com base na Lei Municipal nº 2723, de 22 de fevereiro de 2011 e conforme processo 5 da Ata da 26ª Reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CODESBS, aprovada em 23 de abril de 2012.

Art. 2º. O aluguel a ser pago pelo imóvel é de R\$ 1.150,00 (um mil cento e cinquenta reais) mensais, pelo prazo de 18 (dezoito) meses, reajustado de acordo com a legislação federal específica para a matéria.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 31 de julho de 2013.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

#### Decreto Nº 220/2013

DECRETO Nº 0220, DE 04 DE JULHO DE 2013.  
ALTERA O DECRETO Nº 1300/12 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - COMSEA.

FERNANDO TURECK, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 1691/06,

#### RESOLVE:

Art. 1º. O Decreto nº 1300, de 14 de novembro de 2012 passa a ter a seguinte redação:

( )  
§2º Representantes das Entidades não Governamentais:  
( )  
"II - Representantes do Centro de Assistência Social e Beneficente Monte Moriá:  
b) Cláudio da Silva - Suplente"

( )

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de julho de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### **Decreto N° 245/2013**

DECRETO N° 0245, DE 30 DE JULHO DE 2013.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO CONSUMIDOR - CONDECON

FERNANDO TURECK, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 242/1998, alterada pela Lei nº 3205, de 05 de julho de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Defesa ao Consumidor - CONDECON, e seus respectivos suplentes como segue:

I - Diretor do PROCON - André Luiz Grossl - Presidente  
Alessandro Roberto Scharf - Suplente

II - Representantes da Associação Empresarial de São Bento do Sul-ACISBS;  
Jonny Zulauf - Titular  
Celise Roesler Kobs - Suplente

III - Representantes do Sindicato do Comércio Varejista de São Bento do Sul;  
Marcos Schuhmacher - Titular  
Herton Scherer - Suplente

IV - Representantes do Sindicato dos Empregados do Comércio de São Bento do Sul;  
Pedro Amâncio - Titular  
Giovani Konp - Suplente

V - Representantes do Serviço Municipal de Vigilância Sanitária;  
Luciane Mary Kock Scatalon - Titular  
Emanuelle Gasser - Suplente

VI - Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos de São Bento do Sul;  
Irene Galkowski - Titular  
Sérgio Paloma Pinto - Suplente

VII - Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil;  
Sívio de Moraes César Júnior - Titular  
Simone Fleishmann - Suplente

VIII - Representantes da Universidade da Região de Joinville-UNIVILLE campus São Bento do Sul  
Vladimir Vilanova Moreira - Titular  
Débora Cristina Peyerl - Suplente

IX - Representantes de Entidade Civil que defenda os interesses do consumidor (Rotary Club);  
Uwe Stortz - Titular  
Emerson Hinke - Suplente

Art. 2º. Revogam-se os Decretos nºs 0433, de 30 de agosto de 2010 e 0451, de 29 de setembro de 2010.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de julho de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### **Decreto N° 246/2013**

DECRETO N° 0246, DE 01 DE AGOSTO DE 2013

ESTABELECE VALOR DA UFM

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º A Unidade Fiscal Municipal - UFM, fica estabelecida com o valor equivalente a R\$ 3,1096 a partir de 01 de agosto de 2013, nos termos do art. 1º, parágrafo único, inciso II, da Lei nº 679/2000.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 01 de agosto de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### **Portaria N° 2785/2013**

PORTARIA N° 2785, DE 25 DE JULHO DE 2013

ADMITE EMPREGADO PÚBLICO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve,

A D M I T I R:

A partir de 24 de julho de 2013, CRISTIANE VERÍSSIMO ROSA, aprovada no Processo Seletivo de Emprego Público nº 006/2013, para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde, no EACS Mato Preto, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 25 de julho de 2013

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### **Portaria N° 2803/2013**

PORTARIA N° 2803, DE 31 DE JULHO DE 2013

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

NOMEAR:

A partir de 31 de julho de 2013, OZANA CARINE MECABO LOZAROTTO LOURENÇO, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 009/2011, homologado em 09 de setembro de 2011, para exercer o cargo de Professor, Grupo Ocupacional (Educação Infantil), Classe A, Nível I, Licenciatura Plena, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 31 de julho de 2013

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### **Portaria N° 2804/2013**

PORTARIA N° 2804, DE 01 DE AGOSTO DE 2013

EXONERA ASSESSOR JURÍDICO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A partir de 01 de agosto de 2013, ALCIONEI FRANÇA DA SILVA,

ocupante do cargo de Assessor Jurídico, na Procuradoria Jurídica.

São Bento do Sul, 01 de agosto de 2013.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Portaria N° 2805/2013**

PORTARIA N° 2805, DE 01 DE AGOSTO DE 2013  
EXONERA SECRETÁRIO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

**EXONERA:**

A partir de 01 de agosto de 2013, MARCOS GERTLER, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração, na Secretaria Municipal de Administração.

São Bento do Sul, 01 de agosto de 2013.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Portaria N° 2806/2013**

PORTARIA N° 2806, DE 01 DE AGOSTO DE 2013  
NOMEIA SECRETÁRIO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

**RESOLVE:**

Nomear, a partir de 01 de agosto de 2013, ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, no cargo de Secretário Municipal de Administração, percebendo, mensalmente, subsídio de Agente Político Municipal do Poder Executivo.

São Bento do Sul, 01 de agosto de 2013.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal



## O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1683/13, 1684/13, 1696/13, 1697/13, 1700/13 e 1701/13**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1683/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXO3829	55723539D	5010/0	08/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXO3829	55723540D	5118/0	08/03/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 31 DE JULHO DE 2013

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA REGIONAL





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1684/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDI2002	55511647D	5568/0	02/05/2013	R\$ 127,69	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 31 DE JULHO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1696/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAO3809	55723612D	6610/2	11/03/2013	R\$ 127,69	230 * VII
ABH3321	55726165D	6599/2	06/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
ACD3752	55723704D	5169/1	30/04/2013	R\$ 1.915,38	165
ACD3752	55723705D	5029/1	30/04/2013	R\$ 957,69	162 * II
ACI4525	55728332D	5169/1	10/04/2013	R\$ 1.915,38	165
AIN7151	55724074D	6920/0	29/04/2013	R\$ 127,69	233
AIU7272	55725412D	6670/0	31/03/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
ALH7937	55723774D	6912/0	29/04/2013	R\$ 53,20	232
ALH7937	55723775D	6629/0	29/04/2013	R\$ 127,69	230 * VIII
ALH7937	55723776D	6726/1	29/04/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
ANZ3735	55722573D	5010/0	16/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
ANZ3735	55722574D	6599/2	16/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
AOX2827	55725028D	6920/0	08/03/2013	R\$ 127,69	233
AQS4984	55722913D	6912/0	17/04/2013	R\$ 53,20	232
AQS4984	55725484D	6653/2	12/04/2013	R\$ 127,69	230 * XI
ASD3005	55723446D	6599/2	08/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
ASD3005	55723447D	5045/0	08/03/2013	R\$ 191,53	162 * V
ASD3005	55723448D	5142/0	08/03/2013	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
ASD3005	55723449D	6610/2	08/03/2013	R\$ 127,69	230 * VII
ASD3005	55723450D	6670/0	08/03/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
AUV2464	55728328D	6700/0	07/03/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
BES2307	55725306D	6548/0	11/04/2013	R\$ 85,12	229
CBP3916	54075934D	5169/1	16/04/2013	R\$ 1.915,38	165
CBP3916	54075935D	5045/0	16/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
CBP3916	54075936D	6556/1	16/04/2013	R\$ 191,53	230 * I
CBP3916	54075937D	6912/0	16/04/2013	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CEZ8069	55724056D	6920/0	23/04/2013	R\$ 127,69	233
DKS9701	55723861D	5045/0	25/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
DKS9701	55723862D	5142/0	25/04/2013	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
HDP0297	55723225D	5010/0	21/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
HDP0297	55723226D	5061/0	21/05/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
IDY4099	55727126D	6408/0	06/03/2013	R\$ 85,12	221
IDY4099	55727127D	5010/0	06/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
IDY4099	55727128D	5118/0	06/03/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
IDY4099	55727129D	6912/0	06/03/2013	R\$ 53,20	232
JFI2995	55724057D	6920/0	24/04/2013	R\$ 127,69	233
LAW9786	55723803D	6599/2	24/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
LBQ9477	55723854D	5029/2	21/04/2013	R\$ 957,69	162 * II
LBQ9477	55723855D	5045/0	21/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
LWV3603	55723680D	6920/0	15/04/2013	R\$ 127,69	233
LXK7462	55724059D	6920/0	24/04/2013	R\$ 127,69	233
LXY3626	55724951D	5169/1	23/02/2013	R\$ 1.915,38	165
LXY3626	55724952D	5010/0	23/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXY3626	55724953D	5118/0	23/02/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXY3626	55725550D	6726/1	23/02/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
LZE3811	55724094D	6920/0	07/05/2013	R\$ 127,69	233
LZL0861	55723889D	5169/1	03/05/2013	R\$ 1.915,38	165
LZL0861	55723890D	5010/0	03/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZL0861	55723891D	5118/0	03/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZL0861	55723892D	6599/2	03/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZS1793	55724702D	6548/0	04/05/2013	R\$ 85,12	229
MAB6270	55728430D	6912/0	22/02/2013	R\$ 53,20	232
MAH8150	55723823D	6599/2	19/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAM4106	55723686D	6920/0	18/04/2013	R\$ 127,69	233
MAU0934	55723795D	5169/1	03/05/2013	R\$ 1.915,38	165
MAZ5891	55723637D	5010/0	08/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAZ9041	55724066D	6920/0	25/04/2013	R\$ 127,69	233
MBF0573	55728432D	5169/1	24/02/2013	R\$ 1.915,38	165
MBH6394	55723683D	6920/0	16/04/2013	R\$ 127,69	233
MBI7645	55728485D	5010/0	19/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBI7645	55728486D	5118/0	19/04/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBI7645	55728487D	6599/2	19/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBI7645	55728488D	6912/0	19/04/2013	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBJ6534	55722585D	5010/0	25/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBJ6534	55722586D	5118/0	25/04/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBJ6534	55722587D	6599/2	25/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBJ6534	55722588D	6556/1	25/04/2013	R\$ 191,53	230 * I
MBN5374	55724578D	6920/0	20/05/2013	R\$ 127,69	233
MBO5830	55725457D	6548/0	02/04/2013	R\$ 85,12	229
MFB3230	55724070D	6920/0	26/04/2013	R\$ 127,69	233
MGC8574	55723770D	5169/1	26/04/2013	R\$ 1.915,38	165
MGV6605	54076030D	5045/0	18/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
MHV4200	55722575D	6599/2	20/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHV4200	55722576D	6556/1	20/04/2013	R\$ 191,53	230 * I
MJR8071	55722599D	6599/2	29/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MKI0016	55723791D	6599/2	02/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MLJ3391	54076031D	5045/0	18/04/2013	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 31 DE JULHO DE 2013

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA REGIONAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1697/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACO6199	54044479D	5568/0	11/04/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
AEJ3030	54044396D	5746/1	05/04/2013	R\$ 85,12	187 * I
AJQ1114	54044540D	5541/2	18/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
AKA5983	54044264D	5193/0	04/04/2013	R\$ 191,53	168
ALU7223	54044787D	7366/2	16/04/2013	R\$ 85,12	252 * VI
AMZ3124	54044099D	5185/1	11/03/2013	R\$ 127,69	167
AQT3675	55725118D	5967/0	20/03/2013	R\$ 191,53	203 * V
ARI5792	54044813D	7366/2	10/04/2013	R\$ 85,12	252 * VI
ARU4134	54044868D	5541/1	26/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
ARX6845	54044756D	7366/2	03/04/2013	R\$ 85,12	252 * VI
ASJ3581	55511735D	5185/1	13/05/2013	R\$ 127,69	167
AWB7619	54044930D	5568/0	19/03/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
BPC6450	55724875D	6050/2	24/04/2013	R\$ 191,53	208
CNB3501	55724410D	6270/0	11/05/2013	R\$ 127,69	220 * II
DGV8327	55511628D	5185/1	29/04/2013	R\$ 127,69	167
ENM8804	54045938D	5541/2	12/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
GLH8948	55511663D	7366/2	23/04/2013	R\$ 85,12	252 * VI
HSY8081	55511667D	5665/0	25/04/2013	R\$ 85,12	182 * X
IKC7601	54044326D	5541/2	13/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
JEU1047	54074295D	5525/0	06/04/2013	R\$ 85,12	181 * XV
KRU5069	55725254D	5843/3	27/03/2013	R\$ 127,69	196
LZP9531	54044565D	5568/0	05/03/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
LZS2733	54044424D	5541/2	15/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LZU3723	55511677D	5193/0	02/05/2013	R\$ 191,53	168
MAH8150	55723821D	6270/0	19/05/2013	R\$ 127,69	220 * II
MAH8150	55723822D	5835/0	19/05/2013	R\$ 127,69	195

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAK9327	55511642D	5185/1	30/04/2013	R\$ 127,69	167
MAR8584	55723769D	7048/2	25/04/2013	R\$ 191,53	244 * II
MBX2880	55722745D	5185/1	13/02/2013	R\$ 127,69	167
MCO3427	55725195D	5185/1	27/03/2013	R\$ 127,69	167
MCQ0599	55511652D	5541/2	08/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MED5205	55511643D	5967/0	30/04/2013	R\$ 191,53	203 * V
MEQ5465	54045915D	5541/2	21/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MET3589	54044830D	5185/1	26/04/2013	R\$ 127,69	167
MET3589	54044831D	6327/0	26/04/2013	R\$ 127,69	220 * VII
MEW4409	54044936D	5185/1	25/03/2013	R\$ 127,69	167
MFD8310	54077126D	5460/0	30/03/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MFF0550	55511665D	5231/1	24/04/2013	R\$ 85,12	172
MFM6297	54044789D	7366/2	16/04/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MGN3649	54044516D	5541/2	06/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHP9378	55511669D	5541/2	11/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIG5523	55511635D	5185/1	29/04/2013	R\$ 127,69	167
MIS1448	54044761D	5185/1	03/04/2013	R\$ 127,69	167
MIT3681	55725313D	5738/0	13/04/2013	R\$ 191,53	186 * II
MIY7077	54044861D	7366/2	17/04/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJE4351	55511507D	5541/1	26/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJJ7925	55723792D	7030/2	03/05/2013	R\$ 191,53	244 * I
MKG4081	55727946D	6050/2	24/03/2013	R\$ 191,53	208
MKP3921	55511509D	7366/2	30/04/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MKP4436	55723881D	7366/2	02/05/2013	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 31 DE JULHO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1700/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJJ5072	55724617D	5045/0	27/05/2013	R\$ 191,53	162 * V
AJJ5072	55724618D	5142/0	27/05/2013	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
AJJ5072	55724619D	6912/0	27/05/2013	R\$ 53,20	232
ALU2758	55724100D	6920/0	09/05/2013	R\$ 127,69	233
AQC2780	55727142D	6548/0	06/05/2013	R\$ 85,12	229
BOU1077	55727138D	6599/2	06/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
BOU1077	55727139D	6912/0	06/05/2013	R\$ 53,20	232
DOR6838	55723707D	6599/2	12/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
EBD3731	55725387D	6599/2	02/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
JMQ0946	55724721D	5045/0	11/05/2013	R\$ 191,53	162 * V
JMQ0946	55724722D	5142/0	11/05/2013	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
JMQ0946	55724723D	6912/0	11/05/2013	R\$ 53,20	232
LWY4332	55723815D	6599/2	11/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXI2558	55724101D	6548/0	28/04/2013	R\$ 85,12	229
LXZ3956	55723893D	5010/0	06/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXZ3956	55723894D	6912/0	06/05/2013	R\$ 53,20	232
LZL6348	55724095D	6920/0	07/05/2013	R\$ 127,69	233
LZX4007	55724725D	5010/0	11/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZX4007	55724726D	5118/0	11/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZX4007	55724729D	6726/1	11/05/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAP6012	55723817D	6599/2	14/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAU7646	55724425D	6653/2	23/05/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MDN5761	55723570D	6599/2	22/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEJ2755	55724072D	6920/0	29/04/2013	R\$ 127,69	233
MEL2361	55727749D	6912/0	06/05/2013	R\$ 53,20	232
MEO0698	55725056D	5169/1	24/05/2013	R\$ 1.915,38	165



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFR0386	55724151D	6556/1	14/05/2013	R\$ 191,53	230 * I
MGO2644	55723783D	5045/0	29/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
MGO2644	55723784D	5142/0	29/04/2013	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 31 DE JULHO DE 2013

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA REGIONAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1701/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADZ8226	55726550D	5185/1	13/05/2013	R\$ 127,69	167
AGR7717	54044545D	5185/1	06/03/2013	R\$ 127,69	167
AGS1953	55724352D	5185/1	06/05/2013	R\$ 127,69	167
AKX9451	54044428D	6050/1	07/05/2013	R\$ 191,53	208
BOU1077	55727137D	5452/3	06/05/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
CRW5554	54044490D	5452/1	17/04/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
DAK5830	55728489D	5525/0	06/05/2013	R\$ 85,12	181 * XV
DOR6838	55723706D	6050/1	12/05/2013	R\$ 191,53	208
EXG1713	55511750D	5746/1	15/05/2013	R\$ 85,12	187 * I
EXG1713	55724356D	7366/2	07/05/2013	R\$ 85,12	252 * VI
IGR2676	54044434D	5541/2	03/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LXM9039	55726635D	5541/1	04/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LXO5829	55511718D	5746/1	08/05/2013	R\$ 85,12	187 * I
LYR8027	54077536D	5347/0	28/04/2013	R\$ 85,12	178
LYT0683	54044222D	7366/2	08/05/2013	R\$ 85,12	252 * VI
LZP9531	55511649D	5185/1	03/05/2013	R\$ 127,69	167
LZX4007	55724727D	5835/0	11/05/2013	R\$ 127,69	195
LZX4007	55724728D	5819/1	11/05/2013	R\$ 574,61	193
MAV1592	54045931D	7366/2	22/03/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MAX1403	55725315D	5738/0	13/04/2013	R\$ 191,53	186 * II
MBC8967	55511685D	5568/0	08/05/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MBI0088	54044659D	5541/4	22/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBK4075	54044925D	5568/0	14/03/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MBN3083	55511688D	5568/0	10/05/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MBQ9402	55511817D	5568/0	29/05/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MBT4718	55511731D	5185/1	10/05/2013	R\$ 127,69	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEF5694	55723007D	5878/0	23/03/2013	R\$ 85,12	199
MEL2361	55727748D	6122/0	06/05/2013	R\$ 191,53	214 * I
MFP6259	55723564D	5878/0	30/04/2013	R\$ 85,12	199
MGG2886	54044793D	5185/1	17/04/2013	R\$ 127,69	167
MHF9437	55511686D	5541/1	09/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHH1976	55511687D	5568/0	09/05/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MIR3334	54044648D	7030/2	04/04/2013	R\$ 191,53	244 * I
MJC3934	55511678D	5541/2	15/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJS5848	55511745D	5746/1	14/05/2013	R\$ 85,12	187 * I
MKP1123	55724409D	7234/0	11/05/2013	R\$ 85,12	250 * I * a
MKS5009	54044357D	5185/1	22/03/2013	R\$ 127,69	167
MKX9511	55511613D	7366/2	23/04/2013	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 31 DE JULHO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

**IPRESBS****Portaria IPRESBS Nº 257/2013**

PORTARIA IPRESBS Nº. 257/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 13/02/2013 a 20/02/2013, concedido a servidora LUCINEIA CHAVES FOSCHERA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 370/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13/02/2013.

São Bento do Sul, 31/07/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**Portaria IPRESBS Nº 258/2013**

PORTARIA IPRESBS Nº. 258/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 17/07/2013 a 31/08/2013, concedido a servidora LEONI KRUGER MAAHS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Especialista em Assuntos Educacionais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 060/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17/07/2013.

São Bento do Sul, 31/07/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**Portaria IPRESBS Nº 259/2013**

PORTARIA IPRESBS Nº 259/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 27/07/2013 a 31/08/2013, a servidora CECILIA LEONARDO DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Prático de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 12/07/2013 a 26/07/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 27/07/2013.

São Bento do Sul, 31/07/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**Portaria IPRESBS Nº 260/2013**

PORTARIA IPRESBS Nº. 260/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/08/2013 a 01/11/2013, concedido a servidora IVANILDA APARECIDA DE OLIVEIRA VIGNATTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 011/2011, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/08/2013.

São Bento do Sul, 31/07/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**Portaria IPRESBS Nº 262/2013**

PORTARIA IPRESBS Nº 262/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 14/08/2013 a 28/08/2013, ao servidor WILLIAN GLATZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Autoridade de Trânsito, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo. Benefício concedido por Ofício de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 30/07/2013 a 13/08/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14/08/2013.

São Bento do Sul, 01/08/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**Portaria IPRESBS N° 263/2013**  
PORTARIA IPRESBS N°. 263/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 02/08/2013 a 31/10/2013, concedido ao servidor JOÃO FALKIEVICZ PRIMO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista II, lotado na Secretaria Municipal de Administração, através da Portaria IPRESBS nº. 040/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02/08/2013.

São Bento do Sul, 01/08/2013.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

**SAMAE**

**Ata de Registro de Preços - Publicação Trimestral**

Ata de Registro de Preços nº 01/2013  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2013  
PROCESSO DE COMPRA Nº 05/2013

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul - SAMAE, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 03/2013, Ata do Sistema de Registro de Preços 01/2013 - VISANDO O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM E DIESEL COMUM) PARA A FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DO SAMAE/SBS, pelo período de 12 (doze) meses.

Fornecedor: Bavária Empreendimentos e Participações Ltda.  
Item 01: Gasolina Comum Marca: DIBRAPE Valor Unitário por Litro: R\$ 2,8430.

Fornecedor: Bavária Empreendimentos e Participações Ltda.  
Item 02: Diesel Comum Marca: DIBRAPE Valor Unitário por Litro: R\$ 2,2940.

Vigência: 15/05/2013 a 15/05/2014.

Esta Ata de Registro de Preço encontra-se publicada na íntegra, no mural oficial do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul - SAMAE.  
2ª PUBLICAÇÃO.

São Bento do Sul, 01 de agosto de 2013  
OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

**São Domingos**

**PREFEITURA**

**Portaria N° 1481, de 31 de Julho de 2013.**

Concede férias ao servidor público municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 e:

-Considerando requerimento protocolado junto ao Setor de Pessoal;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS ao servidor público municipal, conforme segue:

SERVIDOR (A)	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Jurandir Pereira	Vigia	19/10/11-12	30	02/08/13 a 31/08/13

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 31 de julho de 2013.  
ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**Portaria N° 1482, de 02 de Agosto de 2013**

Concede afastamento legal a servidora pública municipal

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 04/04/12 e pela Lei Complementar 042 de 04/04/12 atualizada;

-Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal;

-Considerando Art. 80 letra b, da Lei Complementar nº045 de 06/11/12;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica concedido Afastamento Legal, para ausentar-se do serviço sem prejuízo de seus direitos, por 05 (cinco) dias consecutivos, no período de 02/08/13 a 06/08/13, por motivo de falecimento de seu pai, a Servidora Pública Municipal Catia De Marchi Pase, ocupante do cargo Enfermeira.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
De Florianópolis SC para São Domingos/SC, 02 de agosto de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ  
Secretária de Administração e Fazenda



**Portaria N° 1483, de 02 de Agosto de 2013.**

Concede férias ao servidor público municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 e:

-Considerando requerimento protocolado junto ao Setor de Pessoal;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS ao servidor público municipal, conforme segue:

SERVIDOR (A)	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Valderi Ferreira	Vigia	24/06/10-11	30	02/08/13 a 31/08/13

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
De Florianópolis SC para São Domingos/SC, 02 de agosto de 2013.

**ALCIMAR DE OLIVEIRA**

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ**

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**Ata de Reunião da Comissão de Licitações**

No dia 02 de agosto de 2013, às 09:00 horas, a Comissão de Licitações reuniu-se para dar continuidade a Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório PREFE 035/2013, Modalidade Tomada de Preços PREFE n. 008/2013 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PEDRAS POLIÉDRICAS E PASSEIOS DA RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL E DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL, COM ÁREA TOTAL DE 3.659,50 M², DRENAGEM PLUVIAL COM EXTENSÃO DE 90,00 M E SINALIZAÇÃO VIÁRIA COM 4 PLACAS, objeto do Contrato de repasse n. 1002523-76/2012 do MINISTÉRIO DO TURISMO, conforme havia sido designado em ata na sessão anterior já que não houve interposição de recurso. Todas as participantes foram comunicadas, porém, somente a empresa Terramax Construções e Obras Ltda, restou representada pelo Sr. Anderson Colombo, CPF n. 043.828.859-00. Passou-se à abertura dos envelopes n. 02 - Proposta de Preços da licitante Terramax Construções e Obras Ltda, inscrita no CNPJ n. 04.406.660/0001-28, já que, como consta na ata anterior, a licitante Britter Rodovias Ltda, CNPJ n. 95.849.279/0001-99, foi declarada INABILITADA por não cumprir com a alínea "f" do item 6.2.1.4 do edital, qual seja, não apresentou termo de compromisso de participação de pessoal técnico qualificado assinado pelo profissional que participará da obra como engenheiro-residente. A licitante Terramax Construções e Obras Ltda ofereceu o valor global de R\$ 269.217,58 (duzentos e sessenta e nove mil, duzentos e dezessete reais e cinquenta e oito centavos). A proposta da licitante foi declarada válida por cumprir com todos os requisitos do edital, bem como com o contido no artigo 3º do Decreto n. 7.983, de 08/04/2013, e artigo 102, § 7º, da Lei 12.708, de 17/08/2012. O envelope n. 02 - proposta de preços da empresa Britter Rodovias Ltda será devolvida via Correio. Os participantes receberão, via e-mail, cópia da presente ata, ficando cientes de que se declara aberto o prazo recursal previsto no art. 109 da Lei n. 8.666/93. Decorrido o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, o presente processo será remetido, na íntegra,

ao Departamento Jurídico para análise e Parecer Final, e, posteriormente, à Autoridade Competente para deliberação. Nada mais.

Ana Claudia B. F. da Luz - Presidente da Comissão de Licitações  
Paula Natana Comachio- Membro da Comissão  
Adriana Lúcia Pretto- Membro da Comissão  
Lenize Klein Latreille - Membro da Comissão

**Inquérito Civil 06.2011.00006480-1**

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA  
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por sua Promotoria de Justiça da Comarca de São Domingos, representada pelo Promotor de Justiça Felipe Nery Alberti de Almeida, e o MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, pessoa jurídica de direito público, representado, neste ato, pelo Prefeito Municipal, ALCIMAR DE OLIVEIRA, ora denominado COMPROMISSÁRIO, CONSIDERANDO os fundamentos que levaram a Promotoria de Justiça desta Comarca a instaurar o Inquérito Civil 06.2011.001886-3, conforme portaria n. 13/2009, editada em 10/12/2009; CONSIDERANDO que o produtor rural, também considerado como produtor primário, está conceituado na legislação fiscal como "a pessoa física que se dedique à produção agrícola, animal ou extrativa vegetal ( )", conforme prevê o Anexo 06, artigo 12, do Decreto Estadual n. 2.870, de 27/8/2001; CONSIDERANDO o disposto no artigo 18, I, do mesmo Anexo 06, onde determina que "os produtores primários emitirão Nota Fiscal de Produtor: I - sempre que promoverem a saída de produtos primários ou extrativos vegetais; CONSIDERANDO que essa providência faz ingressar na legalidade fiscal os produtos extraídos da propriedade rural destinados à comercialização, criando às empresas compradoras a necessidade do registro da entrada desses produtos para posterior emissão das respectivas notas fiscais de saída, gerando tributos, em especial o ICMS, e aumentando o movimento econômico dos municípios onde ocorreu a extração desses produtos, o que implica no aumento da sua participação na parcela de retorno do ICMS; CONSIDERANDO que, em relação aos produtores de leite, o artigo 19, I e parágrafo único, do mesmo Anexo 06 do regulamento do ICMS, antes referido, impõe a eles a obrigação de emitir a nota fiscal de produtor ao final de cada mês, quando deve englobar todas as operações realizadas no período, anotadas na ficha de coleta de leite; CONSIDERANDO que o artigo 30, § 7º, da Lei 8.212/1991, com redação dada pela Lei 11.718/08, determinou que "a empresa ou cooperativa adquirente, consumidora ou consignatária da produção fica obrigada a fornecer ao segurado especial cópia do documento fiscal de entrada da mercadoria, para fins de comprovação da operação e da respectiva contribuição previdenciária", documento esse conhecido como contranota; CONSIDERANDO que o Anexo 05 do regulamento do ICMS antes referido, prevê no artigo 42, § 1º, que no recebimento de remessas sucessivas de produtos feitas pelo mesmo produtor rural, o estabelecimento industrial adquirente - leia-se laticínio - pode emitir uma única contranota, na qual deve consignar o número da nota fiscal de produtor emitida no período, englobando todas as operações realizadas; CONSIDERANDO que no § 1º, I, desse mesmo artigo 42, integrante do anexo 05 do Regulamento do ICMS do Estado de Santa Catarina, disciplinado pelo Decreto Estadual n. 2.870, de 27/8/2001, há a previsão de que o estabelecimento industrial, ou seu entreposto, deve entregar a contranota ao produtor rural até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao do fato gerador, data essa que deve ser considerada também como limite para emissão dessa contranota; CONSIDERANDO as informações sobre a existência de transportadores de leite que praticam a compra e venda desse produto, adquirindo-o de alguns produtores rurais e revendendo à empresa que fizesse a melhor oferta de pagamento, agindo, pois, fora da



legalidade com o propósito de aumentar seus rendimentos mediante a prática de sonegação fiscal, pois praticava atos inerentes a uma empresa sem estar legalmente constituído como tal, deixando, pois, de providenciar os devidos registros de entrada e saída do produto que comercializava para fins de recolhimento do ICMS incidente sobre tais operações;

CONSIDERANDO que essa conduta, caso verdadeira, necessita ser combatida para prevenir a sonegação fiscal e também para afastar a possibilidade de o produtor de leite ser forçado a quebrar o laço de fidelidade estabelecido com a empresa para a qual fornece seus produtos.

CONSIDERANDO que, para se alcançar os resultados almejados com a inserção integral da produção rural na legalidade fiscal, faz-se necessária a NOTIFICAÇÃO, pelo Município compromissário, de todos os produtores rurais acerca da exigência legal pela emissão da nota fiscal de produtor em todas as operações de venda de produtos e animais que extrai e cria na sua propriedade, com a orientação para que, em relação à produção de leite, a obrigação é pela emissão de apenas uma nota ao final de cada mês, com a inserção da quantia total de produto entregue no período, mediante a advertência de que, caso tal obrigação não seja cumprida, o produtor estará sujeito a responder pelo CRIME DE SONEGAÇÃO FISCAL previsto no artigo 1º, I e II, da Lei 4.729, de 14/7/1965, além do CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, previsto no artigo 1º, I, II e V, da Lei 8.137, de 27/12/1990;

CONSIDERANDO a necessidade de NOTIFICAÇÃO, pelo Município compromissário, de todos os transportadores de leite para que providenciem o registro da quantia integral e individualizada fornecida pelos produtores residentes na sua área territorial, preenchendo as fichas de controle que serão fornecidas pelo COMPROMISSÁRIO, com a advertência de que, na hipótese de seu itinerário abranger área territorial de outros municípios, ele deverá preencher a ficha correspondente ao território de cada um, com os nomes dos produtores residentes em cada território e a quantidade de leite fornecida, mediante a advertência de que, caso não providencie tal registro, poderá responder pelos mesmos crimes referidos no item anterior;

CONSIDERANDO a necessidade de NOTIFICAÇÃO, pelo Município COMPROMISSÁRIO, de todas as empresas que adquirem produtos oriundos de propriedades rurais situadas no seu território, com ênfase especial aos estabelecimentos comerciais que adquirem leite, para que providenciem, até o décimo (10º) dia útil do mês subsequente ao da realização da operação, a emissão e entrega ao produtor rural da respectiva contranota relativa à aquisição desses produtos, na qual deverá inserir o número da nota do produtor, assim como a quantidade e o valor real do produto praticado pelo mercado na época da operação, sob pena de os seus representantes legais também responderem pelos crimes antes referidos.

#### RESOLVEM

Firmar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1ª. O COMPROMISSÁRIO NOTIFICARÁ, no prazo de até cento e vinte (120) dias (podendo fazer uso da minuta sugerida por esta Promotoria, inclusive com a possibilidade de fazer modificações e acréscimos), todos os produtores de leite situados na sua área territorial, para que preencham as fichas de coleta mensal de leite, em duas vias, que serão fornecidas pelo COMPROMISSÁRIO, guardando ao final de cada mês a primeira via na propriedade e entregando a segunda no setor responsável pela emissão de bloco de notas de produtor, no prazo de até sessenta (60) dias a contar do término do mês em que ocorreu a entrega do leite, devendo, ao final de cada mês, preencher a nota fiscal de produtor e nela inserir a quantidade do produto entregue no período, com o preço de mercado que estiver em vigor naquele mês.

CLÁUSULA 2ª. Na mesma NOTIFICAÇÃO deverá constar que o produtor de leite está obrigado a emitir nota também sobre a venda dos demais produtos que extrair e dos animais que criar na propriedade, tais como cabeças de gado, suínos e aves, com a advertência de que, caso não atenda as recomendações contidas

na notificação que receber, poderá responder pelos crimes de SONEGAÇÃO FISCAL, previsto no artigo 1º, I e II, da Lei 4.729, de 14/7/1965, e CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, previsto no artigo 1º, I, II e V, da Lei 8.137, de 27/12/1990;

CLÁUSULA 3ª. O COMPROMISSÁRIO NOTIFICARÁ, no prazo de até cento e vinte (120) dias (podendo fazer uso da minuta sugerida por esta Promotoria, inclusive com a possibilidade de fazer modificações e acréscimos), as empresas adquirentes de produtos agrícolas dos produtores rurais situados na sua área territorial, para que exijam deles a emissão da nota fiscal de produtor referente à quantidade precisa e o preço de mercado dos produtos adquiridos, com a advertência específica aos estabelecimentos industriais ou seus entrepostos que atuarem na compra de leite, para exigirem dos fornecedores a emissão da nota fiscal de produtor ao final de cada mês de operação, com o registro da quantidade e o preço de mercado do produto entregue nesse período, bem como para emitirem e entregarem ao produtor fornecedor, até o décimo (10º) dia útil do mês subsequente, a contranota referente à aquisição desse leite, indicando o número da nota do produtor rural que registrou a venda, o montante do produto adquirido e o valor de mercado praticado na transação, sob pena de os representantes legais dessas empresas responderem pelos crimes de SONEGAÇÃO FISCAL, previsto no artigo 1º, I e II, da Lei 4.729, de 14/7/1965, e CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, previsto no artigo 1º, I, II e V, da Lei 8.137, de 27/12/1990;

CLÁUSULA 4ª. O COMPROMISSÁRIO NOTIFICARÁ, no prazo de cento e vinte (120) dias, todos os transportadores de leite que realizam a coleta desse produto dos produtores situados na sua área territorial, para preencherem a planilha de coleta, em duas vias, as quais deverão ser fornecidas pelo COMPROMISSÁRIO, para permitir um melhor controle e fiscalização da quantidade real desse produto que for coletado e transportado aos estabelecimentos industriais, mediante o cotejamento posterior com as notas fiscais que serão emitidas pelos produtores, devendo o transportador registrar nessas planilhas o nome do produtor, a data e a quantidade de litros de leite colhidos na propriedade dele em cada ocasião, indicando, ainda, o nome e endereço da empresa destinatária do produto, devendo guardar em arquivo pessoal a primeira via dessa planilha e entregar a segunda no setor responsável pela emissão de bloco de notas de produtor, até o prazo de trinta (30) dias do mês subsequente ao da operação realizada, com a advertência ao transportador de que o não cumprimento dos termos da notificação que receber poderá caracterizar a prática dos crimes de SONEGAÇÃO FISCAL, previsto no artigo 1º, I e II, da Lei 4.729, de 14/7/1965, e CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, previsto no artigo 1º, I, II e V, da Lei 8.137, de 27/12/1990;

CLÁUSULA 5ª. O Ministério Público, por seu representante na comarca de São Domingos, compromete-se a continuar prestando esclarecimentos e orientações a todos os interessados com atuação no setor tratado no Inquérito Civil que ensejou a formalização deste TAC, abstendo-se, ainda, de instaurar qualquer procedimento para verificação de eventuais condutas omissivas de pessoas que serão alcançadas pelos termos deste TAC;

CLÁUSULA 6ª. O COMPROMISSÁRIO dará publicidade, às suas expensas, do teor deste Termo de Ajustamento de Condutas, mediante divulgação na imprensa local e na página do Município na Internet, pelo prazo de sessenta dias, assim como no local destinado à publicação dos atos administrativos, no prédio do Centro Administrativo Municipal;

CLÁUSULA 7ª. O Compromissário encaminhará, ainda, cópia deste Termo de Ajustamento de Condutas à Câmara de Vereadores, para ciência;

CLÁUSULA 8ª. Caso o COMPROMISSÁRIO não cumpra o ajustado acima nos prazos especificados, incorrerá em multa mensal no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), a ser recolhida ao Fundo de Reconstituição de Bem Lesados do Estado de Santa Catarina, (conta corrente nº 63.000-4, Banco do Brasil, agência nº 3582-3), nos termos do Assento 001/2006/CSMP, de 27 de março de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público.

Por estarem ajustados, as partes firmam o presente termo de compromisso em três vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, após homologado pelo egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

São Domingos, 05 de julho de 2013.

Felipe Nery Alberti de Almeida,  
Promotor de Justiça

Alcimar de Oliveira  
Prefeito do Município de São Domingos

Ana Cláudia da Luz  
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Vinicius Augusto Andrioli  
Assessoria Jurídica do Município de São Domingos

Testemunhas:  
TAISA CHRISTIANE HELT  
RG 4.494.101

LILIA TELES VIEIRA  
RG 4.950.476

**Not Rec Federais 01 08 2013 - Em Anexo**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 01/08/2013

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de São Domingos/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>49.561,16</b>
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	49.561,16
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	49.561,16
4.1.7.2.1.22.11.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Hídricos	49.561,16

SAO DOMINGOS, 02/08/2013

\_\_\_\_\_  
ALCIMAR DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI  
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

**Not Rec Federais 31 07 2013 - Em Anexo****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 31/07/2013

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de São Domingos/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		6.152,75
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	6.669,76
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	4.084,68
4.1.7.2.1.33.06.00.00	Programa De Assistência Farmacêutica Básica	4.084,68
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	2.585,08
4.1.7.2.1.36.02.00.00	Traf.Fin.ICMS - Desoner - L.C.Nº 87/96 - Educação	2.585,08
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução de Receita	-517,01
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-517,01
9.1.7.2.1.36.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-517,01

SAO DOMINGOS, 02/08/2013

---

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

---

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO  
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

## São João do Sul

### PREFEITURA

**Extrato de Contrato N° 118/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO N° 118/2013  
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 164/2012

OBJETO: Fica aditado para 30/11/2013 o objeto ref. AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA MODELO 4X2; MOTOR DIESEL 04 (QUATRO) CILINDROS; POTÊNCIA MÍNIMA DE 75 CV; TRANSMISSÃO MÍNIMA DE 8X2 VELOCIDADES; COM PLATAFORMA PLANA, TRACÇÃO LATERAL; FREIOS A DISCO DE COMANDO HIDRÁULICO, MARCA MASSEY FERGUSON.

CONTRATADA: SAMA MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 069/2012 - Pregão Presencial nº. 027/2012 de 10/12/2012 de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 25 de Julho de 2013.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeitura Municipal em Exercício

**Extrato de Contrato N° 119/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO N° 119/2013  
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 165/2012

OBJETO: Fica aditado para 30/11/2013 o objeto ref. a AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA DE FABRICAÇÃO NACIONAL, MODELO 4X4; MOTOR A DIESEL 04 (QUATRO) CILINDROS; POTÊNCIA MÍNIMA DE 95HP; PESO OPERACIONAL NÃO INFERIOR A 6.800KG; PROFUNDIDADE OPERACIONAL DE NO MÍNIMO 4,5MT; DIREÇÃO HIDRÁULICA; CAÇAMBA DIANTEIRA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 2000KGF; CAÇAMBA TRASEIRA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 5500KGF; CABINE FECHADA COM TOLDO, MARCA NEW HOLLAND. CONTRATADA: SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA  
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 069/2012 - Pregão Presencial nº. 027/2012 de 10/12/2012 de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 25 de Julho de 2013.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeitura Municipal em Exercício

## São José

### PREFEITURA

**Decreto N° 1.217/2013**

DECRETO N° 1.217/2013

DISPÕE SOBRE A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO PARA A PRÁTICA DE ATOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, II, IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e o artigo 19 da Lei Complementar nº 014/2004,

DECRETA:

rt. 1º – Fica delegada competência ao Secretário Municipal de Governo para a prática dos seguintes atos, no âmbito de todos os órgãos da Administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal:

I – autorizar a abertura de procedimento licitatório;

II – homologar o procedimento licitatório e adjudicar o objeto da licitação ao proponente vencedor;

III – revogar o procedimento licitatório, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993;

IV – assinar as autorizações de fornecimento e as ordens de serviços referentes aos contratos vigentes.

Art. 2º – A delegação de competência prevista neste Decreto não abrangerá os seguintes casos:

I – concessão de exploração de serviços públicos, depois de autorizada pela Câmara Municipal;

II – alienação de bens imóveis, pertencentes ao patrimônio municipal, depois de autorizada pela Câmara Municipal;

III – aquisição de itens imóveis por compra ou permuta, depois de autorizada pela Câmara Municipal.

Art. 3º – O Secretário Municipal referido no artigo 1º deste Decreto responderá isoladamente por todo ato que ultrapassar a competência ora delegada por ou se o fizer com infração à legislação vigente.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, em São José (SC), 26 de julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**Portaria N° 010/2013/Pgm**

PORTARIA N° 010/2013/PGM

O Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 30.431/2009,

RESOLVE:

I. Determinar, com fulcro no artigo 170 da Lei Municipal nº 2248/1991, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do servidor J. da S., ocupante do cargo de Agente de Saúde, lotado na Secretaria de Saúde, posto que, através das informações constantes no Memorando nº 625/2013 SGPEP e demais documentos anexos, infringiu o art. 146, inciso XI (manter, nas relações de trabalho ou não, comportamento condizente com a sua qualidade de serviços públicos e de cidadão) e art. 147, inciso VI (referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso as autoridades públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, mediante manifestação escrita ou oral), da Lei nº 2248/91 fatos que imputam pena de advertência nos termos do art. 157 do mesmo diploma legal.

II. Designar os servidores Ilson Elias, procurador municipal, matrícula nº 324, Juliana Graciosa Pereira, procuradora municipal, matrícula nº25628, Thais Farias de Souza, procuradora municipal, matrícula nº22715 e William Ramos Moreira, matrícula 17.770, para, sob a Presidência do terceiro, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar os fatos e possíveis infrações e responsabilidades advindas do ocorrido.

III. Deliberar que os membros da Comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à instrução processual.

IV. A Comissão ora composta deverá iniciar seus trabalhos no

prazo de 10 (dez) dias, devendo concluí-los no prazo de 60 dias, permitida a prorrogação por igual prazo ou a continuidade excepcional do instrutório se ne-cessário à instrução processual e ao exercício da plena defesa.

São José (SC), 17 de julho 2013.  
Atenciosamente,  
CLÓVIS RENATO SQUIO  
Procurador Geral do Município

**Portaria N° 011/2013/Pgm**  
PORTARIA N° 011/2013/PGM

O Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições previstas no Decreto n° 30.431/2009,

**RESOLVE:**

I. Determinar, com fulcro no artigo 170 da Lei Municipal n° 2248/1991, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do servidor M. A. dos S., ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria de Saúde, posto que, através das informações constantes no Memorando n° 624/2013 SGPEP-SS e demais documentos anexos, infringiu o art. 146, inciso II (assiduidade), III (pontualidade, VI (obediência das normas legais e regulamentares e X (fazer pronta comunicação do motivo de seu não comparecimento ao serviço, da Lei n° 2248/91 fatos que imputam pena de advertência nos termos do art. 157 do mesmo diploma legal.

II. Designar os servidores Ilson Elias, procurador municipal, matrícula n° 324, Juliana Graciosa Pereira, procuradora municipal, matrícula n°25628, Thais Farias de Souza, procuradora municipal, matrícula n°22715 e William Ramos Moreira, matrícula 17.770, para, sob a Presidência do terceiro, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar os fatos e possíveis infrações e responsabilidades advindas do ocorrido.

III. Deliberar que os membros da Comissão poderão reportar-se direta-mente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências neces-sárias à instrução processual.

IV. A Comissão ora composta deverá iniciar seus trabalhos no prazo de 10 (dez) dias, devendo concluí-los no prazo de 60 dias, permitida a prorrogação por igual prazo ou a continuidade excepcional do instrutório se ne-cessário à instrução processual e ao exercício da plena defesa.

São José (SC), 17 de julho 2013.  
Atenciosamente,  
CLÓVIS RENATO SQUIO  
Procurador Geral do Município

**Portaria N° 012/2013/Pgm**  
PORTARIA N° 012/2013/PGM

O Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições previstas no Decreto n° 30.431/2009,

**RESOLVE:**

I. Determinar, com fulcro no artigo 170 da Lei Municipal n° 2248/1991, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do servidor A. P. B. M., lotado na Secretaria de Saúde, posto que, através das informações constantes no Memorando n° 621/2013 SGPEP-SS e demais documentos anexos, infringiu o art. 146, inciso II (assiduidade), III (pontualidade, VI (obediência das normas legais e regulamentares), VII (obediência das ordens superiores, salvo quando manifestamente ilegais e XI (manter,

nas relações de trabalho ou não, comportamento consizente com a sua qualidade de serviços públicos e de cidadão), da Lei n° 2248/91 fatos que imputam pena de advertência nos termos do art. 157 do mesmo diploma legal.

II. Designar os servidores Ilson Elias, procurador municipal, matrícula n° 324, Juliana Graciosa Pereira, procuradora municipal, matrícula n°25628, Thais Farias de Souza, procuradora municipal, matrícula n°22715 e William Ramos Moreira, matrícula 17.770, para, sob a Presidência do terceiro, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar os fatos e possíveis infrações e responsabilidades advindas do ocorrido.

III. Deliberar que os membros da Comissão poderão reportar-se direta-mente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências neces-sárias à instrução processual.

IV. A Comissão ora composta deverá iniciar seus trabalhos no prazo de 10 (dez) dias, devendo concluí-los no prazo de 60 dias, permitida a prorrogação por igual prazo ou a continuidade excepcional do instrutório se ne-cessário à instrução processual e ao exercício da plena defesa.

São José (SC), 17 de julho 2013.  
Atenciosamente,  
CLÓVIS RENATO SQUIO  
Procurador Geral do Município

**Pregão Eletrônico 014/2013**

PREGÃO ELETRÔNICO 014/2013 - Processo n° 185/2013: Objeto: registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de refeições (café da manhã, almoço, café da tarde e janta) destinadas aos atletas que representam o município de São José/SC durante as competições esportivas no âmbito estadual. Data e período do recebimento das propostas: de 01/008/2013 às 18h00min até dia 13/08/2013 às 10h00min. Abertura das propostas: dia 13/08/2013 às 10h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone/fax: (48) 3381-0276.

**Termo Aditivo/TA (Prazo) N° 460/2012-01**

Termo Aditivo/TA (Prazo) n° 460/2012-01 - CV 036/2012 - Processo 115/2012 - Contratado: Maciel Auditores e Consultores S/S LTDA EPP. Objeto: prestação de serviços técnicos especializados em planejamento, projetos, gestão e operação de transportes públicos visando a caracterização, identificação e enumeração de elementos técnicos para prestação da concessão do serviço municipal de transporte coletivo de São José/SC. Prazo: Ficam prorrogados por mais 03 (três) meses, os prazos de vigência e execução do contrato n° 460/2012, sendo o prazo de execução a partir do dia 18/01/2013 e o prazo de vigência a partir do dia 18/02/2013.

Data da assinatura: 16 de janeiro de 2013.

**Termo Aditivo/TA (Supressão) N° 050/2013-1**

Termo Aditivo/TA (Supressão) n° 050/2013-1 - DL 023/2013 - Processo 065/2013 - Contratado: Expressa Distribuidora de Medicamentos LTDA. Objeto: aquisição de medicamentos para atender ações judiciais do Município de São José/SC. Supressão: fica suprimido o item 10 da Dispensa de Licitação n°023/2013, que seja Cloridrato de Hidroxizina 25 mg, na quantidade de 180 comprimidos, visto que este foi cotado erroneamente pela empresa, conforme documento de fls. 03 exarado pela Expressa Distribuidora de Medicamentos LTDA. Data da assinatura: 20 de maio de 2013.



**Termo Aditivo/TA (Valor) N° 643/2012-01**

Termo Aditivo/TA (Valor) n° 643/2012-01 - PE 088/2012 - Processo 204/2012 - Contratado: Orbenk Administração e Serviços LTDA. Objeto: prestação de serviços de mão de obra especializada, para atender ao Centro Administrativo do Município de São José/SC. Valor: Fica aditado o valor de R\$63.565,88, equivalente a 22,25% do valor do contrato original. Data da assinatura: 23 de julho de 2013.

**Convênio NO 088/Pmsj/Semas/FMAS/2013**

CONVÊNIO NO 088/PMSJ/SEMAS/FMAS/2013

CONVÊNIO QUE CELEBRAM, ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A UNIÃO SUL BRASILEIRA DA IGREJA ADVENTISTA DO 7º DIA.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Acioni Souza Filho s/n., Centro - São José/SC, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 82.892.274/0001-05, neste ato representado por sua titular a Senhora Prefeita Municipal ADELIANA DAL PONT, portadora da C.I. nº 536.567, CPF nº 445.313.039-20, a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, aqui representado pelo Gestor do FMAS Senhor LÉDIO COELHO, Secretário Municipal de Assistência Social, decreto nº 009/2013, portador da C.I. nº 2.046.716-8, CPF nº 594.168.159-34, denominados neste ato simplesmente CONCEDENTE de um lado, e de outro lado a UNIÃO SUL BRASILEIRA DA IGREJA ADVENTISTA DO 7º DIA, ora dito(a) CONVENIENTE, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 79.080.602/0030-90, estabelecido(a) à Rua Gisela, nº. 900, Barreiros, São José/SC, representado(a) pelo(a) Presidente Senhor Pr. ILSON ARLEI GEISLER, portador da C.I. nº 2243397, CPF nº 135.194.438-05, ajustam o presente Convênio, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Em detrimento do teor do ofício 28/2013, de 13 de junho 2013, Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação o qual menciona alteração em seu Estatuto Social, houve a rescisão do Convênio nº 079/PMSJ/SEMAS/FMAS/2013, restando, outrossim, saldo remanescente de Convênio. Ainda, diante da permanência de Grupo de Idoso vinculado na entidade, ora Conveniente, o presente convênio tem por objeto a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos da Proteção Social Básica, especificamente o "Grupo de Idosos Viva Feliz", previsto na Resolução nº 016/2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO**

A CONCEDENTE repassará à CONVENIENTE recursos na ordem total de R\$ 1.458,34 (um mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e trinta e quatro centavos), dividido em 2 (duas) parcelas no valor de R\$ 729,16 (setecentos e vinte e nove reais e dezesseis centavos), correspondendo ao atendimento de 35 (vinte e cinco) idosos no Grupo de Convivência por seis horas, com um piso "per capta" de R\$ 6,25.

§1º - Os recursos serão repassados através do Projeto/Atividade 2426 - Apoio e Assistência a Entidade, Elementos de Despesa 3.3.50.43.00.00.00.00.0080 (R\$ 5,00 (cinco reais) e 3.3.50.43.00.00.00.00.0023 (R\$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos) do Piso Básico Variável II - PBVII, que será repassado durante a vigência deste convênio.

§2º - A CONCEDENTE repassará à CONVENIENTE as duas parcelas mencionadas, conforme as datas a seguir expostas:

- a) 1ª parcela: até o 5º dia útil do mês de agosto;
- b) 2ª parcela: até o 5º dia útil do mês de novembro.

§3º - A CONVENIENTE receberá os valores expressos nesta cláusula, a qual se refere ao repasse ao grupo de idosos a ela vinculado, expressamente o seguinte:

- a) Grupo de Idosos Viva Feliz - nº idosos: 35.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

A CONVENIENTE somente poderá usar os recursos provenientes deste convênio, na manutenção dos programas estabelecidos na Cláusula Segunda do presente para a aquisição de:

- a) Gêneros alimentícios e correlatos;
- b) Material de expediente, escolar e didático;
- c) Material para educação física e desportos;
- d) Pagamento de pessoal (Professores, Instrutores, Médicos, Dentistas, Especialistas, Psicólogos e etc.), necessários para o efetivo atendimento dos programas;
- e) Pagamento de encargos trabalhistas (INSS, FGTS e PIS/PASEP);
- f) Medicamentos e material para curativos;
- g) Material de higiene, limpeza;
- h) Utensílios de cozinha;
- i) Vestuário;
- j) Gás de cozinha;
- k) Despesas com transporte;
- l) Pagamento de energia elétrica, serviços de abastecimento de água e serviço de telefonia fixa.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE**

- a) Efetuar os repasses dos recursos financeiros conforme estabelecido na Cláusula Segunda;
- b) Proporcionar formação aos profissionais que atuam no serviços/projetos conveniados, sendo que as organizações terão obrigação de encaminhá-los e exigir a participação;
- c) Prestar assessoria técnica periodicamente às organizações, principalmente quando solicitado;
- d) Aprovar os procedimentos técnicos e operacionais necessários à execução do objeto deste Convênio;
- e) Orientar, coordenar, supervisionar, fiscalizar e avaliar a execução deste Convênio diretamente ou por meio de outro órgão delegado;
- f) Prorrogar "de ofício" a vigência do Convênio quando houver atraso na liberação dos recursos a cargo da CONCEDENTE, conforme consta do Plano de Trabalho, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;
- g) Publicar o presente convênio em observância à legislação municipal aplicável;
- h) Indicar técnico para acompanhamento e supervisão da execução do presente convênio. Por ocasião da prestação de contas, o referido técnico emitirá parecer conclusivo acerca do atingimento do objeto pactuado.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE**

- a) Entregar Plano de Trabalho, previsto no art. 116, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993, contendo, obrigatoriamente: identificação do objeto a ser executado, metas a serem atingidas, etapas ou fases de execução, plano de aplicação dos recursos financeiros, cronograma de desembolso, previsão de início e fim da execução do objeto bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;
- b) Entregar Plano Técnico de Atividade Anual à Secretaria Municipal de Assistência Social;
- c) Propiciar, no local de realização do objeto, os meios e as condições necessárias para que a CONCEDENTE possa realizar supervisões;
- d) Encaminhar à CONCEDENTE, até o 1º dia útil, do mês



subseqüente, a planilha "Frequência Mensal" supramencionada, devidamente preenchida;

e) Encaminhar à CONCEDENTE, juntamente com a planilha supracitada, a relação dos funcionários da entidade;

f) Aceitar a supervisão, orientação e fiscalização da CONCEDENTE, fornecendo-lhe com presteza, sempre que por esta solicitada, todas as informações relativas ao presente convênio;

g) Não aplicar, sob nenhum pretexto, os recursos, objeto deste convênio, em outras finalidades, senão aquelas previstas nas Cláusulas Primeira e Terceira deste instrumento;

h) Entregar à CONCEDENTE 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela mensal do recurso, a prestação de contas, na forma prevista na Cláusula sétima;

i) Devolver à CONCEDENTE, juntamente com a prestação de contas, todo o recurso que, no prazo citado na alínea anterior, não tenha sido utilizado;

j) Responsabilizar-se pelo cumprimento do prazo estabelecido para a entrega da prestação de contas;

k) Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciário, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo a CONCEDENTE de quaisquer ônus e reivindicações perante terceiros, em juízo ou fora dele;

l) Não utilizar os recursos para pagamento de despesas realizadas em data anterior à assinatura do presente convênio;

m) Observar e cumprir as normas do Decreto n°. 6.170/2007 e da Portaria MPOG/MF/CGU 127/2008;

n) Emitir cheques, da conta específica do convênio, nominais e individualizados por credor;

o) Apresentar relatório mensal, físico financeiro de atendimento dos serviços de Assistência Social das atividades cumpridas, subscrito pelo CONVENIENTE;

p) Ter uma conta específica para cada convênio;

q) O CONVENIENTE deverá se manter em dia com as obrigações junto ao INSS e ao FGTS/CEF durante todo o decorrer do convênio;

r) Entregar Relatório Mensal de Atividade à Secretaria Municipal de Assistência Social, até o 1º dia útil do mês subseqüente;

s) Informar imediata e oficialmente a CONCEDENTE quando houver disponibilidade de vagas;

t) Contratar e manter equipe mínima de referência a ser definida de acordo com a especificidade de cada ação, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006 (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS);

u) Seguir as orientações da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais aprovados pelo CNAS, através da Resolução Nº. 109 de 11 de novembro de 2009, sobretudo, no que se refere a sua organização por nível de complexidade;

v) Compatibilizar o objeto deste Convênio com as normas e os procedimentos federais, estaduais e municipais de preservação ambiental, quando for o caso;

w) Assegurar o livre acesso de servidores dos Sistemas de Controle Interno e Externo, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, bem como prestar a estes todas e quaisquer informações solicitadas, quando em missão de fiscalização ou auditoria;

x) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos no local onde forem contabilizados os documentos originais fiscais ou equivalentes, comprobatórios das despesas realizadas com recursos do presente Convênio.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros recebidos deverá ser apresentada à CONCEDENTE, até 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela mensal do recurso, acompanhada dos seguintes documentos, sem qualquer rasura:

a) Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, exigido de

acordo com o Decreto n°. 3.788/2001;

b) A comprovação do recolhimento de tributos, contribuições, inclusive as devidas à Seguridade Social, multas e demais encargos fiscais devidos à Fazenda Pública Federal;

c) A Certidão Negativa da Receita Federal, de acordo com o art. 6º da Lei 10.522/2002;

d) A comprovação de regularidade no depósito das parcelas do FGTS;

e) Balancete demonstrando a receita e as despesas, evidenciando o saldo;

f) Notas/Cupons Fiscais emitidos sem rasuras e constando, obrigatoriamente, as seguintes informações:

- Data de emissão, que deverá ser posterior ao depósito bancário dos recursos, conforme extrato bancário comprobatório;

- Nome e endereço da Entidade;

- Descrição de quantidade, tipo, modelo e demais elementos que permitam a perfeita identificação do que foi adquirido ou dos serviços prestados;

- Valores unitários e totais por mercadoria, bem como o valor total da Nota/Cupom Fiscal;

- A Entidade deve comprovar, através de carimbo, na própria Nota/Cupom Fiscal, o recebimento do(s) material(s) adquirido(s) ou serviços prestados.

g) Comprovante da devolução dos recursos recebidos e não aplicados, quando houver.

h) Extrato Bancário da conta específica do convênio, com toda a movimentação desde o depósito do recurso até a compensação do último cheque;

i) Fotocópia (xerox) de todos os cheques emitidos da conta específica do convênio, não sendo permitido cópias com carbono.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

O prazo estabelecido para a execução deste convênio será de 1º de agosto de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente convênio poderá ser rescindido unilateralmente, a qualquer momento, pela CONCEDENTE ou pelo CONVENIENTE quando comprovada qualquer irregularidade que implique em descumprimento de quaisquer das Cláusulas aqui previstas, acarretando, neste caso, a imediata suspensão de repasses futuros.

§1º - Poderá haver rescisão, também, por mútuo consenso das partes, em qualquer época.

§2º - O Convênio poderá ser rescindido, ainda, caso o CONVENIENTE não entregue, até a data do repasse da primeira parcela, a documentação listada abaixo, ou haja irregularidades na mesma:

a) Ofício de Solicitação;

b) Projeto Técnico;

c) Cópia da Carteira de Identidade e do CPF do (a) Dirigente da Entidade CONVENIENTE;

d) Certificado de Regularidade Fornecido pelo INSS;

e) Certificado de Regularidade do FGTS fornecido pela CEF; se for o caso, também a de regularidade quanto ao pagamento das parcelas mensais relativas a débitos negociados do FGTS e do INSS;

f) Balanço Sintético do Ano de 2012;

g) Declaração do Banco contendo o n°. da agência e o n°. da conta bancária, com o nome da entidade;

h) Cópia da Ata de Posse da Atual Diretoria e Declaração Expressa de Responsabilidade do (a) Presidente da Entidade, sob as penas da lei, quanto ao recebimento, à aplicação e à prestação de contas dos recursos recebidos.

#### CLÁUSULA NONA - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

É assegurada à CONCEDENTE a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e de exercer o controle e fiscalização sobre a execução do objeto deste Convênio.

§1º - Fica facultado à CONCEDENTE assumir a execução do Convênio, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade da consecução do objeto.

§2º - Além das prerrogativas expostas no CAPUT e §1º desta cláusula, fica o Conselho Municipal de Assistência Social, com auxílio da CONCEDENTE, conforme exposto na Resolução 016/2013, autorizado a analisar e avaliar o presente convênio, podendo alterar, suspender ou adequá-lo, durante a execução, conforme a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, passando os valores repassados a partir de per capita, para piso, capacidade instalada, respeitando a modalidade de atendimento e o PNAS.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DÚVIDAS

As dúvidas suscitadas na execução deste Convênio serão dirimidas pela CONCEDENTE, através da Secretaria Municipal de Assistência Social.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de São José para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio na presença de 02 (duas) testemunhas e em 03 (três) vias, de igual teor e forma.

São José, SC, 30 de julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT      LÉDIO COELHO  
Prefeita Municipal      Secretário de Assistência Social

P/ENTIDADE: \_\_\_\_\_  
Pr. ILSON ARLEI GEISLER

#### TESTEMUNHAS:

1. Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

2. Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

#### **Termo de Rescisão do Convênio NO 079/Pmsj/Semas/FMAS/2013**

TERMO DE RESCISÃO DO CONVÊNIO NO 079/PMSJ/SEMAS/FMAS/2013

TERMO DE RESCISÃO DO CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Acioni Souza Filho s/n., Centro - São José/SC, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 82.892.274/0001-05, neste ato representado por sua titular a Senhora Prefeita Municipal ADELIANA DAL PONT, portadora da C.I. nº 536.567, CPF nº 445.313.039-20, a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, aqui representado pelo Gestor do FMAS Senhor LÉDIO COELHO, Secretário Municipal de Assistência Social, decreto nº 009/2013, portador da C.I. nº 2.046.716-8, CPF nº 594.168.159-34, e de outro lado a Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação e Assistência Social, inscrito(a) no CNPJ

sob o nº 76.726.884/0081-02, estabelecido(a) à Rua Gisela, nº. 900, Barreiros, São José/SC, representado(a) pelo(a) Presidente Senhor Pr. ILSON ARLEI GEISLER, portador da C.I. nº 2243397, CPF nº 135.194.438-05, tem justo e firmado entre si o presente TERMO DE RESCISÃO DE CONVÊNIO (NO 079/PMSJ/SEMAS/FMAS/2013), que objetiva a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos da Proteção Social Básica (Grupo de Idosos Viva Feliz, contando trinta e cinco idosos), a contar de 31 de julho de 2013, ao amparo do parágrafo primeiro, da cláusula oitava, do Convênio, declarando que, após o cumprimento das obrigações relativas à aludida data, não haverá mais nenhuma obrigação das partes a ser observada em decorrência do Convênio, ora rescindido.

E, por estarem de acordo, os partícipes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas subscritas.

São José, SC, 29 de julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT      LÉDIO COELHO  
Prefeita Municipal      Secretário de Assistência Social

P/ENTIDADE: \_\_\_\_\_  
Pr. ILSON ARLEI GEISLER

#### TESTEMUNHAS:

1. Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

2. Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

## São Lourenço do Oeste

### PREFEITURA

#### **Aviso de Licitação - Processo Licitatório N° 133/2013, PR N° 094/2013,**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 16/08/2013, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO N° 133/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 094/2013, OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTÕES ELETRÔNICOS E INTERFONES NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação - Processo Licitatório N° 134/2013, PR N° 095/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 16/08/2013, às 15:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO N° 134/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 095/2013, OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL, PARTICIPAREM DO EVENTO "II CIRANDA CULTURAL", QUE FAZ PARTE DO PROJETO "ESCOLA DA FAMÍLIA", A SER REALIZADO NO CEIM MONTEIRO LOBATO NO DIA 26/10/2013. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

**Edital de Chamamento Público Para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar Rural**

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR N° 003/2013.

1. O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20 residente e domiciliado em São Lourenço do Oeste - SC, TORNA PÚBLICA a abertura do processo de seleção da melhor proposta para aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, de acordo com a RESOLUÇÃO/CD/FNDE N° 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013, fundamentada nas disposições da Lei nº 11.947/2009 bem como pelas demais disposições:

1.1. O presente Edital e seus anexos estão disponíveis no site do Município de São Lourenço do Oeste: [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

1.1.1. Fazem parte do presente edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - PLANILHA - MÉDIA DE CONSUMO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - 2º SEMETRE DE 2013

ANEXO II - MODELO DE PROJETO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - (modelo conforme Resolução/CD/FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013)

ANEXO III - PLANILHA - PERIODICIDADE DE ENTREGA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - 2º SEMETRE DE 2013

ANEXO IV - PLANILHA - MÉDIA DE PREÇOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - 2º SEMETRE DE 2013

1.2. Para a habilitação das propostas os interessados deverão encaminhar em envelope lacrado a seguinte documentação:

1.2.1 - Para fornecedores Individuais, detentores de DAP Física, não organizados em grupo:

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;

b) Extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 30 dias;  
c) Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante (Modelo Anexo II);  
d) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso; e  
e) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

1.2.2 - Para grupos Informais de agricultores familiares, detentores de DAP Física, organizados em grupo:

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;  
b) Extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 30 dias;  
c) Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos os agricultores participantes (Modelo Anexo II);  
d) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso; e  
e) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda.

1.2.3 - Para Grupos Formais, detentores de DAP Jurídica:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;  
b) Extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 30 dias;  
c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;  
d) Cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;  
e) Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar;  
f) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados relacionados no projeto de venda; e  
f) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.

1.3 - Devem constar nos Projetos de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar o nome, o CPF e nº da DAP Física de cada agricultor familiar fornecedor dos gêneros constantes no Projeto.

1.4 - Na ausência ou irregularidade de qualquer desses documentos, será aberto o prazo de até 04 (quatro) dias para a regularização da documentação.

Endereço para entrega do envelope:

CHAMAMENTO PÚBLICO N° 003/2013

Município de São Lourenço do Oeste

Rua Duque de Caxias, nº 789

89.990.000 - São Lourenço do Oeste - SC

Gerência de Licitações e Compras.

1.3. Os Projetos de Fornecimento, juntamente com a documentação serão recebidos até às 08:50 horas, do dia 26 de agosto de 2013, no Centro Administrativo Municipal pela Gerência de Licitações e Compras.

1.4. O julgamento será realizado pela Comissão Permanente de Julgamento de Licitações, nomeada pela Portaria nº 055, de 07 de janeiro de 2013 e suas alterações, em data de 26/08/2013 às 09



horas. Os interessados poderão se fazer presentes à Sessão, não sendo, no entanto, requisito para admissão de sua participação no certame.

1.5. O critério de seleção adotado, obedecerá o disposto no art. 25 da RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013, fundamentada nas disposições da Lei nº 11.947/2009, e subsidiariamente, na Lei 8.666 de 1993, no que couber.

1.6. Os projetos de fornecimento deverão observar os anexos do Edital, observando-se as características e periodicidade de entrega dos produtos.

1.7. Os produtos deverão ser entregues no depósito da Alimentação Escolar, Av. Brasil, 1097, centro, CEP 89.990.000 - São Lourenço do Oeste - SC. Um cronograma mensal com as quantidades necessárias para consumo será expedida pela Secretaria Municipal de Educação aos grupos habilitados para a entrega dos produtos. Os mesmos serão recebidos, na qual se atestará o seu recebimento, nas segundas-feiras e terças-feiras das 07h e 30min às 09h e 30min, de acordo com a periodicidade de entrega (ANEXO III).

1.8. Os recursos financeiros são provenientes transferências do FNDE - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE.

Código da Dotação: 08.01.13.361.4505.2.013.3.3.90.00.00.00.00 - D(146)

1.9. Aplicam-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições legais aplicáveis às licitações, especialmente as previstas na Lei 8.666 de 1993.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de agosto de 2013.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

### Decreto Nº 2.682/2013 de 29 de Julho de 2013

DECRETO Nº 2.682/2013 de 29 de julho de 2013  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.909/2012 de 27 de novembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
06.03 - ASSESSORIA DE OBRAS  
06.03.15.451.0008.2.030 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE OBRAS  
3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.200,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.03 - ASSESSORIA DE OBRAS

06.03.15.451.0008.2.030 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE OBRAS  
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 1.200,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 29 de julho de 2013.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA  
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado na mesma data.

JÉSSICA TAIANE WALZ  
Diretora de Recursos Humanos

Serra Alta

PREFEITURA

### Extrato Aditivo Contratual

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO PROCESSO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 30/2013  
EXTRATO CONTRATUAL

1º Termo Aditivo o Contrato Nº.: 061/2013  
Contratante MUNICÍPIO DE SERRA ALTA  
Contratada: FORÇA NOVA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA ME.

Objeto 1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE

1.1 Fica alterado o Item "2.1 da Cláusula Segunda - Do preço e condições de pagamento" relativo ao contrato nº 61/2013, com fundamentação legal no artigo 65, parágrafo 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93 e item 5.1 do presente contrato, que passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

"2.1. O presente termo tem por objeto Suprimir e Aditar o contrato que tem por objetivo a Execução de alambrado que circunda a Creche Proinfância tipo C, em um perímetro total de 164,50 metros, o valor total preposto para a execução da referida Obra era de R\$ 18.335,36 (Dezoito mil, trezentos e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos) sendo suprimido o valor de R\$ 13,05 (Treze reais e cinco centavos) em decorrência da constatação de erro de cálculo no somatório da Planilha de itens da Proposta vencedora. Diante disso, o valor total da obra passa a ser R\$ 18.332,31 (Dezoito mil trezentos e trinta e dois reais e trinta e um centavos) em conformidade com a Planilha do orçamento quantitativo e financeiro emitida pela engenheira da contratante responsável pela fiscalização da obra, que se encontra em anexo a este termo aditivo.

2.1.1 Nos termos do § 1º, alínea d, inciso I do Art. 65 da Lei 8.666/93 - Da Alteração dos Contratos, fica acrescido o valor de R\$ 3.892,52 (Três mil, oitocentos e noventa e dois reais e cinquenta e dois centavos) em relação ao contrato inicialmente celebrado, sendo que desse valor supra mencionado R\$ 1.552,00 (Hum mil

e quinhentos e cinquenta e dois reais) referem-se aos serviços de mão de obra e R\$ 2.340,52 (Dois mil, trezentos e quarenta reais e cinquenta e dois centavos) referem-se aos materiais utilizados para a execução da obra, de acordo com a Justificativa Técnica emitida pelo Departamento de Engenharia da Contratante que encontra-se em anexo. Por consequente a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a partir da presente data pela prestação dos serviços objeto deste Contrato, o total correspondente a R\$ 22.214,88 (Vinte e dois mil duzentos e quatorze reais e oitenta e oito centavos)".

Vigência 29/07/2013 á 04/08/2013

Dotação Orçamento vigente: 05.01.2.500.44.90.92.51.00 DR 0001

SERRA ALTA, 29 de Julho de 2013.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal

## Sombrio

### PREFEITURA

#### Contratos

CONTRATO nº 01/2013 LEI 1853/09 Contratado: Carol Estefany de Alcântara da Costa Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços valor Mensal: R\$ 678,00 Prazo: até 02/01/2013, até 31/12/2013 Data assinatura: 02 /01/ 2013.

CONTRATO nº02/2013 LEI 1853/09Contratado: Karine Silvano Daros Matos Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Aux. Serviços Valor Mensal: R\$678,00 Prazo: 02/01/2013, até 31/12/2013 Data assinatura: 02 /01/ 2013.

CONTRATO nº 03/2013. LEI 1853/09 Contratado: Remi Suppi Pereira Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Motorista Valor Mensal: R\$ 970,00 Prazo:02/01/2013,até31/12/2013 Data assinatura:.02 /01/ 2013

CONTRATOnº04/2013LEI1853/09Contratado Daisy Christiane da Silva: Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. Administrativo, Valor Mensal: R\$ 884,28 Prazo:02/01/2013 até 31/12/2013 Data assinatura:02 /01/ 2013.

CONTRATO nº 05/2013.LEI1853/09 Contratado: Patrícia Pereira de Oliveira Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Assistente Social Valor Mensal: R\$ 2.028,39 Prazo: 02/01/2013 até 31/12/2013 Data assinatura:02/01/2013.

CONTRATO nº 06/2013.LEI 1853/09 Contratado: Arnildo da Silva Santos Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Agente de Combate a Doenças Epidemiológicas Valor Mensal: R\$ 678,00 Prazo: 02/01/2013 até 31/12/2013.  
Data assinatura: 02/01/2013.

CONTRATO nº 07/2013. LEI1853/09 Contratado: Bruna Borges Barbosa Objeto:contrato temporário de trabalho na função de telefonista Valor Mensal: R\$884,28 Prazo:02/01/2013até 01/03/2013. Data assinatura02 /01/ 2013:

CONTRATO nº08/2013.LEI 1853/09Contratado: Ageu Generoso Borges Objeto: contrato temporário de trabalho na função motorista Valor Mensal: R\$970,00 Prazo: 09/01/2013,até31/12/2013. Data assinatura:09/01/2013.

CONTRATOnº09/2013.LEI1853/09Contratado: Camila Inácio Padilha Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. Serviços Valor Mensal:R\$678,00 Prazo:15/01/2013até31/12/2013 Data assinatura:15/01/2013.

CONTRATO nº 10/2013. LEI 1853/09Contratado: Muriel de Quadros Borges PedrozoObjeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. Serviços Gerais Valor Mensal: R\$ 678,00 Prazo: 10/01/2013, até 31/12/2013 Data assinatura:10/01/2013

CONTRATO nº 11/2013. LEI 1853/09Contratado: Luiz Antonio Candido Possamai Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Operador de Computador Valor Mensal: R\$ 884,28 Prazo: 02/01/2013, até 31/12/2013 Data assinatura: 02/01/2013.

CONTRATO nº 12/2013.LEI 1853/09 Contratado: Ricardo D'ávila João Objeto:contrato temporário de trabalho na função de técnico de informática Valor Mensal: R\$ 947,44Prazo: 02/01/2013, até 31/12/2013 Data assinatura: 02/01/ 2013

CONTRATOnº13/2013.LEI1853/09Contratado:AdenirDuarte. Objeto:contrato temporário de trabalho na função de motorista Valor Mensal:R\$970,01Prazo:02/01/2013 até 31/12/2013Data assinatura:02/01/2013

CONTRATOnº 14/2013.Processo seletivo 006/2012 Contratado: Rosilene da Silva Isoppo Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Auxiliar de ensino de educação infantil Valor Mensal: R\$ 1.088,36 Prazo: 02/01/2013, até 31/12/2013 Data assinatura:02/01/2013.

CONTRATO nº15/2013Processo seletivo 06/2012 Contratado: Elizangela dos Santos Joaquim Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux.ensino Valor Mensal: R\$ 678,00 Prazo: 21/01/2013 até 31/12/2013 Data assinatura: 21/01/2013

CONTRATO nº 16/2013.Processo seletivo 007/2013 Contratado: Maria Terezinha Ferreira dos Santos Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux serviços gerais Valor Mensal: R\$678,00 Prazo: 10/01/2013, até 31/12/2013 Data assinatura:10/01/2013

CONTRATO nº 17/2013.Processo seletivo007/2012 Contratado: Clarisse Tomasi, Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Servente Valor Mensal: R\$678,00 Prazo:10/01/2013até31/12/2013Data assinatura:10/01/2013.

CONTRATO nº 18/2013.Processo seletivo007/2012 Contratado:Kátia de Oliveira SiqueiraObjeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de serviços gerais Valor Mensal: R\$ 678,00 Prazo: 10/01/2013, até 31/12/2013 Data assinatura:10/01/2013.

CONTRATOnº19/2013 Processo seletivo 006/2012. Contratado Mara Evelise Correa Abatti Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil Valor Mensal: R\$ 1.088,36 Prazo: 02/01/2013até31/12/2013Data assinatura02/01/2013

CONTRATOnº20/2013LEI 1853/09Contratado Maria de Fátima Coelho Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Auxiliar de serviços ValorMensal:R\$ 678,00Prazo: 02/01/2013, até 01/02/2013Data assinatura02/01/2013

CONTRATO nº 21/2013.LEI 1853/09 Contratado: Cristiane Aparecida Santosde Santana Borges Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Servente Valor Mensal: R\$678,00 Prazo: 02/01/2013, até 31/12/2013Data assinatura:02/01/2013.

CONTRATO nº 22/2013.LEI 1853/09 Contratado: Juliani Formolo Cardoso Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. Administrativo Valor Mensal: R\$ 884,28 Prazo: 102/01/2013, até 31/12/2013 Data assinatura:10/01/2013.

CONTRATO nº 23/2013.LEI 1853/09 Contratado: Dilane Freitas Borges Objeto:contrato temporário de trabalho na função de educadora Valor Mensal: R\$ 1.476,22 Prazo:04/01/2013,até31/12/2013Data assinatura:04/01/2013.

CONTRATO nº24/2013.LEI 1853/09 Contratado:Silvoneia Maciel da Silveira Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de serviços gerais Valor Mensal:R\$678,00Prazo:01/02/2013, até 30/06/2013Data assinatura:04/01/2013.

CONTRATO nº 25/2013. LEI 1853/09 Contratado: Alessandro Martins dos SantosObjeto:contrato temporário de trabalho na função de Operador de equipamentos Valor Mensal: R\$ 1.023,22 Prazo: 02/02/2013até 31/12/2013 Data assinatura:02/02/ 2013

CONTRATO nº 26/2013.LEI 1853/09 Contratado: Ionara de Souza RodriguesObjeto:contrato temporário de trabalho na função de auxiliar administrativo Valor Mensal:R\$884,28Prazo:01/02/2013, até 31/12/2013 Data assinatura: 01/02/ 2013

CONTRATO nº27/2013.LEI 1853/09 Contratado: Evanisia Stuart PereiraObjeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de serviços Gerais Valor Mensal:R\$678,00Prazo: 01/02/2013, até 31/12/2013 Data assinatura: 01/02/ 2013

CONTRATO nº 28/2013.LEI 1853/09 Contratado: Norton Scheffer Simão Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professor Valor Mensal:R\$1.770,67Prazo:01/02/2013,até 1/12/2013 Data assinatura: 01/02/ 2013

CONTRATO nº 29/2013. LEI 1853/09Contratado:Vânio de Oliveira Machado Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviço gerais ValorMensal:R\$678,00Prazo01/02/2013,até 31/12/2013,até 1/12/2013 Data assinatura: 01/02/ 2013

CONTRATO nº 30/2013.LEI 1853/09 Contratado: Taise de Guimarães da SilvaObjeto:contrato temporário de trabalho na função de Recepcionista Valor Mensal:R\$678,00Prazo:05/02/2013, até 31/12/2013 Data assinatura: 05/02/ 2013

CONTRATO nº 31/2013.LEI 1853/09 Contratado: Edith Raquel Cardoso Rodrigues Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços gerais ValorMensal:R\$678,00Prazo:18/02/2013até 31/12/2013Data assinatura: 18/02/ 2013

CONTRATO nº 32/2013.LEI 1853/09 Contratado: Idio Gonçalves Reus Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços gerais Valor Mensal:R\$678,00Prazo14/02/2013, até 31/12/2013 Data assinatura: 14/02/ 2013

CONTRATO nº 33/2013.LEI 1853/09 Contratado: Elisete da Silva Possamai Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços gerais Valor Mensal:R\$723,90 Prazo 04/02/2013 até 31/12/2013 Data assinatura: 04/02/ 2013

CONTRATO nº 34/2013.LEI 1853/09 Contratado: Marilene Generoso Martisn de Vargas. Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais Valor Mensal:R\$723,90 Prazo 01/02/2013 até 31/12/2013 Data assinatura: 01/02/ 2013

CONTRATO nº 35/2013.LEI 1853/09 Contratado: Eliane Pereira. Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais Valor Mensal:R\$723,90 Prazo 05/02/2013 até 31/12/2013 Data assinatura: 05/02/ 2013

CONTRATO nº 36/2013.LEI 1853/09 Contratado: Lonete Miguel da Silva. Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Valor Mensal:R\$723,90 Prazo 04/02/2013 até 31/12/2013 Data assinatura: 04/02/ 2013

CONTRATO nº 37/2013.LEI 1853/09 Contratado: Jucileia Martins da Silva Barbosa . Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Valor Mensal:R\$723,90 Prazo 04/02/2013 até 31/12/2013 Data assinatura: 04/02/ 2013

CONTRATO nº 38/2013.LEI 1853/09 Contratado: Clarice Regina Noronha . Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Valor Mensal:R\$723,90 Prazo 04/02/2013 até 31/12/2013 Data assinatura: 04/02/ 2013

CONTRATO nº 39/2013.LEI 1853/09 Contratado: Malvina Maria de Oliveira Colares . Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Valor Mensal:R\$723,90 Prazo 04/02/2013 até 31/12/2013 Data assinatura: 04/02/ 2013

CONTRATO nº 40/2013.LEI 1853/09 Contratado:Sueli da Rosa do Amaral . Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Valor Mensal:R\$723,90 Prazo 04/02/2013 até 31/12/2013 Data assinatura: 04/02/ 2013

CONTRATO nº41/2013.LEI 1853/09 Contratado:Bernadete Pereira dos Santos . Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Valor Mensal:R\$723,90 Prazo 04/02/2013 até 31/12/2013 Data assinatura: 04/02/ 2013

CONTRATO nº 42/2013.LEI 1853/09 Contratado:Josilene Gomes .Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Valor Mensal:R\$723,90 Prazo 01/02/2013 até 31/12/2013 Data assinatura: 01/02/ 2013

CONTRATO nº 43/2013.LEI 1853/09 Contratado:Vilma Generoso da Silva .Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Valor Mensal:R\$723,90 Prazo 01/02/2013 até 31/12/2013 Data assinatura: 04/02/ 2013

CONTRATO nº 44/2013.LEI 1853/09 Contratado:Neuza Natalina Fernandes Soares .Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Valor Mensal:R\$723,90 Prazo 10/02/2013 até 31/12/2013 Data assinatura:10/02/ 2013

CONTRATO nº45/2013.LEI 1853/09 Contratado:Elisete Pereira Fermiano.Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Servente Valor Mensal:R\$723,90 Prazo 18/02/2013 até 31/12/2013 Data assinatura:18/02/ 2013

CONTRATO nº46/2013.LEI 1853/09 Contratado:Jane Rocha de Souza.Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais Valor Mensal:R\$723,90 Prazo 04/02/2013 até 31/12/2013 Data assinatura:04/02/ 2013

CONTRATOnº47/2013.LEI 1853/09 Contratado:Simone Terezinha Maciel Pereira .Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Servente.Valor Mensal:R\$723,90 Prazo 04/02/2013 até 31/12/2013 Data assinatura:04/02/ 2013

CONTRATOnº48/2013.LEI 1853/09 Contratado:Jovana Vieira da Costa.Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais Valor Mensal:R\$723,90 Prazo 04/02/2013 até 31/12/2013 Data assinatura:04/02/ 2013

CONTRATOnº49/2013.LEI 1853/09 Contratado:Sandra Regina Marcelino.Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Servente Valor Mensal:R\$723,90 Prazo 04/02/2013 até 31/12/2013 Data assinatura:04/02/ 2013

CONTRATOnº50/2013.LEI 1853/09 Contratado:Joana de Macedo Gomes.Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Servente Valor Mensal:R\$723,90 Prazo 01/02/2013 até 31/12/2013 Data assinatura:01/02/ 2013

CONTRATOnº51/2013.LEI1853/09Contratado:Rosa Generoso Guasseli.Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Servente Valor Mensal:R\$723,90 Prazo18/02/2013 até 31/12/2013 Data assinatura:18/02/ 2013



**Relatorio de Gestão Fiscal**

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO DE 2013

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV</b>	<b>42.556.490,65</b>	<b>43.830.059,96</b>	<b>0,00</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>9.362.427,94</b>	<b>9.642.613,19</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>8.426.185,15</b>	<b>8.678.351,87</b>	<b>0,00</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

SOMBRIO, 26/07/2013

\_\_\_\_\_  
ZÊNIO CARDOSO  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO  
Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
REMI DA SILVA SCHEFFER  
Coord Sistema Controle Interno

## Relatorio de Gestão Fiscal

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>328.375,26</b>	<b>328.375,26</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	328.375,26	328.375,26
Interna	328.375,26	328.375,26
Abertura de Crédito	328.375,26	328.375,26
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>43.830.059,96</b>	<b>—</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>328.375,26</b>	<b>0,75</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>7.012.809,59</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>6.311.528,63</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>3.068.104,20</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>328.375,26</b>	<b>0,75</b>

FONTE:

SOMBRIO, 26/07/2013

ZÊNIO CARDOSO  
Prefeito Municipal

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO  
Secretário de Finanças

REMI DA SILVA SCHEFFER  
Coord Sistema Controle Interno

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**Relatorio de Gestão Fiscal**

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 1º Semestre de 2013

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	22.106.295,14	50,44
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	23.668.232,38	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	22.484.820,76	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	6.112.862,49	13,95
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	52.596.071,95	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	9.642.613,19	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	328.375,26	0,75
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	7.012.809,59	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.068.104,20	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	3.034.258,07	1.980.070,86

FONTE:

SOMBRIO, 26/07/2013

\_\_\_\_\_  
ZÊNIO CARDOSO  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO  
Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
REMI DA SILVA SCHEFFER  
Coord Sistema Controle Interno

**Relatorio Gestão Fiscal**

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JULHO/2012 A JUNHO/2013

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS  (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	22.242.770,78	0,00
Pessoal Ativo	22.124.844,27	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	117.926,51	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	136.475,64	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	136.475,64	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>22.106.295,14</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>22.106.295,14</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>	<b>43.830.059,96</b>	
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>	<b>50,44</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%</b>	<b>23.668.232,38</b>	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%</b>	<b>22.484.820,76</b>	
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%</b>	<b>21.301.409,14</b>	
<b>FONTE:</b>		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

SOMBRIO, 26/07/2013

ZÊNIO CARDOSO  
Prefeito Municipal

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO  
Secretário de Finanças

REMI DA SILVA SCHEFFER  
Coord Sistema Controle Interno

## Relatorio Gestão Fiscal

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2013

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>10.590.653,85</b>	<b>9.885.048,73</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	10.109.875,97	9.404.270,85	0,00
Interna	10.109.875,97	9.404.270,85	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	480.777,88	480.777,88	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>—</b>	<b>3.772.186,24</b>	<b>—</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.520.261,30	6.326.652,47	0,00
Demais Haveres Financeiros	9.881,84	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	3.470.574,12	2.554.466,23	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>10.590.653,85</b>	<b>6.112.862,49</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>42.556.490,65</b>	<b>43.830.059,96</b>	<b>0,00</b>
<b>% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]</b>	<b>24,89%</b>	<b>22,55%</b>	
<b>% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]</b>	<b>24,89%</b>	<b>13,95%</b>	
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>51.067.788,78</b>	<b>52.596.071,95</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>45.961.009,90</b>	<b>47.336.464,76</b>	<b>0,00</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	10.109.875,97	9.404.270,85	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	1.998.478,55	1.865.260,68	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	1.998.478,55	1.865.260,68	0,00
Previdenciárias	1.998.478,55	1.865.260,68	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	8.111.397,42	7.539.010,17	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	940.430,98	0,00	0,00
DEPÓSITOS	293.466,78	393.959,89	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	271.492,73	4.602.694,27	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2013

Continuação 2/2

<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>			
<b><u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u></b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013</b>	
		<b>Até o 1º Semestre</b>	<b>Até o 2º Semestre</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

SOMBRIO, 26/07/2013

\_\_\_\_\_  
ZÊNIO CARDOSO  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO  
Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
REMI DA SILVA SCHEFFER  
Coord Sistema Controle Interno

FONTE:

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



## Relatorio Resumido da Execução Orçamentaria

Município de SOMBRIO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>46.211.239,00</b>	<b>46.211.239,00</b>	<b>8.866.858,40</b>	<b>19,19</b>	<b>25.207.842,75</b>	<b>54,55</b>	<b>21.003.396,25</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>42.388.239,00</b>	<b>42.388.239,00</b>	<b>7.536.141,98</b>	<b>17,78</b>	<b>22.161.549,73</b>	<b>52,28</b>	<b>20.226.689,27</b>
RECEITA TRIBUTARIA	4.568.858,00	4.568.858,00	715.264,09	15,66	3.032.069,06	66,36	1.536.788,94
IMPOSTOS	3.553.333,00	3.553.333,00	572.664,92	16,12	2.244.255,17	63,16	1.309.077,83
TAXAS	888.902,00	888.902,00	141.506,65	15,92	786.053,20	88,43	102.848,80
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	126.623,00	126.623,00	1.092,52	0,86	1.760,69	1,39	124.862,31
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	679.988,00	679.988,00	160.909,68	23,66	376.524,46	55,37	303.463,54
Contrib. p/Custeio do Serviço de Iluminação Públic	679.988,00	679.988,00	160.909,68	23,66	376.524,46	55,37	303.463,54
RECEITA PATRIMONIAL	97.607,00	97.607,00	42.760,38	43,81	77.109,98	79,00	20.497,02
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	97.607,00	97.607,00	42.760,38	43,81	72.109,98	73,88	25.497,02
Rec. Cessão Direito Operacn. Folha de Pag. de Pess	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	-5.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.795.230,00	1.795.230,00	278.151,15	15,49	861.783,68	48,00	933.446,32
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	33.997.824,00	33.997.824,00	6.158.821,11	18,12	17.198.835,77	50,59	16.798.988,23
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	33.981.824,00	33.981.824,00	6.124.003,05	18,02	17.164.017,71	50,51	16.817.806,29
Transf. de Instituições Privadas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Transf. de Pessoas	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Transf. de Conv.	0,00	0,00	34.818,06	0,00	34.818,06	0,00	-34.818,06
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.248.732,00	1.248.732,00	180.235,57	14,43	615.226,78	49,27	633.505,22
Multas e Juros de Mora	580.854,00	580.854,00	76.372,41	13,15	213.454,34	36,75	367.399,66
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.720,00	3.720,00	21,28	0,57	461,09	12,39	3.258,91
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	657.146,00	657.146,00	103.607,79	15,77	400.190,01	60,90	256.955,99
RECEITAS DIVERSAS	7.012,00	7.012,00	234,09	3,34	1.121,34	15,99	5.890,66
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>3.823.000,00</b>	<b>3.823.000,00</b>	<b>1.330.716,42</b>	<b>34,81</b>	<b>3.046.293,02</b>	<b>79,68</b>	<b>776.706,98</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	328.375,26	0,00	-328.375,26
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	328.375,26	0,00	-328.375,26
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.823.000,00	3.823.000,00	1.330.716,42	34,81	2.717.917,76	71,09	1.105.082,24
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.823.000,00	3.823.000,00	1.330.716,42	34,81	2.717.917,76	71,09	1.105.082,24
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>46.211.239,00</b>	<b>46.211.239,00</b>	<b>8.866.858,40</b>	<b>19,19</b>	<b>25.207.842,75</b>	<b>54,55</b>	<b>21.003.396,25</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de SOMBRIO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>46.211.239,00</b>	<b>46.211.239,00</b>	<b>8.866.858,40</b>	<b>19,19</b>	<b>25.207.842,75</b>	<b>54,55</b>	<b>21.003.396,25</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	46.211.239,00	46.211.239,00	8.866.858,40	19,19	25.207.842,75	54,55	21.003.396,25
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.882.943,81	—	—	1.193.377,94	—	—
Superávit Financeiro	—	1.882.943,81	—	—	1.193.377,94	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>46.211.239,00</b>	<b>2.751.550,56</b>	<b>48.962.789,56</b>	<b>7.919.244,36</b>	<b>24.892.840,31</b>	<b>7.770.009,42</b>	<b>20.459.386,83</b>	<b>41,79</b>	<b>28.503.402,73</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>39.912.687,00</b>	<b>1.094.764,62</b>	<b>41.007.451,62</b>	<b>7.149.621,18</b>	<b>21.544.809,29</b>	<b>6.709.178,81</b>	<b>17.694.755,72</b>	<b>43,15</b>	<b>23.312.695,90</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.708.169,00	-197.453,44	25.510.715,56	4.301.884,69	12.416.435,50	4.300.433,63	12.393.405,39	48,58	13.117.310,17
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	400.000,00	0,00	400.000,00	4.809,63	324.243,15	50.360,94	262.855,08	65,71	137.144,92
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.804.518,00	1.292.218,06	15.096.736,06	2.842.926,86	8.804.130,64	2.358.384,24	5.038.495,25	33,37	10.058.240,81
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>6.255.002,00</b>	<b>1.656.785,94</b>	<b>7.911.787,94</b>	<b>769.623,18</b>	<b>3.348.031,02</b>	<b>1.060.830,61</b>	<b>2.764.631,11</b>	<b>34,94</b>	<b>5.147.156,83</b>
INVESTIMENTOS	4.717.002,00	1.656.785,94	6.373.787,94	714.750,30	1.898.861,15	837.775,44	1.730.650,73	27,15	4.643.137,21
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.538.000,00	0,00	1.538.000,00	54.872,88	1.449.169,87	223.055,17	1.033.980,38	67,23	504.019,62
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>43.550,00</b>	<b>0,00</b>	<b>43.550,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>43.550,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>46.211.239,00</b>	<b>2.751.550,56</b>	<b>48.962.789,56</b>	<b>7.919.244,36</b>	<b>24.892.840,31</b>	<b>7.770.009,42</b>	<b>20.459.386,83</b>	<b>41,79</b>	<b>28.503.402,73</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de SOMBRIO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>46.211.239,00</b>	<b>2.751.550,56</b>	<b>48.962.789,56</b>	<b>7.919.244,36</b>	<b>24.892.840,31</b>	<b>7.770.009,42</b>	<b>20.459.386,83</b>	<b>41,79</b>	<b>28.503.402,73</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	4.748.455,92	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>46.211.239,00</b>	<b>2.751.550,56</b>	<b>48.962.789,56</b>	<b>7.919.244,36</b>	<b>24.892.840,31</b>	<b>7.770.009,42</b>	<b>25.207.842,75</b>	<b>41,79</b>	<b>28.503.402,73</b>

FONTE:

SOMBRIO, 26/07/2013

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Contador CRC/SC

## Relatorio Resumido da Execução Orçamentaria

Município de SOMBRIO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c” )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	46.211.239,00	48.962.789,56	7.919.244,36	24.892.840,31	7.770.009,42	20.459.386,83	100,00	41,79	28.503.402,73
Legislativa	1.980.000,00	1.980.000,00	307.843,84	932.245,34	330.808,18	846.733,45	4,14	42,76	1.133.266,55
Ação Legislativa	1.980.000,00	1.980.000,00	307.843,84	932.245,34	330.808,18	846.733,45	4,14	42,76	1.133.266,55
Judiciária	250.000,00	250.000,00	41.201,28	119.927,27	41.201,28	119.927,27	0,59	47,97	130.072,73
Outros Encargos Especiais	250.000,00	250.000,00	41.201,28	119.927,27	41.201,28	119.927,27	0,59	47,97	130.072,73
Administração	3.332.857,00	3.317.857,00	707.789,01	2.011.687,32	519.368,50	1.387.165,35	6,78	41,81	1.930.691,65
Planejamento e Orçamento	428.000,00	428.000,00	100.776,38	240.625,58	67.454,57	180.246,13	0,88	42,11	247.753,87
Administração Geral	1.844.857,00	1.829.857,00	446.733,28	1.106.572,54	279.742,00	748.093,07	3,66	40,88	1.081.763,93
Administração Financeira	1.060.000,00	1.060.000,00	160.279,35	664.489,20	172.171,93	458.826,15	2,24	43,29	601.173,85
Segurança Pública	330.109,00	443.435,69	46.359,19	113.467,65	44.196,96	98.903,72	0,48	22,30	344.531,97
Policimento	212.226,00	295.169,51	31.427,97	55.768,25	27.296,83	50.387,75	0,25	17,07	244.781,76
Defesa Civil	117.883,00	148.266,18	14.931,22	57.699,40	16.900,13	48.515,97	0,24	32,72	99.750,21
Assistência Social	1.399.441,00	1.499.322,27	176.933,55	623.937,88	221.037,26	498.267,32	2,44	33,23	1.001.054,95
Administração Geral	416.240,20	479.725,24	78.609,27	207.466,41	70.326,88	186.381,38	0,91	38,85	293.343,86
Assistência ao Idoso	125.000,00	126.000,10	29.202,65	76.680,81	28.468,15	73.205,54	0,36	58,10	52.794,56
Assistência ao Portador de Deficiência	80.200,80	83.853,20	0,00	81.642,40	35.057,15	35.057,15	0,17	41,81	48.796,05
Assistência à Criança e ao Adolescente	652.400,00	677.448,21	63.677,63	246.458,90	82.703,08	193.495,89	0,95	28,56	483.952,32
Assistência Comunitária	125.600,00	132.295,52	5.444,00	11.689,36	4.482,00	10.127,36	0,05	7,66	122.168,16
Saúde	7.398.323,00	7.831.438,35	1.702.991,97	4.541.330,14	1.490.318,10	3.713.871,27	18,15	47,42	4.117.567,08
Atenção Básica	7.152.334,00	6.972.638,76	1.642.047,49	3.815.749,68	1.354.354,59	3.362.253,03	16,43	48,22	3.610.385,73
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	588.000,00	0,00	588.000,00	98.000,00	245.000,00	1,20	41,67	343.000,00
Vigilância Sanitária	149.183,00	152.978,30	33.104,87	89.580,21	28.027,87	77.981,90	0,38	50,98	74.996,40
Vigilância Epidemiológica	96.806,00	117.821,29	27.839,61	48.000,25	9.935,64	28.636,34	0,14	24,30	89.184,95
Educação	16.779.930,00	17.402.986,30	2.877.803,35	8.783.077,80	2.964.295,90	7.792.044,96	38,09	44,77	9.610.941,34
Alimentação e Nutrição	793.240,00	960.340,98	289.694,59	522.114,95	275.283,69	340.164,15	1,66	35,42	620.176,83
Ensino Fundamental	10.931.198,00	11.330.805,03	1.815.323,00	5.003.856,83	1.733.698,12	4.849.430,19	23,70	42,80	6.481.374,84
Educação Infantil	5.055.492,00	5.111.840,29	772.785,76	3.257.106,02	955.314,09	2.602.450,62	12,72	50,91	2.509.389,67
Cultura	260.000,00	260.000,00	59.347,82	121.041,37	36.254,39	96.290,94	0,47	37,03	163.709,06
Difusão Cultural	260.000,00	260.000,00	59.347,82	121.041,37	36.254,39	96.290,94	0,47	37,03	163.709,06
Urbanismo	2.875.857,00	3.862.909,77	524.675,90	2.159.728,49	713.673,65	1.669.868,77	8,16	43,23	2.193.041,00
Infra-Estrutura Urbana	780.000,00	1.720.931,41	329.461,37	1.173.774,55	494.498,79	1.067.356,41	5,22	62,02	653.575,00

Continua 1/3

Município de SOMBRIO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	46.211.239,00	48.962.789,56	7.919.244,36	24.892.840,31	7.770.009,42	20.459.386,83	100,00	41,79	28.503.402,73
Urbanismo	2.875.857,00	3.862.909,77	524.675,90	2.159.728,49	713.673,65	1.669.868,77	8,16	43,23	2.193.041,00
Serviços Urbanos	2.095.857,00	2.141.978,36	195.214,53	985.953,94	219.174,86	602.512,36	2,94	28,13	1.539.466,00
Habitação	305.000,00	596.432,52	200.000,00	377.635,84	162.445,64	338.301,48	1,65	56,72	258.131,04
Habitação Urbana	305.000,00	596.432,52	200.000,00	377.635,84	162.445,64	338.301,48	1,65	56,72	258.131,04
Saneamento	4.619.798,00	4.701.647,63	624.956,37	1.466.190,37	379.971,13	1.086.693,20	5,31	23,11	3.614.954,43
Saneamento Básico Urbano	4.619.798,00	4.701.647,63	624.956,37	1.466.190,37	379.971,13	1.086.693,20	5,31	23,11	3.614.954,43
Gestão Ambiental	10.000,00	40.000,00	18.166,12	18.166,12	18.144,48	18.144,48	0,09	45,36	21.855,52
Preservação e Conservação Ambiental	10.000,00	40.000,00	18.166,12	18.166,12	18.144,48	18.144,48	0,09	45,36	21.855,52
Agricultura	955.000,00	955.000,00	151.293,97	355.695,74	111.004,00	263.643,65	1,29	27,61	691.356,35
Extensão Rural	955.000,00	955.000,00	151.293,97	355.695,74	111.004,00	263.643,65	1,29	27,61	691.356,35
Indústria	338.000,00	338.000,00	17.443,22	57.074,39	18.895,43	49.491,60	0,24	14,64	288.508,40
Promoção Industrial	338.000,00	338.000,00	17.443,22	57.074,39	18.895,43	49.491,60	0,24	14,64	288.508,40
Comércio e Serviços	40.000,00	40.000,00	90,00	5.083,19	890,00	2.283,19	0,01	5,71	37.716,81
Turismo	40.000,00	40.000,00	90,00	5.083,19	890,00	2.283,19	0,01	5,71	37.716,81
Transporte	1.597.374,00	1.605.361,40	177.159,00	513.515,70	156.331,68	355.899,38	1,74	22,17	1.249.462,02
Transporte Rodoviário	1.597.374,00	1.605.361,40	177.159,00	513.515,70	156.331,68	355.899,38	1,74	22,17	1.249.462,02
Desporto e Lazer	405.000,00	425.000,00	64.636,72	185.497,84	105.282,24	163.211,36	0,80	38,40	261.788,64
Desporto Comunitário	405.000,00	425.000,00	64.636,72	185.497,84	105.282,24	163.211,36	0,80	38,40	261.788,64
Encargos Especiais	3.291.000,00	3.369.848,63	220.553,05	2.507.537,86	455.890,60	1.958.645,44	9,57	58,12	1.411.203,19
Serviço da Dívida Interna	1.900.000,00	1.900.000,00	59.682,51	1.773.413,02	273.416,11	1.296.835,46	6,34	68,25	603.164,54
Outros Encargos Especiais	1.391.000,00	1.469.848,63	160.870,54	734.124,84	182.474,49	661.809,98	3,23	45,03	808.038,65
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	43.550,00	43.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.550,00

Continua 2/3

Município de SOMBRIO - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	46.211.239,00	48.962.789,56	7.919.244,36	24.892.840,31	7.770.009,42	20.459.386,83	100,00	41,79	28.503.402,73
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	43.550,00	43.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.550,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	46.211.239,00	48.962.789,56	7.919.244,36	24.892.840,31	7.770.009,42	20.459.386,83	100,00	41,79	28.503.402,73

FONTE:

SOMBRIO, 26/07/2013

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Contador CRC/SC

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



## Relatorio Resumido da Execução Orçamentaria

Município de SOMBRIÓ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JULHO/2012 A JUNHO/2013

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>3.592.577,80</b>	<b>3.684.751,18</b>	<b>3.381.375,62</b>	<b>3.613.347,78</b>	<b>4.225.855,62</b>	<b>5.200.857,91</b>	<b>3.588.233,34</b>	<b>4.115.484,43</b>	<b>4.346.172,25</b>	<b>4.033.668,69</b>	<b>4.322.605,81</b>	<b>4.015.961,12</b>	<b>48.120.891,55</b>	<b>46.909.919,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	449.510,52	427.281,76	178.921,53	389.671,18	183.034,89	440.051,75	260.712,32	355.639,00	1.152.771,99	547.681,66	311.646,66	403.617,43	5.100.540,69	4.568.858,00
I.P.T.U.	59.699,30	58.005,07	6.395,77	8.563,28	5.543,33	8.280,85	516,10	94.577,16	531.704,53	232.643,71	77.600,71	71.867,99	1.155.397,80	1.094.126,00
I.R.R.F	44.976,79	52.036,56	42.794,69	49.508,31	47.535,76	85.118,47	48.530,91	20.414,93	49.448,54	51.953,08	17.511,59	71.453,52	581.283,15	324.955,00
I.S.S.	222.528,77	210.356,90	96.338,57	238.026,23	87.334,02	262.994,93	157.162,59	116.129,57	122.463,72	107.421,07	106.156,78	173.194,88	1.900.108,03	1.613.199,00
I.T.B.I.	69.745,83	54.922,74	14.606,27	32.844,28	28.278,72	63.879,60	38.990,51	25.891,11	38.521,72	35.221,00	23.849,11	31.030,34	457.781,23	521.053,00
Outras Receitas Tributárias	52.559,83	51.960,49	18.786,23	60.729,08	14.343,06	19.777,90	15.512,21	98.626,23	410.633,48	120.442,80	86.528,47	56.070,70	1.005.970,48	1.015.525,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	58.995,28	63.375,24	58.775,13	57.968,10	66.552,74	59.964,31	74.611,73	0,00	115.429,00	25.574,05	104.285,86	56.623,82	742.155,26	679.988,00
RECEITA PATRIMONIAL	3.033,11	5.274,99	2.770,02	3.192,54	3.637,62	11.194,39	10.505,83	5.562,13	5.466,19	12.815,45	7.708,05	35.052,33	106.212,65	97.607,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	211.134,85	167.529,73	136.251,41	170.631,29	148.283,89	167.688,90	147.331,16	137.816,15	135.563,80	162.921,42	120.989,28	157.161,87	1.863.303,75	1.795.230,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.693.124,73	2.945.519,14	2.933.729,73	2.917.830,37	3.746.792,59	4.299.661,21	3.000.973,84	3.512.421,00	2.827.987,17	3.156.783,61	3.675.767,97	3.285.478,09	38.996.069,45	38.519.504,00
Cota-Parte do F.P.M.	742.122,55	818.916,65	716.540,05	760.639,60	1.028.129,36	1.671.344,01	1.071.480,10	1.441.561,86	830.232,57	890.820,84	1.279.988,46	1.067.884,86	12.319.660,91	13.222.364,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	552.555,06	552.815,81	641.020,24	604.283,64	650.304,46	657.400,65	637.028,04	571.670,71	539.321,12	651.012,44	643.913,97	603.094,12	7.304.420,26	7.692.717,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	228.366,11	221.792,71	212.091,18	231.203,66	158.651,19	129.122,06	114.935,04	132.014,34	166.846,45	200.190,75	213.379,99	179.626,39	2.188.219,87	2.086.972,00
Cota-Parte do ITR.	256,19	134,62	2.087,79	3.804,61	462,63	655,21	230,70	259,28	110,83	193,79	394,14	243,31	8.833,10	9.992,00
Outras Transferências Correntes	424.247,16	586.732,08	487.959,10	502.467,58	1.039.939,30	833.071,93	173.234,34	393.639,38	434.970,79	405.551,28	476.106,22	396.187,78	6.154.106,94	4.761.520,00
Transferências da LC 61/1989	9.165,17	10.130,38	10.244,90	9.901,80	10.024,41	11.510,49	11.390,41	8.745,90	7.720,75	7.079,49	9.519,76	9.915,06	115.348,52	130.645,00
Transferências da LC 87/1996	3.085,16	3.085,16	0,00	6.170,32	3.085,16	3.085,16	0,00	0,00	0,00	11.979,33	2.994,83	2.994,83	36.479,95	33.802,00
Transferências do FUNDEB	733.327,33	751.911,73	863.786,47	799.359,16	856.196,08	993.471,70	992.675,21	964.529,53	848.784,66	989.955,69	1.049.470,60	1.025.531,74	10.868.999,90	10.581.492,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	176.779,31	75.770,32	70.927,80	74.054,30	77.553,89	222.297,35	94.098,46	104.046,15	108.954,10	127.892,50	102.207,99	78.027,58	1.312.609,75	1.248.732,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>306.960,69</b>	<b>321.374,86</b>	<b>315.813,26</b>	<b>323.200,49</b>	<b>370.131,24</b>	<b>392.775,14</b>	<b>367.012,62</b>	<b>430.850,91</b>	<b>308.846,14</b>	<b>351.441,29</b>	<b>430.444,92</b>	<b>371.980,03</b>	<b>4.290.831,59</b>	<b>4.521.680,00</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	306.960,69	321.374,86	315.813,26	323.200,49	370.131,24	392.775,14	367.012,62	430.850,91	308.846,14	351.441,29	430.444,92	371.980,03	4.290.831,59	4.521.680,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)</b>	<b>3.285.617,11</b>	<b>3.363.376,32</b>	<b>3.065.562,36</b>	<b>3.290.147,29</b>	<b>3.855.724,38</b>	<b>4.808.082,77</b>	<b>3.221.220,72</b>	<b>3.684.633,52</b>	<b>4.037.326,11</b>	<b>3.682.227,40</b>	<b>3.892.160,89</b>	<b>3.643.981,09</b>	<b>43.830.059,96</b>	<b>42.388.239,00</b>

FONTE:

SOMBRIÓ, 26/07/2013

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Contador CRC/SC

**Relatorio Resumido da Execução Orçamentaria**

Município de SOMBRIO - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO**

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2013	Até o Semestre 2012
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>37.876.737,00</b>	<b>19.992.732,47</b>	<b>19.992.732,47</b>	<b>18.633.232,60</b>
Receita Tributária	4.568.858,00	3.012.086,29	3.012.086,29	2.901.615,97
I.P.T.U.	1.094.126,00	1.008.910,20	1.008.910,20	856.821,58
I.S.S.	1.613.199,00	782.528,61	782.528,61	946.898,37
I.T.B.I.	521.053,00	193.503,79	193.503,79	208.896,41
I.R.R.F.	324.955,00	239.329,80	239.329,80	169.221,42
Outras Receitas Tributárias	1.015.525,00	787.813,89	787.813,89	719.778,19
Receita de Contribuição	679.988,00	376.524,46	376.524,46	342.363,30
Outras Contribuições	679.988,00	376.524,46	376.524,46	342.363,30
Receita Patrimonial Líquida	0,00	5.000,00	5.000,00	102.200,00
Receita Patrimonial	93.843,00	72.178,66	72.178,66	148.621,82
(-) Aplicações Financeiras	93.843,00	67.178,66	67.178,66	46.421,82
Transferências Correntes	31.381.827,00	16.025.562,56	16.025.562,56	14.629.448,97
F.P.M.	10.691.509,00	5.265.575,12	5.265.575,12	4.998.298,75
I.C.M.S.	6.154.173,00	2.917.604,94	2.917.604,94	2.761.128,24
Convênios	0,00	34.818,06	34.818,06	299.980,54
Outras Transferências Correntes	14.536.145,00	7.807.564,44	7.807.564,44	6.570.041,44
Demais Receitas Correntes	1.246.064,00	573.559,16	573.559,16	657.604,36
Dívida Ativa	634.336,00	366.242,56	366.242,56	349.634,44
Diversas Receitas Correntes	611.728,00	207.316,60	207.316,60	307.969,92
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>3.573.000,00</b>	<b>3.046.293,02</b>	<b>3.046.293,02</b>	<b>4.292.484,75</b>
Operações de Crédito (III)	0,00	328.375,26	328.375,26	3.022.830,73
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	8.250,00
Transferências de Capital	3.573.000,00	2.717.917,76	2.717.917,76	1.261.404,02
Convênios	3.573.000,00	2.717.917,76	2.717.917,76	1.261.404,02
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>3.573.000,00</b>	<b>2.717.917,76</b>	<b>2.717.917,76</b>	<b>1.261.404,02</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>41.449.737,00</b>	<b>22.710.650,23</b>	<b>22.710.650,23</b>	<b>19.894.636,62</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2013	Até o Semestre 2012
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>30.077.932,78</b>	<b>12.631.447,46</b>	<b>12.631.447,46</b>	<b>14.845.215,51</b>
Pessoal e Encargos Sociais	18.604.203,42	8.873.210,34	8.873.210,34	8.065.700,50
Juros e Encargos da Dívida (IX)	400.000,00	262.855,08	262.855,08	189.381,26
Outras Despesas Correntes	11.073.729,36	3.495.382,04	3.495.382,04	6.590.133,75
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>29.677.932,78</b>	<b>12.368.592,38</b>	<b>12.368.592,38</b>	<b>14.655.834,25</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>7.219.837,13</b>	<b>2.597.214,11</b>	<b>2.597.214,11</b>	<b>5.391.392,40</b>
Investimentos	5.681.837,13	1.563.233,73	1.563.233,73	4.961.750,72
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.538.000,00	1.033.980,38	1.033.980,38	429.641,68
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>5.681.837,13</b>	<b>1.563.233,73</b>	<b>1.563.233,73</b>	<b>4.961.750,72</b>

Município de SOMBRIO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2013	Até o Semestre 2012
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>41.550,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>35.401.319,91</b>	<b>13.931.826,11</b>	<b>13.931.826,11</b>	<b>19.617.584,97</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>6.048.417,09</b>	<b>8.778.824,12</b>	<b>8.778.824,12</b>	<b>277.051,65</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	926.183,02	0,00
Superávit Financeiro	-	-	926.183,02	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>1.840.393,00</b>

FONTE:

SOMBRIÓ, 26/07/2013

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Contador CRC/SC

## Relatorio Resumido da Execução Orçamentaria

Município de SOMBRIO - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	10.248,24	3.460.325,88	1.685.025,45	46,73	1.785.501,94	32.879,27	235.704,12	99.342,60	99.342,60	-	169.240,79
<b>EXECUTIVO</b>											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	10.248,24	3.436.135,29	1.660.834,86	46,73	1.785.501,94	32.879,27	233.345,87	99.342,60	99.342,60	0,00	166.882,54
GABINETE DO PREFEITO	0,00	31.768,52	1.254,49	0,00	30.514,03	0,00	548,93	0,00	0,00	0,00	548,93
SECRET. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT. E ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.000,00
SECRET. MUN. DE OBRAS, VIAÇÃO E SERV. URBA	10.248,24	2.180.206,57	1.468.138,09	46,73	722.269,99	4.879,27	31.123,64	31.123,64	31.123,64	0,00	4.879,27
SECRET.MUN. DO BEM ESTAR SOC. E AÇÃO COMI	0,00	11.332,73	11.332,73	0,00	0,00	0,00	488,62	0,00	0,00	0,00	488,62
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PES	0,00	65.103,38	2.259,00	0,00	62.844,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNIC. DE ADM. E PLANEJAMENTO	0,00	41.665,95	11.076,57	0,00	30.589,38	0,00	166,41	0,00	0,00	0,00	166,41
SECRETARIA MUNIC. DE FINANÇAS	0,00	19.606,73	7.452,81	0,00	12.153,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	740.941,30	33.971,90	0,00	706.969,40	0,00	194.643,69	68.218,96	68.218,96	0,00	126.424,73
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	343.160,11	125.099,27	0,00	218.060,84	0,00	6.374,58	0,00	0,00	0,00	6.374,58
SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO	0,00	2.350,00	250,00	0,00	2.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAMAE - SERV. AUT. MUN. AGUA E ESGOTO DE SOI	0,00	24.190,59	24.190,59	0,00	0,00	0,00	2.358,25	0,00	0,00	0,00	2.358,25
SAMAE - SERV. AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA	0,00	24.190,59	24.190,59	0,00	0,00	0,00	2.358,25	0,00	0,00	0,00	2.358,25
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>10.248,24</b>	<b>3.460.325,88</b>	<b>1.685.025,45</b>	<b>46,73</b>	<b>1.785.501,94</b>	<b>32.879,27</b>	<b>235.704,12</b>	<b>99.342,60</b>	<b>99.342,60</b>	<b>0,00</b>	<b>169.240,79</b>

FONTE:

SOMBRIO, 26/07/2013

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Contador CRC/SC



## Relatorio Resumido da Execução Orçamentaria

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	4.151.612,00	4.151.612,00	668.627,78	2.558.896,98	61,64
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.630.355,00	1.630.355,00	233.549,37	1.287.867,44	78,99
1.1.1- IPTU	1.094.126,00	1.094.126,00	149.468,70	1.008.910,20	92,21
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	5.560,00	5.560,00	1.699,06	4.193,34	75,42
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	377.149,00	377.149,00	59.374,05	211.893,08	56,18
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	153.520,00	153.520,00	23.007,56	62.870,82	40,95
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	521.053,00	521.053,00	54.879,45	193.503,79	37,14
1.2.1- ITBI	521.053,00	521.053,00	54.879,45	193.503,79	37,14
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.675.249,00	1.675.249,00	291.233,85	818.213,18	48,84
1.3.1- ISS	1.613.199,00	1.613.199,00	279.351,66	782.528,61	48,51
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	10.827,00	10.827,00	3.399,98	9.133,86	84,36
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	38.062,00	38.062,00	7.319,85	23.306,54	61,23
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	13.161,00	13.161,00	1.162,36	3.244,17	24,65
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	324.955,00	324.955,00	88.965,11	259.312,57	79,80
1.4.1- IRRF	324.955,00	324.955,00	88.965,11	259.312,57	79,80
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	23.176.492,00	23.176.492,00	4.013.949,72	11.308.774,46	48,79
2.1- Cota-Parte FPM	13.222.364,00	13.222.364,00	2.347.873,32	6.581.968,69	49,78
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	12.654.270,00	12.654.270,00	2.347.873,32	6.581.968,69	52,01
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	568.094,00	568.094,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.692.717,00	7.692.717,00	1.247.008,09	3.646.040,40	47,40
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. n°87/1996	33.802,00	33.802,00	5.989,66	17.968,99	53,16
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	130.645,00	130.645,00	19.434,82	54.371,37	41,62
2.5- Cota-Parte ITR	9.992,00	9.992,00	637,45	1.432,05	14,33
2.6- Cota-Parte IPVA	2.086.972,00	2.086.972,00	393.006,38	1.006.992,96	48,25
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>27.328.104,00</b>	<b>27.328.104,00</b>	<b>4.682.577,50</b>	<b>13.867.671,44</b>	<b>50,75</b>

## RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	1.255.450,00	1.255.450,00	222.491,68	738.505,21	58,82
5.1- Transferências do Salário-Educação	883.002,00	883.002,00	157.513,52	517.767,42	58,64
5.2- Outras Transferências do FNDE	368.448,00	368.448,00	63.129,00	218.663,79	59,35
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	4.000,00	4.000,00	1.849,16	2.074,00	51,85
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	—	0,00	34.818,06	34.818,06	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	34.818,06	34.818,06	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	525.365,00	525.365,00	92.897,10	252.628,42	48,09
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>1.780.815,00</b>	<b>1.780.815,00</b>	<b>350.206,84</b>	<b>1.025.951,69</b>	<b>57,61</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	4.521.680,00	4.521.680,00	802.424,95	2.260.575,91	49,99
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.530.855,00	2.530.855,00	469.574,60	1.316.393,57	52,01
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.538.544,00	1.538.544,00	248.629,38	728.435,46	47,35
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.760,00	6.760,00	1.197,92	3.593,78	53,16
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	26.129,00	26.129,00	3.886,95	10.874,24	41,62
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.998,00	1.998,00	127,47	287,00	14,36
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	417.394,00	417.394,00	79.008,63	200.991,86	48,15
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	10.605.492,00	10.605.492,00	2.077.880,24	5.878.163,71	55,43
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	10.581.492,00	10.581.492,00	2.075.002,34	5.870.947,43	55,48
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	24.000,00	24.000,00	2.877,90	7.216,28	30,07
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>6.059.812,00</b>	<b>6.059.812,00</b>	<b>1.272.577,39</b>	<b>3.610.371,52</b>	<b>59,58</b>
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE SOMBRIÓ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	9.855.492,00	9.855.492,00	1.844.968,19	5.218.130,11	52,95
13.1- Com Educação Infantil	2.655.492,00	2.655.492,00	689.054,69	1.913.999,75	72,08
13.2- Com Ensino Fundamental	7.200.000,00	7.200.000,00	1.155.913,50	3.304.130,36	45,89
14- OUTRAS DESPESAS	750.000,00	998.346,39	131.892,04	577.716,49	57,87
14.1- Com Educação Infantil	750.000,00	750.000,00	131.892,04	329.370,10	43,92
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	248.346,39	0,00	248.346,39	100,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	10.605.492,00	10.853.838,39	1.976.860,23	5.795.846,60	53,40
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					88,77
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 ²				248.346,39	

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	6.832.026,00	6.832.026,00	1.170.644,38	3.466.917,86	50,75
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.945.492,00	4.945.492,00	914.304,30	2.517.490,77	50,90
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.405.492,00	3.405.492,00	820.946,73	2.243.369,85	65,88
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.540.000,00	1.540.000,00	93.357,57	274.120,92	17,80
24- ENSINO FUNDAMENTAL	9.748.000,00	10.001.346,39	1.638.322,32	4.670.423,67	46,70
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.200.000,00	7.448.346,39	1.155.913,50	3.552.476,75	47,69
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.548.000,00	2.553.000,00	482.408,82	1.117.946,92	43,79
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	14.693.492,00	14.946.838,39	2.552.626,62	7.187.914,44	48,09
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					3.610.371,52
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					7.216,28
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					248.346,39
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					3.865.934,19
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					3.321.980,25
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					23,95

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	56.348,29	18.418,19	50.569,85	89,75
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	0,00	56.348,29	18.418,19	50.569,85	89,75
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	14.693.492,00	15.003.186,68	2.571.044,81	7.238.484,29	48,25
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		



MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	385.023,12	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	5.870.947,43	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	5.616.626,05	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	7.216,28	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	646.560,78	0,00

SOMBRIO, 26/07/2013

\_\_\_\_\_  
ZÊNIO CARDOSO  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
Contador CRC/SC

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 248.346,39, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

**Relatorio Resumido da Execução Orçamentaria**

Município de SOMBRIO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	4.151.612,00	4.151.612,00	2.558.335,54	61,62
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.094.126,00	1.094.126,00	1.008.910,20	92,21
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	521.053,00	521.053,00	193.503,79	37,14
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.613.199,00	1.613.199,00	782.528,61	48,51
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	324.955,00	324.955,00	258.751,13	79,63
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	16.387,00	16.387,00	13.327,20	81,33
Dívida Ativa dos Impostos	415.211,00	415.211,00	235.199,62	56,65
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	166.681,00	166.681,00	66.114,99	39,67
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	22.608.398,00	22.608.398,00	11.308.774,46	50,02
Cota-Parte FPM	12.654.270,00	12.654.270,00	6.581.968,69	52,01
Cota-Parte ITR	9.992,00	9.992,00	1.432,05	14,33
Cota-Parte IPVA	2.086.972,00	2.086.972,00	1.006.992,96	48,25
Cota-Parte ICMS	7.692.717,00	7.692.717,00	3.646.040,40	47,40
Cota-Parte IPI-Exportação	130.645,00	130.645,00	54.371,37	41,62
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	33.802,00	33.802,00	17.968,99	53,16
Desoneração ICMS (LC 87/96)	33.802,00	33.802,00	17.968,99	53,16
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>26.760.010,00</b>	<b>26.760.010,00</b>	<b>13.867.110,00</b>	<b>51,82</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.615.997,00	2.615.997,00	1.173.273,21	44,85
Provenientes da União	2.400.180,00	2.400.180,00	1.066.564,71	44,44
Provenientes dos Estados	215.817,00	215.817,00	106.708,50	49,44
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.680,00	1.680,00	2.814,22	167,51
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>2.617.677,00</b>	<b>2.617.677,00</b>	<b>1.176.087,43</b>	<b>44,93</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	7.105.323,00	7.399.487,54	4.414.482,14	59,66	3.587.023,27	48,48
Pessoal e Encargos Sociais	5.196.820,00	4.746.512,14	2.560.107,40	53,94	2.560.107,40	53,94
Outras Despesas Correntes	1.908.503,00	2.652.975,40	1.854.374,74	69,90	1.026.915,87	38,71
DESPESAS DE CAPITAL	293.000,00	431.950,81	126.848,00	29,37	126.848,00	29,37
Investimentos	293.000,00	431.950,81	126.848,00	29,37	126.848,00	29,37

Continua 1/4

Município de SOMBRIO - SC

Continuação 2/4

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	293.000,00	431.950,81	126.848,00	29,37	126.848,00	29,37
Investimentos	293.000,00	431.950,81	126.848,00	29,37	126.848,00	29,37
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>7.398.323,00</b>	<b>7.831.438,35</b>	<b>4.541.330,14</b>	<b>57,99</b>	<b>3.713.871,27</b>	<b>47,42</b>
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.867.677,00	3.175.792,35	1.356.594,55	29,87	1.164.152,77	31,35
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.617.677,00	2.837.538,54	1.268.742,55	27,94	1.076.300,77	28,98
Recursos de Operações de Crédito	0,00	88.253,81	87.852,00	1,93	87.852,00	2,37
Outros Recursos	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>2.867.677,00</b>	<b>3.175.792,35</b>	<b>1.356.594,55</b>	<b>29,87</b>	<b>1.164.152,77</b>	<b>31,35</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>4.530.646,00</b>	<b>4.655.646,00</b>	<b>3.184.735,59</b>	<b>28,12</b>	<b>2.549.718,50</b>	<b>16,08</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b> (VII%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						<b>22,97</b>
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 x IIIb]</b>						<b>1.105.208,67</b>

Continua 2/4

Município de SOMBRIO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (VIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	7.152.334,00	6.972.638,76	3.815.749,68	84,02	3.362.253,03	90,53
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	588.000,00	588.000,00	12,95	245.000,00	6,60
Vigilância Sanitária	149.183,00	152.978,30	89.580,21	1,97	77.981,90	2,10
Vigilância Epidemiológica	96.806,00	117.821,29	48.000,25	1,06	28.636,34	0,77
<b>TOTAL</b>	<b>7.398.323,00</b>	<b>7.831.438,35</b>	<b>4.541.330,14</b>	<b>100,00</b>	<b>3.713.871,27</b>	<b>100,00</b>

## FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

Município de SOMBRIO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

SOMBRIO, 26/07/2013

\_\_\_\_\_  
ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
Contador CRC/SC

**Relatorio Resumido da Execução Orçamentaria**

Município de SOMBRIO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Semestre	Até o Semestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SOMBRIO, 26/07/2013

\_\_\_\_\_  
ZÊNIO CARDOSO  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
Contador CRC/SC



## Relatorio Resumido da Execução Orçamentaria

Município de SOMBRIO - SC

## DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Semestre	Até o Semestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	46.211.239,00	
Previsão Atualizada		—	46.211.239,00	
Receitas Realizadas		25.207.842,75	25.207.842,75	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.193.377,94	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	46.211.239,00	
Créditos Adicionais		—	2.751.550,56	
Dotação Atualizada		—	48.962.789,56	
Despesas Empenhadas		24.892.840,31	24.892.840,31	
Despesas Liquidadas		20.459.386,83	20.459.386,83	
Superavit Orçamentário		—	4.748.455,92	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Semestre	Até o Semestre	
Despesas Empenhadas		24.892.840,31	24.892.840,31	
Despesas Liquidadas		20.459.386,83	20.459.386,83	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Semestre	
Receita Corrente Líquida			43.830.059,96	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Semestre	Até o Semestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Semestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-1.486.605,00	-4.477.791,36	301,21
Resultado Primário		1.840.393,00	5.644.806,14	306,72
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Semestre	Pagamento até o Semestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS EXECUTIVO	3.470.574,12	46,73	1.685.025,45	1.785.501,94
	3.470.574,12	46,73	1.685.025,45	1.785.501,94
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS EXECUTIVO	268.583,39	0,00	99.342,60	169.240,79
	268.583,39	0,00	99.342,60	169.240,79
TOTAL:	3.739.157,51	46,73	1.784.368,05	1.954.742,73
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Semestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		3.321.980,25	25%	23,95
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		5.218.130,11	60%	88,77
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Semestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		328.375,26	-328.375,26	
Despesa de Capital Líquida		2.764.631,11	5.147.156,83	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2013	2021	2031	2046
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2



Município de SOMBRIO - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Semestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		98.981,75	291.505,13
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Semestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.184.735,59	15,00	22,97
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

SOMBRIO, 26/07/2013

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Contador CRC/SC

**Relatorio Resumido da Execução Orçamentaria**

Município de SOMBRIO - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2013	Até o Semestre/2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de SOMBRIO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2013	Até o Semestre/2012
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2013	Até o Semestre/2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de SOMBRIO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2013	Até o Semestre/2012
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2013	Até o Semestre/2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor					0,00

FONTE:

SOMBRIO, 26/07/2013

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Contador CRC/SC

**Relatorio Resumido da Execução Orçamentaria**

Município de SOMBRIO - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO**

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Dez 2012 (B)	Em 30 Jun 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	10.638.120,56	10.638.120,56	9.932.515,44
DEDUÇÕES (II)	—	—	3.772.186,24
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.520.261,30	2.520.261,30	6.326.652,47
Demais Haveres Financeiros	9.881,84	9.881,84	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	3.470.574,12	3.470.574,12	2.554.466,23
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	10.638.120,56	10.638.120,56	6.160.329,20
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	528.244,59	528.244,59	528.244,59
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>10.109.875,97</b>	<b>10.109.875,97</b>	<b>5.632.084,61</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Semestre (C - B)	Jan a Jun 2013 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-4.477.791,36</b>	<b>-4.477.791,36</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-1.486.605,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Dez 2012 (B)	Em 30 Jun 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

SOMBRIO, 26/07/2013

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Contador CRC/SC



## Timbé do Sul

### PREFEITURA

#### Aviso da Licitação 49/2013 PP

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 49/2013 - Pregão Presencial - menor preço global

Objeto: Locação de sistemas integrados de gestão pública para a Prefeitura Municipal de Timbé do Sul/SC

Data da entrega dos envelopes: até as 09:30 horas do dia 15 de agosto de 2013.

Abertura da Sessão: a partir das 09:30 horas do dia 15 de agosto de 2013.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, sito a Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 - Centro, no município de Timbé do Sul/SC, no horário das 08:00 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas, em dias úteis, ou através do e-mail [licita@timbedosul.sc.gov.br](mailto:licita@timbedosul.sc.gov.br). Fone/fax (48) 3536-1133.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

## Timbó

### PREFEITURA

#### Aviso Pregão Presencial N.º 11 2013 Fumtran - Aquisição de Impressos

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2013 - FUMTRAN

OBJETO: registro de preço para serviços de confecção de impressos, especificados no Anexo I e II para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 10h00min do dia 15 de agosto de 2013. ABERTURA: dia 15 de agosto de 2013 as 10h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes](http://www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes).

Timbo (SC), 08/07/2013.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

#### Aviso Pregão Presencial N.º 19 2013 FMS - Aquisição de Suplementos Nutricionais

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2013 - FMS

OBJETO: aquisição de suplementos nutricionais para distribuição gratuita aos pacientes usuários da Secretaria de Saúde. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 16 de agosto de 2013. ABERTURA: dia 16 de agosto de 2013 as 09h10min. Os

interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes](http://www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes).

Timbo (SC), 26/07/2013.

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Municipal de Saúde

## Tunápolis

### PREFEITURA

#### Contrato N° 10/2013. FMS

CONTRATO N° 10/2013.

CONTRATANTE: O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: Auto Posto Canarinho Ltda EPP, inscrito sob o CNPJ nº 83.523.407/0001-20, com sede na Rua Caaró, nº 110, centro, no Município de Tunápolis, telefone: (49) 36321108.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 24/2013 e Pregão Presencial nº 14/2013.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para o fornecimento óleo diesel S 10 e álcool, destinados à manutenção dos veículos, pertencentes ao Fundo Municipais da Saúde, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR Máximo R\$	VALOR TOTAL R\$
1	600	Litro	Álcool	Potencial	2,45	1.470,00
2	1.600	Litro	Óleo Diesel S 10	Potencial	2,45	3.920,00
Total						5.390,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

2.1 O pagamento será realizado em até 5 (cinco) dias após entrega dos combustíveis, importando o valor de acordo com o quantitativo efetivamente entregue, multiplicado pelo preço unitário da proposta vencedora deste processo, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

2.2 A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá emitido para o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, RUA JOÃO CASTILHO Nº 111, CNPJ nº 12.273.240/0001-49 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.

2.3 A apresentação do documento fiscal que contrarie essas

exigências inviabilizará o pagamento, isentando o contratante do ressarcimento de qualquer prejuízo para a contratada.

2.4 Quando for emitido o documento fiscal, referente à mercadoria solicitada, a proponente vencedora deverá enviar FAX do referido documento, imediatamente após a emissão do mesmo, para a Prefeitura Municipal de Tunápolis, aos cuidados do Setor de Compras (Fone/Fax: (049)36321122).

2.5 O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, e apresentação da Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.

2.6 O valor do preço unitário do objeto do presente Edital sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

3.1 Os Combustíveis, objeto desta licitação, deverão ser entregues de acordo com a demanda e solicitação do Fundo Municipal da Saúde até a data limite de 31/12/2013, e deverão ser fornecidos nos veículos, em bomba de abastecimento habilitada, localizada no perímetro urbano da sede do Município, durante todo o ano de 2013.

3.2 Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Fundo acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los.

3.3 Os Combustíveis deverão ser originais e corresponder à bandeira da companhia representada pela proponente vencedora.

3.4 A proponente vencedora deverá fornecer os combustíveis descritos neste contrato, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo setor municipal competente.

3.5 Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do presente contrato e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

4.1 A CONTRATADA obriga-se fornecer os combustíveis contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 24/2013 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

4.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

4.3 A CONTRATADA responderá pelos vícios dos combustíveis que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando o Fundo Municipal da Saúde isento de qualquer responsabilidade, em virtude da aquisição dos produtos, objeto do presente contrato.

4.4 Manter, durante a execução do objeto todas as condições de habilitação previstas neste contrato, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;

4.6 Fornecer os combustíveis de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo – ANP;

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 O Fundo obriga-se adquirir os combustíveis acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS  
6.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013 do Fundo Municipal da Saúde:

Unid. Org. / Projeto / Atividade	DESCRIÇÃO
Órgão 10, Unid 01, Prot Ativ 2.030	3.3.90.00.00.00.00.0104 Manutenção dos Serviços do Programa da Saúde
Órgão 10, Unid 01, Prot Ativ 2.030	3.3.90.00.00.00.00.0260 Manutenção dos Serviços do Programa da Saúde
Órgão 10, Unid 01, Prot Ativ 2.030	3.3.90.00.00.00.00.0271 Manutenção dos Serviços do Programa da Saúde

#### CLÁUSULA SETIMA - DO PRAZO.

7.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2013, iniciando na data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

8.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

8.1.2. Por acordo entre as partes;

8.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

9.1.1. Advertência.

9.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

9.1.3. Declaração de inidoneidade;

9.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-FORO COMPETENTE

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, em 02 de agosto de 2013

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo Municipal

Auto Posto Canarinho Ltda EPP

CANÍSIO THOMAS

Sócio administrador

Testemunhas:

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

CPF: 918.368.409-34

SHEILA INÊS BIEGER EIDT

CPF: 020.226.259-60

**Portaria N° 3.415/2.013**

PORTARIA N° 3.415/2.013

Em 01 de Agosto de 2.013

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, baseado na Lei Complementar n°. 025/2010 de 21 de dezembro de 2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER, ao Servidor público efetivo CELSO REIS, função gratificada de 30% (trinta por cento), conforme artigo 9º da Lei Complementar n°. 025/2010, sobre o seu vencimento a título de CHEFE DE DIVISÃO DE URBANISMO, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, neste Município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC. Em 01 de Agosto de 2.013.

VOLMIR PEDRO LAWISCH

Prefeito Municipal em Exercício

Esta portaria foi publicada na Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**Portaria N° 3.414/2013, de 01 de Agosto de 2013.**

PORTARIA N° 3.414/2013, de 01 de Agosto de 2013.

CONVOCA E DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA FIS- CALIZAR E ACOMPANHAR A APLICAÇÃO DAS PROVAS DO CONCUR- SO PÚBLICO - EDITAL N° 05/2013 E DO PROCESSO SE- LETIVO – EDITAL N° 006/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VOLMIR PEDRO LAWISCH, Prefeito Municipal em Exercício de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais legislação pertinente,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica pela presente Portaria convocados e designados os servidores públicos municipais, para fiscalizar e acompanhar a aplicação das provas do Concurso Público n° 005/013 e do Processo Seletivo n° 006/2013 para seleção de servidores da Prefeitura Municipal de Tunápolis - SC, a seguir nominados e nos seguintes locais:

C. E. HELGA FOLLMANN (MUNICIPAL) RUA AFONSO RODRIGUES, 115, TUNÁPOLIS - SC.

Nome do Servidor	Cargo	Sala	Andar
Sérgio Luís Eidt	Administrador	01	Superior
Dalvana Leila Götz	Tesoureira	01	Superior
Leocádia Thomas Welter	Diretora de Departamento	02	Superior
Karine Epping	Diretora Adjunta	02	Superior

Art. 2º As provas do Concurso Público - Edital n° 005/2013 e do Processo Seletivo – Edital n° 006/2013, serão realizadas no dia 03 de Agosto de 2013, das 08:30 às 11:30 horas, nas dependências acima especificadas.

Art. 3º Os servidores acima designados deverão comparecer ao local da realização das provas com a antecedência mínima de 45 minutos do horário fixado para o início dos trabalhos.

Art. 4º Compete aos servidores ora convocados e designados, fiscalizar e acompanhar a realização das provas durante todo o seu tempo de duração, obedecendo o contido no regulamento geral do

Concurso Público e Processo Seletivo, bem como as orientações emanadas pela AMEOSC- Associação dos Municípios do Extremo Oeste de SC, responsável pelo Concurso e Processo Seletivo.

Art. 5º - Ficam igualmente convocados e designados para dar suporte e fiscalização externa os servidores públicos municipais abaixo, no intuito de acompanhar os candidatos aos banheiros e/ ou que não estejam se sentindo bem.

Fiscais de Logística Externa

Nome do Servidor	Cargo	Bloco/Andar
Valência Kulkamp Rauch	Merendeira	EM. Helga Follmann
Joel Flach	Agente Operacional	EM. Helga Follmann

Art.6º - O dia trabalhado na fiscalização do concurso público e processo seletivo será compensado de acordo com interesse do Servidor e da Administração Municipal ou pago em Horas Extras.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Tunápolis – SC, 01 de Agosto de 2013.

VOLMIR PEDRO LAWISCH

Prefeito Municipal em Exercício

Esta portaria foi publicada na Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

**Portaria N° 3.413/2013**

PORTARIA N° 3.413/2013

Em 01 de Agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar n°. 025/2010, além da Legislação federal vigente, bem como o Edital de Concurso Público n°. 002/2013; e,

1. Considerando a crescente demanda de serviços no setor Administrativo.
2. Considerando a necessidade de controle efetivo do patrimônio e frotas;
3. Considerando o relevante interesse público na questão.

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, a servidora DAYANA BEATRIZ PAULI, para o cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, cargo este de provimento EFETIVO, Nível ATM 1 - A-004, baseado no Decreto n° 1.521/2013 de 23 de Abril de 2013, referente à homologação da classificação do Concurso Público n° 02/2013, percebendo vencimentos e vantagens previstas na mesma Lei e sujeito ao Estágio Probatório.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC. Em 01 de Agosto de 2013.

VOLMIR PEDRO LAWISCH

Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi publicada na presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**Dispensa de Licitação - FMS**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2013**  
**FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

**1. DO OBJETO**

A presente Dispensa de Licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de ginástica laboral para os funcionários do Fundo Municipal da Saúde conforme segue abaixo:

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço máximo Previsto R\$	Preço Total
1	5	mês	Prestação dos serviços de ginástica laboral dois dias por semana, as segundas e quartas, com aulas de 15(quinze) minutos.	580,00	2.900,00
Total Geral					2.900,00

**2. DA JUSTIFICATIVA**

Considerando os esforços repetitivos que acometem os funcionários em seu período ativo, dores nas costas, disfunções posturais bem como a prevenção de afastamento por lesões causadas por esforços repetitivos e estresse, a ginástica laboral vem para prevenir esses males, contribuindo para uma melhor qualidade de vida, uma vez que os exercícios trabalhados são também para a sociabilização e integração dos funcionários do setor administrativo com intuito de proporcionar também um ambiente de trabalho mais agradável e integrado e sensibilizar o funcionário público da importância da ergonomia, postura adequada e atividade física em seu dia -a-dia.

Administração optou pela Dispensa de licitação, após análise, por tratar-se de hipótese de Dispensa, nos termos do art. 24, II, da Lei n.º 8.666/93, posto ser o valor estimado para tal contratação inferior ao limite consignado no artigo.

[ ]

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior e para alienação nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez.

Fundamentado na legislação e considerando necessidade, o município visa garantir o bem e atender aos interesses municipais, culturais, esportivos e sociais, dentro da legalidade imposta ao caso, adotando a Dispensa de Licitação para realização do objeto.

**BRUNO JOSÉ HEBERLE**

Secretário Municipal da Saúde

Responsável por essa Dispensa de Licitação.

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2013**  
**FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

**3. DO FORNECEDOR**

**J.L. ORGANIZAÇÕES ESPORTIVOS LTDA-ME**

**ENDEREÇO:** Rua São Luis, nº80, Bairro da Colina

**MUNICÍPIO:** Tunápolis - SC **CEP:** 89898-000

**CNPJ:** 17.708.886/0001-25

**4. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

A empresa supracitada foi escolhida pelo menor preço após comparativo de preço entre empresa do mesmo ramo de atividade. Considera-se empresa legalmente constituída.

**5. JUSTIFICATIVA DO PREÇO:**

O preço ajustado para a contratação condiz com o praticado no mercado regional. O valor ajustado pela contratação é de R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais), mensais pelo período de

05(cinco) meses.

**6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

Unidade Orçamentária / Projeto / Atividade Elemento de Despesa/Fonte

Órgão 10, Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 2.030 - Manutenção dos serviços do programa saúde da família (dotação 9)

3.3.90.00.00.00.00.00.0260

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2013**  
**FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

**7. DO REGIME DE EXECUÇÃO**

Os serviços serão prestados sob o regime de execução indireta por preço

unitário. Os exercícios de ginástica laboral serão realizados dois dias por semana,

às segundas, quartas, no horário a ser definido pela Administração com aulas de 15 (quinze) minutos cada, no Fundo Municipal da Saúde

Os horários e dias estabelecidos para prestação dos serviços poderão ser alterados, de acordo com as necessidades do FMS.

**8. ENCAMINHAMENTO**

Exmo Sr.

Volmir Pedro Lawisch

Prefeito Municipal em Exercício

Encaminhamos a Vossa Excelência para ratificação, o Processo de Dispensa de Licitação nº 02/2013 do Fundo Municipal da Saúde, para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo, com a expedição do Termo de Ratificação do Processo.

Salientamos que o referido Processo de Dispensa tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de ginástica laboral.

Tunápolis - SC, 31 de julho de 2013.

**SHEILA INÊS BIEGER EIDT**

Responsável pelo Setor de Compras

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2013**  
**FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

**9. DO DESPACHO**

Tendo em vista as exposições motivadas neste documento e levando-se em consideração o alto e relevante interesse público municipal e social em questão, com base no inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93, ratifico este Processo de Dispensa e autorizo a efetiva realização da despesa conforme fundamentado nos atos acima invocados. Publique-se de acordo com o artigo 26, da Lei nº 8.666/93.

Tunápolis - SC, 31 de julho de maio de 2013.

**VOLMIR PEDRO LAWISCH**

Prefeito Municipal em Exercício

**9. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

Fica homologado e Adjudicado o presente processo de dispensa de Licitação em favor da Empresa J.L. ORGANIZAÇÕES ESPORTIVOS LTDA-ME estabelecida na Rua São Luis, nº 80, Bairro da Colina município de Tunápolis -SC.

Assim, por consequência, determino a elaboração de autorização de fornecimento, com subsequente empenho, nos moldes deste documento, depois de cumpridas todas as exigências impostas pela Lei nº 8.666/93 para a efetivação do mesmo.

Tunápolis - SC., 31 de julho de 2013.





VOLMIR PEDRO LAWISCH  
Prefeito Municipal em Exercício

MARCOS ANDRÉ BONAMIGO  
Assessora Jurídica OAB/SC-21.991

### Processo de Licitação N° 26/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 26/2013

Edital de Pregão Presencial n° 15/2013

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto aquisição de peças originais, contratação de mão de obra para retífica e conserto do motor veículo Renault/Logan ano 2.007, modelo 2.008, 1.0, 16 válvulas, álcool/gasolina pertencente ao Fundo Municipal da Saúde

Entrega das propostas até às 8h45min do dia 16/08/2013

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 02 de agosto de 2013.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo

**Turvo**

### PREFEITURA

#### Lei 2165/2013

LEI N° 2.165/13, de 30 de julho de 2013.

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE TURVO PARA O QUADRIÊNIO 2014/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Turvo para o quadriênio 2014/2017, contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada está expresso nas Planilhas Demonstrativas dos Programas e Consolidação da Programação Financeira em anexo a esta LEI.

§ 1º. Os objetivos e metas da administração para o quadriênio 2014/2017, serão financiados com os recursos previstos no Anexo das Receitas Planejadas desta LEI.

§ 2º. As metas da administração para o quadriênio 2014/2017, consolidadas por programas e por unidades administrativas, são aquelas constantes dos Anexos das Despesas Planejadas e das Planilhas de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais desta LEI.

Art. 2º. As planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas nos Anexos referidos no Art. 1º desta lei, são estruturadas em programas, diagnósticos, diretrizes, objetivos, ações, produtos, unidades de medida, metas, valores e fontes de recursos.

Parágrafo único. Para fins desta lei, considera-se:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

II - Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a

realização das ações governamentais;

III - Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa;

IV - Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

V - Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 3º. As alterações na programação somente poderão ser promovidas mediante autorização legislativa.

Art. 4º. O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 5º. As Prioridades e Metas da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos anexos desta lei.

Art. 6º. Nenhum investimento cuja execução ultrapasse a um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 30 de julho de 2013.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

#### Errata Pregao Presencial 49/2013

ERRATA AO PREGAO PRESENCIAL N°. 49/2013

PREGÃO PRESENCIAL N°. 49/2013

Na edição nº 1293, página 425, do Diário Oficial dos Municípios, na Publicação do Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 49/2013.

Onde se lê: Entrega dos envelopes até as 08:45 do dia 09 de Agosto de 2013. Leia-se: Entrega dos envelopes até as 08:45 do dia 13 de Agosto de 2013.

Onde se lê: Abertura da seção as 09:00 do dia 09 de Agosto de 2013. Leia-se: Abertura da seção as 09:00 do dia 13 de Agosto de 2013.

Turvo - SC, 01 de Agosto 2013.

NESTOR RECO

Pregoeiro

#### Edital Notificação de Repasse 32/2013

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REPASSES

A Administração Municipal de Turvo, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município de Turvo, que recebeu recursos federais conforme abaixo especificado:

- Proposta UBS 82548.983000/1120-01

Objeto: Construção de Unidade Básica de Saúde na localidade de Linha Contessi

Origem dos Recursos: Fundo Nacional de Saúde - Ministério da Saúde



Valor da 1ª Parcela: 20.000,00  
Data do repasse da 1ª parcela: 29/06/2012  
Valor da 2ª Parcela: 130.000,00  
Data do repasse da 2ª parcela: 01/08/2013

Turvo/SC, 01 de agosto de 2013

## Vargem Bonita

### PREFEITURA

#### Locação de Serviços de Caminhão Caçamba e 200 Horas - Máquina de Escavadeira Hidráulica

Aviso de Licitação

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA  
CNPJ: 95.996.187/0001-31  
Processo Licitatório nº 033/2013  
Pregão nº 019/2013

Objeto: Locação de Serviços de Caminhão Caçamba e 200 horas - Máquina de Escavadeira Hidráulica.  
Data de abertura: 16 de agosto de 2013 às 09h00min.  
O edital na íntegra poderá ser retirado junto à sede da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita - SC no Endereço: Rua Coronel Vitório, 966, Centro,

Vargem Bonita - SC.  
MELANIA ROMAN MENECHINI  
Prefeita Municipal

## Vidal Ramos

### PREFEITURA

#### Dispensa Licitação Nº. 51/2013 - Agricultura Familiar

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS  
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO  
Processo Licitatório n.º. 51/2013

O Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no Art. 21, da Resolução/CD/FNDE Nº. 38, de 16 de julho de 2009, convoca agricultores e empreendedores rurais ou suas organizações a comparecer na Prefeitura Municipal na Secretaria da Educação, Cultura e Desporto, durante o período de 05 de agosto a 18 de dezembro, com finalidade de apresentar proposta e habilitação para fornecimento de gêneros alimentícios que serão utilizados na merenda escolar durante os meses de agosto a dezembro de 2013.

Item	Unidade	Quantidade
Feijão Preto	Kg	300
Bolacha Caseira	Kg.	350
Pão Caseiro	Und.	1121
Macarrão caseiro para sopa	Kg.	90
Macarrão caseiro para macarrão	Kg.	465
Gelêia vidro, 750 gramas	Und.	130
Repolho	Und.	342

Couve-flor	Und.	380
Brócolis	Und.	361
Cenoura	Kg.	399

- A entrega no estabelecimento escolar de consumo em quantidades e em periodicidade previamente estabelecidas em requisição emitida pela contratante, será responsabilidade do fornecedor.  
- Somente serão aceitos propostas para fornecimento de hortigranjeiros produzidos sem aplicação de agrotóxicos.  
- Pessoa jurídica apresentação de certidão negativa - Trabalhista, Estadual, federal, FGTS, INSS e municipal.  
Para a devida habilitação, deverá ser apresentado junto com a proposta de preços comprovante de endereço, cópia do CPF ou CNPJ, documento de identidade, DAP física ou jurídica autenticados em cartório ou por funcionário da repartição apresentando-se o original.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vidal Ramos, 02 de agosto de 2013  
LAERCIO DA CRUZ  
Prefeito Municipal

## Videira

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 10.529/13

DECRETO Nº 10.529/13, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.  
Exonera Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 2.100/09 e suas alterações,

#### RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 1º de agosto de 2013, VALÉRIA DO AMARAL, do cargo comissionado de Assessor do PROCON, símbolo DAS-6, com exercício no Gabinete do Prefeito, admitida pela Portaria nº 0147/11.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 1º de agosto de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de agosto de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

#### Decreto Nº 10.530/13

DECRETO Nº 10.530/13, DE 1º DE AGOSTO DE 2013

Reabre o prazo das devoluções dos valores das inscrições a todos os candidatos inscritos no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2012.

O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o



artigo 72, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal e, CONSIDERANDO o Decreto nº 10.380/13, de 1º de abril de 2013, que Determina a anulação do Concurso Público referente ao Edital nº 001/2012, e dá outras providências;

**DECRETA**

Art. 1º Fica reaberto, até a data de 29 de novembro de 2013, o prazo das devoluções dos valores das inscrições a todos os candidatos inscritos no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2012, estabelecido no Decreto nº 10.380/13.

§1º A solicitação de devolução do valor das inscrições deverá ser feita, pelo próprio candidato, através do preenchimento do formulário constante no Anexo Único deste Decreto, e protocolizada na Prefeitura Municipal de Videira, até o período de 29 de novembro de 2013.

§2º A solicitação de devolução do valor poderá ser feita por meio de procuração com firma reconhecida e poderes específicos para este fim.

§3º É facultado o envio da solicitação de devolução através de SEDEX, com data de postagem até 29 de novembro de 2013, para o seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Videira, A/C Departamento de Expediente, Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, CEP 89560-000, Videira/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 1º de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 1º dias do mês de agosto de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

ANEXO ÚNICO  
DECRETO Nº 10.530/13

FORMULÁRIO DE REEMBOLSO DO VALOR REFERENTE À INSCRIÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 001/12

O REQUERENTE ABAIXO SOLICITA O REEMBOLSO DO VALOR PAGO NA INSCRIÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 001/12:

NOME COMPLETO: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_

COMPLEMENTO: \_\_\_\_\_

BAIRRO: \_\_\_\_\_

CIDADE: \_\_\_\_\_ ESTADO \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_

Nº DA INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_

CARGO: \_\_\_\_\_

VALOR DA INSCRIÇÃO R\$: \_\_\_\_\_

CONTA PARA DEPÓSITO: (O REQUERENTE DEVE SER O TITULAR DA CONTA)

BANCO: \_\_\_\_\_

AGÊNCIA: \_\_\_\_\_

CONTA Nº: \_\_\_\_\_

LOCAL E DATA:

**ASSINATURA**

Deverão ser anexados a este requerimento cópia dos seguintes documentos:

a) RG;

b) CPF;

c) COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO (caso ainda possua);

d) COMPROVANTE DE PAGAMENTO (caso ainda possua).

**Portaria Nº 0597/13**

PORTARIA nº 0597/13

Revoga o artigo 2º da Portaria nº 0430/13

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE**

Revogar, a partir de 1º de agosto de 2013, o artigo 2º, da Portaria nº 0430/13, que determinou, como medida cautelar, o afastamento da servidora Valéria do Amaral do exercício de seu cargo, pelo prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de sua remuneração.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 1º de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 1º dia do mês de agosto de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0598/13**

PORTARIA nº 0598/13

Revoga a Portaria nº 0017/13

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Revogar, a partir de 1º de agosto de 2013, a Portaria nº 0017/13, que designou ANDRÉA APARECIDA BERTO, para exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 1º de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de agosto de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Dispensa de Licitação N° 18/2013 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 18/13 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 18/13 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 01/08/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REVISÃO DAS 1.000 HORAS DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DOOSAN, FROTA 219, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

CONTRATADA: ROMAC TÉCNICA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.

Valor: R\$ 3.240,40 (três mil, duzentos e quarenta reais e quarenta centavos).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XVII, da Lei de Licitações.

Videira - SC, 01 de Agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

**Extrato Contrato N° 179/2013**

Contrato n°: 179/2013

Data de Assinatura: 01/08/2013

Locador : ROMAC TÉCNICA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.

Valor Total: R\$ 3.240,40 (três mil, duzentos e quarenta reais e quarenta centavos).

Licitação : DL 18/2013 - PMV

OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REVISÃO DAS 1.000 HORAS DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DOOSAN, FROTA 219, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

**Notificação por Edital - PR 07/2013Fms - Clínica Médica Meira Ltda**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - APLICAÇÃO DE PENALIDADES

PREGÃO PRESENCIAL N° 07/2013-FMS

O Prefeito Municipal Interino de Videira comunica aos interessados que à empresa Clínica Médica Meira Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 11.241.688/0001-18, estabelecida na Rua Arnoldo Frey, n° 275, Sala 02, Centro, na cidade de Fraiburgo/SC, foi aplicada a penalidade de suspensão de participar de licitação e contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de 05(cinco) anos, além de declará-la INIDÔNEA pelo prazo máximo de 2 (dois) anos previsto no art. 87 da Lei de Licitações, tendo-lhe também sido aplicada a pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta, a qual totaliza R\$ 152.616,00 (cento e cinquenta e dois mil, seiscentos e dezesseis reais), sendo que o referido valor deverá ser recolhido através do pagamento do Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da presente notificação, conforme Despacho de fls. 186.

Videira, 02 de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

**Rescisão N° 025/2013**

Rescisão n°: 025/2013.

Contrato de Prestação de Serviços: n° 56/2011.

Contratado: ANDERSON FIORELLI.

Licitação: IL 07/2011.

Objeto: Pedido de rescisão contratual efetuado pelo Sr. Anderson Fiorelli através da Secretaria de Turismo e Cultura com as devidas justificativas e efeitos a partir de julho de 2013.

Data: 01/08/2013.

**Edital de Convocação N° 043/13**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 043/13

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação deste Edital, comparecerem no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, n° 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem o emprego público para o qual foram nomeados, em razão de aprovação no Concurso Público para Emprego Público - Edital n° 005/2012:

CONVOCADOS	EMPREGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. VINICIUS MARQUES KINGERSKI	MÉDICO - ESF	10.512/13, DE 30/07/2013
2. CAROLINE VIECELLI	ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	10.513/13, DE 30/07/2013
3. MARISA INÊS MARIN	ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	10.514/13, DE 30/07/2013
4. SANDRA PILLON NOGUEIRA	ODONTÓLOGO	10.515/13, DE 30/07/2013
5. FRANCIELLE FIGAGNA	ODONTÓLOGO	10.516/13, DE 30/07/2013
6. TAILANA BAZZO	ENFERMEIRO	10.517/13, DE 30/07/2013
7. NEUSA FÁTIMA DA SILVA DELAZZERI	ENFERMEIRO	10.518/13, DE 30/07/2013
8. GIZÉLI APARECIDA LOAT PEDROSO	ENFERMEIRO	10.519/13, DE 30/07/2013

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos, conforme disposto no Capítulo IV, do Edital de Concurso Público para Emprego Público n° 005/12:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;

- g) ABO RH;
- h) Glicemia;
- i) Ex. Quant. Urina;
- j) EPF;
- k) Avaliação Audiométrica;
- l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- m) Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Edital, conforme estabelecido no Capítulo XIII, do Edital de Concurso Público para Emprego Público nº 005/12.

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 30 de julho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

## CÂMARA MUNICIPAL

### Portaria N° 022/2013

PORTARIA N° 022/2013

Nomeia JEFFERSON DE OLIVEIRA DE ANDRADE para o Cargo de Provimento Efetivo de Jornalista, nos termos da Lei nº 2.833/2013, seus anexos e alterações da Lei nº 2.868/2013.

A mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Nomear JEFFERSON DE OLIVEIRA DE ANDRADE, terceiro colocado no Concurso Público da Câmara, Edital nº 001/2013, homologado dia 06 de junho de 2013, para o cargo de provimento efetivo de Jornalista, nível alfabético CE-5, código 05, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas, considerando a desistência/renúncia do primeiro e segundo colocado no concurso.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Videira, 01 de agosto de 2013.

CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI MARCELO KUMM

Presidente Vice-Presidente

CLAUDETE NARDI VAVASSORI

1ª Secretária

### Edital N° 004/2013

Edital de Convocação N° 004/13

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 004/2013

CONCURSO PÚBLICO EDITAL N° 001/2013

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE VIDEIRA (SC), no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Pessoal, à Avenida Manoel Roque, nº 99, Bairro Alvorada, no Muni-cípio de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual ficou classificado, em 3º lugar no Concurso Público (edital nº 001/2013) considerando a renúncia do 1º e 2º colocado no concurso:

CONVOCADA	CARGO
1. JEFFERSON DE OLIVEIRA DE ANDRADE	JORNALISTA

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Câmara Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Exames Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) Uma foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Videira, 01 de agosto de 2013

CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI

Presidente

Vitor Meireles

## PREFEITURA

### Portaria N° 179/2013

PORTARIA N° 179/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: FRANCIMARIO GOMES DE OLIVEIRA

Cargo: MÉDICO CLÍNICO GERAL ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, a requerimento, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, contratado pela Portaria nº 114/2013, de 17 de junho de 2013, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerado a partir de 01 de agosto de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 01 DE AGOSTO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**Portaria Nº 180/2013**  
PORTARIA Nº 180/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: FAUSTINO FELICIANO  
Cargo: DIRETOR DE OBRAS

Do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, nomeado pela Portaria nº 011/2013, de 09 de janeiro de 2013, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerado, a requerimento, a partir de 01 de agosto de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2013, revogando-se as disposições em contrário, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 01 DE AGOSTO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**Portaria Nº 181/2013**  
PORTARIA Nº 181/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:  
de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: WILSONY GONÇALVES  
Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, nomeado pela Portaria nº 020/2012, de 03 de fevereiro de 2012, tomando posse no dia 13 de fevereiro de 2012, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerado a partir de 29 de julho de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 29 de julho de 2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 01 DE AGOSTO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

## Xavantina

### PREFEITURA

#### Lei 1298

LEI Nº 1298, DE 24 DE JULHO DE 2013

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC, A FIRMAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA - SIE

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica o poder Executivo autorizado a firmar convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA - S/E, com o objetivo de estabelecer entre as partes compromisso para execução de serviços e obras de engenharia rodoviária destinadas ao melhoramento de estradas rurais integrantes da rede viária de competência deste município, no âmbito das ações e metas do Programa de Competitividade da Agricultura Familiar de Santa Catarina - Componente: Fortalecimento de Atividades Estruturantes da Competitividade Rural, Subcomponente: Infraestrutura, Atividade: ESTRADAS RURAIS TERCIÁRIAS.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Xavantina (SC), 24 de julho de 2013.

MAURO JUNES POLETTI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

ARLINE CAON  
Diretor(a)

#### Lei Complementar 057

LEI COMPLEMENTAR Nº 057, DE 24 DE JULHO DE 2013

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Xavantina, apresentado pelo Consórcio ENGEVIX/AZIMUTE, em Dezembro de 2011, aprovado pelo Grupo Executivo de Saneamento (GES) em 18 de Novembro de 2011, Grupo este nomeado pelo Decreto nº 007/2010, de acordo com a Lei Municipal Nº 1099, de 05, de Novembro de 2009, constituindo-se o Plano dos seguintes volumes:



I - Volume I - Consolidação do Plano Municipal de Saneamento Básico, com 199 páginas.

II - Volume II - Processo de Participação da Sociedade na Elaboração do Plano, com 43 páginas.

III - Volume III - Diagnóstico da Situação do Saneamento e Seus Impactos nas Condições de Vida da População, com 245 páginas.

IV - Volume IV - Prognósticos, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e metas - Ações para emergências e contingências, com 244 páginas.

V - Volume V - Mecanismos e Procedimentos para a Avaliação Sistemática da Eficiência e Eficácia das Ações Programadas e Participação Social - Elaboração do Sistema de Informações do Plano de Saneamento, com 183 páginas.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 24 de julho de 2013.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

ARLINE CAON

Diretor(a)

### **Decreto 109/2013**

DECRETO Nº 109/2013

CONSTITUI A FUNÇÃO DE COORDENAÇÃO MUNICIPAL DO PROGRAMA CISTERNAS

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Função de Coordenação Municipal de Programa de Cisternas.

Art. 2º São atribuição da Coordenação Municipal:

I - Fornecimento de informações necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos ora propostos.

II - Utilizar de suas prerrogativas e exercer articulação perante órgãos, departamentos, ou demais que se faça necessário para a realização objetiva dos trabalhos de cadastramento das famílias beneficiárias.

III - Viabilizar a realização das reuniões explicativas dos termos do Programa de Cisternas do Governo Estadual.

IV - Prezar pela máxima eficiência com o mínimo de custo no projeto ora proposto, apoiando e participando de todas as ações dos partícipes integrantes do Programa de Cisternas do Governo Estadual.

Art. 3º Ficam designados os seguintes servidores para a função desta Coordenação Municipal: Fernando Borges, João Mauricio Gabiatti e Gersiane Ciotta.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), em 29 de julho de 2013.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

ARLINE CAON

Diretor(a)

### **Decreto 110/2013**

DECRETO Nº 110/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, no uso de suas atribuições legais, e autorizado conforme Lei nº 1292, de 09 de julho de 2013;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Xavantina - SC, crédito adicional SUPLEMENTAR no valor de até R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), para a suplementação do seguinte programa:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Unidade Orçamentária: 07.03 - Departamento de Transportes

Projeto Atividade: 1.008 - Investimentos no DMER

Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.0083 CR (105)

R\$ 800.000,00

TOTAL 800.000,00

Art. 2º De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito SUPLEMENTAR de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 1291 de 09 de julho de 2013.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 29 de julho de 2013.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

ARLINE CAON

Diretor(a)

### **Portaria 113**

PORTARIA Nº 113/2013

NOMEIA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DEFINITIVO DE BENS ADQUIRIDOS PELO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica, c/c com o art. 73, II, "b" da Lei Federal nº 8.666/93, atualizada,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar, os servidores públicos abaixo informados, para comporem a Comissão de Recebimento Definitivo dos bens adquiridos pelo Município, durante o Exercício de 2013.

- I. João Mauricio Gabiatti
- II. Clovis Telo
- III. Gilmar Batistella

Art. 2º Quando se tratar de equipamentos de informática, o Departamento de Informática da AMAUC procederá à verificação.

Art. 3º A comissão deverá emitir termo de recebimento definitivo, após a verificação da qualidade e quantidade do material.

Art. 4º A presente nomeação se fará sem ônus para o Município.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 15 de julho de 2013.

**MAURO JUNES POLETO**

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

**ARLINE CAON**

Diretor(a)

**Portaria 114**

PORTARIA Nº 114/2013

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, Sr. LUCIANO ANTONIO ALTENHOFEN, ocupante do cargo de Diretor, referente ao período aquisitivo de 13/10/2011 à 12/10/2012, a contar do período de 02/08/2013 à 21/08/2013, sendo convertido 1/3 (um terço) em pecúnia.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), 01 de agosto de 2013.

**MAURO JUNES POLETO**

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

**ARLINE CAON**

Diretor(a)

# Associações

## EGEM

### Edital N° 65/2013 - Habitação e Regularização Fundiária \_amplanorte

EDITAL Nº 65/2013

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CURSO SOBRE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

#### 1. OBJETIVO DO CURSO

O curso propõe capacitar os agentes envolvidos nas políticas habitacionais e também na elaboração de planos diretores municipais, de forma a atingir como meta de aprendizagem o conhecimento da regularização fundiária, os principais termos envolvidos, o marco legal existente, reconhecer as etapas de um projeto, bem como, por meio de vivências práticas, relacionar situações cotidianas, com os instrumentos disponíveis atualmente.

A proposta do curso é multidisciplinar e prevê participação de engenheiros, arquitetos, advogados, administradores, assistentes sociais, consultores, estudantes e gestores, responsáveis por projetos na área.

#### 2. PÚBLICO-ALVO

Profissionais da administração pública da União, Estados e Municípios, profissionais com atuação em projetos habitacionais e planos diretores, gestores públicos e gestores de Organizações não governamentais; estudantes interessados no assunto.

#### 3. CALENDÁRIO

##### QUADRO I

Cidade/Local	Mafra - SC Auditório da AMPLANORTE Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense Rua Maria do Espírito Santo, 400 - Centro
Período das inscrições	De 05/08 à 07/10/2013
Vencimento do boleto de cobrança	07/10/2013
Homologação das inscrições	09/10/2013
Período de realização	21 e 22 de outubro de 2013
Carga horária total	20 horas/aula
Quantidade de vagas	90 vagas

#### 4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

##### QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição	PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM		R\$ 200,00
Demais participantes		R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.





Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

**Nota Fiscal:** A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

#### 5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

#### 6. PROGRAMAÇÃO

Primeiro Dia	
	Causas e consequências da informalidade Assentamentos irregulares
08h30 às 12h	Conceito, aspectos essenciais e etapas Marco Legal: Estatuto das Cidades e Plano Diretor
	Instrumentos de ampliação de acesso à terra urbanizada: ZEIS Preempção Parcelamento Edificação e Urbanização Compulsórios – PEUC Outorga onerosa de alteração de uso e de direito de construir Transferência do Direito de construir e Operações Urbanas
13h30 às 17h30	
Segundo Dia	
	Instrumentos de regularização fundiária: Usucapião Individual e coletivo
08h30 às 12h	Legitimação na posse da lei 11.977/2009.
	Planos de Regularização fundiária Vivência de aplicação dos instrumentos de regularização fundiária
13h30 às 17h30	

#### 7. PALESTRANTES

BEATRIZ KAUDUINSKI CARDOSO

Graduada em Ciências Contábeis pela UFSC, especialista em finanças pela FEPESE/UFSC, especialista em Gestão Urbana e

Habitacional pela ÚNICA/ESAG, Mestre em Engenharia Civil pela UFSC na área de Gestão Urbana e Cadastro Multifinalitário, colaboradora da Caixa Econômica Federal desde 1989, com atuação na área de desenvolvimento, especialmente em habitação.

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

#### REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet ([www.egem.org.br](http://www.egem.org.br))

#### FIQUE ATENTO!

#### 7. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.  
§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.  
§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito de Forquilha

Presidente da EGEM

**PEGAS**   
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

## Consórcios

### CIM-AMAVI

#### Comunicado de Homologação - Carta Convite N° 003/2013

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI

CONVITE N° 003/2013

COMUNICADO DE HOMOLOGAÇÃO

Hugo Lembeck, Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI, no uso de suas atribuições, comunica a HOMOLOGAÇÃO do Convite nº 003/2013 que tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios e materiais de uso diverso para a manutenção do Acolhimento Institucional Albertina Berkenbrock situado na Rua Walter Rohde, 02, na cidade de Vidal Ramos/SC, nos termos previstos no Edital e em seus Anexos, considerando ainda o constante no artigo 43, inciso VI da Lei 8.666/93 e consoante o Termo de Homologação disponível no endereço eletrônico: [www.amavi.org.br/cim](http://www.amavi.org.br/cim).

Rio do Sul, 31 de julho de 2013.

HUGO LEMBECK

Presidente do CIM-AMAVI

### CINCO

#### Pregão Eletrônico - Aplicação Penalidade - B&E Medlog

Processo Administrativo Licitatório n. 0007/2013

Pregão Eletrônico n. 0006/2013

Registro de Preços n. 0007/2013

OBJETO - RESCISÃO CONTRATUAL

DECISÃO

Trata-se de INEXECUÇÃO PARCIAL das Atas de Registro de Preços nºs 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481 e 1077 para fornecimento de medicamentos aos Municípios Participantes do PAL acima citado, por parte da empresa B & E MEDLOG HOSPITALAR LTDA, vencedora dos ITENS 27, 138, 216, 351, 353, 481, 496, 499, 536, 572 e 616 no Pregão Eletrônico em epígrafe.

Todavia, conforme se vislumbra do PAL, observa-se que nas Atas de Registro de Preços e nas Autorizações de Fornecimento transmitidas, haviam previsão expressa na Cláusula Terceira, item 3.1 que a entrega dos itens seria no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

Entretanto, inobstante estar ciente de tais exigências, a contratada não observou os prazos de entrega previamente definidos, embora notificado, deixando de entregar ITENS constantes das Autorizações de Fornecimento nºs 264, 322, 359, 440, 441, 473, 539, 558, 622, 672, 712, 795, 854, 871, 935, 967 e 1011.

Mesmo tendo sido prorrogado o prazo de entrega a seu pedido em oportunidade, para o dia 20/06/2013, mais uma vez deixou transcorrer in albis os prazos concedidos, demonstrando total descaso com o Município contratante.

Embora notificada na data de 22/07/2013, para querendo,

apresentasse defesa prévia acerca dos fatos contra ele imputados, deixou transcorrer "in albis", o prazo legalmente concedido

Assim, o descumprimento parcial das autorizações de fornecimento supracitadas, sujeita a contratada as penas da Lei, a saber.

A Lei Federal 8.666/93, prevê expressamente:

Art. 77. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

[ ]

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

[ ]

Por sua vez prossegue o supracitado diploma legal em seu artigo 87:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

[ ]

Por sua vez, prevê a Lei 10.520/2002:

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Dispõe a Cláusula Terceira das Atas de Registro de Preços em tela:

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ENTREGAS

3.1 - Os itens deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de cada Órgão Participante, durante o período 26/07/2013 a 30/09/2013 diretamente nos locais indicados dos Municípios participantes, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após a Autorização de Fornecimento que serão emitidas pelo Órgão Gerenciador, e encaminhadas via e-mail.

Ainda a Cláusula Sexta do contrato previu:

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, bem como com qualquer um dos municípios consorciados,

por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6° (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o

Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Previu também a Cláusula Sétima do referido contrato:

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

Assim sendo, os prazos de entrega dos medicamentos estavam claramente previstos no Edital e nas atas de registro de preços firmados entre as partes, sendo que a empresa deveria ter cumprido suas determinações, sob pena das sanções legais e contratuais.

Desta forma, a RESCISÃO CONTRATUAL deverá ser adotada, ante a inexecução parcial das atas de registro de preços, por culpa única e exclusiva da empresa B & E MEDLOG HOSPITALAR LTDA a qual deverá sofrer as sanções administrativas previstas na Lei, no Edital e no Contrato.

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e das Atas de Registro de Preços (supracitados), determino a rescisão unilateral das atas 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481 e 1077, por culpa única e exclusiva da empresa contratada B & E MEDLOG HOSPITALAR LTDA aplicando-lhe a pena de MULTA no importe de 10% (dez por cento) do valor dos ITENS que não entregou (R\$ 20.839,00), ou seja, no valor de R\$ 2.083,90 (dois mil e oitenta e três reais e noventa centavos), a qual deverá ser paga no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data

da ciência desta Decisão.

APLICO ainda a suspensão temporária prevista na cláusula sexta, 6.1, "b", das atas, e SUSPENDO a empresa B & E MEDLOG HOSPITALAR LTDA, de participar em licitação e impedindo de contratar com o Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da ciência da presente decisão.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de Recurso previsto no artigo 109, inciso I, alíneas "e" e "f" da Lei 8666/93.

Cumpra-se.

Intime-se.

Fraiburgo SC, 01 de agosto de 2013.

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

### CIS/AMUREL

#### Extrato de Contrato de Credenciamento - 37/2013 EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 37/2013.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

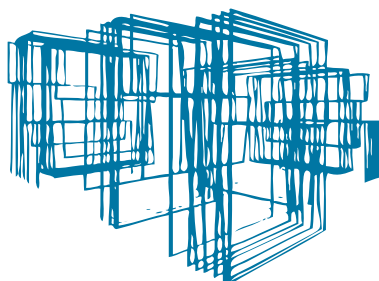
Contratado: LABORATÓRIO SANGÃO LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de laboratório.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).

Data da Assinatura: 04/06/2013.

ASSINANTES: JORGE LEONARDO NESI PELO CONTRATANTE E, CAROLINA COELHO RIGONI PELO CONTRATADO.



## Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)